



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 55ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

**10/10/2019
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: Senador Marcos do Val**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

55ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/10/2019.

55ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 51/2019 - Não Terminativo -	SENADOR MECIAS DE JESUS	12
2	MSF 62/2019 - Não Terminativo -	SENADOR TELMÁRIO MOTA	61
3	MSF 64/2019 - Não Terminativo -	SENADORA DANIELLA RIBEIRO	105

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 60/2019 - Não Terminativo -	SENADOR JAQUES WAGNER	164
2	MSF 63/2019 - Não Terminativo -	SENADOR JAQUES WAGNER	205

3	PDL 50/2019 - Não Terminativo -	SENADOR RANDOLFE RODRIGUES	301
4	PDL 60/2019 - Não Terminativo -	SENADOR RANDOLFE RODRIGUES	317
5	PDL 127/2019 - Não Terminativo -	SENADOR MAJOR OLIMPIO	354
6	PRS 64/2019 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	377
7	REQ 55/2019 - CRE - Não Terminativo -		385
8	REQ 59/2019 - CRE - Não Terminativo -		389
9	REQ 61/2019 - CRE - Não Terminativo -		394

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(10)	RR	1 Renan Calheiros(MDB)(10)	AL (61) 3303-2261
Jarbas Vasconcelos(MDB)(10)	PE	2 Fernando Bezerra Coelho(MDB)(10)	PE (61) 3303-2182
Marcio Bittar(MDB)(10)	AC	3 Simone Tebet(MDB)(9)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614
Esperidião Amin(PP)(12)	SC	4 Daniella Ribeiro(PP)(5)(22)	PB
Ciro Nogueira(PP)(6)(18)(22)	PI (61) 3303-6185 / 6187	5 Vanderlan Cardoso(PP)(11)	GO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL(PSDB, PSL)			
Antonio Anastasia(PSDB)(8)	MG (61) 3303-5717	1 Roberto Rocha(PSDB)(8)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508
Mara Gabrilli(PSDB)(8)	SP	2 Flávio Bolsonaro(PSL)(14)	RJ
Major Olimpio(PSL)(13)	SP	3 Soraya Thronicke(PSL)(15)	MS
Bloco Parlamentar Senado Independente(PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
Kátia Abreu(PDT)(3)	TO (61) 3303-2708	1 Acir Gurgacz(PDT)(3)	RO (061) 3303-3131/3132
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP (61) 3303-6568	2 Flávio Arns(REDE)(3)	PR (61) 3303-2401/2407
Eliziane Gama(CIDADANIA)(3)(26)	MA	3 Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3)	PB 3215-5833
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)			
Fernando Collor(PRO)(7)(17)(21)	AL (61) 3303-5783/5786	1 VAGO(7)	
Jaques Wagner(PT)(7)	BA	2 Telmário Mota(PRO)(16)(7)	RR (61) 3303-6315
Humberto Costa(PT)(24)	PE (61) 3303-6285 / 6286		
PSD			
Nelsinho Trad(2)	MS	1 Arolde de Oliveira(2)	RJ
Angelo Coronel(2)	BA	2 Carlos Viana(2)	MG
Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues(DEM)(4)	RR	1 Marcos Rogério(DEM)(4)	RO
Zequinha Marinho(PSC)(4)	PA	2 Maria do Carmo Alves(DEM)(4)	SE (61) 3303-1306/4055
PODEMOS			
Marcos do Val(27)(20)	ES	1 Romário(27)(20)	RJ (61) 3303-6517 / 3303-6519

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- (4) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (5) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (9) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (15) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEIRÃO).
- (16) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (17) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

- (18) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
- (19) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
- (20) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLIID).
- (21) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
- (22) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
- (23) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- (24) Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
- (25) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
- (26) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
- (27) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): FLÁVIO EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 10 de outubro de 2019
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA
55ª Reunião, Ordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridades
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Retificações:

- 1) Retirada da pauta do PDL nº 128/2019, a pedido da Relatora, Senadora Mara Gabrilli.
- 2) Inclusão na pauta dos Requerimentos nº 55, 59 e 61, de 2019-CRE. (09/10/2019 18:37)

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2019****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 25/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2019****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 25/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2019****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 25/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 60, DE 2019

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2) Constou na pauta nos dias 25/09 e 02/10/2019.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2019

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador

do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2) Constou na pauta nos dias 25/09 e 02/10/2019.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2019

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Constou da pauta em 30/05, 13/06, 04/07, 11/07, 08/08, 29/08, 19/09, 25/09 e 02/10/2019.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2019

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Constou da pauta em 11/07, 08/08, 29/08, 19/09, 25/09 e 02/10/2019.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2019

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Major Olímpio

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Constou da pauta em 11/07, 08/08, 29/08, 19/09, 25/09 e 02/10/2019.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 64, DE 2019

- Não Terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Países árabes e dá outras providências.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 55, DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de debater o Desmatamento Ilegal Zero. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministério das Relações Exteriores – MRE; 2. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; 3. Ministério do Meio Ambiente – MMA; e 4. Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC)

Textos da pauta:

[Requerimento \(CRE\)](#)

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 59, DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2019 - CRE, sejam alterados os convidados conforme relação a seguir. 1. Senhor JORGE ANTÔNIO DE OLIVEIRA FRANCISCO – Secretaria-Geral da Presidência da República ou seu representante; 2. Senhor General de Exército FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Ministério da Defesa ou seu representante; e o 3. Senhor General de Exército PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Comando Militar do Norte ou seu representante.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Textos da pauta:[Requerimento](#) (CRE)**ITEM 9****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL Nº 61, DE 2019**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 57/2019 - CRE, seja incluído o seguinte convidado: 1. O Embaixador Ernesto Henrique Fraga Araújo - Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC)

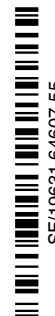
Textos da pauta:[Requerimento](#) (CRE)

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

1



SENADO FEDERAL
Senador MECIAS DE JESUS



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 51, de 2019 (Mensagem nº 283, de 2019, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.*

RELATOR: Senador MECIAS DE JESUS

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o Senhor Eduardo Ricardo Gradilone Neto é filho de Victório Gradilone Sobrinho e Itália Rossi Gradilone, tendo nascido a 10 de janeiro de 1951, em São Paulo/SP.

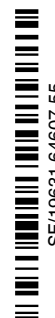
Formou-se em Comunicação Social, Jornalismo, pela Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo, em 1974, e, no mesmo ano, em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Em 1978, ingressou no Instituto Rio Branco. Em 1983, obteve o grau de Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a tese “O Serviço Civil Brasileiro”. Em 1998, defendeu a dissertação “Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty”, ao completar o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE-IRBR).

O diplomata em questão tornou-se Terceiro-Secretário em 1979. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1981; a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 1999 e a Ministro de Primeira Classe em 2008.

Entre as funções desempenhadas pelo indicado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, destacam-se as de Coordenador-Substituto, do Departamento das Américas (1991-92); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2007); Diretor do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (2007-2010) e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2010-2012). No exterior, serviu, entre outros postos, na Embaixada em Londres (1994-1997), na Embaixada em Tóquio (1997-2001), na Embaixada no Vaticano (2001-2006), na Embaixada em Wellington, como Embaixador (2012-2016) e na Embaixada em Ancara, como Embaixador (2016).

O diplomata em apreço foi agraciado com várias condecorações, como a Ordem de Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, no grau de Oficial (1994); Ordem do Mérito Naval, no grau de Comendador (2004); Condecoração Pro Merito Melitensi da Ordem Soberana e Militar de Malta, Malta, Grande Oficial (2006) Ordem Pontifícia de São Gregorio Magno, Vaticano, Comendador (2006); Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial (2012); Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial (2018), entre outras.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre a República Eslovaca.



SF/19631.64607-55

A Eslováquia tem área de aproximadamente 49.035 km² e conta com população de cerca de 5,44 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) nominal é de US\$ 106,94 bilhões e seu PIB per capita é de US\$ 19,64 mil, segundo dados de 2018. A expectativa de vida, é de 77 anos e os índices de alfabetização e de desemprego são de 99,3% e 6,2% (dados de março de 2019), respectivamente. A comunidade brasileira vivendo na República Eslovaca é estimada em 500 pessoas.

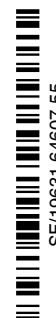
No que diz respeito às relações bilaterais, o documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty dá conta de que em 1918, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a reconhecer a antiga Tchecoslováquia e após o seu desmembramento a partir de 1991, foi o primeiro país da região a abrir embaixada em Bratislava.

Vários encontros bilaterais entre autoridades do Brasil e da República Eslovaca ocorreram ao longo dos últimos anos tendo o mais recente sido a visita do Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus, que visitou o Rio de Janeiro e São Paulo acompanhado de missão empresarial. Durante a sua visita a São Paulo foi estabelecida a Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia.

No tocante às relações comerciais, as exportações do Brasil para a Eslováquia totalizaram, em 2018, US\$30,7 milhões, 24,6% a mais do que em 2017, enquanto que as importações totalizaram US\$131,3 milhões, com crescimento de 17,5%. No primeiro trimestre de 2019, as exportações do Brasil para a Eslováquia cresceram 19%, enquanto as importações caíram 5,5%, fazendo a corrente de comércio ter queda de 1,4%.

Os produtos manufaturados constituem o principal segmento na pauta de exportações brasileiras, o que em grande medida reflete a presença da empresa brasileira de compressores Embraco na Eslováquia.

Os principais produtos exportados em 2018 foram bombas de ar e compressores (30,4%); café (24,2%); autopeças (8,35); escavadoras (7,2%) e soja (6,5%), segundo dados do Ministério da Economia do Brasil. A informação encaminhada pelo Itamaraty faz referência também a dados eslovacos, segundo os quais os principais produtos exportados pelo Brasil ao país foram minério de ferro, bombas de ar e compressores, medicamentos, bombas de ar e carne bovina.



Já as importações brasileiras provenientes do país concentram-se em autopeças, motores, limpadores de para-brisas ou aparelhos de iluminação, entre outros.

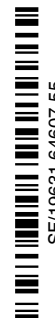
O Brasil tem mantido contato regular com o Ministério da Defesa eslovaco, com vistas a explorar oportunidades comerciais. Em maio de 2018, o Brasil contou com estande na principal feira de defesa da Eslováquia, a IDEB, da qual participaram a Embraer e outras empresas brasileiras.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19631.64607-55



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2019

(nº 283/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 283

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

Os méritos do Senhor Eduardo Ricardo Gradilone Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de julho de 2019.

EM nº 00196/2019 MRE

Brasília, 21 de Junho de 2019

Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.003777/2019-34

OFÍCIO Nº 239 /2019/CC/PR

Brasília, 4 de julho de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003777/2019-34 nº 0000000

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO*

CPF.: 811.870.848-91

ID.: 7535 MRE

1951 Filho de Victório Gradilone Sobrinho e Itália Rossi Gradilone, nasce em 10 de janeiro em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1974 Comunicação Social, Jornalismo, pela Fundação Armando Álvares Penteado/SP
 1974 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
 1978 CPCD - IRBr
 1982 CAD - IRBr
 1983 Mestrado em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a tese "O Serviço Civil Brasileiro".
 1998 CAE - IRBr, Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty

Cargos:

1979 Terceiro-Secretário
 1981 Segundo-Secretário
 1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1994 Conselheiro, por merecimento
 1999 Ministro de Segunda Classe
 2008 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1979-83 Divisão do Pessoal, Serviço de Classificação de Cargos e Salários, Chefe
 1983-87 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário
 1987-89 Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro-Secretário
 Embaixada em Paramaribo, Primeiro-Secretário, Conselheiro, comissionado e Encarregado de Negócios
 1989-91
 1991-92 Departamento das Américas, Coordenador-Executivo, substituto
 1992-94 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, Assessor
 1994-97 Embaixada em Londres, Conselheiro
 1997-01 Embaixada em Tóquio, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2001-06 Embaixada no Vaticano, Ministro-Conselheiro
 2006-07 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Assessor Técnico
 2007 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete
 2007-10 Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, Diretor
 2010-12 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral
 2012-16 Embaixada em Wellington, Embaixador
 2016 Embaixada em Ancara, Embaixador

Publicações:

1977 Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão de Empresas, in Revista do III Encontro de Advogados do Sistema Telebrás, DCU-654, Brasília, DF
 2008 Uma política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, in I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior - Brasileiros no Mundo, FUNAG, Brasília, 2009
 2009 A Parceria MRE-MPS em apoio aos brasileiros no exterior, in Atuação Governamental e Políticas

- Internacionais de Previdência Social, Coleção Previdência Social, vol. 32, 1a. edição 2009
- 2011 A importância política dos assuntos consulares e migratórios e o papel fundamental das Chancelarias para o seu adequado encaminhamento. FUNAG, IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos. Textos Acadêmicos, 2011

Condecorações:

- | | |
|------|---|
| 1979 | Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, IRBr |
| 1984 | Medalha Santos Dumont, Brasil |
| 1994 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial |
| 2004 | Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador |
| 2006 | Condecoração Pro Merito Melitensi da Ordem Soberana e Militar de Malta, Malta, Grande Oficial |
| 2006 | Ordem Pontifícia de São Gregorio Magno, Vaticano, Comendador |
| 2009 | Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz |
| 2010 | Ordem do Mérito Anhanguera, grau Grande Oficial, Governo de Goiás |
| 2012 | Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial |
| 2018 | Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial |

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESLOVÁQUIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2019

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Eslovaca
GENTÍLICO	eslovaco
CAPITAL	Bratislava
ÁREA	49.035 km²
POPULAÇÃO	5,44 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Eslovaco
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (62%); protestantismo (9%), cristianismo ortodoxo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, composto pelo Conselho Nacional (<i>Národná rada</i>), de 150 membros eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Andrej Kiska (desde 15/6/2014). A partir de 15/6/2019, Zuzana Čaputová.
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Peter Pellegrini (desde 22/3/2018)
CHANCELER	Miroslav Lajčák (desde 4/4/2012)
PIB NOMINAL (2018)	US\$ 106,94 bilhões
PIB PPP (2018)	US\$ 191,09 bilhões
PIB PER CAPITA (2018)	US\$ 19,64 mil
PIB PER CAPITA PPP (2018)	US\$ 35,09 mil
VARIAÇÃO DO PIB	4,1% (2018), 3,4 % (2017), 3,3% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2017)	0.855 (38ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	77 anos
ALFABETIZAÇÃO	99,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	6,2% (março/2019)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Milan Zachar
BRASILEIROS NO PAÍS	Estima-se haver cerca de 500 brasileiros residentes na Eslováquia

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → ESLOVÁQUIA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Intercâmbio	173,9	190,3	171,0	197,8	165,8	139,9	122,5	136,3	162,0
Exportações	18,3	32,1	32,5	27,1	24,6	21,2	23,3	24,6	30,7
Importações	155,5	158,2	138,5	170,6	141,1	118,6	99,2	111,7	131,3
Saldo	-137,2	-126,0	-105,9	-143,4	-116,5	-97,3	-75,9	-87,1	-100,6

Informação elaborada em 07/05/2019, por Fábio Meneghetti Chaves. Revisada por Leandro Zenni Estevão em / /

PERFIS BIOGRÁFICOS

Andrej Kiska **Presidente da República**



Andrej Kiska nasceu em 2 de fevereiro de 1963. É casado com sua segunda esposa e tem cinco filhos. Em 1986, recebeu diploma de engenharia em microeletrônica na Faculdade de Engenharia Elétrica da Universidade Técnica Eslovaca em Bratislava. Por mais de 15 anos, ocupou cargos de gerência e conduziu atividades empresariais. Fundou várias empresas, sendo as mais bem-sucedidas a Triangle e a Quatro, estabelecidas em 1996. Em 2012, Andrej Kiska concorreu à presidência da República como candidato independente. No segundo turno das eleições presidenciais de 29 de março de 2014, foi eleito presidente da República Eslovaca. Recebeu 59,38% de votos. Assumiu o posto em 15 de junho de 2014. Optou por não se candidatar à reeleição nas eleições de março de 2019, apesar de altos níveis de aprovação. A partir de 15/6/2019, será sucedido por Zuzana Čaputová.

Peter Pellegrini
Primeiro-ministro



Nasceu em Banská Bystrica, em 6 de outubro de 1975. Estudou economia na Universidade Matej Bel University e na Universidade Técnica de Košice. Entre 2002 e 2006, trabalhou como economista e assessor do deputado Ľubomír Vážny, do partido Direção-Social Democracia (SMER-SD). Em 2006, foi eleito para o parlamento (Conselho Nacional) pelo mesmo partido. Em 2012, foi nomeado secretário de Estado para Finanças e, em 2014, ministro da Educação, Ciência, Pesquisa e Esporte. Ocupou o cargo de presidente do Conselho Nacional entre 2014 e 2016, quando se tornou vice-ministro para Investimentos. Após a renúncia do então primeiro-ministro Robert Fico, foi escolhido pelo seu partido em março de 2018 para concluir o mandato de primeiro-ministro até as eleições parlamentares de 2020.

APRESENTAÇÃO

A República Eslovaca (em eslovaco: *Slovenská republika*) é país localizado na Europa Central. Faz fronteira com a República Tcheca e com a Áustria a oeste, com a Polônia ao norte, com a Ucrânia ao leste e com a Hungria ao sul. O território eslovaco se estende por 49 mil quilômetros quadrados e é em grande parte montanhoso. A capital e maior cidade do país é Bratislava. A língua oficial é o eslovaco.

Após a Primeira Guerra Mundial e a dissolução do Império Austro-Húngaro, os eslovacos e tchecos estabeleceram a Tchecoslováquia. Uma República Eslovaca independente (1939-1945) existiu brevemente durante a Segunda Guerra Mundial, como um estado subordinado à Alemanha nazista. Em 1945, a Tchecoslováquia foi restabelecida. Após breve período democrático, tornou-se um regime comunista sob a zona de influência da União Soviética em 1948.

A Eslováquia tornou-se plenamente independente em 1º de janeiro de 1993, após a dissolução pacífica da Tchecoslováquia, em um processo conhecido como Divórcio de Veludo. A Eslováquia continuou a ser parceira próxima da República Tcheca e dos demais países do Grupo de Visegrado, integrado também Hungria e Polônia.

O país aderiu à União Europeia em 2004 e à zona do euro em 1º de janeiro de 2009. Apresenta. Atualmente, uma das maiores taxas de crescimento da UE e da OCDE. A Eslováquia é também membro do Espaço Schengen, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1918, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a reconhecer a antiga Tchecoslováquia e, após o seu desmembramento a partir de 1991, foi o primeiro país da região a abrir embaixada em Bratislava.

Em 1998, esteve no Brasil a ministra de Negócios Estrangeiros e Europeus (MNEE), Zdenka Kramplová. Em 2002, o então presidente Fernando Henrique Cardoso retribuiu a visita feita pelo presidente Rudolf Schuster ao Brasil, em 2001. Em 2008, foi criada a embaixada residente em Bratislava. Brasil e Cuba são os únicos países latino-americanos com embaixadas residentes na capital eslovaca.

Estiveram no Brasil, desde então, os ministros da Economia (Lubomir Jahnatek, 2009), Meio Ambiente (Peter Ziga, 2012), Defesa (Martin Glvác, 2013),

o ex-presidente Rudolph Schuster (2014), o ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus (Miroslav Lajčák, 2015), o secretário de Estado da Defesa (Milos Koterec, 2015), e secretários de estado do MNEE (Igor Slobodník, 2016 e Lukas Parízek, 2018). Além disso, durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, visitaram o Brasil o presidente Andrej Kiska e o secretário de Estado de Temas Sociais e Família, Branislav Ondrus.

Em 2013, quando a Eslováquia celebrou 20 anos de existência, foram realizadas três missões brasileiras a Bratislava: do então chanceler Antonio de Aguiar Patriota; do Senado Federal, chefiada pelo senador Luiz Henrique da Silveira, presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Eslováquia; e do então ministro da Defesa, Celso Amorim (encontros bilaterais e no formato "Visegrado Plus/V4+"). Na condição de ex-ministro da Defesa e das Relações Exteriores, Celso Amorim esteve também presente em Bratislava durante conferência sobre segurança global (Globsec 2015).

O encontro bilateral de alto nível mais recente ocorreu em 3 de outubro de 2018, por ocasião da visita do secretário de Estado do do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus (MNEE), Lukás Parizek, ao Brasil. Este visitou o Rio de Janeiro e São Paulo, acompanhado de missão empresarial. Durante sua visita a São Paulo, foi estabelecida a Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia, homóloga à que fora criada em Bratislava em 2017. Em Brasília, reuniu-se com o então subsecretário-geral para Assuntos Multilaterais, Europa e América do Norte (SGEAM).

Cabe ressaltar, ainda, iniciativas para aumentar o conhecimento sobre o Brasil e divulgar a cultura brasileira por meio de projetos relacionados ao cinema, artes plásticas, música, literatura e arquitetura. Em 2017, organizou-se o primeiro festival de cultura brasileira ("Brazilslava") no país, com 13 eventos que tiveram ampla repercussão na mídia eslovaca. A segunda edição do festival foi realizada em 2018.

POLÍTICA INTERNA

A Eslováquia é uma república parlamentarista fundada há 26 anos, mediante o "Divórcio de Veludo", que dissolveu a antiga Tchecoslováquia a partir de janeiro de 1993, quatro anos após a chamada "Revolução de Veludo", que libertou o país do jugo da União Soviética. A separação entre a República Tcheca e a República Eslovaca deu-se de forma pacífica, constituindo mais um arranjo político do que efetiva demanda das sociedades tcheca e eslovaca, as quais mantêm excelentes relações.

O chefe de estado é o presidente, escolhido pelo voto direto para mandato de cinco anos, com direito a uma reeleição. O presidente atual é Andrej Kiska, empresário e filantropo, eleito em 2014. Em 15 de junho de 2019, está prevista assumir a presidência Zuzana Caputová, advogada e ativista ambiental, eleita em 30 de março de 2019.

O parlamento (Conselho Nacional) é unicameral, formado por 150 membros eleitos por voto proporcional para mandato de quatro anos. O Poder Judiciário é exercido pelas cortes regionais e distritais, submetidas à Corte Suprema, cujos juízes são escolhidos pelo Conselho Nacional. A Corte Constitucional é formada por indicação do presidente.

O chefe de governo é o primeiro-ministro, líder do partido ou da coalização majoritária, cujo mandato é de quatro anos. O primeiro-ministro, nomeado pelo presidente e referendado pelo parlamento, propõe a formação do Gabinete, o qual necessita da aprovação dos parlamentares. O atual primeiro-ministro, Peter Pellegrini, do partido Direção-Social Democracia (SMER-SD), assumiu em 22 de março de 2018, após a renúncia de seu antecessor, Robert Fico, do mesmo partido.

Embora o SMER-SD tenha saído vitorioso, as eleições parlamentares em 2016 representaram uma diminuição de votos do partido. Enquanto no mandato 2012-2016, o SMER-SD obteve maioria absoluta no parlamento (86 assentos), nas eleições de 2016, o número de parlamentares do partido caiu para 49, sendo necessária a formação de um governo de coalizão com três outros partidos (o SNS - Partido Nacional Eslovaco, o Most-Híd, que representa a minoria húngara, e o SIET-Rede, um novo partido que, em poucos meses na coalizão, dissolveu-se). O partido de extrema-direita LSNS obteve 8% dos votos, correspondentes a 14 assentos no parlamento.

Em fevereiro de 2018, o país foi abalado pelo assassinato de Ján Kuciak, jornalista que investigava ligações de empresários e funcionários próximos ao partido governista com a máfia italiana. Em diversas cidades eslovacas, foram realizadas as maiores manifestações desde a Revolução de Veludo, que derrubara o regime comunista em 1989. O então primeiro-ministro Robert Fico, que já havia sofrido desgaste por acusações de corrupção durante a presidência rotativa da UE pela Eslováquia, foi forçado a renunciar em 14 de março de 2018.

O desgaste do SMER-SD, após longos anos no poder, acentuou-se com a queda de Fico e acabou repercutindo nas eleições presidenciais de março de 2019, quando o candidato apoiado pelo partido, Maros Sefcovic, foi derrotado no segundo turno pela advogada e ativista ambiental Zuzana Caputová. Como quinta presidente da Eslováquia desde a independência do país e a quarta eleita

diretamente (o primeiro foi eleito pelo parlamento), Caputová será também a primeira mulher a assumir a chefia de Estado.

Em contexto pouco favorável a candidato do status quo e em vista do descrédito de lideranças políticas mais tradicionais, Caputová apresentou-se como candidata da mudança e conseguiu canalizar a revolta contra a corrupção na sociedade eslovaca. O eleitorado de cunho nacionalista e conservador dividiu-se entre dois candidatos, o juiz da Suprema Corte Stefan Harabin e o político de extrema-direita Marian Kotleba, que acabaram ficando em terceiro e quarto lugar no primeiro turno (embora, somados, tenham angariado mais de 25% dos votos). Semelhante divisão no espectro da centro-esquerda foi evitada pela decisão do cientista Robert Mistrik de retirar sua candidatura em apoio à de Caputová, decisão tomada duas semanas antes da eleição, o que ajudou a consolidar a liderança da candidata.

O atual presidente Andrej Kiska, na sequência da eleição de Zuzana Caputová, anunciou a intenção de formar um partido político, após deixar a presidência em 15 de junho de 2019 e não escondeu sua ambição de concorrer ao posto de primeiro-ministro após as eleições parlamentares de 2020.

POLÍTICA EXTERNA

A participação da Eslováquia na União Europeia (UE) constitui prioridade da política exterior eslovaca, desde que o país aderiu ao bloco, em 2004. A entrada no Espaço de Schengen (2007), a adoção do euro (2009) e a participação ativa em operações da OTAN, à qual aderiu em 2004, revelam sua inequívoca orientação em apoio às instituições euroatlânticas.

A Eslováquia tem demonstrado crescente engajamento em diversos temas da agenda de segurança internacional, particularmente sob os auspícios da OTAN. O primeiro-ministro Pellegrini anunciou, em 2018, a compra de 14 jatos F-16, operação que deverá levar a gastos de mais de US\$ 1,5 bilhão nos próximos anos, incluindo treinamento, munição e logística. Em conferência de exame da política externa, realizada em abril de 2019, Pellegrini anunciou que a Eslováquia deverá atingir, em 2022, a meta assumida pelos países-membros da OTAN de elevar seus gastos nacionais em defesa a 2% do PIB. Atualmente, a Eslováquia participa com contingentes militares e/ou policiais em missões e em operações nos seguintes países: Afeganistão, Iraque e Letônia (sob o amparo da OTAN); Bósnia-Herzegovina, Geórgia, Kosovo, Moldova e Ucrânia (sob a égide da UE); Chipre, Haiti e Palestina (no marco das Nações Unidas); e Ucrânia (sob a OSCE).

Assim como a UE e a OTAN, o Grupo de Visegrado (V4) constitui igualmente prioridade da política externa eslovaca. Ao resgatar e instrumentalizar o

conceito de Europa Central, as quatro nações que compõem o grupo compartilham da mesma trajetória histórica do pós-comunismo e iguais aspirações de integração à Europa. Ainda com matizes e mesmo distintas percepções entre atores da cena doméstica, os países do V4 foram progressivamente assumindo identidade própria no seio da UE, fazendo um contraponto ao tradicional projeto europeu, em defesa da centralização decisória de Bruxelas e alertando para os riscos advindos do multiculturalismo e da dissolução das identidades nacionais.

A Eslováquia assumiu, em junho de 2018, a presidência rotativa do V4, pelo período de um ano. As questões do Brexit, do orçamento da UE e da política de coesão pós-2020 têm sido centrais na coordenação do grupo. Na área externa, destaque é dado às relações com os Bálcãs ocidentais e à Parceria Oriental, bem como às reuniões no formato V4+ com parceiros como Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, Israel, Japão e Turquia. Recorde-se que o Brasil já participou de evento do V4+ organizado pela Eslováquia (reunião do então ministro da Defesa, Celso Amorim, com seus homólogos do Grupo de Visegrado, em 2013).

Diferentemente de seus parceiros do V4, a Eslováquia adota o euro e costuma assinalar intenção de fazer parte do núcleo central da integração europeia. Essa postura é invocada por Bratislava, no intuito de atuar como facilitadora do diálogo entre a UE e os outros países do V4, particularmente Hungria e Polônia, cujas relações com Bruxelas tem passado por dificuldades no período recente.

Ao mesmo tempo, a Eslováquia quer ver-se como ator relevante na relação da UE com a Rússia, mantendo em alguns temas, certo distanciamento em relação às políticas de seus parceiros euroatlânticos. Ao passo que o presidente Andrej Kiska defende postura claramente pró-UE e pró-OTAN, evidenciam-se sentimentos de simpatia para com Rússia, sobretudo no âmbito do Parlamento eslovaco, a começar pelo seu presidente, Andrej Danko. Nesse contexto, o governo tem procurado agir com cautela em temas que possam antagonizar Moscou, como evidenciou o fato de a Eslováquia não ter acompanhado a decisão de parceiros ocidentais de expulsar diplomatas russos na sequência do atentado contra Sergei Skripal e sua filha em Salisbury, ou de não reconhecer Juan Guaidó como presidente legítimo da Venezuela.

A Eslováquia, tanto individualmente quanto no contexto do V4, é ativa defensora do alargamento da União Europeia, buscando contribuir para o ingresso dos países dos Bálcãs no bloco europeu. Manifesta com eles disposição de compartilhar sua experiência de transição socioeconômica e política para os padrões da UE. A diplomacia eslovaca busca papel semelhante na aproximação com os países da Parceria Oriental (Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldova e Ucrânia).

A classe política eslovaca reagiu, de maneira geral, com decepção à vitória do "leave" no referendo sobre a permanência do Reino Unido no bloco regional. Para as lideranças dos partidos de coalizão, o Brexit teria enfraquecido o argumento por maior integração da UE e criado espaço para fórmulas de integração diferenciada ("multispeed"), que desagradam ao V4. Diante desse cenário, a Eslováquia busca exercer papel ativo na identificação de novas prioridades que lhe permitam influir no desenho de uma UE reformada. Foi o que buscou com a Declaração e o Mapa do Caminho de Bratislava, adotados quando de sua presidência da UE, em 2016. Os documentos constam do plano de trabalho da presidência de turno do V4, ora em curso, em que o Brexit é tratado como oportunidade para fortalecer a integração europeia. Nas eleições para o Parlamento Europeu em maio de 2019, 14 membros serão eleitos pela Eslováquia, ou 2% do total do parlamento.

Além da presidência de turno do V4, a Eslováquia exerce, em 2019, a presidência da Organização da Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE). Entre outros eventos, estão previstas 12 conferências em Bratislava. A presidência tenciona enfocar temas como a crise na Ucrânia e os conflitos na Geórgia e em Nagorno-Karabakh, cibersegurança, combate ao terrorismo, ao extremismo e ao antissemitismo, e promoção da liberdade religiosa.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Eslováquia integra a União Europeia desde 2004 e a zona do euro desde 2009. Após passar por período difícil na década de 1990, a economia eslovaca experimentou vigorosa expansão na década passada (2001-2010), com crescimento médio anual de 4,9%, quando o país ficou conhecido como "Tigre dos Tatras" (cadeia de montanhas ao norte do país). Ainda que com índices mais modestos de crescimento, a economia continuou a destacar-se dentro da zona do euro nos últimos anos (4,1% em 2018 e 3,4% em 2017).

A adesão à União Europeia foi um dos principais fatores para o bom desempenho econômico, ao aumentar a atratividade do país aos investidores interessados em exportar para o bloco, incorrendo em menores custos de produção (o bloco foi o destino, em 2018, de 85,2% das exportações eslovacas), além de fundos fornecidos pela União Europeia para apoiar investimentos no país. Um dos reflexos disso é o fato de a Eslováquia ter-se tornado o país com maior produção per capita de automóveis do mundo, abrigando hoje quatro importantes fábricas (VW, Peugeot, Kia e Jaguar-Land Rover), que exportam mais de 95% de sua produção.

A economia eslovaca possui alto grau de abertura, com o comércio exterior equivalendo a 167% do PIB nominal. Em 2018, o país alcançou o maior valor de corrente de comércio de sua história. As exportações cresceram 6,7%, chegando a €79,8 bilhões, enquanto as importações cresceram 7,8%, atingindo €77,3 bilhões.

Em março, o Banco Central da Eslováquia (National Bank - NBS) reduziu a projeção do crescimento do PIB em 2019 para 3,5%, índice 0,7 ponto percentual inferior à previsão anterior. O NBS também revisou para baixo sua previsão para 2020 (3,4%) e para 2021 (2,8%). O novo quadro seria reflexo da desaceleração econômica da zona do euro, com destaque para os resultados fracos do setor automotivo na Alemanha (a produção de carros é a principal atividade industrial da Eslováquia) e as indefinições do Brexit (um dos motores do crescimento eslovaco recente foi a instalação de fábrica da britânica Jaguar-Land Rover, cuja produção foi iniciada há alguns meses). A inflação tem-se mostrado relativamente estável (2,5% em 2018 e previsão de 2,4% em 2019).

A Eslováquia registra, no momento, seu menor nível histórico de desemprego (6,2%, em março), com tendência de queda. Entretanto, o índice apresenta grande variação em função do tipo de trabalho (há escassez de trabalhadores em atividades de alta qualificação) e de regiões (em Bratislava, o índice é apenas uma fração daquele registrado no leste do país, menos desenvolvido). Valendo-se do bom momento econômico, o país passa por período de consolidação fiscal. A dívida pública foi reduzida de 50,9% do PIB em 2017 para 48,9% ao final de 2018, quinto ano consecutivo de queda. O déficit público nominal em 2018 ficou em 0,7% do PIB e, para este ano, o governo planeja reduzi-lo a zero, pela primeira vez desde a formação do país. Planeja-se reduzir a dívida pública a 44,8% até o fim de 2021.

Relações comerciais

As exportações do Brasil para a Eslováquia totalizaram, em 2018, US\$30,7 milhões, 24,6% a mais do que em 2017, enquanto que as importações totalizaram US\$131,3 milhões, com crescimento de 17,5%. No primeiro trimestre de 2019, as exportações do Brasil para a Eslováquia cresceram 19%, enquanto as importações caíram 5,5%, fazendo a corrente de comércio ter queda de 1,4%.

Em 2017, foi criada, em Bratislava, a Câmara de Comércio Eslováquia-Brasil, contando, inicialmente, com 14 empresas. Em outubro de 2018, foi criada também em São Paulo uma Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia, durante a visita do secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus (MNEE), Lukas Parížek. Durante a visita, foi assinado memorando de entendimento para promover o turismo entre os dois países. A mais recente missão

comercial brasileira ocorreu em setembro de 2018, com empresas do setor de autopeças, apoiadas pela APEX. Missão comercial eslovaca está prevista visitar o Rio de Janeiro e São Paulo em junho de 2019.

Os produtos manufaturados constituem o principal segmento na pauta de exportações brasileiras, o que em grande medida reflete a presença da empresa brasileira de compressores Embraco na Eslováquia. Os principais produtos exportados em 2018, segundo o Ministério da Economia do Brasil, foram bombas de ar e compressores (30,4%); café (24,2%); autopeças (8,3%); escavadoras (7,2%); e soja (6,5%). Já de acordo com os dados eslovacos, o Brasil exportou sobretudo minério de ferro (23,7%); bombas de ar e compressores (12,6%); transistores e dispositivos semelhantes semicondutores (8,4%); hidrogênio, gases raros e outros não-metais (5,5%); medicamentos (5,4%); e carne bovina (3,8%).

Refletindo o perfil econômico da Eslováquia, as importações brasileiras originárias do país concentram-se em autopeças (22,2%); motores (6,9%); limpadores de parabrisas ou aparelhos de iluminação (6,7%); bombas de ar ou compressores (5,1%); e exaustores (4,6%).

No campo dos produtos de defesa, o Brasil tem mantido contato regular com o Ministério da Defesa da Eslováquia, com vistas a explorar oportunidades comerciais. Em maio de 2018, o Brasil contou com estande na principal feira de defesa da Eslováquia (bianual), a IDEB, da qual participaram a Embraer e outras empresas brasileiras.

Quatro empresas brasileiras estão presentes na cidade de Spišská Nová Ves, no leste da Eslováquia, gerando cerca de 3 mil empregos. Por atuarem em uma das regiões com menor desenvolvimento do país, as empresas beneficiaram-se de incentivos especiais para investimentos estrangeiros oferecidos pelo governo eslovaco. A Embraco, empresa de compressores com sede em Joinville-SC (cujo controle está sendo vendido pela americana Whirlpool à japonesa Nidec), estabeleceu fábrica naquela cidade em 1999 e é a maior empregadora local. As empresas brasileiras CRW, Microjuntas e Rudolph Usinados instalaram-se no local, atraídas pela Embraco e, hoje, além de serem fornecedoras da empresa brasileira, vendem seus produtos também a outros clientes na Europa. O Fluminense Football Club é dono do Flu Samorin, time de futebol em sede próxima a Bratislava.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1918 – Fim do domínio dos Habsburgos; tchecos e eslovacos criam a Tchecoslováquia.

1939 - A Alemanha ocupou Checoslováquia, "protetorado" alemão estabelecido.

1944 - A insurreição nacional eslovaca, com 60.000 soldados eslovacos e 18.000 guerrilheiros, levantaram-se contra os nazistas.

1945 - O exército soviético libertou a Eslováquia, restaurada ao status de antes da guerra; regressou ao estado tchecoslovaco.

1948 - Partido comunista tomou o poder. País adere à esfera soviética.

1968 – Primavera de Praga é reprimida pela União Soviética.

1969 - A nação tornou-se a República Socialista Tcheca da Tchecoslováquia.

1989 - A Revolução de Veludo começou, levou à queda do governo do Partido Comunista. Após 42 anos; Vaclav Havel foi eleito presidente da Tchecoslováquia.

1992 - O governo da Eslováquia declarou independência da Tchecoslováquia

1993 - A República da Eslováquia tornou-se oficial. Michal Kovac foi eleito presidente.

1998 - Mikulas Dzurinda eleito primeiro ministro, começou a trabalhar em integrar a Eslováquia às estruturas euroatlânticas.

2003 - 92% dos eleitores aprovaram adesão à UE.

2005 – Eslováquia eleita para o Conselho de Segurança da ONU.

2006 – O SMER vence as eleições e Robert Fico se torna primeiro-ministro.

2007 – Ingresso no Espaço Schengen.

2009 – Adoção do euro.

2010 - Iveta Radicova, do partido SDKU-DS, é nomeada primeira-ministra à frente de um governo de quatro partidos de centro-direita após as eleições parlamentares de junho.

2012 – O partido SMER obtém maioria absoluta no parlamento, e Robert Fico volta ao cargo de primeiro-ministro.

2014 – O candidato independente Andrej Kiska se elege presidente

2018 – Robert Fico renuncia e o SMER designa Peter Pellegrini para substituí-lo.

2019 – Kiska se recusa a disputar a reeleição, e Zuzana Čaputová eleita presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

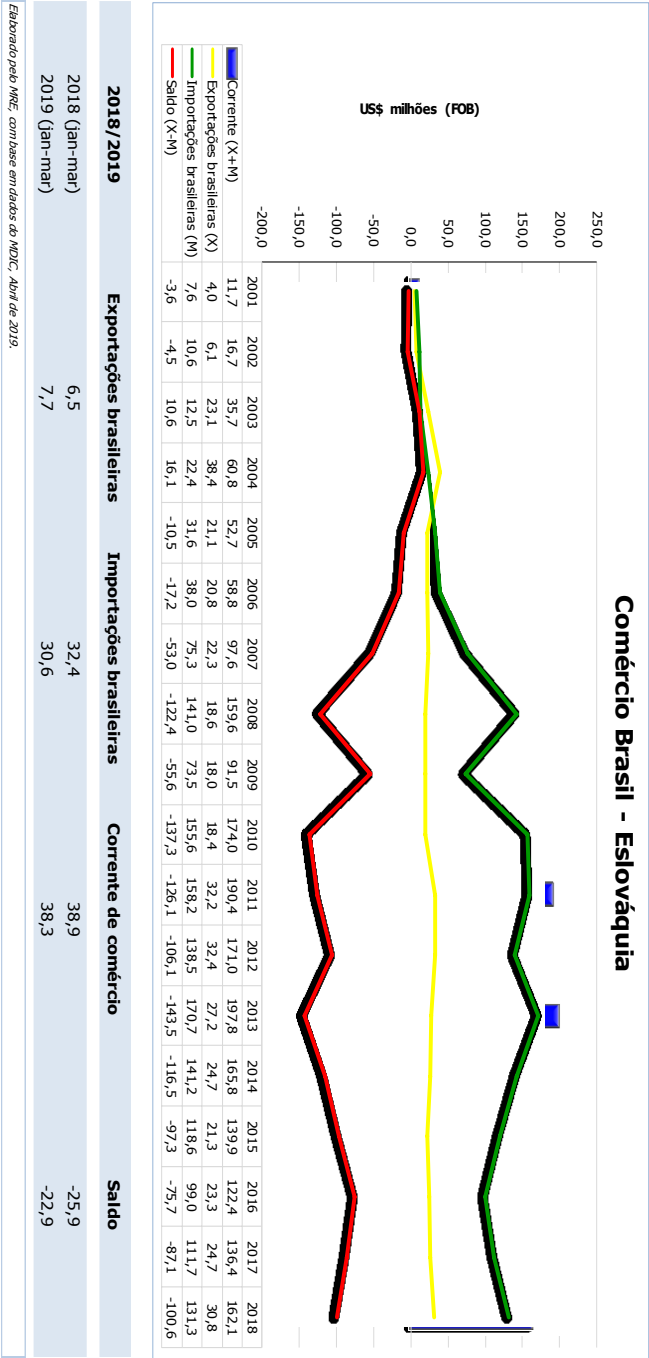
- 1918 - Brasil reconhece independência da Tchecoslováquia.
- 1993 - Brasil reconhece a independência da Eslováquia.
- 1996 - Brasil altera cumulatividade da Embaixada em Praga para a Embaixada em Viena.
- 1996 - Visita à Eslováquia do ministro do Exército, General Zenildo Lucena.
- 1997 - Visita ao Brasil do ministro da Defesa, Ján Šítek.
- 1998 - Visita ao Brasil da ministra dos Negócios Estrangeiros e Europeus, Zdenka Krámplová.
- 1999 - Instalação da EMBRACO na Eslováquia.
- 2001 - Visita ao Brasil do presidente Rudolf Schuster.
- 2002 - Visita à Eslováquia do presidente Fernando Henrique Cardoso.
- 2004 - Inauguração de Consulado Honorário do Brasil em Bratislava.
- 2006 - Visita a Bratislava da diretora do Departamento de Europa, embaixadora Edileuza Fontenelle.
- 2008 - Abertura da Embaixada residente do Brasil em Bratislava.
- 2009 - Visita ao Brasil do ministro da Economia, Lubomir Jahnatek.
- 2012- Visita ao Brasil do ministro da Defesa, Martin Givák (para participar da feira LAAD e visitar a Embraer).
- 2012 - Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente, Peter Ziga, para participar da Conferência Rio+20.
- 2013 - Visita à Eslováquia do então ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.
- 2013 - Visita à Eslováquia do então ministro da Defesa, Celso Amorim.
- 2013- Visita ao Brasil do ministro da Defesa, Martin Givák para participar da feira LAAD.
- 2013 - Visita à Eslováquia de delegação do Senado Federal chefiada pelo senador Luiz Henrique da Silveira.
- 2013 - Visita à Eslováquia dos deputados João da Silva Maia e Vander Luiz dos Santos Loubet.
- 2014 - Visita ao Brasil do ex-presidente Rudolf Schuster.
- 2015 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus, Miroslav Lajčák.
- 2015 - Visita à Eslováquia do ex-ministro da Defesa, Celso Amorim para participar de conferência sobre segurança global, GLOBSEC.
- 2016 - Visita ao Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do presidente Andrej Kiska.
- 2017 - Estabelecimento da Câmara de Comércio Eslováquia-Brasil, em Bratislava.
- 2017 - Realização do I Festival de Cultura Brasileira na Eslováquia (“Brazislava”).

2018 - Visita ao Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) do secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus, Lukás Parizek.
Criação da Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia em São Paulo.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Data da publicação
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	12/11/2003	06/08/2005	19/05/2005
Acordo sobre Cooperação Cultural.	07/04/1989	26/01/1990	27/12/1989
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	26/08/1986	14/11/1990	24/05/1990
Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica	02/07/1985	26/01/1990	27/12/1989
Acordo de Comércio	19/07/1977	05/06/1978	26/05/1978

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

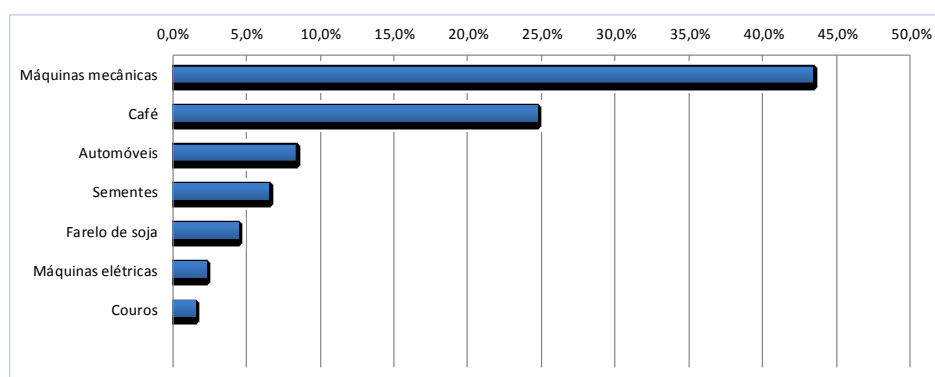


Composição das exportações brasileiras para a Eslováquia
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	12,3	52,7%	14,1	56,9%	13,4	43,4%
Café	0,6	2,7%	1,0	3,9%	7,6	24,7%
Automóveis	1,3	5,8%	2,0	8,2%	2,6	8,3%
Sementes	0,0	0,0%	0,0	0,0%	2,0	6,5%
Farelo de soja	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,4	4,4%
Máquinas elétricas	1,1	4,6%	1,7	6,7%	0,7	2,2%
Couros	1,1	4,8%	2,5	10,2%	0,5	1,5%
Subtotal	16,4	70,5%	21,2	86,0%	28,0	91,1%
Outros	6,9	29,5%	3,5	14,0%	2,7	8,9%
Total	23,3	100,0%	24,7	100,0%	30,8	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

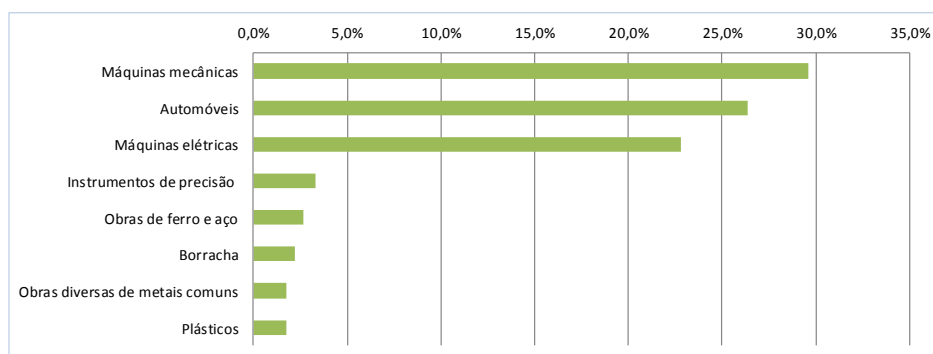


Composição das importações brasileiras originárias da Eslováquia
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	26,8	27,1%	26,8	24,0%	38,9	29,6%
Automóveis	27,1	27,4%	28,3	25,3%	34,7	26,4%
Máquinas elétricas	24,7	24,9%	29,1	26,0%	30,0	22,8%
Instrumentos de precisão	2,8	2,9%	4,3	3,9%	4,4	3,3%
Obras de ferro e aço	2,9	3,0%	5,1	4,5%	3,5	2,7%
Borracha	1,8	1,9%	2,2	2,0%	2,9	2,2%
Obras diversas de metais comuns	2,4	2,5%	1,2	1,1%	2,3	1,8%
Plásticos	1,8	1,8%	1,6	1,4%	2,3	1,7%
Subtotal	90,4	91,3%	98,6	88,2%	118,9	90,5%
Outros	8,6	8,7%	13,1	11,8%	12,4	9,5%
Total	99,0	100,0%	111,7	100,0%	131,3	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



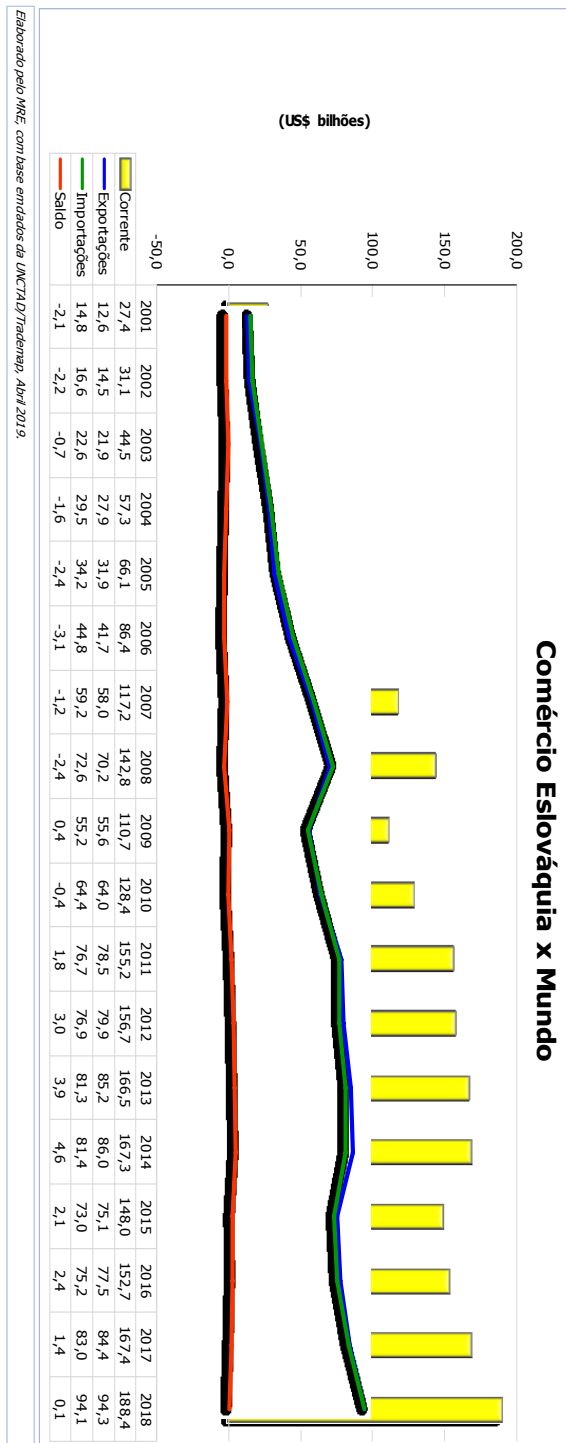
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Café	0,9	13,1%	4,0	51,9%	Café 51,9%
Máquinas mecânicas	4,0	61,5%	2,2	28,2%	Máquinas mecânicas 28,2%
Automóveis	0,7	10,4%	0,7	8,5%	Automóveis 8,5%
Couros	0,4	6,4%	0,3	3,2%	Couros 3,2%
Subtotal	5,9	91,4%	7,1	91,9%	
Outros	0,6	8,6%	0,6	8,1%	
Total	6,5	100,0%	7,7	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Máquinas mecânicas	10,4	32,0%	9,5	31,0%	Máquinas mecânicas 31,0%
Máquinas elétricas	7,2	22,2%	8,2	26,7%	Máquinas elétricas 26,7%
Automóveis	7,4	22,9%	7,4	24,1%	Automóveis 24,1%
Instrumentos de precisão	1,0	3,1%	1,3	4,1%	Instrumentos de precisão 4,1%
Borracha	1,1	3,3%	1,0	3,3%	Borracha 3,3%
Obras diversas de metais comuns	0,5	1,6%	0,5	1,7%	Obras diversas de metais comuns 1,7%
Subtotal	27,6	85,1%	27,8	90,9%	
Outros produtos	4,8	14,9%	2,8	9,1%	
Total	32,4	100,0%	30,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

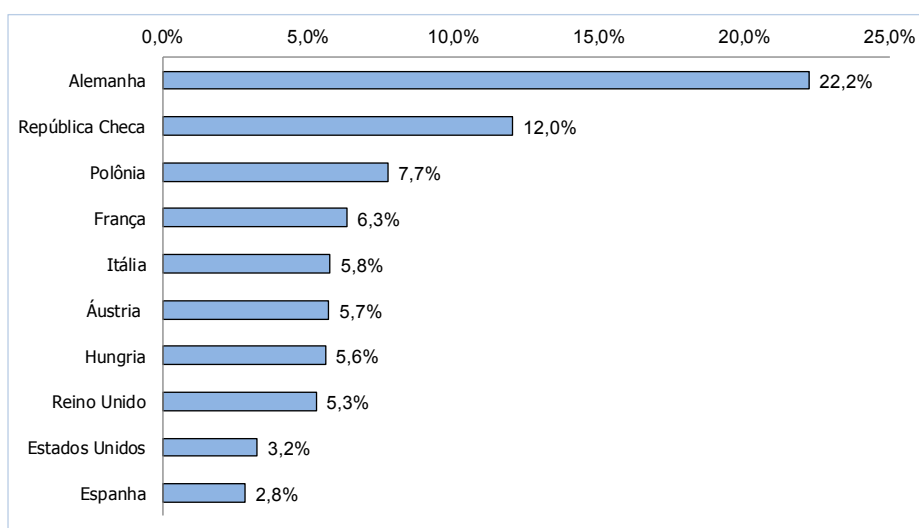


Principais destinos das exportações da Eslováquia
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Alemanha	20,95	22,2%
República Checa	11,35	12,0%
Polônia	7,29	7,7%
França	5,97	6,3%
Itália	5,43	5,8%
Áustria	5,39	5,7%
Hungria	5,27	5,6%
Reino Unido	4,96	5,3%
Estados Unidos	3,06	3,2%
Espanha	2,67	2,8%
...		
Brasil (55º lugar)	0,07	0,1%
Subtotal	72,40	76,8%
Outros países	21,90	23,2%
Total	94,29	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais destinos das exportações

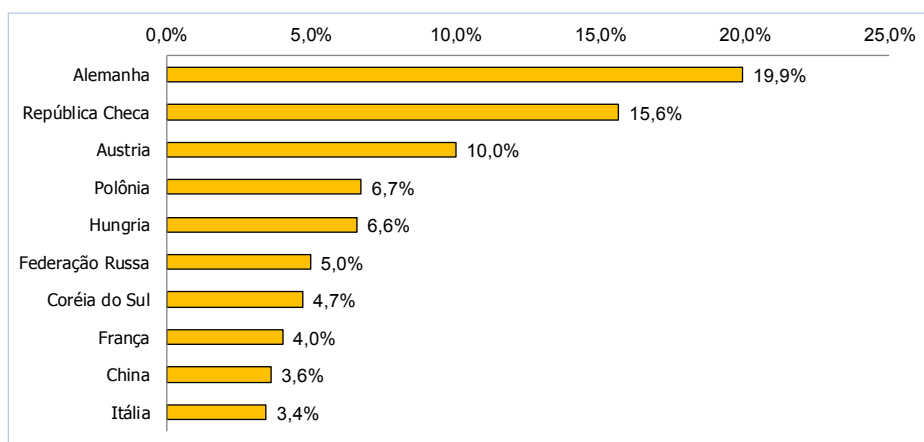


Principais origens das importações da Eslováquia
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Alemanha	18,74	19,9%
República Checa	14,71	15,6%
Austria	9,41	10,0%
Polônia	6,33	6,7%
Hungria	6,19	6,6%
Federação Russa	4,67	5,0%
Coréia do Sul	4,42	4,7%
França	3,77	4,0%
China	3,39	3,6%
Itália	3,24	3,4%
...		
<i>Brasil (47º lugar)</i>	<i>0,05</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	74,92	79,6%
Outros países	19,23	20,4%
Total	94,15	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais origens das importações

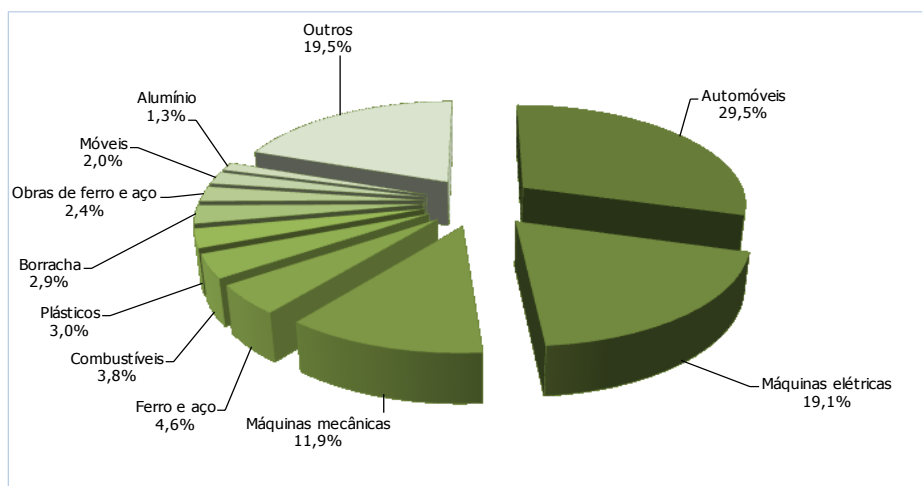


Composição das exportações da Eslováquia
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Automóveis	27,85	29,5%
Máquinas elétricas	18,02	19,1%
Máquinas mecânicas	11,24	11,9%
Ferro e aço	4,38	4,6%
Combustíveis	3,54	3,8%
Plásticos	2,81	3,0%
Borracha	2,73	2,9%
Obras de ferro e aço	2,26	2,4%
Móveis	1,89	2,0%
Alumínio	1,21	1,3%
Subtotal	75,93	80,5%
Outros	18,36	19,5%
Total	94,29	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

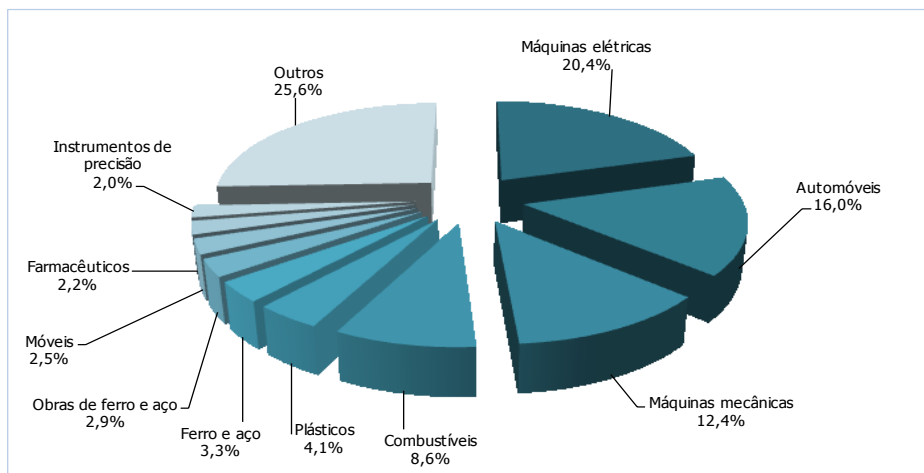


Composição das importações da Eslováquia
US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas elétricas	19,22	20,4%
Automóveis	15,08	16,0%
Máquinas mecânicas	11,67	12,4%
Combustíveis	8,14	8,6%
Plásticos	3,87	4,1%
Ferro e aço	3,14	3,3%
Obras de ferro e aço	2,69	2,9%
Móveis	2,34	2,5%
Farmacêuticos	2,04	2,2%
Instrumentos de precisão	1,84	2,0%
Subtotal	70,03	74,4%
Outros	24,12	25,6%
Total	94,15	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Eslováquia

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	3,90%	4,14%	3,80%	3,70%	3,50%
PIB nominal (US\$ bilhões)	106,94	112,33	120,44	128,12	136,28
PIB nominal "per capita" (US\$)	19.642	20.598	22.047	23.414	24.864
PIB PPP (US\$ bilhões)	191,09	203,24	214,99	227,10	239,42
PIB PPP "per capita" (US\$)	35.099	37.268	39.356	41.502	43.681
População (milhões habitantes)	5,44	5,45	5,46	5,47	5,48
Desemprego (%)	7,49%	6,86%	6,50%	6,21%	6,14%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,80%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-1,78%	-0,91%	-0,39%	-0,14%	0,05%
Dívida externa (US\$ bilhões)	—	—	—	—	—
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	1,15	1,21	1,22	1,23	1,25

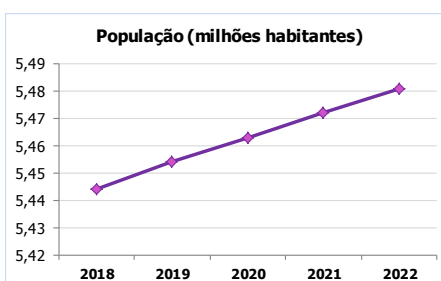
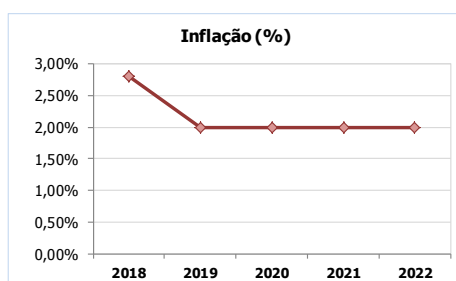
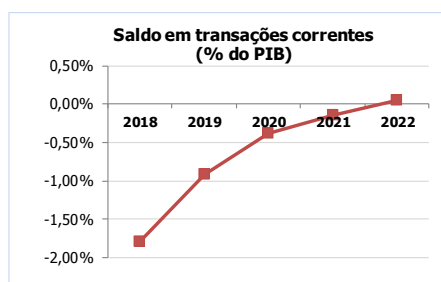
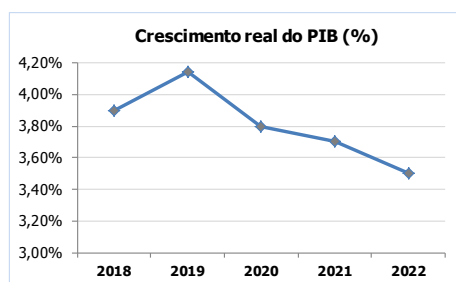
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	3,8%
Indústria	35,0%
Serviços	61,2%

Elaborado pelo MRE, com base nos dados: do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM BRATISLAVA
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR LUIS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO

Transmito, a seguir, relatório simplificado de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Bratislava, que se iniciou em 13 de fevereiro de 2017. À luz dos aspectos centrais da situação do país, faço um apanhado do relacionamento recente entre o Brasil e a Eslováquia nos setores político, econômico-comercial e cultural. Encerro meu relatório com uma avaliação geral, breves considerações sobre dificuldades encontradas em minha gestão e algumas sugestões para meu sucessor.

POLÍTICA INTERNA E EXTERNA

2. Desde que assumi a chefia da representação brasileira, pude testemunhar a trajetória de estabilidade e desenvolvimento econômico-social da Eslováquia, que emergiu como nação independente há apenas 26 anos. O chamado "divórcio de veludo", que dissolveu a antiga Tchecoslováquia em 1993, ocorreu quatro anos após a "revolução de veludo", a qual libertou o país do comunismo e do jugo da União Soviética. A separação entre a República Tcheca e a República Eslovaca deu-se de forma ordeira e pacífica, constituindo mais um arranjo político do que uma efetiva demanda das duas sociedades, as quais mantêm até hoje relações estreitas e cordiais.

3. Não obstante os aspectos majoritariamente positivos do percurso da Eslováquia, impulsionada, sobretudo, pela adesão à UE em 2004, à OTAN naquele mesmo ano, ao espaço Schengen em 2007 e ao euro em 2009, pude igualmente observar os percalços de uma sociedade que ainda enfrenta desafios na consolidação do estado democrático de direito.

4. A crise mais recente ocorreu no início de 2018, com o assassinato de jornalista, Jan Kuciak, que investigava possíveis ligações de empresários e funcionários muito próximos ao partido governista com a máfia italiana, inclusive em esquema de desvios de fundos da UE. Milhares saíram às ruas para protestar contra o primeiro-ministro Robert Fico, que já sofrera desgaste por acusações de corrupção durante a presidência rotativa do Conselho da UE pela Eslováquia em 2016. Fico foi forçado a renunciar em 14 de março de 2018, a fim de evitar a convocação de eleições parlamentares antecipadas. Foi substituído por seu vice, Peter Pellegrini. Refletindo a insatisfação crescente em diversos setores da sociedade eslovaca, o presidente Andrej Kiska tornou públicas suas críticas à coalizão de governo liderada por Robert Fico, chegando ao ponto de qualificar a Eslováquia como um "Estado mafioso".

5. O desgaste do partido de Fico (SMER-SD), após longos anos no poder, acabou repercutindo nas eleições presidenciais de 30 de março de 2019, quando o candidato apoiado pelo partido, Maros Sefcovic, foi derrotado no segundo turno pela advogada e ativista ambiental Zuzana Caputová. Como quinta presidente desde a independência do país e a

quarta eleita diretamente (o primeiro foi eleito pelo Parlamento), Caputová é a primeira mulher a assumir a chefia de Estado da Eslováquia, como também de um dos países do V-4 (grupo de que participa ao lado de Hungria, Polônia e República Tcheca).

6. Em termos de política externa, a participação da Eslováquia na UE constitui prioridade máxima desde que o país aderiu ao bloco, em 2004. A subsequente entrada no espaço Schengen, a adoção do euro e a participação na OTAN corroboraram a inequívoca orientação do país pelas instituições euro-atlânticas. Em abril de 2019, Pellegrini anunciou que a Eslováquia deverá atingir, já em 2022, a meta assumida pelos países-membros da OTAN de elevar seus gastos nacionais em defesa para 2% do PIB.

7. Apesar de seu tamanho reduzido, a Eslováquia tem tido uma política externa bastante ativa. Seu chanceler, Miroslav Lajčák (no cargo de 2009 a 2010 e de 2012 até o presente), é um diplomata que atua com grande desenvoltura e cujas habilidades são reconhecidas internacionalmente (entre outras incumbências foi presidente da Assembleia Geral da ONU no período de 2017 a 2018).

8. A Eslováquia tem demonstrado crescente engajamento em diversos temas da agenda de segurança internacional. Atualmente, participa com contingentes militares e/ou policiais de missões e operações nos seguintes países: Afeganistão, Iraque e Letônia (sob o amparo da OTAN); Bósnia-Herzegovina, Geórgia, Kosovo, Moldova, Ucrânia (sob a égide da UE); Chipre, Haiti e Palestina (no marco da ONU); e Ucrânia (sob a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa - OSCE).

9. Após a UE e a OTAN, o Grupo de Visegrado (V4) constitui a terceira prioridade da política externa eslovaca. Ao resgatar e instrumentalizar o conceito de Europa Central, as quatro nações que compõem o grupo compartilham de uma mesma trajetória histórica, ao decidirem, livres do comunismo, integrar-se às instituições euro-atlânticas. Com o passar do tempo, e ainda que com matizes entre cada uma delas, foram progressivamente assumindo uma identidade própria no seio da UE. De modo geral, fazem hoje contraponto ao que entendem ser uma distorção do projeto europeu, que resultou na centralização decisória em Bruxelas e nos riscos colocados pelo multiculturalismo e pela dissolução das identidades nacionais. Os países do grupo posicionaram-se, nesse sentido, contra a proposta de sistema de quotas e de redistribuição de imigrantes. Lograram, com relativo êxito, resistir à crise financeira por que passou a Europa em 2008, mantendo nos anos seguintes bons índices de crescimento, com um mercado dotado de crescente poder aquisitivo, de mais de 60 milhões de pessoas. Hoje, o intercâmbio comercial do V4 com a Alemanha, por exemplo, é maior do que o mantido por esta com a França.

10. A Eslováquia assumiu a presidência rotativa do V4 em junho de 2018 pelo período de um ano. As questões do “Brexit”, do orçamento multianual da UE e da política de coesão pós-2020 foram eleitas como centrais na coordenação do grupo. Na área externa, destaque é dado às relações com os países dos Bálcãs ocidentais (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia) e da Parceria Oriental (Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldova e Ucrânia), bem como às reuniões no formato V4+, sobretudo com parceiros como Alemanha, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, França,

Israel, Japão e Turquia. Recordo que o Brasil já participou de evento no formato V4+, organizado pela Eslováquia em 2013 (reunião do então ministro da Defesa, Celso Amorim, com seus homólogos do Grupo de Visegrado).

11. Diferentemente de seus parceiros do V4, a Eslováquia adota o euro e costuma assinalar intenção de sempre fazer parte do “núcleo central” da integração europeia. Essa postura é invocada por Bratislava para procurar atuar como facilitadora do diálogo entre a UE e os outros países do V4, particularmente Hungria e Polônia, cujas relações com Bruxelas têm passado por dificuldades nos últimos anos em questões relacionadas a distintas percepções sobre o funcionamento do estado democrático de direito.

12. A Eslováquia quer ver-se como ator relevante também na relação da UE com a Rússia, mantendo em alguns temas certo distanciamento em relação às políticas de seus parceiros euro-atlânticos. Ao passo que o presidente Andrej Kiska defende postura claramente pró-UE e pró-OTAN, evidenciam-se sentimentos de simpatia para com Rússia em muitos no Parlamento eslovaco, a começar pelo seu presidente, Andrej Danko. Nesse contexto, o governo tem procurado agir com cautela em temas que possam antagonizar Moscou, como evidenciou o fato de a Eslováquia não ter acompanhado a decisão de diversos parceiros ocidentais de expulsar diplomatas russos na sequência do atentado contra Sergei Skripal e sua filha em Salisbury, Reino Unido, ou ainda de não reconhecer Juan Guaidó como presidente legítimo da Venezuela.

13. A Eslováquia, tanto individualmente quanto no contexto do V4, é ativa defensora do alargamento da União Europeia, buscando contribuir para o ingresso dos países dos Bálcãs no bloco europeu. Manifesta com eles disposição em compartilhar sua experiência de transição socioeconômica e política para os padrões da UE. A diplomacia eslovaca busca papel semelhante na aproximação com os países da Parceria Oriental.

14. Além da presidência de turno do V4, a Eslováquia exerce em 2019 a presidência da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE). Entre outros eventos, estão previstas 12 conferências em Bratislava. A presidência tenciona enfocar temas como a crise na Ucrânia e os conflitos na Geórgia e em Nagorno-Karabakh, cibersegurança, combate ao terrorismo, ao extremismo e ao antissemitismo, e promoção da liberdade religiosa.

15. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Eslováquia em 1993, na sequência de sua criação. Em 2008, foi estabelecida a Embaixada residente em Bratislava. Brasil e Cuba são os únicos países latino-americanos com Embaixadas residentes na capital eslovaca (total de 43). A presença de representação diplomática em Bratislava conferiu-me maior acesso às autoridades locais, que sempre valorizaram a decisão do governo brasileiro.

16. Em 1998, estive no Brasil a ministra de Negócios Estrangeiros e Europeus (MNEE), Zdenka Kramplová. A única visita oficial de um Chefe de Estado brasileiro à Eslováquia ocorreu em 2002, com a ida do presidente Fernando Henrique Cardoso, em retribuição à visita feita pelo presidente Rudolf Schuster ao Brasil, em 2001.

17. Estiveram no Brasil, desde então, os ministros da Economia (Lubomir Jahnatek, 2009), Meio Ambiente (Peter Ziga, 2012), Defesa (Martin Glvác, 2013), o ex-presidente Rudolph Schuster (2014), o ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus (Miroslav Lajcák, 2015), o secretário de estado da Defesa (Milos Koterec, 2015), o secretário de estado do MNEE Igor Slobodník (2016) e o secretário de estado do MNEE Lukas Parízek (2018). Além disso, durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, visitaram o Brasil o presidente Andrej Kiska e o secretário de estado de Temas sociais e Família, Branislav Ondrus.

18. Em 2013, quando a Eslováquia celebrou 20 anos de existência, destacaram-se três missões brasileiras a Bratislava: a do chanceler Antonio Patriota; do Senado Federal, chefiada pelo senador Luiz Henrique da Silveira, presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Eslováquia; e do ministro da Defesa, Celso Amorim (encontros bilaterais e no formato V4+). Já na condição de ex-ministro da Defesa e das Relações Exteriores, Amorim esteve presente em Bratislava durante conferência sobre segurança global (Globsec 2015).

19. O encontro bilateral mais recente ocorreu em 3 de outubro de 2018, por ocasião da visita do secretário de estado (vice-ministro) do MNEE, Lukás Parizek, ao Brasil. Durante encontro no Itamaraty ficou acordado que, observada a necessária flexibilidade quanto ao formato e ao nível das consultas políticas (a primeira reunião ocorreu em 2013), fossem estas realizadas periodicamente a cada dois anos, sugerindo que a próxima reunião ocorra em 2020, em Bratislava. Parizek esteve também em São Paulo e Rio de Janeiro, com foco no setor empresarial. Durante sua visita a São Paulo, foi estabelecida uma Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia, homóloga à Câmara de Comércio que foi criada em Bratislava em 2017. Em Brasília, o secretário de estado assinou Memorando de Entendimento entre o Ministério do Transporte e Construção da Eslováquia e o Ministério do Turismo do Brasil para cooperação no campo do turismo.

20. No período em que estive à frente da Embaixada em Bratislava, empreendi esforços para que fossem retomadas e intensificadas as visitas bilaterais. Em abril de 2017, estava programada visita do primeiro-ministro Robert Fico ao Brasil, que acabou sendo cancelada de última hora pelo premiê, por motivos de saúde. Também gestionei a ida do ministro da Defesa, Peter Gajdos, ao Brasil em junho de 2018 para participar da "Rio International Defense Exhibition" (RIDEX-2018), a qual teve de ser cancelada pela convocação do ministro para debates no Parlamento relativos à compra dos caças F-16 pela Eslováquia.

21. Em 2017 transmiti convite do então senador Antonio Anastasia, presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Eslováquia do Congresso Nacional, ao deputado Martin Poliacik e demais membros do Grupo Parlamentar de Amizade Eslováquia-Países Latino-Americanos para visitar o Brasil.

22. No plano multilateral, a Eslováquia tem dado apoio a diversas iniciativas e importantes candidaturas e pleitos brasileiros, entre os quais o do Rio de Janeiro para sediar o Congresso Mundial das Câmaras de Comércio em 2019. Houve acordo entre as chancelarias para a troca de apoios envolvendo a candidatura da Eslováquia ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), mandato 2028-2029, e o pleito brasileiro ao mesmo órgão, mandato 2022-2023. Tanto em 2018, como em 2019, em particular após o anúncio pelo presidente Donald

Trump do apoio dos EUA ao pleito brasileiro de ingresso na OCDE, realizei gestões junto à Chancelaria, em que me foi reiterado o apoio eslovaco, de especial relevância no momento em que o país viria a assumir a presidência da reunião ministerial do Conselho daquela Organização.

23. Foram também realizadas pelo Posto gestões junto à Chancelaria e outros Ministérios da Eslováquia sobre temas como: a realização do Foro Mundial da Água em Brasília, da "Rio International Defense Exhibition" (RIDEX-2018) e do "Global Agribusiness Forum" em São Paulo; a proposta brasileira de Convenção sobre Cooperação e Acesso à Justiça para Turistas Internacionais; e candidaturas à Organização Internacional do Café, ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações, à Organização Internacional da Vinha e do Vinho, ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, à Organização Mundial do Turismo, ao Comitê Executivo da INTERPOL, ao Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar, à Junta Executiva da UNESCO, à presidência da Comissão do Codex Alimentarius, ao Conselho da Organização Marítima Internacional, ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, e à Comissão Internacional do Serviço Público, da ONU.

ECONOMIA E COMÉRCIO

24. Com reduzido déficit fiscal, baixa dívida pública e um sistema bancário robusto, a Eslováquia pôde adotar sem dificuldade o euro em 2009. A eliminação do risco cambial em relação a seus principais parceiros na Europa, os baixos custos relativos de produção e o bom ambiente de negócios tornaram o país um polo de atração de investimentos, especialmente no setor automotivo. A Eslováquia é hoje o maior produtor per capita de automóveis do mundo. Seu sistema produtivo é integrado às cadeias de valor europeias, sobretudo alemãs, e em alguns casos, mundiais. Algumas empresas da Ásia, dos EUA e mesmo brasileiras utilizam a Eslováquia como plataforma de exportação para o resto da Europa e terceiros países.

25. Durante o período em que estive à frente da Embaixada em Bratislava, a economia eslovaca apresentou índices de crescimento vigorosos, sobretudo se comparados aos de seus pares na zona do euro (3,2% em 2017 e 4,1% em 2018 versus 2,4% e 1,8% na zona do euro). Em 2019, os índices têm-se mantido muito positivos (previsão de 3,5% de expansão), mas se nota certo arrefecimento do otimismo que se via até alguns meses, em função sobretudo dos resultados mais fracos no quadro geral europeu (a UE responde por cerca de 75% do comércio exterior eslovaco, o qual equivale a 167% do PIB nominal). A inflação tem-se mostrado relativamente estável (2,5% em 2018 e previsão de 2,4% em 2019), a despeito do mais baixo nível de desemprego da história do país (6,2%, em março último).

26. Valendo-se do bom momento econômico, a Eslováquia passa por período de consolidação fiscal, com a dívida pública em seu quinto ano consecutivo de queda, situando-se em 48,9% ao final de 2018. O déficit público nominal em 2018 ficou em 0,7% do PIB, e, para este ano, o governo planeja reduzi-lo a zero, pela primeira vez desde a formação do país,

ainda que a realização de eleições parlamentares (até março de 2020) possa encorajar aumento dos gastos públicos.

27. Com relação ao médio e longo prazos, causam preocupação as pressões de custos, especialmente trabalhistas, o despreparo relativo da força de trabalho para a transformação digital, a escassez de trabalhadores aptos para áreas de maior sofisticação tecnológica e a migração da indústria automobilística para os veículos elétricos, o que poderá redefinir a lógica da distribuição espacial das fábricas em nível europeu e mundial.

28. Em 2018, o comércio exterior eslovaco alcançou seu valor máximo histórico, havendo as exportações crescido 6,7% e chegado a EUR 79,8 bilhões, enquanto as importações aumentaram 7,8%, atingindo EUR 77,3 bilhões. O comércio com o Brasil ainda é modesto. Uma estimativa mais precisa do comércio bilateral é dificultada pela acentuada (e crescente) discrepância entre os dados oficiais eslovacos e aqueles registrados pelo governo brasileiro, possivelmente em função do conhecido “efeito Roterdã” e do fato de a Eslováquia não ter saída marítima, de modo que parte do comércio bilateral é registrada em países intermediários. Caso sejam considerados os registros de importação feitos pelas autoridades dos respectivos países importadores, o comércio bilateral parece próximo do equilíbrio: o Brasil exportou em 2018 US\$ 97,8 milhões e importou US\$ 131,3 milhões. Por outro lado, caso sejam tomados apenas os dados do governo eslovaco, o Brasil teria recuperado posição superavitária em 2018 no comércio bilateral, com saldo de EUR 13,2 milhões. Segundo os dados eslovacos, entre 2017 e 2019, as exportações brasileiras cresceram 9,8%, as importações, 14,1%, e a corrente de comércio, 11,8%.

29. De acordo com o Ministério da Economia do Brasil, as exportações para a Eslováquia totalizaram US\$ 30,8 milhões em 2018, 24,6% a mais do que em 2017, com destaque para as vendas de bombas de ar e compressores (relacionada à presença da Embraco no país) e de café. A pauta exportadora brasileira caracteriza-se pela forte presença de itens manufaturados, como compressores, transistores, insulina, autopeças e niveladoras, ainda que itens básicos ou semimanufaturados (especialmente alimentos e minérios) apresentem bom crescimento. Por outro lado, o Brasil importou, em 2018, no total de US\$ 131,3 milhões (aumento de 17% sobre 2017), segundo a fonte brasileira, ou de EUR 72,7 milhões (aumento de 0,6% sobre 2017), segundo a fonte eslovaca, sempre com destaque para autopeças e motores, refletindo o perfil da economia eslovaca.

30. Parte do comércio entre o Brasil e a Eslováquia pode ser atribuído à importante presença de investimentos produtivos brasileiros no país. Situam-se no leste do país fábricas das empresas Embraco (compressores), CRW (plásticos), Microjuntas (juntas) e Rudolph Usinados (produtos metálicos). De forma geral, os relatos que obtive de tais empresas são de que estariam tendo êxito em sua experiência de internacionalização, mediante a diversificação de seus clientes em vários países europeus e perspectiva de crescimento. Outro investimento digno de nota, em setembro de 2017, time de futebol local, hoje na segunda divisão nacional, adotou oficialmente o nome Fluminense Samorín, consolidando parceria formada em 2015, quando o Fluminense adquiriu 77% da titularidade do time eslovaco.

31. Em 2017, a deflagração da operação "carne fraca" e seus desdobramentos tiveram forte impacto negativo sobre a imagem da carne brasileira na Eslováquia, o que se agravou com os resultados de numerosos testes conduzidos pelo governo eslovaco em amostras de carne de frango brasileiras à venda no mercado local. Segundo foi divulgado, esses testes apontaram a presença de salmonela de três diferentes tipos nos produtos brasileiros verificados. De modo a reduzir os efeitos sobre as vendas brasileiras, que tiveram forte queda nos meses subsequentes, o Posto realizou gestões e ofereceu esclarecimentos ao público e às autoridades locais sobre a dimensão real da questão e a transparência com que o assunto vinha sendo tratado pelo lado brasileiro, inclusive em reação a matérias publicadas na imprensa eslovaca. Apontando no sentido da recuperação, em 2018, as vendas brasileiras de carnes para a Eslováquia cresceram 35% (total de EUR 4,6 milhões), tendo a carne bovina resfriada liderado o aumento, com 97% (EUR 3,2 milhões), e as exportações de carne de frango crescido 19% (EUR 1,2 milhão).

32. O setor de defesa foi objeto de especial atenção durante minha gestão, em vista das oportunidades que surgiam na Eslováquia: o orçamento anual para defesa, em termos absolutos, deve dobrar até 2022 em relação a 2017, atingindo 2% do PIB. Como motivos adicionais, havia o interesse direto demonstrado por empresas brasileiras junto à Embaixada e a necessidade de realização de tratativas de governo a governo (um dos requisitos das autoridades locais no tocante a diversas compras no setor). O Brasil contou com estande organizado pela Embaixada, em maio de 2018, na "International Defense Exhibition" (IDEB), principal feira de defesa da Eslováquia (bianual), com a participação de quatro empresas nacionais, entre elas a Embraer. O Posto também apoiou a participação de empresas nas edições anuais do "Slovak International Air Fest" (SIAF), realizadas na região central do país, e em encontros, apresentações e almoços de trabalho com autoridades e especialistas do Ministério da Defesa. Foram feitas gestões para garantir participação de alto nível da Eslováquia na LAAD, no Rio de Janeiro (na última edição, a delegação eslovaca foi liderada pelo Cel. Vladimir Kavicky, Diretor Nacional de Armamentos do Ministério da Defesa).

33. As áreas de promoção comercial e atração de investimentos foram prioritárias em minha gestão. Logo que assumi, coordenei a elaboração do primeiro guia "Como Exportar – Eslováquia". Com o intuito de subsidiar iniciativas concretas de promoção comercial e aprimorar o apoio ao empresariado brasileiro, foram elaborados estudos de inteligência comercial pelo método do cruzamento de pauta, nos moldes do Mapa Estratégico de mercados e Oportunidades Comerciais da Apex, o que permitiu lançar luzes sobre os principais produtos que, com base nos parâmetros do Plano Nacional de Exportações/PNE 2015-2018, teriam maior potencial para o Brasil no mercado eslovaco. Foi ainda produzido estudo sobre "start-ups" na Eslováquia e mapeamento dos setores automobilístico, de autopeças e máquinas agrícolas. A Embaixada está no momento trabalhando em estudos sobre ciência e tecnologia e biocombustíveis.

34. Tomei a iniciativa de propor às empresas brasileiras estabelecidas no país a criação da Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia (BSCC). O objetivo era elevar o perfil das relações econômicas bilaterais e oferecer aos empresários instrumento para o diálogo com o governo local em temas de interesse comum. Dado que são apenas quatro empresas brasileiras, a

participação foi aberta a qualquer empresa com interesse no comércio e investimentos com o Brasil. Atualmente a BSCC conta com 15 membros de variados setores (alimentos, defesa, tecnologia, consultoria jurídica, mecânica e minérios).

35. A Embaixada vem intermediando a negociação de um memorando de entendimento entre o Inmetro e o órgão homólogo eslovaco (UNMS), cujo texto se encontra em estágio avançado de negociação, ora em avaliação pelo lado brasileiro. Além da assinatura do instrumento, a parte eslovaca demonstrou à Embaixada interesse em convidar delegação do Inmetro para visitar o país. A cooperação em normas técnicas será importante para o comércio de bens industriais.

36. Busquei encorajar a implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica, assinado em 2009 com o MDIC, pelo então ministro da Economia eslovaco, Lubomir Jahnatek. O atual ministro da Economia, Peter Ziga, me assegurou ter interesse na implementação daquele instrumento. Entretanto, ainda não foi possível convocar a primeira reunião da Comissão Mista de Promoção do Comércio e de Investimentos, criada por aquele MdE, a despeito do interesse eslovaco.

37. Procurei estimular o envio de missões empresariais do Brasil à Eslováquia e vice-versa. Nesse sentido, visitei montadoras de automóveis, com vistas a abrir canais de diálogo com empresas brasileiras de autopeças. Com o estímulo da Embaixada, foi realizada missão prospectiva do setor de autopeças do Brasil à Eslováquia em setembro de 2018, no contexto do projeto “Brazil Auto Parts”, parceria do Sindipeças com a Apex.

38. A Embaixada contribuiu para a composição de comitiva empresarial que acompanhou o secretário de estado Lukas Parízek em sua visita ao Brasil em 2018.

39. Organizou-se, em parceria com a Federação das Câmaras de Comércio Exterior (FCCE), a exposição “Brazil Creative”, no principal shopping center da Eslováquia, ocasião em que peças de nove micro e pequenas empresas brasileiras do segmento de moda sustentável foram expostas na área mais central e movimentada do estabelecimento. A exposição propiciada pelo evento garantiu às marcas brasileiras ampla divulgação de seus produtos também na mídia especializada eslovaca. O Posto tem continuado a prestar apoio às empresas no sentido de fomentar parcerias concretas com os atores do setor na Eslováquia.

40. Também em colaboração com a FCCE, além do MRE e da Apex, a Embaixada apoiou a realização do seminário empresarial “Brasil-Eslováquia, um olhar”, em novembro de 2017, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro, do qual pude participar por teleconferência.

41. Procurei fortalecer os contatos com entidades e personalidades representativas do setor privado na Eslováquia. Participei de eventos alusivos ao Brasil, co-organizados pelas câmaras regionais em Trnava (oeste do país) e Presov (leste). A Embaixada organizou, juntamente com a Câmara de Comércio e Indústria da Eslováquia (SOPK), seminário sobre as oportunidades de comércio e investimentos entre a Eslováquia e o Brasil e publicou artigo sobre o tema na revista da entidade. A SOPK deverá enviar missão empresarial ao Rio de

Janeiro por ocasião do Congresso Mundial das Câmaras de Comércio e a São Paulo (encontros de negócios).

42. Com base nos estudos de mercado e na manifestação de interesse por diferentes setores no Brasil, a Embaixada estabeleceu diálogo com dezenas de empresas na Eslováquia com o potencial de importar do Brasil ou investir no país. Foram mantidos contatos com empresas dos setores de café, frutas e outros itens alimentícios, couro, calçados, rochas ornamentais, minérios, autopeças e máquinas, no sentido de identificar compradores eslovacos e/ou exportadores brasileiros. Os contatos deram-se sobretudo no contexto de consultas comerciais (mais de cem foram respondidas no período); resposta a propostas de “projeto comprador” em coordenação com a Apex e associações setoriais; missões de empresários brasileiros e eslovacos; e em seguimento a eventos comerciais.

43. Na vertente de atração de investimentos, foi prestado apoio continuado a empresas eslovacas em fase de instalação no Brasil, em setores como os de exploração petrolífera e de identificação biométrica, abrindo canais com a Apex, a Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia e outros atores. Duas empresas manifestaram a intenção de estabelecer filiais ou escritórios no Brasil, e há conversas preliminares com uma terceira.

44. O número de turistas eslovacos que visitam o Brasil é ainda reduzido (2.232 em 2017, segundo os dados mais recentes do Ministério do Turismo do Brasil). A mencionada assinatura do Memorando de Entendimento para cooperação no campo do turismo poderá facilitar iniciativas para o incremento desse número. Também com esse objetivo, a Embaixada organizou, em junho de 2017, juntamente com a empresa Latam, encontro com agências de turismo da Eslováquia, o que propiciou divulgar informações sobre o potencial do setor e colher impressões dos operadores locais sobre os fatores que dificultariam a criação de mais pacotes de viagens para o Brasil (como a dificuldade em encontrar “receptivo master” no Brasil que se responsabilize por problemas de viagem). Em março de 2018, foi concluído estudo, encomendado pela Embaixada, sobre a promoção do turismo da Eslováquia para o Brasil, que apontou, entre outras informações, a existência de 19 agências de turismo na Eslováquia que trabalham com o mercado sul-americano.

CULTURA, COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E IMPRENSA

45. Desde minha chegada ao Posto, identifiquei a difusão cultural como uma das prioridades no relacionamento bilateral, dado o pouco conhecimento sobre a realidade brasileira entre a população local. Com vistas a potencializar o impacto da atuação da Embaixada, decidi concentrar os eventos em um festival anual, “Brazilslava”, realizado no início do outono, ponto alto do calendário cultural desta cidade.

46. A primeira edição do festival, realizada de 7 a 28 de setembro de 2017, teve 13 eventos culturais e ampla repercussão em jornais, redes sociais, televisão e rádio. A abertura ocorreu no dia 7 de setembro, ocasião que aproveitei para comemorar a data nacional, com a inauguração de exposição sobre a obra do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, realizada no

“grand foyer” da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica Eslovaca (STU), no centro histórico.

47. Os outros eventos foram: participação de dez artistas brasileiros na Bienal de Ilustrações do Museu Bibiana; apresentação de música brasileira por DJs na principal casa noturna de Bratislava, “NuSpirit Club”; instalação no Kunsthalle Bratislava da artista Carmela Gross; projeção de três filmes brasileiros no cinema de arte da capital, Kino Lumière, “Vermelho Russo” (2017), “Que horas ela volta?” (2015) e “Dois filhos de Francisco” (2005); apresentação dos grupos eslovacos “Campana Batucada” e “Abadá Capoeira”; conferência do professor Daniele Pisani, autor da principal monografia sobre a obra de Paulo Mendes da Rocha; show da cantora Lica Cecato, acompanhada do violonista Stefano Scutari, no centro histórico de Bratislava; lançamento da tradução eslovaca da obra “Contos Fluminenses”, de Machado de Assis; e concerto do pianista Pablo Rossi.

48. A segunda edição do “Brazilslava”, realizada entre 16/9 e 18/10/2018, contou com 13 eventos, a saber: exibição, com legendas em eslovaco, dos filmes “Elis” (2016), “O Filme da Minha Vida” (2017), “Gabriel e a Montanha” (2017) e “Nise, o Coração da Loucura” (2015); exibição, com legendas em inglês, do filme “Querido Embaixador” (2017); mostra do Circuito Internacional de Arte Brasileira, que reuniu obras de 83 artistas brasileiros, as quais foram expostas no Café Lampy; concerto da pianista Loraine Balen no Palácio Zych, no centro histórico de Bratislava; concerto de música clássica na “Moyzesova Sien” com o pianista catarinense Pablo Rossi e o violinista eslovaco Dalibor Karvay (com composições de autores brasileiros e eslovacos, o concerto marcou também as comemorações dos 25 anos das relações diplomáticas entre os dois países); o evento “Objavte chute Brazília” (“Descubra o sabor do Brasil”), no restaurante The Cut, com menu que incluía churrasco e outros pratos típicos; apresentação dos grupos eslovacos “Abadá Capoeira” e “Campana Batucada” no teatro P. O. Hviezdoslav; apresentação do “Ricardo Fiuza Trio”, no Berlinka Café, com músicas de bossa nova, jazz brasileiro e samba; lançamento da tradução para o eslovaco do livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, realizada em parceria da Embaixada com o Instituto Português.

49. Ademais das atividades realizadas no âmbito do “Brazilslava”, a programação cultural do Posto incluiu eventos realizados em outros momentos de 2017 e 2018. Em março de 2017, foi lançado no centro ArtForum, Quincas Borba, primeira obra de Machado de Assis traduzida para a língua eslovaca. A Embaixada participou do Festival de Cinema “Park Film Festival”, na cidade de Trencianske Teplice, a cerca de 120 km de Bratislava, com a sessão “Brasil Visual”, na qual foram exibidos os seguintes longas-metragens: “Vermelho Russo” (2016); “As Duas Irenes” (2017); “Vazante” (2017); “Que Horas ela Volta” (2015) e “O Som ao Redor” (2012). Além disso, houve leitura, por ator eslovaco, de trechos de “Contos Fluminenses”, de Machado de Assis; apresentação e workshop de capoeira; apresentação de voz e violão de música popular brasileira.

50. Em 2018, a Embaixada colaborou com a realização do baile “Gafieira, Carnaval no Brasil”, com apresentação da dupla “Bilisco e Carol”, vencedores por equipe do troféu Gafieira Brasil 2017. O evento rendeu homenagem a Maria Antonietta Guaycurus de Souza.

51. A Embaixada participou, ainda, do Festival Internacional "DAAD", Dias de Arquitetura e Design em Bratislava, em 2018. O Posto contribuiu com a mostra "Gravuras Secretas", oriundas do Museu Santo Antônio, e com o filme "Tudo é Projeto", da diretora Joana Mendes da Rocha, que aborda o trabalho de seu pai, um dos arquitetos mais importantes do Brasil, Paulo Mendes da Rocha.

52. Em agosto de 2018, apresentou-se no Palácio Zych o violonista brasileiro Bruno Madeira, com concerto intitulado "Violão das Américas", em que o artista tocou 11 peças de distintos países do continente americano.

53. Em novembro passado, a Companhia Musical Allegro, coral de Guarapari (ES), integrado por cerca de 50 pessoas e liderado pelo maestro Inarley Carletti, apresentou-se por ocasião da abertura do mercado de Natal do centro de Bratislava. O grupo executou obras do tradicional cancionário brasileiro, além de dar amostras de danças brasileiras, como forró, samba e capoeira. A apresentação de canções brasileiras foi assistida por público de centenas de pessoas.

54. Realizou-se em Nitra o evento "Brasil em Nitra", que contou com apresentações de batucada, capoeira e futebol. A Embaixada apoiou a iniciativa ao custear a participação de professora que desenvolveu atividade voltada para o estímulo do uso do português como língua de herança por parte do público infantil.

55. Procurei intensificar o diálogo com instituições e integrantes da sociedade civil. Foram estabelecidos contatos com diversos interlocutores, cuja colaboração foi importante para a realização das atividades acima descritas. Com o apoio dessas parcerias, foi possível muitas vezes reduzir ou mesmo eliminar custos, otimizar a divulgação e estimular a participação de instituições como: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Bratislava, Kunsthalle Bratislava, Institut Français, British Council, RTVS (rádio e televisão estatal eslovaca), Museu Bibiana, Kino Lumière, Secretaria de Cultura do Centro Histórico de Bratislava, Ministério da Cultura e Bratislava Tourist Board.

56. Além disso, cabe registrar a colaboração já tradicional com o Instituto Português de Bratislava, em parceria com o qual foram produzidas as legendas em português para os filmes brasileiros apresentados nas duas edições do Festival Bratislava, bem como no "Park Film Festival". Com o mesmo instituto, foram realizadas traduções de clássicos da literatura brasileira, conforme mencionado acima, "Contos Fluminenses" e "Memórias Póstumas de Brás Cubas". Ademais, durante minha gestão, a Embaixada apoiou a tradução de "Todos os Contos", de Clarice Lispector. A edição desta obra já foi concluída, e o lançamento público deverá ser realizado ainda este ano.

57. Por solicitação da Fundação Alexandre de Gusmão do Itamaraty, a Embaixada manteve contato com instituições potencialmente interessadas em estabelecer colaboração. A "Slovak Foreign Policy Association" (SFPA), vinculada à Chancelaria eslovaca, manifestou interesse em seminário conjunto no formato V4+Brasil. A GLOBSEC, instituição que desfruta de crescente prestígio nos âmbitos europeu e atlântico e foca sobretudo assuntos de segurança internacional, também estaria aberta a outras modalidades de cooperação.

58. Procurei, igualmente, sondar possibilidades de cooperação com instituições eslovacas de ensino superior. Visitei e proferi palestras sobre a realidade brasileira na Universidade de Economia de Bratislava, Universidade Comenius (também em Bratislava), Universidade dos Santos Cirilo e Metódio (Trnava), Universidade Constantino, o Filósofo (Nitra), e Universidade Matej Bel (Banska Bystrica). A Universidade Constantino, o Filósofo indicou estar em processo de identificação de instituições brasileiras para propor cooperação.

59. Visitei, em março de 2018, o presidente da Academia Eslovaca de Ciências (AEC), professor Pavol Sajgalik, a quem estimulei a cooperar com instituições brasileiras. A AEC é instituição pública autônoma, não vinculada à universidade, embora mantenha laços de cooperação com universidades e receba também fundos oficiais, ao lado daqueles provenientes da iniciativa privada e da União Europeia. Recentemente, a instituição recebeu 300 milhões de euros da UE para a modernização da infraestrutura de laboratórios. Os 17 institutos de pesquisa vinculados à AEC possuem um total de 3000 funcionários, dos quais 2000 pesquisadores. A AEC desenvolve programas em língua inglesa e teria grande interesse em receber pesquisadores brasileiros em fase de doutoramento.

60. Com o apoio da Embaixada, o professor Sajgalik visitou a USP em junho de 2018, onde manteve encontro com o reitor, professor Vahan Agopyan. Na ocasião, decidiram que a cooperação poderia ter início nas áreas de física e astrofísica. A USP planeja enviar missão a Bratislava no segundo semestre de 2019.

61. Com relação ao setor de imprensa e diplomacia pública, o Posto ampliou contatos com formadores de opinião eslovaco para difundir agenda positiva do país, normalmente ausente do noticiário eslovaco. Em três ocasiões, publiquei artigos de opinião no principal jornal econômico do país, o Hospodárske Noviny, com vistas a transmitir diretamente a seus leitores mensagens sobre a realidade brasileira, o último dos quais sobre os planos e perspectivas do novo governo brasileiro.

62. A Embaixada conta, ademais, com perfil na rede social Facebook, o qual tem 1.649 seguidores e avaliação de 4.9 estrelas. O festival Bratislava conta igualmente com perfil no Facebook, com 251 seguidores, e está em curso o estabelecimento de sítio eletrônico específico para o festival de cultura brasileira.

DIFICULDADES ENCONTRADAS E SUGESTÕES

63. Não obstante os esforços realizados, o comércio bilateral permanece muito aquém do potencial. A distância, o desconhecimento do potencial brasileiro e a curta tradição empresarial eslovaca constituem desafios a serem superados ao longo do tempo com perseverança em atividades de promoção comercial. Além disso, dos inúmeros contatos que mantive com empresários locais, concluí que, em alguns setores importantes, as decisões de compras são tomadas fora da Eslováquia. É o caso por exemplo do setor automobilístico, organizado em cadeias de valor. Empresas brasileiras precisariam estar estabelecidas na região para fornecer em modalidade “just in time”. É o caso também do setor de varejo,

dominado por redes de supermercados da Polônia, Alemanha e Áustria, entre outros. A recuperação de nossas exportações de carnes, após o impacto inicial da Operação Carne Fraca, deveu-se essencialmente a decisões tomadas por essas redes. Diante disso, creio que, ademais dos esforços que meu sucessor possa empreender, seria conveniente considerar uma estratégia comercial para a Europa Central como um todo.

64. No setor de defesa, nas duas ocasiões em que estive com o ministro Peter Gajdos e nas diversas reuniões que mantive com oficiais das forças armadas, me foi dito que a Eslováquia irá ampliar seus gastos militares não apenas para cumprir a meta da OTAN de 2% do PIB, mas também para substituir o material de origem soviética, que ainda representa parte importante de seus equipamentos. O Brasil seria considerado um potencial supridor. O Ministério da Defesa tem consciência da sofisticação da produção brasileira em algumas áreas, mas pouco conhecimento dos aspectos técnicos e doutrinários de nossos produtos. Várias vezes me foi mencionada a importância de contatos entre as forças armadas dos dois países. Trata-se, portanto, de tema promissor, mas sensível, que poderá trazer frutos no médio prazo se houver um processo bem-sucedido de construção de confiança e demonstração de interesse mútuo. Creio, portanto, ser recomendável que empresas brasileiras continuem a participar da feira de defesa IDEB e que ocorram mais contatos entre representantes das forças armadas em ocasiões como a LAAD, RIDEX, entre outras, ou em visitas bilaterais.

65. Quanto aos contatos de alto nível, prevalece certo desequilíbrio no sentido de que o número de autoridades eslovacas que visitaram o Brasil é atualmente maior do que o contrário. Seria importante buscar assegurar ao menos a regularidade do mecanismo de consultas políticas acordado por ocasião da visita do secretário de estado Parizek ao Brasil em 2018. Caso a agenda externa do Ministério da Economia assim o permita, a implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica, assinado em 2009 pelo MDIC, é do interesse da parte eslovaca. A Eslováquia está aberta a exercício no formato V4 (Eslováquia, Hungria, Polônia e República Tcheca) +1 com o Brasil. Dada a importância crescente desse grupo no contexto europeu e internacional, julgo ser de nosso interesse estabelecer algum mecanismo regular.

66. Vale a pena seguir estimulando os entendimentos entre a USP e a Academia Eslovaca de Ciências, assim como o interesse de outras instituições universitárias na cooperação bilateral. Essas iniciativas podem oferecer a base para um acordo de cooperação em ciência e tecnologia.

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

2



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 62, de 2019 (Mensagem nº 271/2019, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados.*



Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Sra. VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* da diplomata.



SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

A Sra. VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI é filha de Walter Leite Caminha e Maria Virginia dos Santos Caminha e nasceu em Belém/PA, em 29 de maio de 1952.

Graduou-se em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará em 1973, e concluiu especialização em Literatura Americana pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Depois de concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr), em 1976, foi aprovada também nesse Instituto no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1982 e no Curso de Altos Estudos (CAE) em 2003, quando apresentou a tese “A Identificação de Oportunidades Comerciais no Mercado Exterior – As Empresas de Menor Porte e a BRAZIL TRADENET”.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1977. Ascendeu a Segunda-Secretária em 1979 e a Primeira -Secretária em 1987; a Conselheira em 1996 e a Ministra de Segunda Classe em 2004. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de assistente na Divisão de Agricultura e Produtos de Base (1977), na Divisão de Transportes e Comunicações (1982) e na Divisão da Associação Latino-Americana de Integração (1985). Foi assessora do Departamento de Promoção Comercial (1995), Chefe da Divisão de Informação Comercial (1996), e Coordenadora-Geral da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2008 a 2014).

No Exterior, exerceu, entre outras, as funções de Primeira-Secretária na Delegação Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI em Montevideu (1989) e na Embaixada em Madri (1992); Conselheira na Embaixada em Assunção (2003) e Ministra-Conselheira na Embaixada em Seul (2005). Foi Cônsul-Geral Adjunta em Los Angeles (1999) e Cônsul-Geral em Caïena (2014).

A diplomata em apreço fez jus às seguintes condecorações: Ordem de Rio Branco, Comendador e Grande Oficial (Brasil), em 2003 e



SF/19910.20553-41



SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

2010, respectivamente; Ordem do Mérito da Defesa, Comendador (Brasil), em 2017.

Além do currículo da diplomata indicada, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre Barbados, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão.

Com um território de 430 km² e uma população de cerca de 293.131 habitantes, Barbados tem como língua oficial o inglês e como sistema de governo a monarquia constitucional parlamentarista, sendo a Chefe de Estado a Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral, *Dame Sandra Mason* e a Chefe de Governo a Primeira-Ministra *Mia Amor Mottley*. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de US\$ 4,99 bilhões e o PIB *per capita* é de US\$ 17,023, ambos em dados de 2017. O índice de alfabetização em Barbados é de 99,7% e o de desemprego está em 9,2%.

No que diz respeito às relações bilaterais com o Brasil, elas evoluíram qualitativamente a partir de 2010, ano da abertura da embaixada em Brasília. O Brasil possui representação diplomática em Barbados desde 1986. O documento enviado pelo Itamaraty dá conta de antigos laços entre Barbados e Brasil, que remontam ao século XVII, quando um grupo de emigrantes judeus partiu do Brasil para Barbados após a expulsão holandesa no século XVII levando para a ilha conhecimentos para a produção e comercialização de cana-de-açúcar em grande escala, contribuindo para que este se tornasse o principal produto primário de exportação de Barbados até o presente. Por outro lado, houve imigração de grandes contingentes de barbadianos para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em princípios do século XX. Além disso, o Brasil compartilha com Barbados herança africana comum.

No tocante à política externa barbadiana, o país conta com tradição diplomática no Caribe, sediando organismos regionais e agências especializadas tais como o *Caribbean Development Bank*, o *Caricom Development Fund*, entre outros.

Em relação ao comércio entre Brasil e Barbados, o fluxo total foi da ordem de US\$ 13,87 milhões em 2018. Houve queda substancial das



SF/19910.20553-41



SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

importações brasileiras de produtos barbadianos entre 2016 e 2017, de 97%, que ainda não foi revertida. Em 2018, essas importações giraram em torno de US\$ 60 mil.

A informação proveniente do Itamaraty dá notícia ainda do controle acionário obtido pela AMBEV, da empresa barbadiana “Bank Holdings LTD BHL”. O objetivo da AMBEV seria investimento no mercado local, com enfoque primordial na “Banks Beer”, cerveja líder do mercado barbadiano – e construção de bases para tornar Barbados um *hub* de exportação do produto para o Caribe e a América Central.

Em relação a iniciativas de cooperação técnica entre os dois países, Barbados está contemplado nas iniciativas da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) voltadas à Comunidade do Caribe (CARICOM). São cursos na área agrícola, treinamentos, missões de diagnóstico, consultorias, *workshops*. Há interesse barbadiano em receber cursos para técnicos de futebol e de outros esportes, como basquete e voleibol.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19910.20553-41



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2019

(nº 271/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 271

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados.

Os méritos da Senhora Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de junho de 2019.

EM nº 00175/2019 MRE

Brasília, 10 de Junho de 2019

Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI**, ministra de segunda classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.003479/2019-44

OFÍCIO Nº 224/2019/CC/PR

Brasília, 25 de junho de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003479/2019-44 nº 0000000

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE**

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI

CPF.: 032.980.512-68

ID.: 6532 MRE

1952 Filha de Walter Leite Caminha e Maria Virginia dos Santos Caminha, nasce em 29 de maio, em Belém/PA

Dados Acadêmicos:

1973 Letras pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará
Especialização em Literatura Americana pela Faculdade de Letras da
1975 Universidade Federal do Rio de Janeiro
1976 CPCD - IRBr
1982 CAD - IRBr
2003 CAE - IRBr, A Identificação de Oportunidades Comerciais no Mercado Exterior - As Empresas de Menor Porte e a BRAZILTRADENET

Cargos:

1977 Terceira-secretária
1979 Segunda-secretária
1987 Primeira-secretária, por merecimento
1996 Conselheira, por merecimento
2004 Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1977 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
1982 Divisão de Transportes e Comunicações, assistente
1985 Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, assistente
1989 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Primeira-Secretária
1992 Embaixada em Madri, Primeira-Secretária
1995 Departamento de Promoção Comercial, assessora
1996 Divisão de Informação Comercial, Chefe substituta e Chefe
1999 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunta
2003 Embaixada em Assunção, Conselheira
2005 Embaixada em Seul, Ministra-Conselheira
2008 Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares,
-2014 Coordenadora-Geral
2014 Consulado-Geral em Caiena, Cônsul-Geral

Condecorações:

17/09/2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
08/04/2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
26/5/2017	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do departamento do serviço exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**BARBADOS**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MARÇO DE 2019**

DADOS BÁSICOS SOBRE BARBADOS

NOME OFICIAL	Barbados
GENTÍLICO	barbadiano
CAPITAL	Bridgetown
ÁREA	430 km²
POPULAÇÃO	293.131
LÍNGUA OFICIAL	Inglês (língua oficial) e <i>Bajan</i> (creole regional)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantismo 66,4% (anglicanos 23,9%; pentecostais 19,5%; adventistas 5,9%; metodistas 4,2%; e demais ramos); Católicos 3,8%; outros cristãos 5,4%; outras religiões; e ateus / agnósticos 20%.
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (<i>Senate</i> e <i>House of Assembly</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral Dame Sandra Mason
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Mia Amor Mottley
CHANCELER	Jerome Walcott
PIB (2017)	US\$ 4,99 bilhões (Brasil: US\$ 2,141 trilhões)
PIB PPP (2017)	US\$ 5,21 bilhões (Brasil: US\$ 3,217 trilhões)
PIB per capita (2017)	US\$ 17,023 (Brasil: US\$ 10.309)
PIB PPP per capita (2017)	US\$ 18,600 (Brasil: US\$ 15.646)
VARIAÇÃO DO PIB	0,9% (2017); 1,6% (2016); 0,9% (2015);
IDH	0.795 / 54º lugar (Brasil: 0,754 / 79º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA	75,6 anos (Brasil: 74,5)
ALFABETIZAÇÃO	99,7% (Brasil: 91,3%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	9,2% (fonte: Banco Central de Barbados)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar barbadiano
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Tonika Maria Sealy-Thompson

INTERCÂMBIO BILATERAL EM US\$ MILHÕES – fonte: MDIC

BRASIL – BARBADOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Intercâmbio	54,3	18,9	125,3	19,9	17,6	16,7	21,05	21,8	25,9	12,5	13,87
Exportações	17,8	17,6	48,5	19,2	16,2	16	20,53	16,4	13,4	12,2	13,81
Importações	36,5	1,3	76,7	0,7	1,4	0,7	0,52	5,4	12,5	0,3	0,06

Saldo	-18,7	16,3	- 28,2	18	14, 8	15, 3	20	11	0,9	11, 8	13,7 5
-------	-------	------	-----------	----	----------	----------	----	----	-----	----------	-----------

PERFIS BIOGRÁFICOS



Mia Amor Mottley – Primeira-Ministra

Nascida em 01/10/1965, Mia Amor Mottley é líder do *Barbados Labour Party* (BLP). É formada em Direito pela London School of Economics. Foi membro da Câmara dos Deputados e líder da oposição de 2008 a 2010. De 1994 a 2008, participou da composição de vários ministérios. Após a derrota do BLP na eleição de 2008 e a renúncia de Owen Arthur como líder do partido, Mottley foi escolhida a primeira mulher a liderar o BLP. Após vitória nas eleições gerais de maio de 2018, em que o BLP conquistou todos os 30 assentos do parlamento barbadiano, Mia Mottley assumiu como Primeira-Ministra.



Dame Sandra Mason – Governadora-Geral

Nascida em 17/01/1949, Dame Sandra Mason foi uma das primeiras mulheres a graduar-se em direito pela *University of the West Indies*, em 1973, e a primeira juíza nomeada para a Corte de Apelação de Barbados. Atuou no Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1991 a 1999 e, entre 1991 e 1992, participou da comissão da CARICOM encarregada de avaliar a integração regional. De 1992 a 1994, foi embaixadora de Barbados na Venezuela. Foi ainda a primeira barbadiana a ser designada para o Tribunal Arbitral do Secretariado da *Commonwealth* e, em 2017, tornou-se a primeira mulher a ocupar a presidência desse tribunal. Mason é a segunda mulher a assumir o cargo de Governadora-Geral.

POLÍTICA INTERNA

Barbados é uma monarquia constitucional parlamentar, tendo a Rainha Elizabeth II como chefe de Estado. A rainha é representada no país por um Governador-Geral – atualmente, a Governadora-Geral é *Dame Sandra Mason*. Após as eleições legislativas, a Governadora-Geral nomeia como Primeiro-Ministro o/a líder do partido majoritário ou da coalizão majoritária.

O Poder Legislativo é bicameral. O Senado é composto por 21 membros nomeados pela Governadora-Geral, sendo 12 nomes indicados pelo Primeiro-Ministro, 2 pelo líder da oposição e os 7 restantes selecionados a critério da própria Governadora-Geral.

A Câmara dos Deputados (*House of Assembly*) é composta por 30 deputados eleitos diretamente. Os líderes de cada casa (presidente e vice-presidente do Senado; e presidente e vice-presidente da Câmara dos Deputados) são eleitos pelos membros das respectivas casas. Os mandatos parlamentares têm duração de 5 anos.

No início de 2017, foi criado novo partido político, denominado *United Progressive Party* (UPP). A principal líder do partido, Lynette Eastmond, fazia parte do *Barbados Labor Party* (BLP). O UPP prega medidas para incentivar maior participação popular na política; defende a introdução de novas atividades industriais, a atração de investimento estrangeiro, a modernização da infraestrutura e o incentivo a setores emergentes com potencial de criação de empregos.

Em dezembro de 2017, o *Citizens Action Partnership* e o *United Progressive Party* anunciaram sua fusão; por sua vez, o *Barbados Integrity Movement* (BIM) e o *Kingdom Alliance* (NBKA) anunciaram aliança em janeiro de 2018.

A eleição geral é composta por trinta "eleições locais", saindo vitorioso, a nível nacional, o partido vencedor em ao menos 16 paróquias.

Eleições gerais de 2018

O BLP venceu as eleições gerais realizadas em maio de 2018. O partido logrou eleger seus candidatos em todas as trinta paróquias,

conquistando a totalidade dos assentos na Câmara, segundo o sistema distrital adotado pelo país.

Por ocasião da cerimônia de inauguração do novo parlamento, realizada em junho de 2018, a Governadora-Geral, Sandra Mason, transmitiu as prioridades traçadas pelo novo governo. Foram mencionadas a reestruturação da dívida e o recurso ao FMI; a recuperação do sistema de esgoto; a renovação da frota de ônibus; a recuperação das estradas; o aperfeiçoamento do sistema de abastecimento de água; eliminação do imposto sobre responsabilidade social e redução gradual do imposto sobre valor agregado.

Com respeito à política externa, mencionou o renovado compromisso com a integração regional e a CARICOM, bem como a redução do déficit comercial com os países do Caribe do Leste.

ECONOMIA

Barbados tem o quinto maior PIB entre os membros da CARICOM. A exemplo de outros países da região, o setor turístico tem grande relevância e responde diretamente por 15% do PIB e, indiretamente, por 40%. Na economia destacam-se, também, o setor financeiro *offshore* e a agricultura.

Panorama geral da economia barbadiana

Em 2017, a economia de Barbados apresentou crescimento de 1% e a inflação atingiu 4,5%, ao passo que, em 2018, os dados indicam recessão de -0,6% e inflação de 3,7%.

O índice de endividamento, que alcançou 149% do PIB em 2017, foi reduzido para 127% do PIB, como consequência do processo de reestruturação da dívida pública. Por sua vez, as reservas cambiais do país elevaram-se, no final de 2018, alcançando aproximadamente US\$ 500 milhões (ou 14 semanas de importações).

O déficit na balança comercial foi de US\$ 315 milhões (2015), US\$ 238 milhões (2016), US\$ 190 milhões (2017) e US\$ 177 milhões (2018).

O governo tem procurado conciliar política fiscal restritiva com manutenção do nível de emprego.

Gestão econômica no atual governo

Com vistas a manter o nível de reservas internacionais, a Primeira-Ministra anunciou a suspensão temporária de pagamentos da dívida com credores comerciais externos, mantendo pagamentos de juros a credores domésticos, com reescalonamento do principal.

A Primeira-Ministra também anunciou modificações no orçamento anual, para incluir medidas de alívio fiscal e anunciar uma taxa compensatória. Entre as primeiras medidas estão a eliminação do imposto sobre responsabilidade social; o restabelecimento do pagamento de subsídios para alunos de graduação; o aumento da pensão para pessoas que não contribuíram à previdência; o aumento para servidores públicos; e a eliminação da taxa mensal sobre veículos.

Em agosto de 2018, dando continuidade ao programa de ajustes, o governo barbadiano lançou o "*Barbados Economic Recovery Transformation*" (*BERT*), destinado a racionalizar despesas com empresas e entidades estatais.

Merece destaque, ainda, o anúncio do programa de reestruturação da dívida doméstica. No curto prazo, objetiva-se reduzir o serviço da dívida, por meio do alongamento do vencimento. Tal reestruturação alcança a cifra de US\$ 1,5 bilhão, metade da dívida doméstica de Barbados.

Setor de turismo

O número total de turistas em 2017 foi de 652 mil, contra 625 mil no ano de 2016. Em 2018, o setor de turismo experimentou queda de 0,6%, em virtude da redução do período de estada dos visitantes.

Setor de energia

A política energética do governo barbadiano tem ressaltado, desde 2012, o objetivo de diminuir o consumo de energia não-renovável e de produzir 1/3 de sua energia por meio de fontes renováveis.

Para tanto, investimentos governamentais vêm sendo direcionados para projetos em áreas estratégicas, que incluem: a reestruturação da indústria açucareira; a substituição por carros elétricos da frota de veículos governamentais; o estabelecimento de um projeto piloto para exploração da energia termal oceânica; e a integração da tecnologia LED na infraestrutura da iluminação pública da ilha.

O país pretende reduzir, até 2029, suas emissões de dióxido de carbono em de 4,5 milhões de toneladas, bem como do custo total da produção de energia renovável em mais de US\$ 280 milhões de dólares.

Em relação a energias não renováveis, o governo barbadiano assinou, em 2015, contrato para exploração de petróleo em duas áreas marítimas ("*Carlisle Bay*" e "*Bimshire*"), com a empresa australiana *BHP Billiton Petroleum*. A estatal "*Barbados National Oil Company Limited*" (*BNOCL*) deverá também participar da exploração dos blocos de "*Carlisle Bay*" e "*Bimshire*", com objetivo de desenvolver a capacidade na exploração *offshore*.

POLÍTICA EXTERNA

Barbados conta com tradição diplomática no Caribe, sediando organismos regionais e agências especializadas (tais como o *Caribbean Development Bank*; o *Caricom Development Fund*; a *Caribbean Disaster Emergency Management Agency*; a *Caribbean Export Development Agency*; a *Caribbean Tourism Organization*; o *Caribbean Centre for Development Administration*; o *Caribbean Examinations Council*; e a *Caricom Office of Trade Negotiations*).

Suas relações bilaterais têm-se caracterizado pela proximidade com parceiros tradicionais (EUA, Canadá e Reino Unido), alimentada por laços de idioma, trajetória histórica, comércio e população, ao mesmo tempo em que busca estreitar o relacionamento com outros parceiros, com destaque para a China e o Brasil.

CARICOM

A integração caribenha consiste em prioridade da política externa barbadiana, que participa ativamente de fóruns regionais como a CARICOM.

No âmbito da política para o Caribe, merece destaque a questão da segurança alimentar. A Primeira-Ministra vem exortando a CARICOM a reduzir em pelo menos 1/4 a conta anual conjunta referente a importações de alimentos (estimada em US\$ 4 bilhões).

República Popular da China

A China vem desenvolvendo intensas atividades em Barbados, que incluem cooperação em áreas diversas, doações, assistência financeira e promoção cultural.

Foi estabelecida cooperação militar com a assinatura, em março de 2016, de um acordo para o fornecimento de colaboração na capacitação em operações de assistência humanitária e socorro em casos de desastres naturais e equipamentos pertinentes.

Merece destaque o estabelecimento de um fundo de garantia de crédito, financiado pelo BID em parceria com *"China Co-Financing Fund for Latin America and the Caribbean"*.

Existe também instrumento entre o Exército de Liberação Popular da República Popular da China e a Força de Defesa de Barbados, que prevê doação às forças barbadianas de equipamentos, inclusive de um navio-patrolha, destinado a equipar a Guarda Costeira e atuar na segurança e mitigação de desastres naturais.

Como parte das comemorações em 2017 dos 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, a China formalizou doação de material escolar no valor de US\$ 5 milhões, incluindo 3 mil computadores de mesa, 2 mil computadores portáteis e 9 mil tablets.

Estados Unidos

As políticas norte-americanas para o Caribe têm sido orientadas pelo *"United States-Caribbean Strategic Engagement Act of 2016"*.

O documento defende maior prioridade dos EUA com relação ao Caribe, referindo-se à região como *"third border"*, priorizando as áreas de segurança, energia e desenvolvimento econômico.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Barbados estabeleceram relações diplomáticas em 1971, cerca de cinco anos após a independência do país caribenho, em 30 de novembro de 1966. A embaixada residente do Brasil foi estabelecida em 1986.

Desde 2010, registrou-se evolução qualitativa das relações bilaterais, com a abertura da embaixada de Barbados em Brasília.

A aproximação crescente com o Brasil, sobretudo na última década, insere-se no contexto de diversificação de parcerias. Os laços entre os dois países, porém, remontam ao século XVII.

Com efeito, um grupo de emigrantes judeus partiu do Brasil para Barbados após a expulsão holandesa no século XVII e trouxe para a ilha conhecimentos para produção e comercialização de cana-de-açúcar em grande escala, contribuindo para que este se tornasse o principal produto primário de exportação de Barbados até a atualidade.

Ademais, existe uma herança africana comum que se reflete principalmente na dança e na música.

Por fim, um dos temas mais interessantes na história de relações entre Brasil e Barbados é a imigração de grandes contingentes de barbadianos para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em princípios do século XX.

As relações recentes entre os dois países, ancoradas nesses laços, caracterizam-se pela solidariedade, pela cooperação técnica e pelo grande potencial de cooperação na esfera cultural.

Na esfera multilateral, o governo barbadiano tem demonstrado solidariedade recorrente às candidaturas e iniciativas brasileiras.

No âmbito da cooperação técnica, parcerias com a ABC têm possibilitado atender a algumas demandas de toda a região.

Na esfera comercial, a corrente bilateral de comércio é prejudicada pela persistência de problemas de infraestrutura (como a ausência de rotas comerciais fixas de grande porte entre os dois países) e pela natureza relativamente fechada da economia de Barbados.

Encontros e visitas

- (i) Chanceler Celso Amorim visita Barbados em 2004 e em 2005;
- (ii) PM David Thompson visita o Brasil em dezembro de 2008 para a I CALC;
- (iii) Ministra Maxine McClean participa da I Cúpula Brasil – CARICOM (Brasília, 2010), quando foram firmados acordos de cooperação nas áreas de saúde e agricultura;
- (iv) PM Freundel Stuart chefia delegação à Rio +20 (junho, 2012);
- (v) Chanceler Antonio Patriota visita Barbados e encontra-se com a Ministra Maxine McClean (agosto, 2012);
- (vi) Ministra Maxine McClean visita Brasília para participar da reunião do grupo BASIC (setembro, 2012);
- (vii) Ambos os Chanceleres encontraram-se à margem da I Cúpula da CELAC (Santiago, 2013);
- (viii) Chanceler Antonio Patriota mantém encontro bilateral com a Ministra Maxine McClean, após almoço de trabalho com Chanceleres da CARICOM (Port-of-Spain, 2013);
- (ix) Ministra Maxine McClean realiza visita de trabalho a Brasília e a São Paulo, acompanhada de autoridades e empresários (setembro, 2013).

Comércio e investimento

A corrente de comércio, em 2016, foi de US\$ 26 milhões. Em 2017, esse número experimentou redução, totalizando US\$ 12,5 milhões, patamar que se consolidou em 2018, quando o fluxo comercial total foi de US\$ 13,87 milhões.

As exportações brasileiras para Barbados, em 2017, foram de US\$ 12,19 milhões e, em 2018, de US\$ 13,81 milhões. A queda de 97% verificada nas importações brasileiras provenientes de Barbados entre 2016 e 2017 não foi revertida. Em 2018, essas importações giraram em torno de US\$ 60 mil.

Nesse contexto, o superávit brasileiro em 2018 foi de US\$ 13,75, maior que no ano anterior (US\$ 11,87 milhões).

Em 2015, a AMBEV obteve controle acionário da empresa barbadiana "*Bank Holdings LTD BHL*". Os objetivos da AMBEV seriam investimento no mercado local, com enfoque primordial na "*Banks Beer*" – cerveja líder do mercado barbadiano – e construção de bases para tornar

Barbados um "*hub*" de exportação do produto para o Caribe e a América Central.

Cooperação técnica

Barbados é um dos países contemplados nas iniciativas voltadas à CARICOM (desde 2010, o montante destinado pela cooperação brasileira à região foi de mais de US\$ 7,5 milhões).

A Agência Brasileira de Cooperação estabeleceu um programa de cursos na área agrícola, que possibilitou, entre 2011 e 2012, a realização de ações pontuais de cooperação (treinamentos, cursos de capacitação, missões de diagnóstico e consultoria especializada) abertas a países da CARICOM.

Mais recentemente, entre 28-31 de agosto de 2017, foi realizado, em Bridgetown, o *workshop* "Brasil – CARICOM, Direito ao Leite Humano como Salvaguarda da Vida, Um Direito Fundamental", coordenado pela ABC. Participaram representantes de Antígua e Barbuda, Belize, Dominica, Haiti, Granada, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Trinidad e Tobago, e funcionários do governo barbadiano.

No ano seguinte, entre 12 e 15 de junho, foi realizado, também em Bridgetown, o *workshop* "Compartilhando Experiências Nacionais em Acesso e Repartição de Benefícios da Biodiversidade: O Caso Brasileiro", coordenado pela ABC e ministrado por representantes do ministério do Meio Ambiente. Participaram representantes de Antígua e Barbuda, Dominica, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis e Suriname, além de representantes do governo barbadiano.

Em agosto de 2018, foram discutidos aspectos da *Caribbean Week of Agriculture*. As organizações que participam da "Aliança para o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural" definiram áreas prioritárias para os países do Caribe: raízes e tubérculos (mandioca, inhame, batata doce e fruta pão); ervas e especiarias; pesca; produção e processamento de coco; e pequenos ruminantes (cabra, carneiro e coelho).

Existe interesse na realização de *workshop* sobre produção de cana de açúcar, em parceria com a Universidade de São Carlos (UFSCar), e em conhecer técnicas mais eficazes na colheita de algodão, tendo em vista o alto custo da colheita manual.

Em setembro de 2018, o embaixador em Bridgetown reuniu-se com o novo ministro da Economia Criativa, Cultura e Desporto, John King. Mereceram destaque, pelo lado barbadiano, os Jogos Escolares da

Juventude. O ministro King assinalou que gostaria de contar com a participação de mais atletas brasileiros nos principais eventos esportivos em seu país, sobretudo de surfe.

Além disso, manifestou interesse pela vinda de atletas de futevôlei. O diretor do departamento de esportes recordou, ainda, que o futebol brasileiro é admirado em Barbados. Nesse sentido, restou evidente o interesse barbadiano em receber cursos para técnicos de futebol e de outros esportes, como basquete e voleibol.

Comissão "CARIBEX 2018"

Em maio de 2018, houve encontros com autoridades locais, recepções e visita a navios brasileiros (Navios-Patrolha Graúna, Bocaina e Macau) que passaram por Barbados.

O encontro foi oportunidade para debater formas de ampliar a cooperação entre os países no âmbito da formação profissional.

Os três navios foram abertos à visitação pública, despertando interesse no público local e contribuindo para percepção positiva do Brasil no país.

Ministério das Relações Exteriores - MRE

BARBADOS

Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo

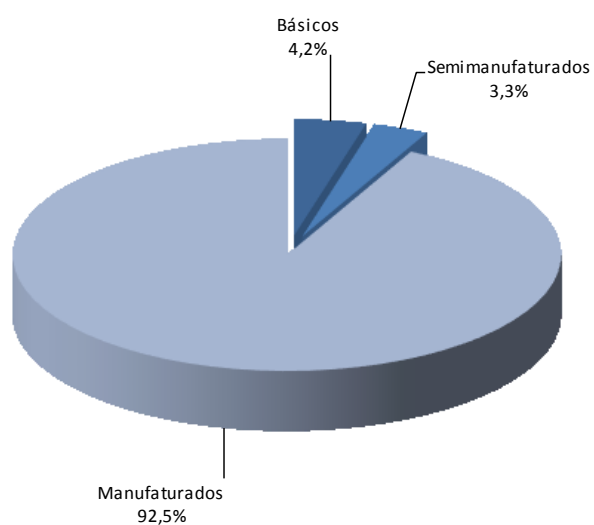
Investimentos bilaterais



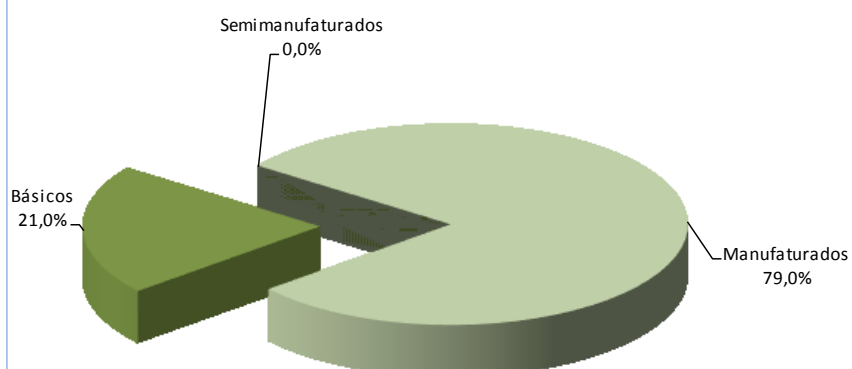
Março 2019

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2018

Exportações



Importações

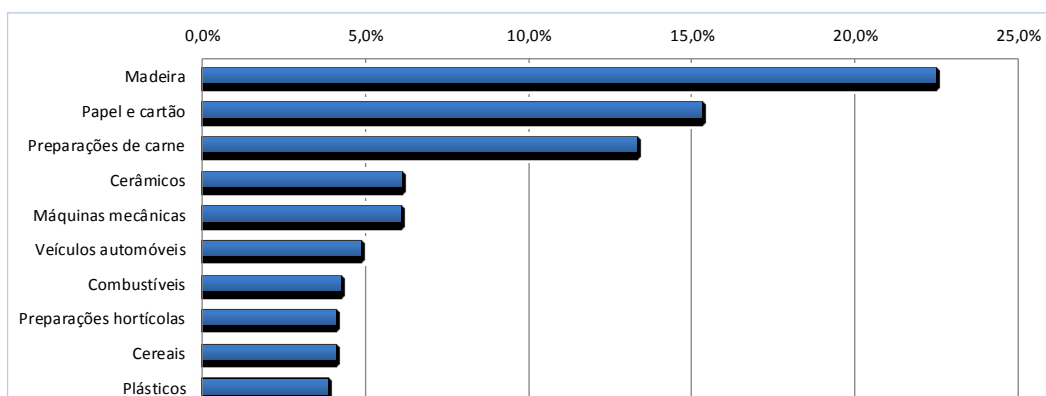


Composição das exportações brasileiras para Barbados
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Madeira	2.841,2	21,3%	3.049,5	25,0%	3.103,3	22,5%
Papel e cartão	2.292,6	17,2%	1.333,5	10,9%	2.109,3	15,3%
Preparações de carne	1.684,7	12,6%	1.146,3	9,4%	1.835,9	13,3%
Cerâmicos	1.071,2	8,0%	951,6	7,8%	842,5	6,1%
Máquinas mecânicas	883,5	6,6%	1.165,2	9,6%	835,2	6,0%
Veículos automóveis	528,7	4,0%	770,4	6,3%	671,8	4,9%
Combustíveis	0,0	0,0%	0,0	0,0%	581,1	4,2%
Preparações hortícolas	116,4	0,9%	34,8	0,3%	560,6	4,1%
Cereais	584,9	4,4%	587,6	4,8%	558,3	4,0%
Plásticos	93,7	0,7%	104,1	0,9%	527,6	3,8%
Subtotal	10.096,9	75,6%	9.142,9	75,0%	11.625,6	84,2%
Outros	3.256,4	24,4%	3.046,6	25,0%	2.180,4	15,8%
Total	13.353,3	100,0%	12.189,5	100,0%	13.806,0	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

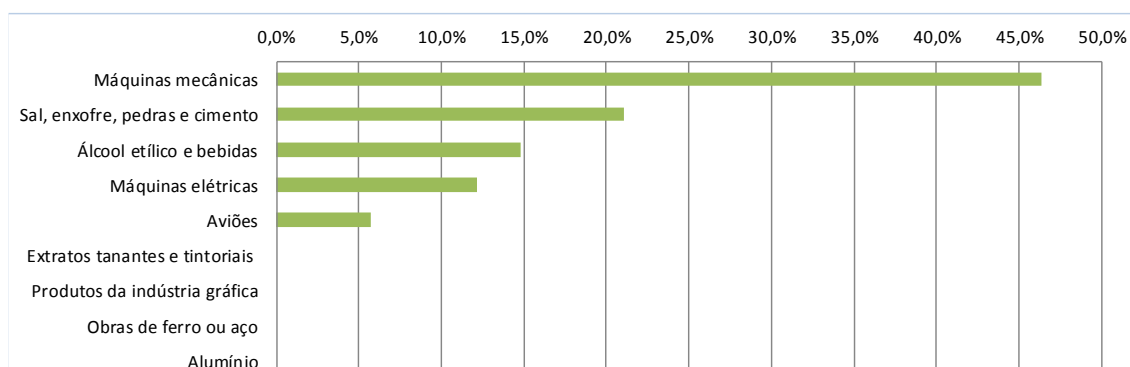


Composição das importações brasileiras originárias de Barbados
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	1,9	0,0%	0,8	0,2%	25,9	46,3%
Sal, enxofre, pedras e cimento	151,4	1,2%	86,8	26,7%	11,7	21,0%
Álcool etílico e bebidas	38,2	0,3%	32,4	10,0%	8,3	14,8%
Máquinas elétricas	4,9	0,0%	13,9	4,3%	6,8	12,2%
Aviões	14,0	0,1%	11,4	3,5%	3,2	5,7%
Extratos tanantes e tintoriais	148,5	1,2%	170,0	52,3%	0,0	0,0%
Produtos da indústria gráfica	8,2	0,1%	6,6	2,0%	0,0	0,0%
Obras de ferro ou aço	0,6	0,0%	1,5	0,5%	0,0	0,0%
Alumínio	0,0	0,0%	0,8	0,2%	0,0	0,0%
Malte, amidos e féculas	0,0	0,0%	0,5	0,1%	0,0	0,0%
Subtotal	367,8	2,9%	324,7	100,0%	55,9	100,0%
Outros	12.168,5	97,1%	0,2	0,0%	0,0	0,0%
Total	12.536,4	100,0%	324,8	100,0%	55,9	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



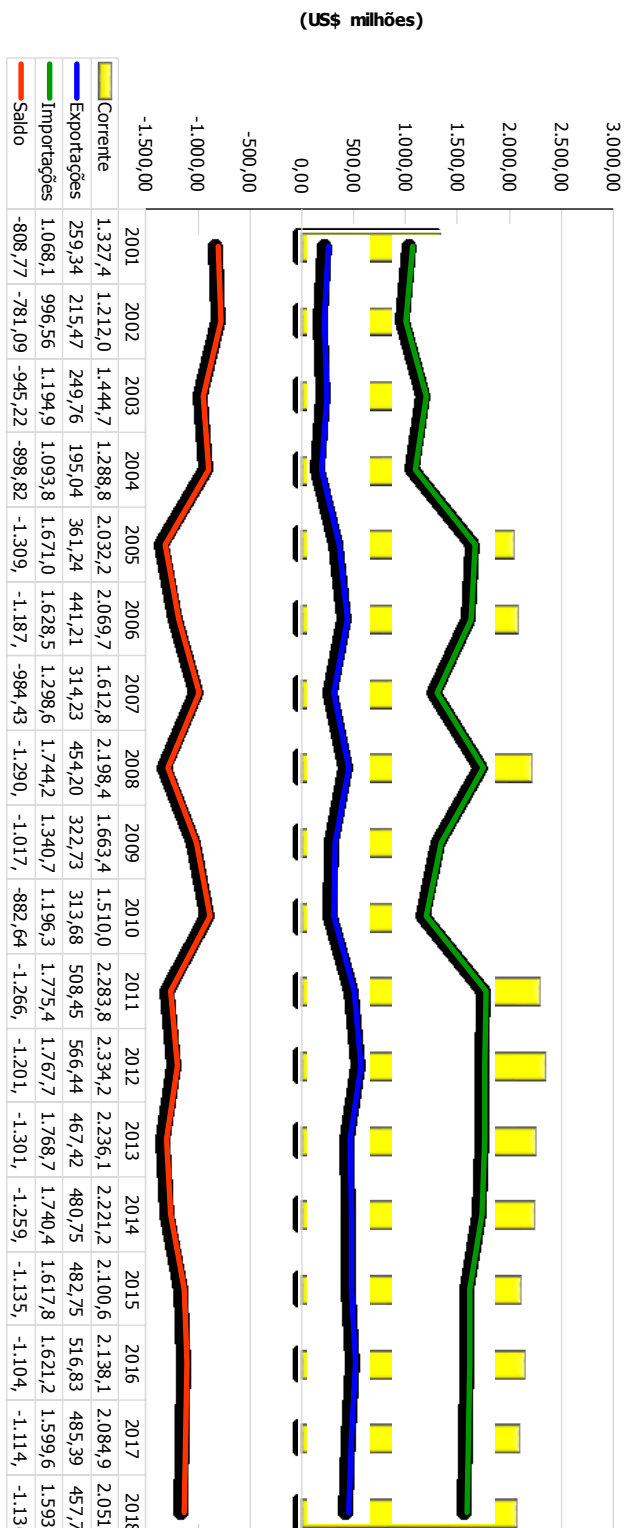
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Papel e cartão	371,4	18,5%	110,4	5,3%	Papel e cartão 5,3%
Madeira	361,9	18,1%	55,3	2,7%	Madeira 2,7%
Combustíveis	0,0	0,0%	47,7	2,3%	Combustíveis 2,3%
Veículos autônomos	157,5	7,9%	35,0	1,7%	Veículos autônomos 1,7%
Preparações de carne	274,8	13,7%	31,7	1,5%	Preparações de carne 1,5%
Melte, amidos e féculas	54,5	2,7%	17,1	0,8%	Melte, amidos e féculas 0,8%
Cerâmicos	130,1	6,5%	16,4	0,8%	Cerâmicos 0,8%
Cereais	122,8	6,1%	14,3	0,7%	Cereais 0,7%
Preparações hostícolas	9,7	0,5%	13,0	0,6%	Preparações hostícolas 0,6%
Borracha	69,5	3,5%	12,4	0,6%	Borracha 0,6%
Subtotal	1.552,2	77,4%	353,2	17,0%	
Outros	452,4	22,6%	1.719,9	83,0%	
Total	2.004,5	100,0%	2.073,1	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Sal, enxofre, pedras e cimento	0,0	0,0%	11,0	83,7%	Sal, enxofre, pedras e cimento 83,7%
Máquinas elétricas	0,6	28,2%	2,1	16,3%	Máquinas elétricas 16,3%
Álcool etílico e bebidas	1,5	71,8%	0,0	0,0%	Álcool etílico e bebidas 0,0%
Subtotal	2,1	100,0%	13,2	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	2,1	100,0%	13,2	100,0%	

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

Comércio Barbados x Mundo



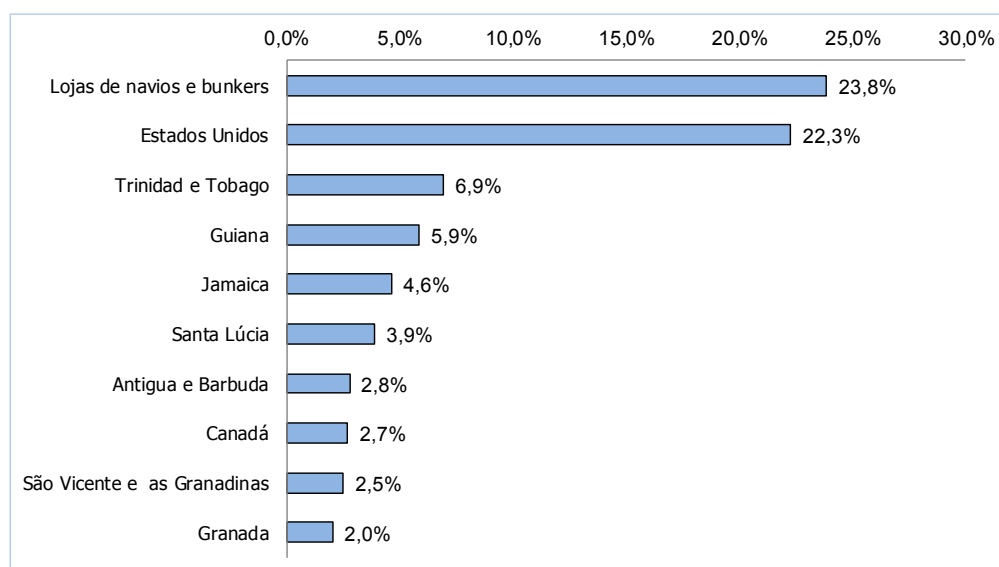
Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Tradepp, March 2019.

Principais destinos das exportações de Barbados
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Lojas de navios e bunkers	109,15	23,8%
Estados Unidos	101,91	22,3%
Trinidad e Tobago	31,69	6,9%
Guiana	26,82	5,9%
Jamaica	21,17	4,6%
Santa Lúcia	17,80	3,9%
Antigua e Barbuda	12,67	2,8%
Canadá	12,37	2,7%
São Vicente e as Granadinas	11,49	2,5%
Granada	9,31	2,0%
...		
Brasil (47º lugar)	0,20	0,0%
Subtotal	354,59	77,5%
Outros países	103,14	22,5%
Total	457,73	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.

10 principais destinos das exportações

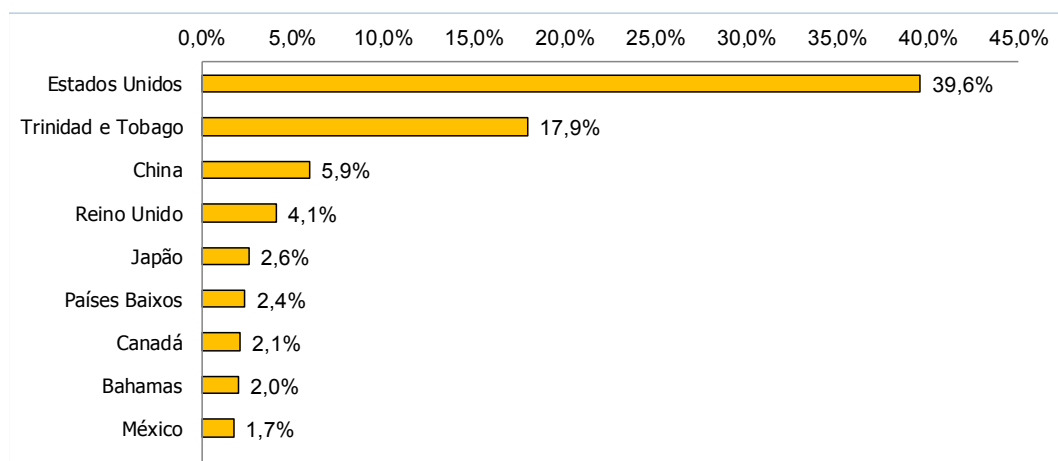


Principais origens das importações de Barbados
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Estados Unidos	630,52	39,6%
Trinidad e Tobago	285,68	17,9%
China	94,43	5,9%
Reino Unido	65,11	4,1%
Japão	41,02	2,6%
Países Baixos	37,81	2,4%
Canadá	33,55	2,1%
Bahamas	31,96	2,0%
México	27,68	1,7%
Tailândia	25,46	1,6%
...		
Brasil (14º lugar)	17,58	1,1%
Subtotal	1.290,81	81,0%
Outros países	302,97	19,0%
Total	1.593,78	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.

10 principais origens das importações

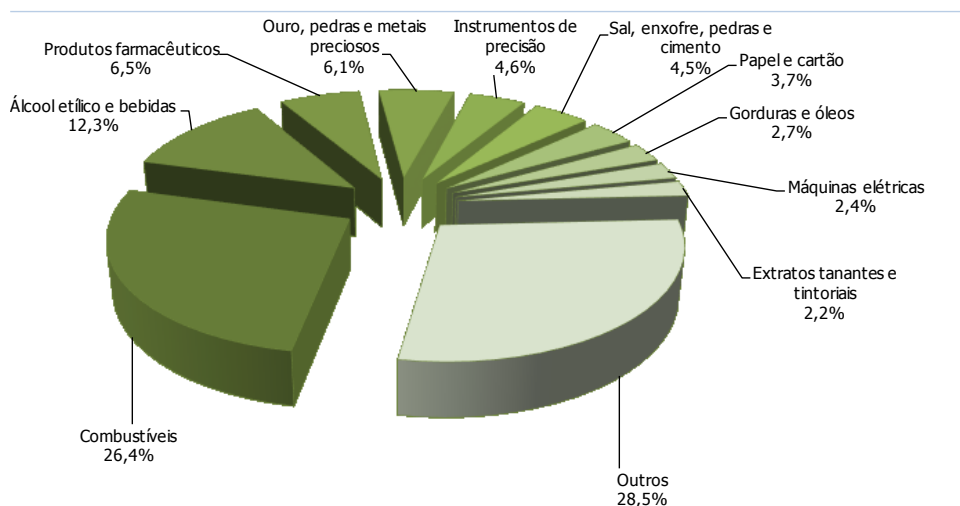


Composição das exportações de Barbados
US\$ milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	120,99	26,4%
Álcool etílico e bebidas	56,16	12,3%
Produtos farmacêuticos	29,88	6,5%
Ouro, pedras e metais preciosos	28,02	6,1%
Instrumentos de precisão	20,93	4,6%
Sal, enxofre, pedras e cimento	20,67	4,5%
Papel e cartão	16,89	3,7%
Gorduras e óleos	12,57	2,7%
Máquinas elétricas	10,93	2,4%
Extratos tanantes e tintoriais	10,03	2,2%
Subtotal	327,07	71,5%
Outros	130,66	28,5%
Total	457,73	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

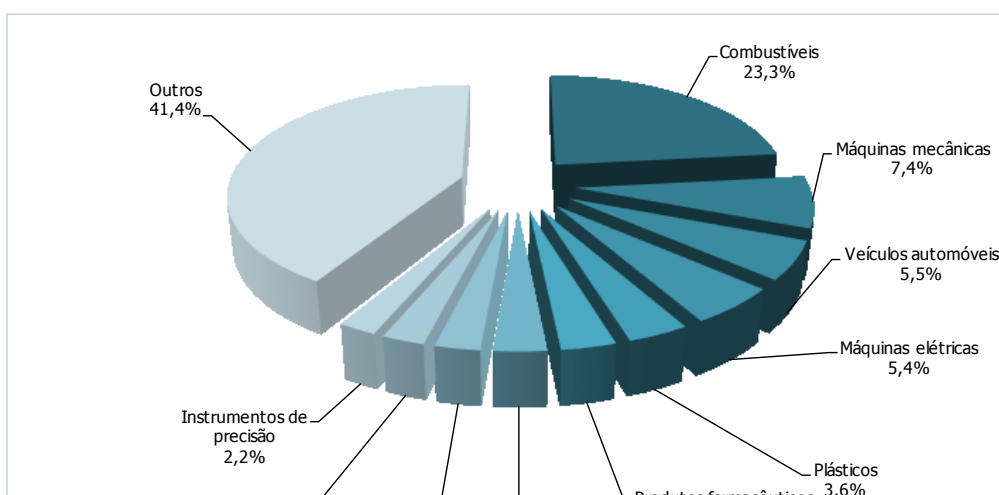


Composição das importações de Barbados
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	371,68	23,3%
Máquinas mecânicas	118,72	7,4%
Veículos automóveis	88,16	5,5%
Máquinas elétricas	85,53	5,4%
Plásticos	56,70	3,6%
Produtos farmacêuticos	50,31	3,2%
Álcool etílico e bebidas	47,99	3,0%
Papel e cartão	41,36	2,6%
Preparações alimentícias	39,19	2,5%
Instrumentos de precisão	35,02	2,2%
Subtotal	934,65	58,6%
Outros	659,13	41,4%
Total	1.593,78	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.

10 principais grupos de produtos importados



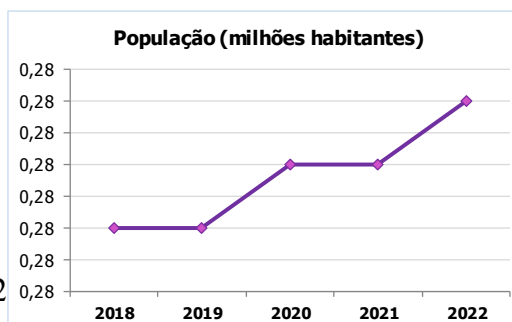
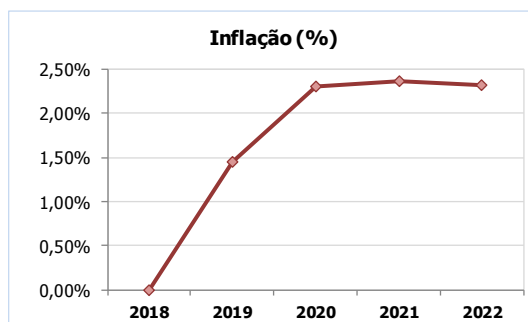
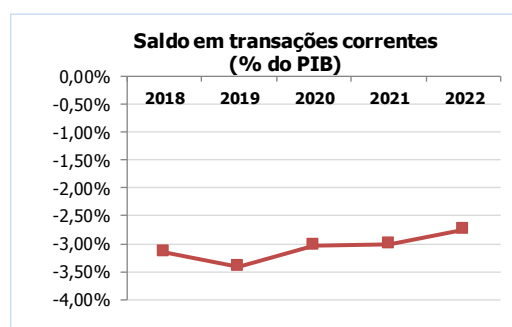
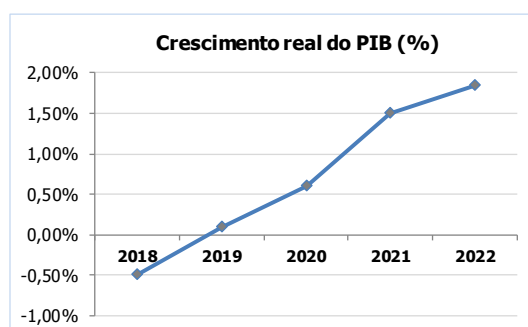
Principais indicadores socioeconômicos de Barbados

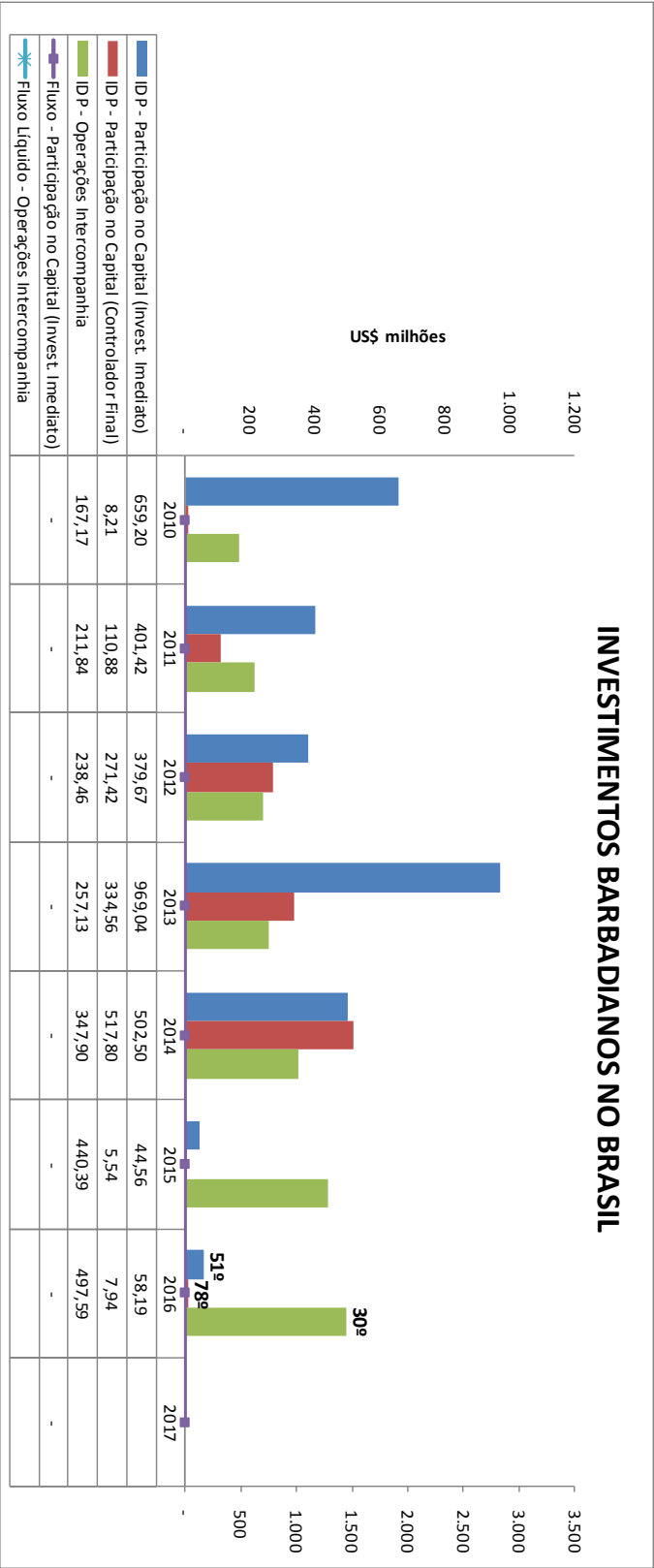
Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	-0,50%	0,10%	0,60%	1,50%	1,84%
PIB nominal (US\$ bilhões)	5,17	5,21	5,34	5,55	5,78
PIB nominal "per capita" (US\$)	18.366	18.452	18.877	19.565	20.347
PIB PPP (US\$ bilhões)	5,31	5,42	5,56	5,75	5,96
PIB PPP "per capita" (US\$)	18.866	19.207	19.648	20.270	20.981
População (milhões habitantes)	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28
Desemprego (%)	10,34%	10,64%	10,72%	10,51%	10,19%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,00%	1,45%	2,30%	2,37%	2,32%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,15%	-3,41%	-3,03%	-3,01%	-2,75%
Dívida externa (US\$ bilhões)	—	—	—	—	—
Câmbio (C\$ / US\$) ⁽²⁾	—	—	—	—	—
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	1,5%				
Indústria	9,8%				
Serviços	88,7%				

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





IDP - Quantidade de Investidores (>= 10% capital acionário)			
	2010	2015	
Investidor Imediato	15	15 (529)	

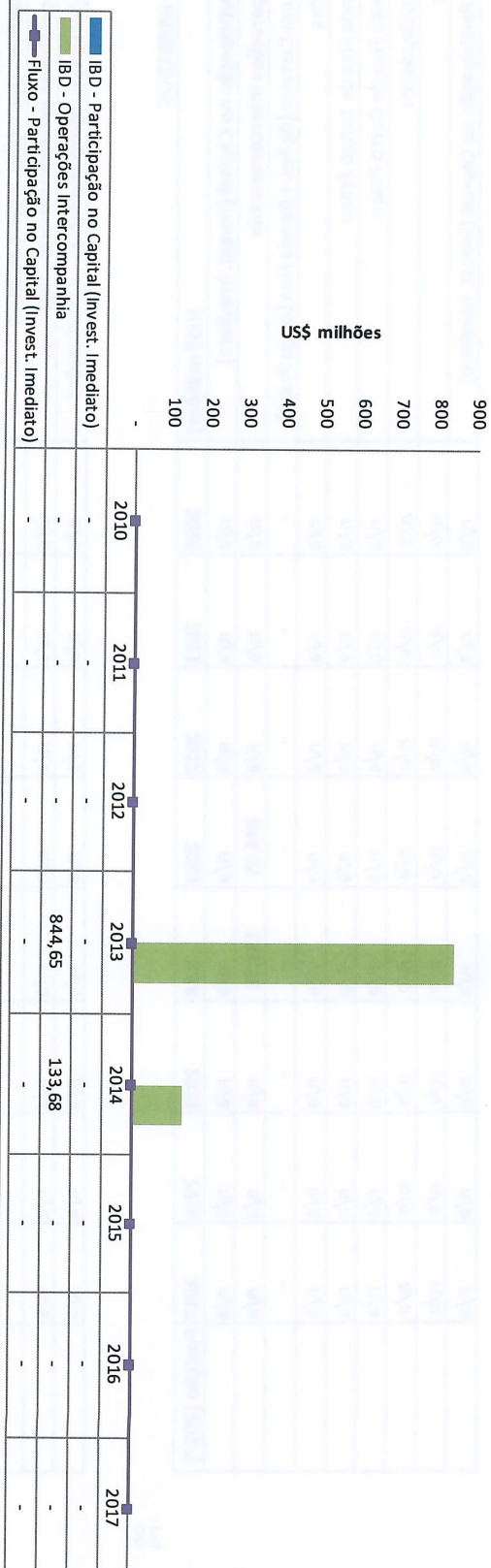
Fontes:
Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2016); Disponível em http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO;
Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SerieHistBalanco.asp?idpai=seriespex>;
Elaboração DINV/MRE

BARBADOS-BRASIL									
	(US\$ milhões)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
IDP - Participação no Capital (Invest. Imediato)		659,20	401,42	379,67	969,04	502,50	44,56	58,19	
IDP - Participação no Capital (Controlador Final)		8,21	110,88	271,42	334,56	517,80	5,54	7,94	51º
IDP - Operações Intercompanhia		167,17	211,84	238,46	257,13	347,90	440,39	497,59	78º
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	30º
Fluxo Líquido - Operações Intercompanhia									
Empréstimos Intercompanhias - Ingressos		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	
Empréstimos Intercompanhias - Amortizações		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	

BRASIL-BARBADOS

	(US\$ milhões)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Posição (2017)
IBD - Participação no Capital (Invest. Imediato)		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	
IBD - Operações Intercompanhia		n/a	n/a	n/a	844,65	133,68	n/a	n/a	n/a	
Invest. em Carteira (Ações + Renda Fixa Longo Prazo)		-	-	-	-	-	-	-	-	
Ações		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	
Renda Fixa de Longo Prazo		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	
Renda Fixa de Curto Prazo		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	
Moedas/Depósitos		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	
Imóveis		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	

INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM BARBADOS



Fontes:

Banco Central do Brasil - CBE - Capitais Brasileiros no Exterior (Anos-Base 2007 a 2017). Disponível em <http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2016.asp?idpai=CBE>;

Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/hms/infecon/SerieHistoricoBalanco.asp?idpai=serieapex>;

Elaboração DINV/MRE

EMBAIXADA DO BRASIL EM BRIDGETOWN**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE**

Informo. Ao terminar o período de mais de quatro anos como Embaixador do Brasil em Barbados, apresento análise das ações empreendidas em diversas áreas como objetivo de promover os interesses brasileiros neste país.

2. Na área política, as relações tem-se mantido cordiais e estáveis. As relações estão fundamentadas em afinidades derivadas da história comum, a herança colonial da escravidão e da monocultura do açúcar, cujo desenvolvimento, em Barbados, originou-se com a tecnologia trazida por imigrantes, notadamente judeus sefarditas, oriundos do Nordeste brasileiro. Também dois fluxos migratórios de Barbados para o Brasil ocorreram para exploração da borracha e para trabalhar na ferrovia Madeira-Mamoré. Até hoje descendentes de barbadianos vivem no estado de Rondônia.

3. Mais recentemente, destaco período frutífero a partir de 2010, quando Barbados abriu sua Embaixada em Brasília e foi inaugurado voo direto entre o Brasil (São Paulo) e Barbados pela empresa Gol. Na época, Barbados estava lidando com dificuldades em consequência da crise financeira internacional de 2008, com grande diminuição do número de turistas do Hemisfério Norte, e o Brasil apresentando taxas excepcionais de crescimento. Nesse período, até agosto de 2016, quando o voo foi encerrado, o número de turistas brasileiros que visitaram Barbados alcançou uma média anual de 5.000. A recessão no Brasil a partir de 2016 contribuiu, em seguida, para que o voo entre os dois países perdesse viabilidade financeira.

4. Em maio de 2015, visitou Barbados o diretor do Departamento da América Central, México e Caribe do Itamaraty, ocasião em que manteve reunião com a diretora de Assuntos Hemisféricos da Chancelaria sobre os pontos da agenda Brasil/Barbados, tanto no nível bilateral, como multilateral. Dos numerosos pontos examinados e discutidos, destaco os seguintes: 1) acordo de isenção de vistos de turismo e de negócios; 2) classificação de Barbados como país de regime fiscal privilegiado; 3) acordo de serviços aéreos; 4) desenvolvimento de projetos de cooperação técnica; 5) proposta de projeto para acordo de cooperação em turismo (a ser apresentado pela parte barbadiana, o que não ocorreu até o momento); 6) interesse barbadiano em tornar-se centro de ensino de língua inglesa para estudantes brasileiros; 7) projetos culturais com ênfase em intercâmbio de experiências e artistas, na área de artes plásticas e música; 8) temas internacionais e multilaterais: Haiti, Associação dos Estados do Caribe (ACS) e Comunidade do Caribe (CARICOM).

5. A área de cooperação técnica mereceu especial destaque com a realização, em Barbados, de cursos de capacitação técnica em temas de interesse regional para representantes de diversos países caribenhos: "workshops" sobre administração de recursos hídricos; banco de leite humano, e legislação sobre acesso e repartição de benefícios da biodiversidade.

6. Também no que se refere à cooperação técnica, representantes do Ministério da Agricultura de Barbados indicaram áreas agrícolas de interesse para a realização de eventuais programas de treinamento, temas esses que, entendo, devem interessar a todos os países da região caribenha:

a) engenharia agrícola e tecnológica; b) inseminação artificial e engenharia genética; c) adaptação e mitigação das mudanças climáticas (gestão de recursos hídricos, desenvolvimento de fontes alternativas de energia, coberturas de proteção, construção de reservatórios/lagoas para aquacultura e aquaponia); d) comunicação agrícola; e) desenvolvimento de culturas medicinais: identificação de culturas medicinais e sua inserção em ambientes cativos para pesquisa científica e exploração comercial; f) gestão da cadeia de abastecimento agrícola e desenvolvimento de produtos; g) desenvolvimento de contratos; h) eliminação de ervas daninhas; i) tecnologia e engenharia da informação agrícola j) plantio e cultivo do coqueiro.

7. Barbados tem reiteradamente solicitado cooperação técnica na área de esportes, envolvendo futebol e esportes de praia. No que concerne o futebol, a demanda é para o treinamento de técnicos no Brasil e o intercâmbio de jogadores barbadianos, que fariam estágio em clubes brasileiros. Na área de esportes de praia, é grande o interesse em desenvolver modalidades tais como futebol, volei de praia, futevolei, luta livre de praia, e "beach tennis". Para tanto, a solicitação é de que técnicos nos referidos esportes venham a Barbados para treinar atletas locais. Existe também interesse no intercâmbio entre atletas de box.

8. O comércio bilateral é muito reduzido, tendo os dez mais importantes produtos exportados pelo Brasil para Barbados alcançado a cifra de US\$ 10,9 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram madeira e objetos fabricados de madeira, papel, carne enlatada, sapatos e produtos de cerâmica. As exportações dos dez produtos mais importantes de Barbados para o Brasil alcançaram cerca de US\$ 174,3 mil e incluíram produtos elétricos, produtos eletrônicos e plásticos.

9. No período de gestão, o Brasil concluiu o processo de adesão ao Banco de Desenvolvimento do Caribe. Em seguimento, o Banco enviou missão exploratória ao Brasil em 2015 para contatar autoridades brasileiras e o setor privado. Nova missão aconteceu em maio de 2019 com o objetivo de alertar o setor privado brasileiro para as oportunidades de participação em projetos financiados pelo Banco na região. A propósito, os projetos financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Caribe representam a melhor e mais consistente oportunidade para expansão na área comercial na região de empresas brasileiras com participação em concorrências em "joint ventures" com empresas locais. Este mercado, ainda não explorado por empresas brasileiras, é dominado principalmente por empresas de Trinidad e Tobago, Canadá, EUA, e empresas de outros países caribenhos.

10. Barbados é sede do Fundo de Desenvolvimento da CARICOM, organismo que tem por objetivo assistir os países menos desenvolvidos do Caribe e estimular a convergência estrutural na CARICOM, tal como o FOCEM no Mercosul. A Embaixada participa regularmente da reunião anual do Fundo. Na I Cúpula Brasil-CARICOM, em 2010, o Brasil assumiu o compromisso na "Declaração de Brasília" de apoio financeiro ao Fundo de US\$ 10 milhões. Tal contribuição, contudo, até o presente não pode ser efetivada, em virtude das conhecidas restrições orçamentárias, além da prioridade que foi dispensada à adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe.

11. Na área comercial, destaco solicitação de Barbados para que o Brasil conclua os procedimentos para viabilizar a exportação de carne de aves e derivados para este país. Barbados deseja ter fornecedor alternativo no caso de que as fontes tradicionais de suprimento não possam atender por qualquer motivo à demanda local. Aguarda-se nesse caso ação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento brasileiro.

12. A execução das demais atividades de promoção comercial ocorre por meio de contatos permanentes com empresas brasileiras que buscam informações sobre comércio e investimentos em diferentes áreas neste país.

13. Outra oportunidade em potencial é a meta de Barbados de 100% de energia gerada por fontes alternativas até 2030, o que implicaria oportunidades de investimento e exportação de tecnologia e equipamentos durante uma década. Outra área que interessa Barbados é a tecnologia brasileira para aproveitamento de gás natural em veículos, como transição para uma futura geração e aproveitamento exclusivo de fontes alternativas.

14. Três acordos bilaterais estão pendentes de conclusão. O primeiro é o Acordo sobre Serviços Aéreos, cuja assinatura depende atualmente da aprovação pela parte brasileira. Outro acordo pendente trata da dispensa de vistos de negócios. O texto foi aprovado pela parte brasileira e, segundo informações da Chancelaria local, continua em análise na sua Consultoria Jurídica. Finalmente, o Acordo sobre exercício de atividades remuneradas por dependentes de funcionários governamentais de ambos os países ainda não foi concluído e segue em exame pela parte barbadiana.

15. No âmbito das relações culturais, cumpre destacar, inicialmente, a importância de cultivar e preservar a grande simpatia já existente pelo Brasil neste país. Neste contexto, há grande potencial para ampliação da presença brasileira nas áreas de cinema, música, literatura e artes visuais. Além disso, o crescente interesse pelo aprendizado da língua portuguesa e a profunda admiração pelo carnaval brasileiro poderiam ser melhor explorados. Foram os principais eventos no período considerado:

- a) apoio da Embaixada à realização, em fevereiro de 2016, do seminário de percussão "Brazilian Rhythms - A Taste of Olodum", ministrado pelo músico brasileiro Anderson Luis Silva Souza. O evento foi organizado pela "National Cultural Foundation" (NCF) de Barbados e o grupo musical "1688 Orchestra & Collective";
- b) apresentação, em julho de 2016, da cantora e sambista Ana Costa e sua banda no quadro do projeto "Novas Vozes do Samba" no "Pan Fusion Festival", organizado pela "National Cultural Foundation" nos jardins da residência oficial do primeiro ministro;
- c) em janeiro de 2017, workshop de percussão com os músicos brasileiros Júlio Florindo e Daniel Félix e outros eventos realizados com a participação dos percussionistas entre os dias 16 e 21 de janeiro. Diante de estudantes da Escola Primária Saint Paul's e da Escola Secundária Collieridge & Parry, Júlio Florindo e Daniel Félix fizeram breve exposição sobre o carnaval carioca e sobre o samba, além de demonstração dos instrumentos brasileiros de percussão;
- d) concerto do pianista brasileiro Pablo Rossi em comemoração da data nacional brasileira, em 2017. O pianista brasileiro também comandou apresentação sobre música clássica brasileira para estudantes de música no "Community College" de Barbados;
- e) apresentação do Grupo "Choro das Três", em 2018, no âmbito da comemoração do Dia da Independência. O grupo, como de costume, também interagiu com estudantes de música do "Community College".

16. No campo do audiovisual, a Embaixada realizou, em suas próprias dependências, a partir de 2015, seis mostras de cinema brasileiro, totalizando a apresentação de 24 filmes brasileiros para o público barbadiano.

17. Com respeito a projetos futuros na área cultura ressaltou tema de grande interesse do Governo de Barbados que é realização de "workshop" de "design" de fantasias de carnaval, que consistiria vinda de designer brasileiro para ministrar curso sobre os diferentes aspectos envolvidos na

confeção de fantasias de carnaval. Tal iniciativa poderia contribuir sobremaneira para a aproximação cultural entre Brasil e Barbados em uma área de interesse mútuo. A presente proposta foi originalmente apresentada em 2017 e em 2018 e reapresentada em 2019. O objetivo de Barbados é tornar o carnaval local tão atrativo do ponto de vista turístico quanto o carnaval de Trinidad e Tobago. Seria maneira de preencher a lotação dos hotéis em período de baixa estação, na primeira segunda-feira de agosto.

18. Outra proposta da Embaixada, que não foi possível ainda realizar, é a implementação de projeto-piloto de curso de português para iniciantes. Os principais clientes seriam funcionários do Ministério das Relações Exteriores e do Departamento de Imigração, funcionários de hotéis, militares da Força de Defesa de Barbados interessados em fazer cursos de aperfeiçoamento no Brasil e estudantes potenciais do PEC-G. A presente proposta foi originalmente apresentada em 2017 e 2018 e reapresentada em 2019, tendo em vista a manutenção de grande interesse pelo aprendizado da língua portuguesa em Barbados.

19. O programa PEC-G tem despertado significativo interesse em Barbados com vários nacionais deste país cursando faculdades brasileiras. A Embaixada tem buscado divulgar o PEC-G por intermédio de visitas e exposição sobre o programa nas principais escolas secundárias de Barbados, e também em de feiras estudantis universitárias. Cerca de 45 estudantes barbadianos já participaram do PEC-G e, atualmente, 12 estudantes estão cursando no Brasil.

20. A Embaixada acompanhou reuniões multilaterais a realizadas em Barbados durante o período em questão, mantendo manter contato com autoridades locais a fim de obter calendário detalhado desses eventos previstos para ocorrer no país e participar dos mesmos, prestar apoio a eventuais autoridades brasileiras e relatar os principais temas dos encontros.

21. Uma das principais atividades na área política foi a de assegurar o apoio de Barbados às candidaturas brasileiras. Como resultado, Barbados tem apoiado de um modo geral as candidaturas mais importantes apresentadas pelo Brasil. Salvo circunstâncias especiais, este país dá preferência na decisão para candidaturas de países latino-americanos, em confronto com candidatos de outras regiões. Muitas vezes, Barbados vota seguindo decisão conjunta dos países da CARICOM.. O Brasil tem também prestado apoio às raríssimas candidaturas de Barbados, com recurso, quando cabível, à troca de votos.

22. Barbados tem insistido ao longo dos últimos anos na conclusão de um acordo com o Brasil para evitar a bi-tributação. No entanto, a conclusão tem sido impedida pelo fato de Barbados ser classificado, pelo Brasil, como "país de tributação favorecida". Em 2012, Barbados apresentou à Receita Federal recurso de revisão do tratamento, que não foi deferido. De acordo com muito recente reforma tributária, a alíquota básica em Barbados, para alinhar o país com as normas da OCDE, foi estabelecida em 5%, válida tanto para empresas domésticas quanto para as chamadas empresas internacionais, ou de atuação "off shore". Registro que Barbados assinou, em outubro de 2015, a "Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais", instrumento que aqui entrou em vigor em 01/11/2016. É preciso, por último, mencionar que as autoridades barbadianas são extremamente sensíveis ao que chamam de "blacklisting" por outros países por motivos fiscais, uma vez que entendem que tal ação pode diminuir o potencial da atuação de novas entidades "off shore", bancos e empresas que se estabelecem em Barbados para evitar impostos e cuja contribuição média para o PIB é de cerca de 21%. Assim sendo, Barbados, como outros países caribenhos, é muito crítico da OCDE e atua agressivamente para eliminar essas classificações desfavoráveis nos EUA, Europa e em outras regiões.

23. A Embaixada coordenou, em abril de 2015 e em maio de 2018, a visita de navios-patrolha da Marinha do Brasil para a operação CARIBEX. Além de estreitar as relações entre as forças armadas dos dois países, por intermédio da interação com autoridades e vistoria das instalações da parte naval da Força de Defesa de Barbados e Guarda Costeira, as visitas serviram para familiarizar a força brasileira com o "Regional Security System", organização internacional caribenha dedicada à repressão ao tráfico de drogas e de armas, do contrabando, e da intervenção em caso de desastres naturais. Também foram palco de visita pública. Em abril de 2019, visitou Barbados o navio "Cisne Branco", que também cumpriu extensa programação que incluiu visita pública organizada para escolas locais.

24. No setor consular, o movimento é muito reduzido depois da adoção da Convenção da Apostila e de modificações significativas nos procedimentos para concessão de vistos. A comunidade brasileira em Barbados não excede 40 nacionais que estão aqui radicados há muitos anos. Por não ter número mínimo de eleitores para formar uma zona eleitoral, não têm sido realizadas eleições presidenciais em Barbados.

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

3



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

RELATÓRIO Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 64, de 2019 (MSG nº 323/2019), da Presidência da República, *que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à República da Turquia.*



Relatora: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à República da Turquia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A Mensagem Presidencial encaminha o currículo do diplomata indicado elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Ele é filho de Silvério Ceglia e Nora Martins Pereira e Souza, e nasceu em 24 de abril de 1958, no Rio de Janeiro/RJ.

Carlos Ricardo Martins Ceglia graduou-se em Ciências Políticas pelo *Institut d'Etudes Politiques*, em Toulouse, França, em 1980.

Ingressou na carreira diplomática em 1984, após concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr) no ano anterior. Ainda no IRBr, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1992 e o Curso de Altos Estudos em 2006, quando defendeu a tese “A eleição de Álvaro Uribe V. à Presidência da República da Colômbia. Análise da política de mano dura contra as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia – Ejército del Pueblo (FARC-EP)* e suas repercussões para o Brasil – 08/2002 a 12/2004”.

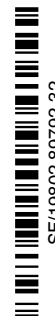
Ascendeu a Primeiro-Secretário em 1996; a Conselheiro, em 2002; a Ministro de Segunda Classe, em 2006; e a Ministro de Primeira Classe, em 2013. Todas as promoções por merecimento.

Entre os cargos e funções que exerceu na carreira, podemos aqui destacar os Assessor Especial no Ministério do Planejamento e Orçamento (1996 a 1997); Primeiro-Secretário na Embaixada em Paris (1997 a 2000); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Bogotá (2000 a 2003); Conselheiro na Embaixada em Túnis (2003 a 2005); Chefe da Divisão da Europa II (2006 a 2007); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2007 a 2010); Chefe da Divisão de Atos Internacionais (2010 a 2011); Diretor do Departamento do Oriente Médio (2011 a 2015) e Embaixador do Brasil na Malásia e em Brunei Darussalam (de 2015 até o presente).

O currículo registra ainda as condecorações recebidas pelo Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia: Ordem do Mérito, da Itália (1995); Ordem Nacional do Mérito, da França (1996), Ordem Mérito das Forças Armadas, do Brasil (1996); Ordem do Rio Branco, do Brasil (2010) e Ordem do Mérito Militar, do Brasil (2010).

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República da Turquia e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República da Turquia é um país com posição geográfica única, entre a Ásia e a Europa. O país é situado no cruzamento entre os Balcãs, Cáucaso, Oriente Médio e o Mediterrâneo. Está entre os maiores países em termos territoriais e populacionais na região, com área superior a qualquer estado europeu. A capital é Ancara e a maior cidade é Istambul. O estado é parte de diversas organizações internacionais, sendo membro-fundador da OCDE, OSCE, OCI e G20. Tornou-se membro do Conselho da



Europa em 1949 e membro associado da Comunidade Europeia em 1963. Desde 1995 é parte da união aduaneira da União Europeia, tendo começado as negociações para integrar o bloco europeu em 2005. A Turquia é um país laico, com sistema presidencialista desde 2017, após referendo popular.

As relações bilaterais Brasil-Turquia remetem ao relacionamento entre o Império do Brasil e o Império Otomano, que já em 1858 assinaram Tratado de Amizade e Comércio. Em 1908, para atender à demanda gerada pelo grande fluxo de cidadãos otomanos que chegavam ao Brasil, o Império Otomano abriu Consulados-Gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1930, as Repúblicas do Brasil e da Turquia abriram Embaixadas mútuas, no Rio de Janeiro e em Ancara, inaugurando canais de diálogo mantidos de forma ininterrupta até os dias de hoje. Ao longo do século XX, o relacionamento bilateral manteve-se cordial, ainda que distante.

Na primeira década do século XXI, o relacionamento conheceu significativo aprofundamento. Em 2006, a operação de evacuação de brasileiros no contexto da guerra do Líbano contou com importante apoio da Turquia, o que contribuiu para aproximar os dois países. Em 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à Turquia. Nessa visita, negociou-se o que viria a ser a Declaração de Teerã – documento firmado entre os dois países e o Irã em 2010 como contribuição para a construção de confiança para a resolução do dossiê nuclear iraniano.

Em 2010, a adoção do “Plano de Ação Bilateral para a Parceria Estratégica” constituiu importante passo para a intensificação da cooperação bilateral por meio de dois mecanismos: i) a Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível (CAN), em nível de Ministro das Relações Exteriores; e ii) o Mecanismo Bilateral de Consultas Político-Diplomáticas, em nível de Secretário-Geral e de Subsecretários dos Ministérios das Relações Exteriores. O Plano de Ação identifica as seguintes principais áreas para o desenvolvimento das relações Brasil e Turquia: i) diálogo político e cooperação em foros multilaterais; ii) comércio e investimentos; iii) energia; iv) biodiversidade; v) meio ambiente e desenvolvimento sustentável; vi) defesa; vii) combate ao terrorismo e ao crime organizado; viii) ciência, inovação e alta tecnologia; e ix) intercâmbio cultural e educacional.

Embora o país seja membro da OTAN desde 1952, frequentemente tem atritos com os EUA. Recentemente, os EUA estão tentando impedir a entrega de jatos F-35 à Turquia em decorrência da



intenção de compra de sistemas russos S-400. A aquisição do sistema é vista como solução para as deficiências no setor de defesa aérea. Com a Rússia, a Turquia desenvolve dois projetos estruturantes de grande visibilidade: gasoduto TurkStream, que está em fase avançada de construção pela Gazprom, terá capacidade total de 31,5 bilhões de metros cúbicos de gás natural e deverá entrar em atividade ainda em 2019; e o primeiro complexo nuclear da Turquia, situado em Akkuyu, desenvolvido por consórcio liderado pela Rosatom e com inauguração prevista para 2023, ano do centenário da República da Turquia.

Há aproximação com países asiáticos, sendo que as relações foram elevadas à categoria de parceria estratégica com seis países, a saber: China, Japão, Indonésia, Coreia, Malásia e Cingapura. Não obstante, pode-se ainda dizer que a Turquia continua ancorada em sua aliança Ocidental, com os EUA como seu principal fornecedor militar, e a Alemanha, o principal parceiro econômico, comercial e de investimentos, com mais de 8.000 filiais de empresas alemãs instaladas na Turquia.

O Brasil apoia todos os esforços multilaterais para resolver a questão de Chipre, inclusive a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP), com a qual o país contribui anualmente com um observador militar, em geral um capitão do Exército, incorporado ao contingente argentino da Missão.

O Brasil mantém a posição de se solidarizar com a tragédia humana que abalou o povo armênio em 1915, no contexto da Primeira Grande Guerra Mundial, sem no entanto caracterizar os eventos como genocídio. Apoiamos e favorecemos a busca do diálogo entre a Armênia e a Turquia, com vista à resolução de questões históricas e à melhora das relações entre os dois países.

Na primeira década do século XXI, as relações econômico-comerciais Brasil-Turquia registraram evolução sem precedentes, refletindo, possivelmente, a intensificação das relações políticas entre ambos os países. Esse crescimento é ainda mais representativo ao se considerar os efeitos da crise financeira global, iniciada no segundo semestre de 2008, e da crise nos países da zona do euro, com os quais a Turquia mantém estreita relação.

Entre 2000 e 2012, a corrente de comércio passou de US\$ 343 milhões para a cifra recorde de US\$ 2,7 bilhões. O comércio entre o Brasil e a Turquia cresceu entre 2016 e 2017, segundo as estatísticas do MDIC, de US\$ 1,8 bilhões em 2016 para US\$ 2,2 bilhões em 2017. Em 2017, as



exportações brasileiras alcançaram US\$ 1,82 bilhões e as importações brasileiras US\$ 468 milhões. Entre 2017 e 2018 houve aumento do fluxo de comércio entre Brasil e Turquia, que passou de US\$ 1,3 bilhões para US\$ 1,8 bilhões, principalmente devido ao aumento das exportações brasileiras. Trata-se do maior fluxo bilateral histórico entre os países.

Apesar do saldo favorável, as exportações brasileiras são de menor valor agregado, em que se destacam os seguintes itens: produtos semimanufaturados de ferro e aço; minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados; algodão simplesmente debulhado; café não torrado, em grão; soja, mesmo triturada, exceto para semeadura; bovinos vivos (a Turquia é atualmente o maior importador do Brasil); laminados de outras ligas de aço quente em rolos; fumo não manufaturado; gasolina; e polpa de madeira. Os principais produtos importados da Turquia para o Brasil são: óleo diesel; avelãs secas e frescas; fibras artificiais; carbonatos; batatas; autopeças; damascos secos; cimentos não pulverizados; produtos à base de sais de cromo; e transformadores elétricos.

Da perspectiva brasileira, o crescimento da economia turca oferece ampla gama de oportunidades, que se associam à expansão do seu comércio exterior, principalmente no que se refere às importações, que têm crescido mais que as exportações.

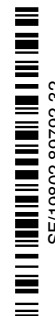
Brasil e Turquia não têm em vigor acordo bilateral para proteção de investimentos - que a Turquia mantém com 75 blocos e países, inclusive com a Argentina, desde 01/05/1995. Minuta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, elaborada pela parte brasileira, foi apresentada, em 2014, ao Governo turco para análise.

Pela natureza de relatório informativo, nos termos regimentais, não cabe aduzir outras considerações opinativas nesta peça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/19802.89792-32



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2019

(nº 323/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 323

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Os méritos do Senhor Carlos Ricardo Martins Ceglia que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de julho de 2019.

EM nº 00219/2019 MRE

Brasília, 12 de Julho de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.004251/2019-71

OFÍCIO Nº 274/2019/CC/PR

Brasília, 31 de julho de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004251/2019-71 nº 0000000

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala 426 - Telefone: 61-3411-1121

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA**

CPF.: 261.980.961-49

ID.: 8074 MRE

1958 Filho de Silvério Ceglia e Nora Martins Pereira e Souza, nasce em 24 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1980 Ciências Políticas pelo Institut D'Etudes Politiques, Toulouse, França
 1983 CPCD - IRBr
 1992 CAD - IRBr
 CAE - IRBr, A eleição de Álvaro Uribe V. à Presidência da República da Colômbia.
 2006 Análise da política de mão dura contra as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo (FARC-EP) e suas repercussões para o Brasil.08/2002 a 12/2004

Cargos:

1984 Terceiro-Secretário
 1988 Segundo-Secretário
 1996 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2002 Conselheiro, por merecimento
 2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2013 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1984-86 Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos, assessor
 1986-88 Departamento Econômico, assessor
 1988 Subsecretaria para Assuntos Econômicos e Comerciais, assessor
 1988-91 Embaixada em Madri, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1991-95 Embaixada em Moscou, Segundo-Secretário
 1995-96 Secretaria Especial de Imprensa, assessor
 1996-97 Ministério do Planejamento e Orçamento, Assessor Especial
 1997-2000 Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário
 2000-03 Embaixada em Bogotá, Primeiro-Secretário e Conselheiro
 2003-05 Embaixada em Túnis, Conselheiro
 2006-07 Divisão da Europa II, Chefe
 2007-10 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
 2010-11 Divisão de Atos Internacionais, Chefe
 2011-2015 Departamento do Oriente Médio, Diretor
 2015 Embaixador do Brasil na Malásia e em Brunei Darussalam

Condecorações

1995 Ordem do Mérito, Itália, Cavaleiro
 1996 Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
 1996 Ordem Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro
 2010 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
 2010 Ordem do Mérito Militar, Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**Divisão de Europa- III****REPÚBLICA DA TURQUIA****OSTENSIVO****ABRIL DE 2019**

DADOS BÁSICOS

Nome Oficial:	República da Turquia
Gentílico	Turco
Capital:	Ancara
Área:	785,4 km²
População:	81,25 milhões de habitantes
Língua Oficial	Turco (oficial); curdo; línguas faladas pelas minorias árabe, armênia e grega
Principais religiões:	Islamismo (99,8%, de maioria sunita); outras (0,2%)
Sistema de governo	República Presidencialista
Poder legislativo	Assembleia parlamentar unicameral, denominada Grande Assembleia Nacional, com 600 parlamentares, cujos mandatos são de 5 anos, eleitos pela população
Chefe de Estado:	PR Recep Tayyip Erdoğan (desde agosto de 2014)
Chefe de governo:	PR Recep Tayyip Erdoğan (desde julho de 2018, quando reforma constitucional determinou que o presidente fosse simultaneamente chefe de Estado e de Governo)
Chanceler:	Mevlüt Çavuşoğlu (desde agosto de 2014)
PIB (2018)	US\$ 713,51 bilhões
PIB PPP (2018)	US\$ 2,314 trilhão
PIB “per capita” (2018)	US\$ 8.715
PIB PPP “per capita” (2018)	US\$ 28.270
Variação do PIB	3,47%(2018); 7,4 (2017); 3,2% (2016)
IDH	0.791 (64ª posição entre 188 países)
Expectativa de vida ao nascer	76

Índice alfabetização	95,6%
Índice de desemprego	10,97%
Unidade monetária:	lira turca
Embaixador da Turquia em Brasília:	Ali Kaya Savut (desde janeiro de 2017)
Embaixador do Brasil em Ancara:	Eduardo Gradilone (desde novembro de 2016)
Comunidade brasileira	Há registro de 232 brasileiros residentes na Turquia

INTERCÂMBIO BILATERAL – US\$ milhões

BRASIL → TURQUIA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Intercâmbio	1.153	1.009	1.690	2.377	2.171	2.102	2.190	1.902	1.843	2.289	2.898
Exportações	816	609	1.033	1.459	1.207	957	1.308	1.335	1.446	1.820	2.365
Importações	337	399	656	917	964	1.144	882	566	397	468	532
Saldo	478	210	377	542	243	-187	426	768	1.048	1.351	1.833

Informação elaborada em 12/04/2019, por Carolina Mye Saito. Revisada por Marcela Pompeu em 16/04/2019

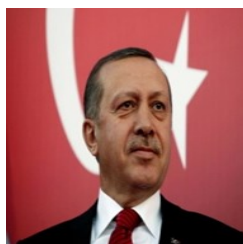
APRESENTAÇÃO

A República da Turquia é um país com posição geográfica única, entre a Ásia e a Europa. O país é situado no cruzamento entre os Balcãs, Cáucaso, Oriente Médio e o Mediterrâneo. Está entre os maiores países em termos territoriais e populacionais na região, com área superior a qualquer estado europeu. A capital é Ancara e a maior cidade é Istambul. O estado é parte de diversas organizações internacionais, sendo membro-fundador da OCDE, OSCE, OCI e G20. Tornou-se membro do Conselho da Europa em 1949 e membro associado da Comunidade Europeia em 1963. Desde 1995 é parte da união aduaneira da União Europeia, tendo começado as negociações para integrar o bloco europeu em 2005. A Turquia é um país laico, com sistema presidencialista desde 2017, após referendo popular.

PERFIL BIBLIOGRÁFICO

Recep Tayyip Erdoğan

Presidente da República da Turquia



Nasceu em Istambul a 26 de fevereiro de 1954. Foi primeiro-ministro da Turquia entre março de 2003 e agosto de 2014, quando se elegeu presidente da República. Em sua juventude, foi jogador semiprofissional de futebol. Graduou-se em economia pela Universidade de Marmara. Elegeu-se prefeito de Istambul em 1994. Em 1997, foi preso e condenado a dez meses de prisão por pronunciamento tido como atentatório ao princípio do laicismo. Em 2001, esteve entre os fundadores do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP). Concorreu à presidência e foi eleito em 2014 e 2017. Suas gestões têm-se caracterizado por crescimento econômico, concentração de poder e por política exterior assertiva. Considera-se um democrata conservador.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais Brasil-Turquia remetem ao relacionamento entre o Império do Brasil e o Império Otomano, que já em 1858 assinaram Tratado de Amizade e Comércio. Em 1908, para atender à demanda gerada pelo grande fluxo de cidadãos otomanos que chegavam ao Brasil, o Império Otomano abriu Consulados-Gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1930, as Repúblicas do Brasil e da Turquia abriram Embaixadas mútuas, no Rio de Janeiro e em Ancara, inaugurando canais de diálogo mantidos de forma ininterrupta até os dias de hoje. Ao longo do século XX, o relacionamento bilateral manteve-se cordial, ainda que distante. Merecem nota as duas visitas ao Brasil de Suleyman Demirel: em 1992, para participar da Conferência Rio-92, na qualidade de primeiro-ministro, e em 1995, como presidente da República, em caráter bilateral.

Na primeira década do século XXI, o relacionamento conheceu significativo aprofundamento. Em 2006, a operação de evacuação de brasileiros no contexto da guerra do Líbano contou com importante apoio da Turquia, o que contribuiu para aproximar os dois países. Em 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à Turquia. Nessa visita, negociou-se o que viria a ser a Declaração de Teerã – documento firmado entre os dois países e o Irã em 2010 como contribuição para a construção de confiança para a resolução do dossiê nuclear iraniano.

Em 2010, a adoção do "Plano de Ação Bilateral para a Parceria Estratégica" constituiu importante passo para a intensificação da cooperação bilateral por meio de dois mecanismos: i) a Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível (CAN), em nível de Ministro das Relações Exteriores; e ii) o Mecanismo Bilateral de Consultas Político-Diplomáticas, em nível de Secretário-Geral e de Subsecretários dos Ministérios das Relações Exteriores. O Plano de Ação identifica as seguintes principais áreas para o desenvolvimento das relações Brasil e Turquia: i) diálogo político e cooperação em foros multilaterais; ii) comércio e investimentos; iii) energia; iv) biodiversidade; v) meio ambiente e desenvolvimento sustentável; vi) defesa; vii) combate ao terrorismo e ao crime organizado; viii) ciência, inovação e alta tecnologia; e ix) intercâmbio cultural e educacional. No mesmo mês, foi realizado, no Rio de Janeiro, o III Fórum Mundial da Aliança das Civilizações (a edição anterior fora sediada em Istambul), iniciativa que visa a fomentar o diálogo intercivilizacional e na qual Brasil e Turquia possuem papel ativo, como dois grandes países democráticos e multiculturais.

A presidente Dilma Rousseff visitou a Turquia em 2011, quando foram assinados acordos referentes à cooperação na área educacional e ao auxílio mútuo em matéria penal. O primeiro-ministro Erdoğan retornou ao Brasil em 2012, quando chefiou a delegação turca na Conferência Rio+20.

Destaque-se a visita do então chanceler Antonio Patriota em janeiro de 2013, acompanhado de importante missão empresarial, ocasião em que se realizou a última reunião da Comissão de Alto Nível Brasil-Turquia. As últimas visitas de chanceleres ocorreram em agosto de 2014, quando o então ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo compareceu à posse do presidente Erdogan, e janeiro de 2015, quando o chanceler Mevlüt Çavuşoğlu esteve na posse da então presidente Dilma Rousseff.

Assuntos Consulares

Atualmente, há 232 brasileiros residentes na Turquia oficialmente registrados. Há poucos imigrantes ilegais, porém número significativo de pessoas ultrapassam o prazo de vistos de trabalho e são obrigados a deixar a Turquia e/ou pagar multa.

O Brasil dispõe de cônsules-honorários em Adana, Alanya, Antália, Eskisehir, Mersin e Nevsehir.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais concedidos à Turquia.

POLÍTICA INTERNA

A Turquia vem sendo governada, desde 2002, pelo Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), inicialmente por Abdullah Gul, como primeiro-ministro. No ano seguinte, Recep Tayyip Erdoğan assumiria o posto de Gul e o partido teria êxito em eleições sucessivas até o presente. O predomínio do AKP pode ser atribuído, entre outros fatores: ao êxito da política econômica do Governo (ortodoxa, mas acompanhada de políticas sociais inclusivas), que se reflete em elevadas taxas de crescimento do PIB (quase 5% em média, desde 2002); a políticas públicas efetivas, que permitiram a redução da pobreza e melhoria sensível nos setores da saúde, da educação e da habitação e do transporte público. Concomitantemente, medidas asseguram maior tolerância aos costumes religiosos, como o uso do hijab nas universidades e o ensino do Corão nas escolas. Curdos também conquistam direitos relativos ao aprendizado em língua curda.

Em maio-junho de 2013, protestos iniciados pacificamente com o objetivo de salvar um parque em região central de Istambul transformam-se em gigantescas manifestações contra o governo em todo o país. A partir dessa época, aumenta a confrontação entre o governo e os gulenistas (antigos aliados), que passarão a ser acusados de terrorismo e de tentativa de subversão. Em 2015, foram convocadas eleições, com vitória do AKP, que alcançou maioria na Assembleia. Os resultados de novembro de 2015 foram atribuídos ao êxito da campanha do AKP centrada na necessidade de estabilização do país diante da ameaça terrorista, tanto do Estado Islâmico (ISIS) como por parte do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão). O PKK romperá a trégua de dois anos, em julho de 2015, e retomará a luta armada, em seguida ao atentado de Suruç. Nesse contexto, o PKK foi listado como organização terrorista pela lei turca.

O governo turco atribuiu nova inflexão na política a tentativa de golpe em 15 de julho de 2016, orquestrada por núcleos das forças armadas. O país foi colocado sob estado de emergência, que perdura até hoje. A campanha contra os gulenistas intensificou-se, e as relações com os Estados Unidos deterioraram-se diante da insistência do governo turco de que Gulen seja enviado à Turquia (outros fatores têm influído também para tensionar as relações, como o apoio americano às forças de combate curdas).

O cenário interno neste momento é de polarização, em que as regiões urbanas e costeiras do país desejam manter as tradições republicanas e secularistas e se entrincheiram contra o AKP, tendo votado contra o referendo de abril de 2017, que teve por objetivo aprovar a concessão de maiores poderes à presidência executiva

que, a partir de 2019, deverá ser ocupada por Erdogan, cuja vitória nas próximas eleições é dada como praticamente certa. As regiões do interior do país e segmentos islâmicos conservadores permanecem fiéis ao AKP. Este ano (2019), o AKP perdeu eleições municipais em cidades importantes, como Istambul e pediu recontagem e a possível anulação do pleito eleitoral. Agremiações oposicionistas coligadas ou não ao laico Partido Popular Republicano (CHP), recuperaram o poder em todas as capitais provinciais da costa do mediterrâneo, em especial Antália, onde haviam perdido nos dois últimos pleitos. Ademais, o Partido Democrático dos Povos (HDP), acusado pelo AKP de representar o proscrito PKK, venceu em oito províncias do leste, tirando do poder o ultranacionalista Partido de Ação Nacionalista (MHP) - aliado do AKP - que não perdia na província de Igdir há quase duas décadas. Além de ter capturado as prefeituras das capitais das províncias do Sinop, Artvin e Ardahan, na costa do mar Negro - área de predominância do AKP - o CHP recuperou, depois de mais de duas décadas, a prefeitura de Ancara. Na megalópole, Istambul, com 10,5 milhões de eleitores, a oposição teria vencido por diferença de 27 mil votos. A decisão do AKP/MHP de solicitar novo pleito veio após diversas recontagens que confirmaram a vitória - por margens cada vez menores em cada uma delas - do CHP.

O país possui Assembleia parlamentar unicameral, denominada Grande Assembleia Nacional, com 600 parlamentares, cujos mandatos são de 5 anos, eleitos pela população. O poder judiciário tem como mais alta instância a Corte Constitucional, composta por 16 juízes, sendo indicados pela Grande Assembleia Nacional e pelo Presidente da República.

POLÍTICA EXTERNA

No plano externo, desde o fracasso da política neo-otomanista do ex-primeiro ministro Ahmed Davutoglu, e sua saída do governo, em 2016, a política externa da Turquia (comandada na prática, em seus grandes movimentos, pelo próprio presidente Erdogan) tem procurado uma abordagem multidirecional, agregando às suas tradicionais áreas de atuação na Europa, nos EUA e no Oriente Médio, outras novas fronteiras, como a Rússia, o Irã, a Ásia Central, o Cáucaso - e mesmo países da América Latina e da África. Não obstante, desde 2017, devido à situação interna do governo turco, a União Europeia suspendeu as negociações para a entrada da Turquia no bloco. O estado é parte de diversas organizações internacionais, sendo membro-fundador da OCDE, OSCE, OCI e G20.

No que diz respeito ao Oriente Médio, em particular, região de tradicional influência e de projeção de poder da Turquia, desde os tempos do Império Otomano, a nova política externa do Chanceler Çavusoglu, sob estrita orientação do próprio presidente Erdogan, tem procurado amenizar o envolvimento profundo na guerra na

Síria, que tem, inclusive, o seu aspecto militar com a operação Escudo do Eufrates e, mais recentemente, o "Ramo de Oliveira" em Afrin.

A partir do ingresso da Rússia como no conflito na Síria, com o deslocamento de amplos contingentes militares no terreno, e sobretudo apoio aéreo, a partir de outubro de 2016, a Turquia buscou uma reaproximação com o grande vizinho do norte e a busca de um ponto de equilíbrio e cooperação. Em meados de 2017, com a consolidação do chamado processo de Astana - a Trilateral entre a Rússia, a Turquia e o Irã - vai-se desenhando a pouco e pouco, um novo eixo geopolítico e geoestratégico que começa em Moscou, passa por Ancara e chega a Teerã, com tendência a expandir-se para o Cáucaso e Ásia Central. Essa nova configuração geopolítica é um fato novo e extraordinário que certamente terá desenvolvimentos com o potencial de mudar em profundidade não só a inserção regional da Turquia (suas relações com os vizinhos árabes, com a Europa, os EUA, etc.), como também o quadro geopolítico e geoestratégico centro-asiático, ao qual poderá agregar-se em breve a presença da China, com os megaprojetos ligados à chamada "nova rota da seda".

Em 2019, o vice-presidente turco Fuat Oktay visitou Caracas. Turquia e Venezuela têm implementado diversas ações de aproximação, capitaneadas pelos seus líderes Erdoğan e Maduro. Em viagem do mandatário turco a Caracas, em novembro de 2018 os países assinaram acordos na esfera econômico-comercial, inclusive no que se refere ao comércio, exportação e refinamento do ouro venezuelano. Em abril de 2019, Evo Morales foi à Turquia, sendo a primeira visita presidencial de um presidente boliviano ao país.

Embora o país seja membro da OTAN desde 1952, frequentemente tem atritos com os EUA. Recentemente, os EUA estão tentando impedir a entrega de jatos F-35 à Turquia em decorrência da intenção de compra de sistemas russos S-400. A aquisição do sistema é vista como solução para as deficiências no setor de defesa aérea. Com a Rússia, a Turquia desenvolve dois projetos estruturantes de grande visibilidade: gasoduto TurkStream, que está em fase avançada de construção pela Gazprom, terá capacidade total de 31,5 bilhões de metros cúbicos de gás natural e deverá entrar em atividade ainda em 2019; e o primeiro complexo nuclear da Turquia, situado em Akkuyu, desenvolvido por consórcio liderado pela Rosatom e com inauguração prevista para 2023, ano do centenário da República da Turquia.

Há aproximação com países asiáticos, tendo relações foram elevadas à categoria de parceria estratégica com seis países, a saber: China, Japão, Indonésia, Coreia, Malásia e Cingapura. Novas embaixadas foram abertas em Naypyidaw - a capital oficial de Mianmar -, Phnom Penh, Bandar Seri Begawan e Vientiane, elevando assim o número de representações diplomáticas da Turquia na região para 15. Planeja-se, ademais, a instalação de embaixada em Fiji, no futuro próximo. A adesão da Turquia ao Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN em 2010, e ao

Diálogo de Cooperação da Ásia (ACD), em setembro de 2013, bem como participação ativa no "Pacific Islands Forum" (PIF) como parceiro de diálogo pós-fórum da Organização para a Cooperação de Xangai (SCO) são reflexos das intenções turcas de se associar ao maior número possível de diferentes sub-regiões da Ásia-Pacífico.

No quesito "alianças", a Turquia tem se mostrado determinada a estabelecê-las, fortalecendo, como consequência, os laços econômicos e políticos com vários países. Nesse sentido, a publicação, em 2003, da "Estratégia de Desenvolvimento de Relações Econômicas com a África" deu embasamento legal à política - e aos gastos de sua implementação - de aproximação com a África. Ancara agora opera 39 embaixadas naquele continente. Como parte da abertura à política africana, Recep Tayyip Erdogan, como primeiro-ministro e como presidente, realizou 39 viagens para a África e se tornou o primeiro líder turco a visitar 23 países africanos na história desta república. Na frente econômica, a "flagship carrier" Turkish Airlines (THY) - de controle privado, mas alinhada às políticas, necessidades e diretrizes governamentais - ampliou suas operações em 51 destinos na África, contra 13 em 2009. A companhia é, atualmente, a maior operadora naquele continente, servindo 31 países. Em 2017, o Relatório Global de Assistência Humanitária classificou a Turquia como o segundo maior doador humanitário do mundo, - depois dos Estados Unidos - e, segundo dados turcos, como a "nação mais generosa do mundo", em relação ao seu PIB. Ancara teria dedicado 0,75% do PIB à ajuda humanitária e teria doado mais de USD 27 bilhões - cerca de um quinto da ajuda humanitária em termos globais - em 2017.

Não obstante, pode-se ainda dizer que a Turquia continua ancorada em sua aliança Ocidental, com os EUA como seu principal fornecedor militar, e a Alemanha, o principal parceiro econômico, comercial e de investimentos, com mais de 8.000 filiais de empresas alemãs instaladas na Turquia.

QUESTÃO CIPRIOTA

No que tange ao conflito intercomunitário no Chipre - tensões entre a maioria de origem grega e a minoria de origem turca - e ao impasse entre a Grécia e a Turquia a respeito de Chipre, o Brasil adota uma política de equilíbrio. A posição do Brasil é que a Questão Cipriota seja tratada nos moldes estabelecidos pelas Nações Unidas, cujos parâmetros básicos são o respeito à soberania, à integridade territorial e à independência de Chipre, bem como a busca de uma solução pacífica e satisfatória para as duas comunidades. O Brasil apoia todos os esforços multilaterais para resolver a questão de Chipre, inclusive a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP), com a qual o país contribui anualmente com um

observador militar, em geral um capitão do Exército, incorporado ao contingente argentino da Missão.

POVO ARMÊNIO

O Brasil mantém a posição de se solidarizar com a tragédia humana que abalou o povo armênio em 1915, no contexto da Primeira Grande Guerra Mundial, sem no entanto caracterizar os eventos como genocídio. Apoiamos e favorecemos a busca do diálogo entre a Armênia e a Turquia, com vista à resolução de questões históricas e à melhora das relações entre os dois países.

ECONOMIA, COMERCIO E INVESTIMENTOS

Assim como outros mercados emergentes, a Turquia logrou superar com relativa agilidade os efeitos da crise financeira de 2008/2009. Pode-se creditar parte de tal desempenho às relevantes reformas pelas quais passou a economia turca no início do século XXI, que dentre outras medidas, instituíram o câmbio flutuante. Até 2020, as estimativas são de que a economia turca continue a apresentar crescimento acima da média mundial - a taxas de aproximadamente 4% até 2020. Dentre os fatores estruturais a contribuírem para esse desempenho sobressai o aumento da população em idade de ingresso no mercado de trabalho. Trata-se de desempenho em sintonia com o objetivo do governo de posicionar a economia turca entre as 10 maiores do mundo em 2023, a data de comemoração do centenário da República da Turquia.

Apesar disso, assim como também se observa em outros países em desenvolvimento, a economia turca apresenta graves vulnerabilidades em suas contas externas, tais como um crônico déficit em conta corrente, baixo nível de reservas internacionais e um alto patamar de endividamento de curto prazo. O crescimento do PIB, que foi de 3,48% em 2018, foi acompanhado do aumento da inflação que, segundo dados do governo turco, teria alcançado cerca de 20%. De modo geral, constata-se que são crônicos os déficits em conta corrente, tendo havido flutuação entre 6,7% e 5,5% do PIB no período entre 2013 e 2017, com discreta recuperação entre os anos de 2013 e 2015. Esse resultado se deve, por um lado, à dependência turca em relação à importação de combustíveis fósseis e outros produtos derivados do petróleo e, por outro lado, ao patamar artificialmente valorizado em que o Banco Central turco tentou manter a moeda nacional no período considerado.

Como resultado, o governo anunciou novo programa econômico no segundo semestre de 2018. O novo plano, intitulado, "estabilização, disciplina e transformação" - em referência aos seus principais pilares - prevê, segundo o

Ministro, "metas macro-realistas" e "planos de ação corretos". A implementação das metas e dos planos permitiria, em sua opinião, equilibrar a economia ("estabilização"), a fim de possibilitar crescimento econômico de 5%, a partir de 2021. O segundo pilar, "disciplina fiscal", possibilitaria direcionar os recursos do governo, com racionalidade, aos setores considerados mais importantes e vantajosos. Nesse sentido, seria preparada a base para a implementação do terceiro pilar, "transformação", que direcionaria a economia para setores de maior valor agregado, com o objetivo de aumentar, no longo prazo, a capacidade de produção e das exportações. O ministro Albayrak não descartou nova alta da taxa de juros, que, no dia 13 de setembro último, foi reajustada, em decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central, de 17,5% para 24%. Salientou, no entanto, ser aquela instituição órgão independente, embora em estreita sintonia com as políticas governamentais. Em abril de 2019, foi anunciado novo pacote de reformas em diversos campos que inclui a estrutura financeira, a inflação, o regime tributário e a produção agrícola. Segundo o ministro, o pacote visa a garantir o crescimento e o desenvolvimento sustentáveis, por meio do aumento das exportações, das receitas do turismo e dos lucros de operações logísticas. Além do setor financeiro, outra área que tencionar-se-ia priorizar seria o combate à inflação. O Tesouro tenciona arrecadas 28 bilhões de liras turcas (USD 4,9 bilhões) em títulos da dívida do governo a fim de equilibrar as contas dos bancos estatais.

Com a grande desvalorização da lira turca em 2018, as exportações apresentaram grande expansão. A ministra do Comércio, Ruhsar Pekcan, anunciou ter o déficit da balança comercial da Turquia diminuído 67,3% - para US\$ 1,97 bilhão - em março de 2019, em comparação ao mesmo mês em 2018. Também ter-se-ia registrado aumento de 0,5% nas exportações, cujo valor teria alcançado US\$ 168 bilhões. Por tipos de bens, as vendas de bens de capital do país teriam aumentado 1,7% em base anual, para US\$ 1,97 bilhão, enquanto as exportações de bens de consumo teriam crescido 0,4%, para US\$ 6,68 bilhões. Por setores, as exportações continuariam a ser capitaneadas pela venda de veículos automotores, responsáveis por US\$ 2,52 bilhões em vendas externas em março. Nos três primeiros meses de 2019 ter-se-ia registrado a melhor performance histórica das exportações: US\$ 44,5 bilhões. No mesmo período as importações teriam caído para US\$ 50,5 bilhões - redução anual de 21,46%. O índice de cobertura das exportações - percentagem do valor da exportação em relação às importações - teria sido também o melhor da história: 88,2%. Os números divulgados estariam sendo considerados exitosos pelo governo, uma vez que corroborariam as previsões do novo programa econômico turco, divulgado em 20/09/2018. De acordo com aquele plano, existiria previsão de que as exportações turcas venham a alcançar de US\$ 182 bilhões em 2019, contra estimativa de importações de US\$ 244 bilhões - saldo negativo relativamente baixo de US\$ 62 bilhões.

No plano dos investimentos, a crescente exposição das empresas turcas no mercado internacional tem ocorrido principalmente nos setores de infraestrutura, energia e turismo. No setor de infraestrutura em particular, as empresas turcas estão entre as que mais realizam projetos atualmente e sua experiência internacional é comprovada pelos mais de 9100 projetos em 118 países no período de 1972 até o final de setembro de 2017, a um valor estimado de US\$ 350 bilhões. Desse total, Rússia (19,8%), Turcomenistão (13,5%), Líbia (8,3%), Iraque (7,1%) e Cazaquistão (6,3%) foram os cinco principais países na distribuição de projetos realizados desde o início dos serviços de contratação de empresas turcas no exterior. Segundo a última revisão feita pela TURKSTAT (Turkish Statistics Institute), o setor de construção cresceu 6,8% em 2017 e, segundo dados do Ministério da Economia da Turquia, nos primeiros nove meses de 2016, foram realizados 65 novos projetos de obras de infraestrutura no exterior no valor de US \$ 4,1 bilhões e 120 novos projetos no valor de US \$ 7,7 bilhões no mesmo período de 2017. Nos termos anunciados pelo Presidente Erdogan, estão previstos investimentos de US\$ 60 bilhões até 2019, e uma série de projetos de infraestrutura a serem inaugurados até 2023, ano do centenário da República da Turquia. Está previsto o aumento do orçamento para pesquisa e desenvolvimento.

Outra relevante medida adotada pelo governo turco nos últimos anos foi uma política de garantia de crédito ao setor produtivo, que, nos últimos anos, vem sofrendo com um alto nível de endividamento, fator que restringe, consideravelmente, o acesso a mais linhas de crédito e financiamento. Vale notar que o excesso de endividamento no setor privado corresponde a uma crônica necessidade de financiamento estrangeiro por parte do governo turco, que deriva dos reiterados déficits públicos, já analisados acima. Um desafio considerável a essa política econômica do governo turco é a potencial falta de credibilidade nas garantias de crédito, caso não se consiga reverter o histórico de déficits.

Na primeira década do século XXI, as relações econômico-comerciais Brasil-Turquia registraram evolução sem precedentes, refletindo, possivelmente, a intensificação das relações políticas entre ambos os países. Esse crescimento é ainda mais representativo ao se considerar os efeitos da crise financeira global, iniciada no segundo semestre de 2008, e da crise nos países da zona do euro, com os quais a Turquia mantém estreita relação.

Entre 2000 e 2012, a corrente de comércio passou de US\$ 343 milhões para a cifra recorde US\$ 2,7 bilhões. O comércio entre o Brasil e a Turquia cresceu entre 2016 e 2017 segundo as estatísticas do MDIC (US\$ 1,8 bilhões em 2016 para US\$ 2,2 bilhões em 2017). Em 2017, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 1,82 bilhões e as importações brasileiras US\$ 468 milhões. Apesar do saldo favorável, as exportações brasileiras são de menor valor agregado, em que se destacam os seguintes itens: produtos semimanufaturados de ferro e aço; minérios de ferro não

aglomerados e seus concentrados; algodão simplesmente debulhado; café não torrado, em grão; soja, mesmo triturada, exceto para semeadura; bovinos vivos (a Turquia é atualmente o maior importador do Brasil); laminados de outras ligas de aço quente em rolos; fumo não manufaturado; gasolina; e polpa de madeira. Os principais produtos importados da Turquia para o Brasil são: óleo diesel; avelãs secas e frescas; fibras artificiais; carbonatos; batatas; autopeças; damascos secos; cimentos não pulverizados; produtos à base de sais de cromo; e transformadores elétricos.

Em 2011, a Turquia abriu seu mercado para importação de gado bovino vivo para engorda. Missão da ABIEC esteve no país e iniciou negociações a respeito em agosto daquele mesmo ano. O correspondente certificado sanitário foi aprovado por ambas as partes em novembro de 2012. Outros certificados, em especial, para carcaças com osso, continuam ainda a ser negociados. A importação de carne bovina de países fora da União Europeia ainda é proibida e ainda não é permitida na Turquia a importação de cortes de carne de qualquer procedência.

O frango importado pela Turquia destina-se à reexportação para países do Oriente Médio e da África, uma vez que carne de ave importada não pode ser vendida no mercado turco. Oficialmente, as autoridades turcas se utilizam de argumentos fitossanitários para justificar a proibição, mas o objetivo dessa medida é proteger a indústria beneficiadora local, que supre as necessidades do país, porém carece de desenvolvimento tecnológico. A BRF S/A, que, desde abril de 2015, mantém escritório em Istambul, tem tentado entrar neste mercado.

Da perspectiva brasileira, o crescimento da economia turca oferece ampla gama de oportunidades, que se associam à expansão do seu comércio exterior, principalmente no que se refere às importações, que têm crescido mais que as exportações. No setor de serviços e de produtos da chamada "indústria criativa" em particular, destaque para a posição da Turquia como segundo maior exportador de telenovelas e que possui público de elevada exposição a produtos televisivos, o que amplia as possibilidades de parceria com empresas brasileiras em iniciativas que também poderão ser associadas à promoção do turismo entre os dois países.

Entre 2017 e 2018 houve aumento do fluxo de comércio entre Brasil e Turquia, que passou de US\$ 1,3 bilhões para US\$ 1,8 bilhões, principalmente devido ao aumento das exportações brasileiras. Trata-se do maior fluxo bilateral histórico entre os países. As exportações brasileiras são majoritariamente compostas por produtos básicos, que representam cerca de 63% do total. As importações são de manufaturados em sua maioria, com 85% do total. O principal produto exportado é soja em grãos (22% do total), seguido de ferro e aço (21,7%) e animais vivos (16%). Os produtos importados pelo Brasil são químicos inorgânicos (13,2%), máquinas mecânicas (10%) e frutas (9,4%). O Brasil é o 57º destino das exportações turcas e a Turquia nosso 16º parceiro comercial.

Brasil e Turquia não têm em vigor acordo bilateral para proteção de investimentos - que a Turquia mantém com 75 blocos e países, inclusive com a Argentina, desde 01/05/1995. Minuta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, elaborada pela parte brasileira, foi apresentada, em 2014, ao Governo turco para análise.

Mesmo na ausência do referido acordo bilateral para proteção de investimentos, os investimentos recíprocos têm se ampliado, muito pela entrada em vigor do acordo turco-brasileiro para evitar a dupla tributação, promulgado em novembro de 2013 (e retroativo a janeiro daquele ano, que constitui peça de valor para a remoção de obstáculos à ampliação dos investimentos recíprocos). Pelo lado brasileiro, a empresa Metal Frio está presente com unidade de produção de refrigeradores comerciais na região de Manisa; a Votorantim é controladora de 18 unidades produtoras de cimento (uma delas na região de Ancara); e a Cutrale participa de "joint venture" em unidade de beneficiamento de cítricos na região de Antália. A Votorantim encontra-se em processo de ampliação de seus investimentos na Turquia, com a construção de planta prevista para ser inaugurada em 2017, no valor de US\$ 35 milhões. Outras 11 empresas brasileiras (AMBEV-Antártica, Nitroquímica, Elekeiroz, Alpargatas, Boaonda, Pampili, Plug in, Grendene, Arezzo, Schutz, Condor e WEG) são representadas diretamente por contrapartes turcas.

Registre-se a forte presença na Turquia da rede Burger King, dirigida mundialmente pelo brasileiro Alexandre Behring e pertencente ao fundo de investimentos 3G, por seu turno controlado pelos também brasileiros Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcelo Hermann Telles. Neste país (e também na Geórgia, na Macedônia e em algumas cidades da China), o Burger King opera em parceria com a empresa turca Torunlar Gida. De acordo com as autoridades financeiras turcas, de 2001 a 2014, o estoque de investimentos brasileiros na Turquia, totalizou 750 milhões de dólares.

De acordo com as autoridades financeiras turcas, de 2007 a 2016 o estoque de investimentos brasileiros na Turquia totalizou 686 milhões de dólares, em que sobressaem as seguintes empresas: Votorantim; Metal Frio; Cutrale; e BRF. As seguintes empresas brasileiras são representadas diretamente por contrapartes turcas: AMBEV - Antarctica, Nitroquímica, Elekeiroz, Alpargatas, Boaonda, Café Pilão, Grendene, Condor, WEG. Pelo lado turco, o estoque de investimento direto no Brasil entre 2007 a 2016 é estimado em cerca de 37,5 milhões de dólares, em que sobressaem as seguintes empresas: KORDSA Brasil S.A.; AKTAS do Brasil; Yilmaz Makine Guney Amerika Ithalat ve Ihracat Ticaret Ltd.; Berfim Comercio Importação de Produtos Alimentos; Portre Confeções do Brasil; Merya Stone Imp. Exp. Ltda.; Ziver Brasil; e USV Danismanlik Brasil.

O primeiro acordo de livre comércio (ALC) com país da região foi assinado com o Chile em 2009 e entrou em vigor em 1º de março de 2011. As negociações

para um ALCs com o Equador, a Colômbia, o México e o Peru estão em andamento. Além de acordos de livre comércio bilaterais, a Turquia pretende concluir instrumentos semelhantes com importantes organizações regionais, como o CARICOM, o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico.

CRONOLOGIA HISTÓRICA
1919-23 – Revoltas culminam com o fim do Império Otomano. Fundação da República da Turquia; Kemal Atatürk assume o cargo de Presidente.
1928 – O secularismo é oficializado.
1945 – Neutra durante a maior parte da II Guerra, a Turquia declara guerra à Alemanha e ao Japão, mas não entra em combate. Torna-se membro da ONU.
1950 – Primeiras eleições democráticas. Vence o Partido Democrático.
1952 – Com o abandono da política de neutralidade, Turquia ingressa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1960 – Golpe militar derruba o governo do Partido Democrático.
1965 – Süleyman Demirel é escolhido Primeiro-Ministro, cargo ao qual será reconduzido 6 vezes.
1971 – Onda de violência política; Demirel é forçado pelo Exército a renunciar.
1974 – Turquia invade o norte de Chipre, após golpe militar apoiado pela Grécia.
1978 – EUA suspendem embargo comercial imposto após a invasão de Chipre.
1983 – Vitória de Turgut Özal nas eleições. Volta da democracia após três anos.
1984 – A Turquia reconhece a República Turca do Norte de Chipre.
1990 – A Turquia permite que EUA usem bases no país para atacar o Iraque.
1992 – 20 mil soldados turcos entram no norte do Iraque, de maioria curda.
1993 – Tansu Çiller se torna a primeira mulher a ocupar a Chefia de Governo; Demirel assume a Presidência.
1995 – Ofensiva militar de 35 mil soldados turcos é lançada contra os curdos do norte do Iraque; A Turquia adere à união alfandegária da União Europeia.
2002 – Ahmet Necdet Sezer assume a Presidência no lugar de Suleyman Demirel; as mulheres são equiparadas aos homens do ponto de vista legal; aprovadas novas leis na área de direitos humanos, na tentativa da Turquia de ser aceita como membro da União Europeia.
2005 - O Conselho da União Europeia aprovou a abertura das negociações com a Turquia.
2007 – O Chanceler Abdullah Gül é eleito Presidente pelo Parlamento turco.
2008 – A Turquia é eleita como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU; incursão de tropas turcas no Iraque, em busca de rebeldes separatistas turcos.
2010 – Início dos debates para alterações constitucionais; a Armênia suspende a

ratificação dos acordos de paz com a Turquia.
2011 – Eleição do Primeiro-Ministro Tayyip Erdoğan; ritmo lento das negociações sobre a adesão turca na União Européia.
2014 – Erdoğan é eleito Presidente, após mudança constitucional que permite eleição direta para o cargo; Ahmet Davutoğlu, ex-Chanceler, assume a Chefia de Governo
2015 – Nas eleições legislativas de junho, o AKP não obtém a maioria dos assentos; novas eleições são convocadas para novembro e resultam em maioria parlamentar para o AKP
2017 – Aprovada mudança constitucional por voto popular. A Turquia deixou de ser república parlamentarista e adotou o sistema de república presidencialista.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1858 – Assinatura do Tratado de Amizade e Comércio entre o Império do Brasil e o Império Otomano
1908 – Criação de Consulados-Gerais da Turquia no Rio de Janeiro e em São Paulo
1927 – Tratado de Amizade e Comércio entre o Brasil e a República da Turquia
1930 – Instalação de Embaixadas no Rio de Janeiro e em Ancara
1992 - Participação do Chanceler Süleyman Demirel na Rio-92
1995 – Visita ao Brasil do Presidente Süleyman Demirel
1998 – Visita ao Brasil do Chanceler Ismail Cem
2003 – Visita ao Brasil do Ministro da Defesa Nacional, Vecdi Gönül
2004 – Visita à Turquia do Chanceler Celso Amorim
2004 – Entrada em vigor do Acordo de Isenção de Visto Para Titulares de Passaportes Comuns
2006 – Visita ao Brasil do Chanceler Abdullah Gül
2009 – Visita do Chanceler Celso Amorim a Istambul, para participar do II Fórum da Aliança de Civilizações (abril)
2009 – Visita à Turquia do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (maio)
2010 – Visita à Turquia do Ministro Celso Amorim (janeiro)
2010 – Visita ao Brasil do Chanceler Ahmet Davutoğlu (abril)
2010 – Participação do Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan no III Fórum Mundial da Aliança das Civilizações, no Rio de Janeiro
2010 – Entrada em operação do voo direto da Turkish Airlines São Paulo-Istambul
2011 – Visita a Istambul do Chanceler Antonio de Aguiar Patriota (11 e 12 de

setembro)
2011 – Visita à Turquia da Presidente Dilma Rousseff (6 a 8 de outubro)
2012 – Visita do Chanceler Antônio Patriota à Turquia (24 e 25 de fevereiro)
2012 – Participação do Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan na Conferência Rio+20
2013 – Visita do Chanceler Antonio Patriota à Turquia (2 a 5 de janeiro)
2014 – Visita do Chanceler Luiz Figueiredo à Turquia (28 de agosto)
2015 – Visita do Chanceler Mevlut Çavusoglu ao Brasil
2018 – 160 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a Turquia

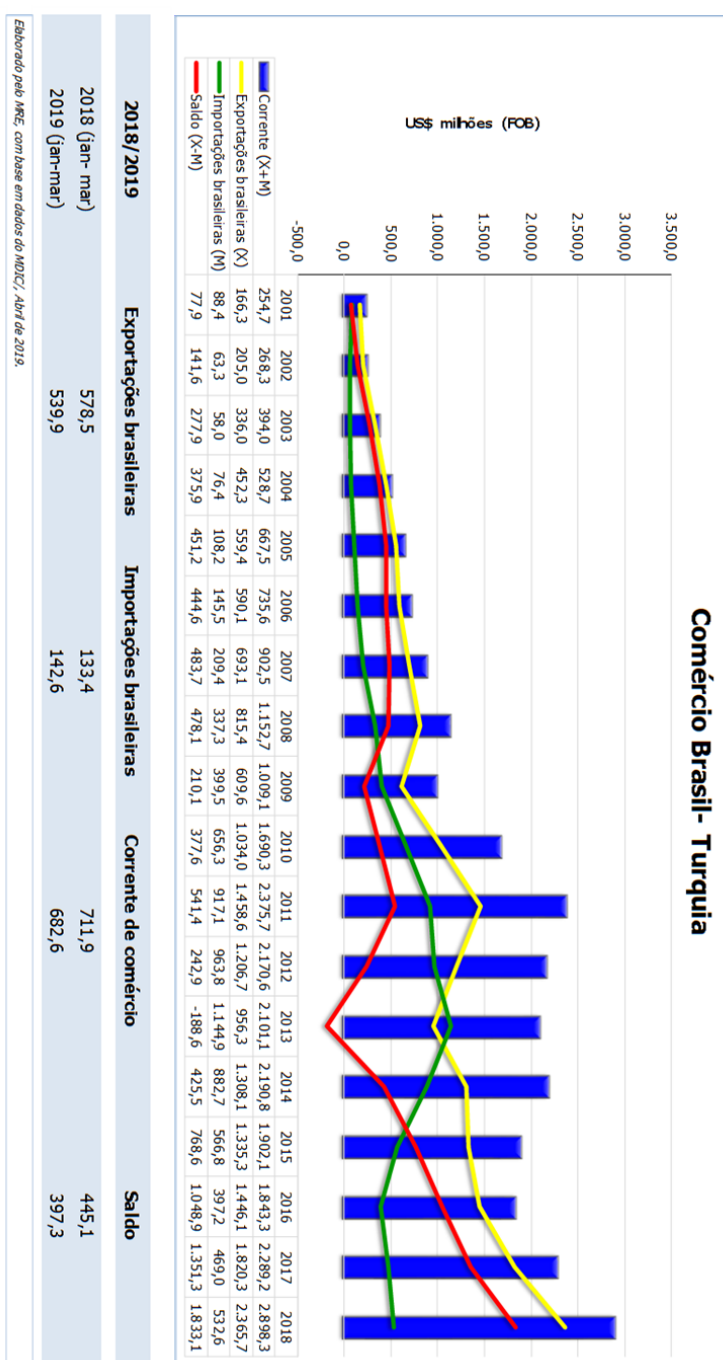
ACORDOS BILATERAIS			
Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Tratado de Amizade entre os Estados Unidos do Brasil e a República Turca.	08/09/1927	15/09/1928	29/09/1928
Tratado de Amizade	20/02/1933		02/02/1938
Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Turquia	21/09/1950	07/03/1952	03/04/1952
Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa	10/04/1995	19/03/1997	13/03/1998

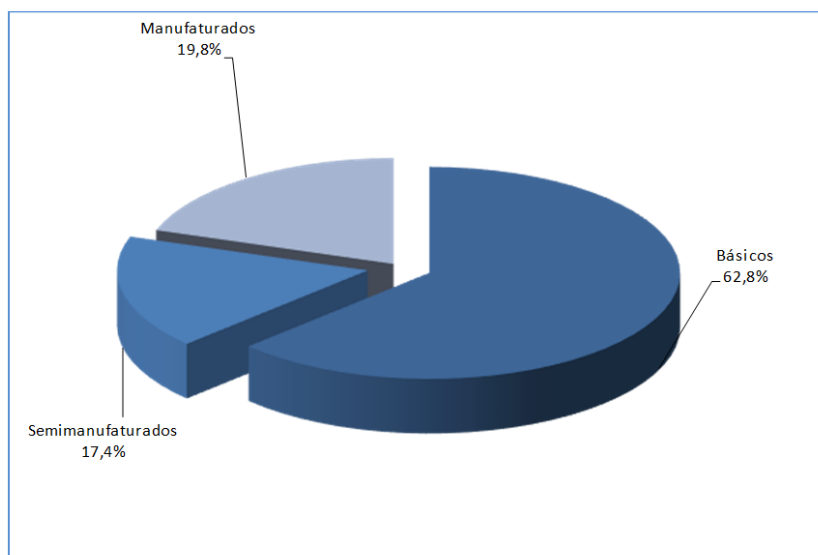
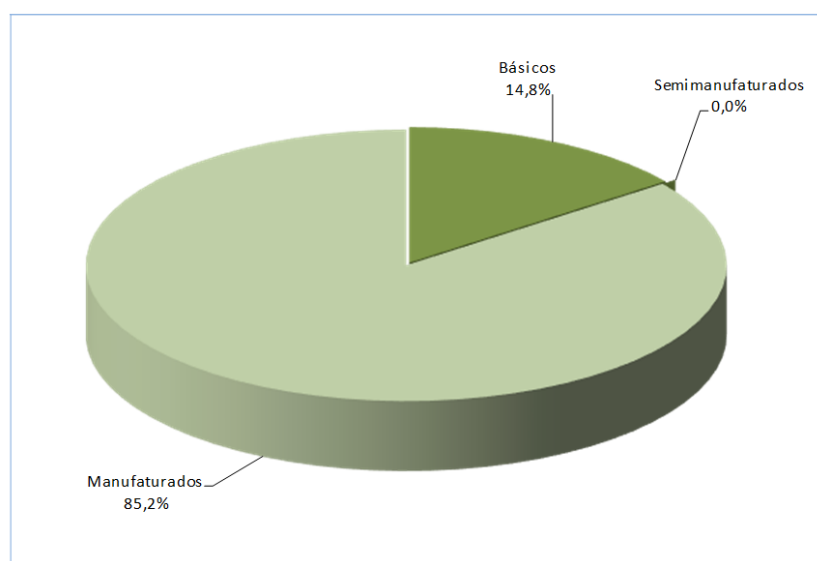
do Brasil e o Governo da República da Turquia			
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia.	10/04/1995	13/04/1996	20/03/1997
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Cooperação no Setor de Turismo.	10/04/1995	12/11/1996	18/12/1996
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia Sobre a Isenção de Visto Para Titulares de Passaportes Comuns	20/08/2001	01/07/2004	01/07/2004
Acordo Sobre Cooperação em Assuntos Relacionados a	14/08/2003	23/10/2007	25/03/2008

Defesa Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia Sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira	27/05/2010	11/11/2017	17/04/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	21/10/2010	28/10/2015	21/08/2017
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo	16/12/2010	09/10/2012	18/11/2013

da República da Turquia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda			
Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia	07/10/2011	17/06/2015	31/05/2017
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia	07/10/2011	28/09/2018	Em promulgação/Casa Civil
Acordo sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia.	05/12/2017		Tramitação no Congresso Nacional

DADOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018****Exportações****Importações**

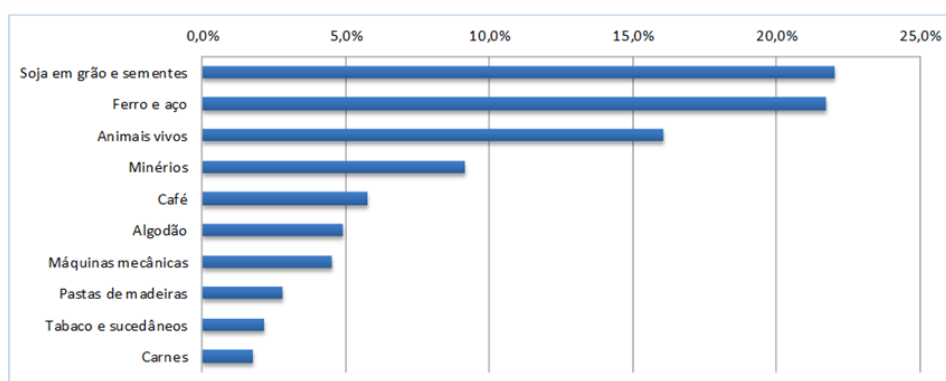
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril 2019.

Composição das exportações brasileiras para a Turquia
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grão e sementes	102,5	7,1%	105,7	5,8%	521,7	22,1%
Ferro e aço	387,0	26,8%	473,4	26,0%	514,0	21,7%
Animais vivos	107,6	7,4%	146,1	8,0%	380,4	16,1%
Minérios	168,4	11,6%	232,3	12,8%	216,6	9,2%
Café	119,5	8,3%	145,5	8,0%	136,4	5,8%
Algodão	143,4	9,9%	187,4	10,3%	115,7	4,9%
Máquinas mecânicas	84,2	5,8%	115,4	6,3%	106,6	4,5%
Pastas de madeiras	16,1	1,1%	39,8	2,2%	66,0	2,8%
Tabaco e sucedâneos	67,7	4,7%	56,0	3,1%	51,2	2,2%
Carnes	16,5	1,1%	25,2	1,4%	41,6	1,8%
Subtotal	1.212,8	83,9%	1.527,0	83,9%	2.150,2	90,9%
Outros	233,3	16,1%	293,3	16,1%	215,5	9,1%
Total	1.446,1	100,0%	1.820,3	100,0%	2.365,7	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

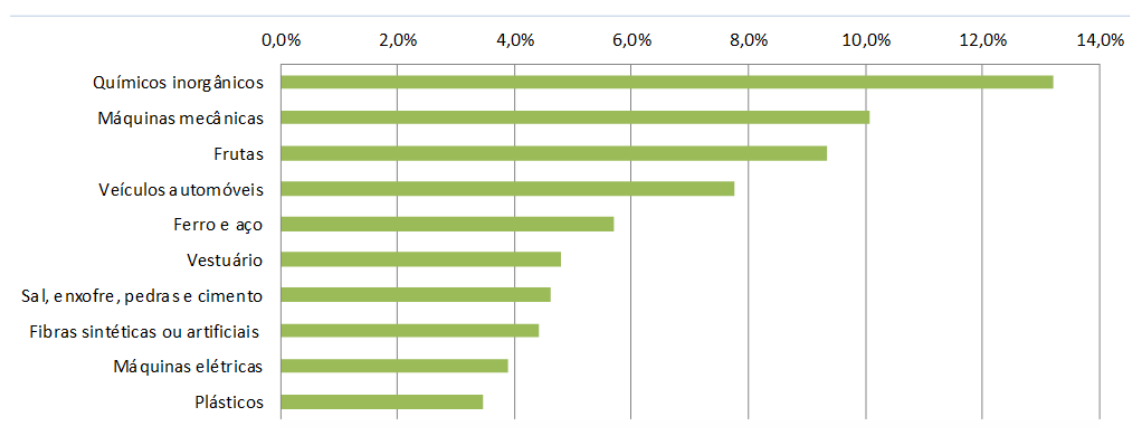


Composição das importações brasileiras originárias da Turquia
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos	17,6	4,4%	40,2	8,6%	70,4	13,2%
Máquinas mecânicas	43,0	10,8%	42,3	9,0%	53,7	10,1%
Frutas	39,1	9,8%	36,4	7,8%	49,8	9,4%
Veículos automóveis	55,0	13,9%	39,7	8,5%	41,3	7,8%
Ferro e aço	8,7	2,2%	15,0	3,2%	30,3	5,7%
Vestuário	19,3	4,9%	23,6	5,0%	25,5	4,8%
Sal, enxofre, pedras e cimento	18,7	4,7%	22,1	4,7%	24,7	4,6%
Fibras sintéticas ou artificiais	34,9	8,8%	25,5	5,4%	23,6	4,4%
Máquinas elétricas	20,3	5,1%	23,7	5,1%	20,7	3,9%
Plásticos	15,0	3,8%	14,2	3,0%	18,5	3,5%
Subtotal	271,6	68,4%	282,5	60,2%	358,6	67,3%
Outros	125,6	31,6%	186,4	39,8%	174,0	32,7%
Total	397,2	100,0%	469,0	100,0%	532,6	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018

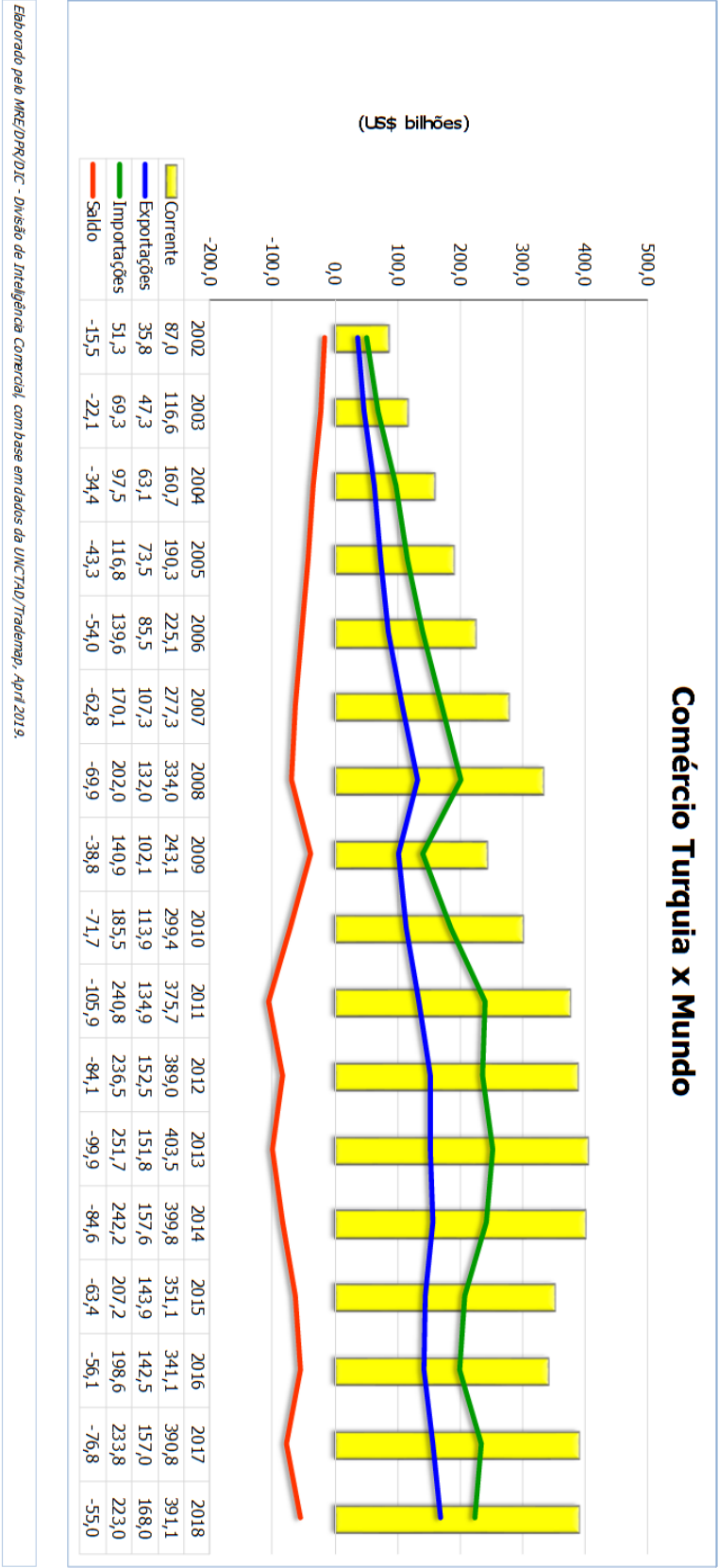


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Soja em grãos e sementes	87,6	15,1%	160,2	29,7%	
Minérios	42,1	7,3%	83,3	15,4%	
Ferro e aço	166,9	28,8%	51,8	9,6%	
Algodão	43,8	7,6%	44,6	8,3%	
Carnes	3,8	0,7%	40,6	7,5%	
Café	34,3	5,9%	40,3	7,5%	
Máquinas mecânicas	30,1	5,2%	20,2	3,7%	
Animais vivos	73,2	12,7%	15,4	2,9%	
Combustíveis	0,0	0,0%	15,3	2,8%	
Tabaco e sucedâneos	16,7	2,9%	14,4	2,7%	
Subtotal	498,3	86,1%	486,2	90,0%	
Outros	80,2	13,9%	53,7	10,0%	
Total	578,5	100,0%	539,9	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Químicos inorgânicos	8,7	6,5%	22,9	16,0%	
Ferro e aço	13,4	10,0%	14,2	9,9%	
Máquinas mecânicas	11,0	8,2%	11,3	7,9%	
Frutas	12,2	9,1%	11,2	7,8%	
Veículos automóveis	10,3	7,7%	8,2	5,7%	
Sal, enxofre, pedras, cimento	7,3	5,5%	6,4	4,5%	
Fibras sintéticas ou artificiais	5,1	3,8%	2,3	1,6%	
Vidro	5,2	3,9%	6,1	4,3%	
Vestuário, exceto malha	5,6	4,2%	5,4	3,8%	
Máquinas elétricas	5,0	3,8%	5,1	3,6%	
Subtotal	83,8	62,8%	93,0	65,2%	
Outros produtos	49,7	37,2%	49,6	34,8%	
Total	133,4	100,0%	142,6	100,0%	

Elaborado pelo NRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

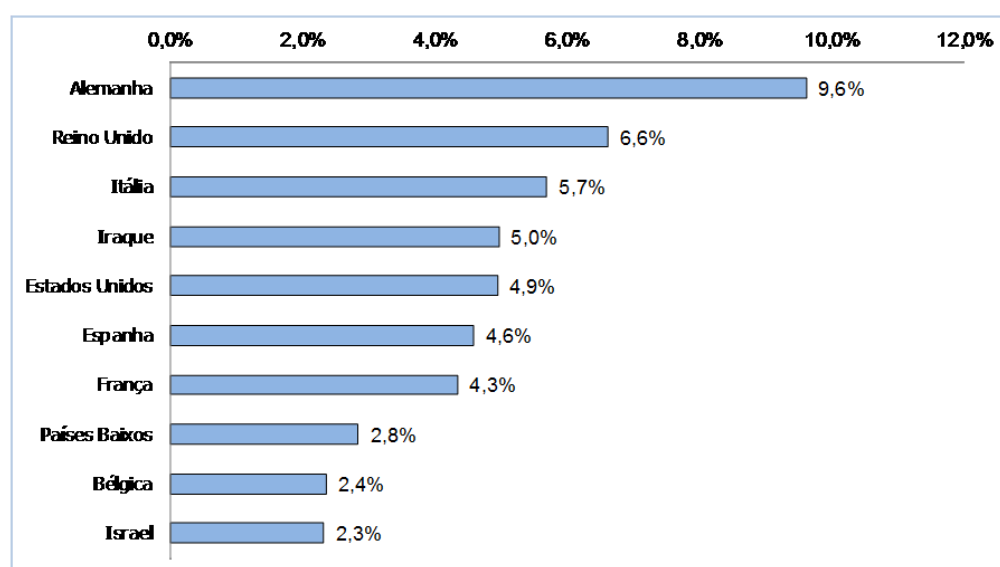


Principais destinos das exportações da Turquia
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Alemanha	16,1	9,6%
Reino Unido	11,1	6,6%
Itália	9,6	5,7%
Iraque	8,4	5,0%
Estados Unidos	8,3	4,9%
Espanha	7,7	4,6%
França	7,3	4,3%
Países Baixos	4,8	2,8%
Bélgica	4,0	2,4%
Israel	3,9	2,3%
...		
<i>Brasil (57º lugar)</i>	0,5	0,3%
Subtotal	81,6	48,6%
Outros países	86,4	51,4%
Total	168,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais destinos das exportações

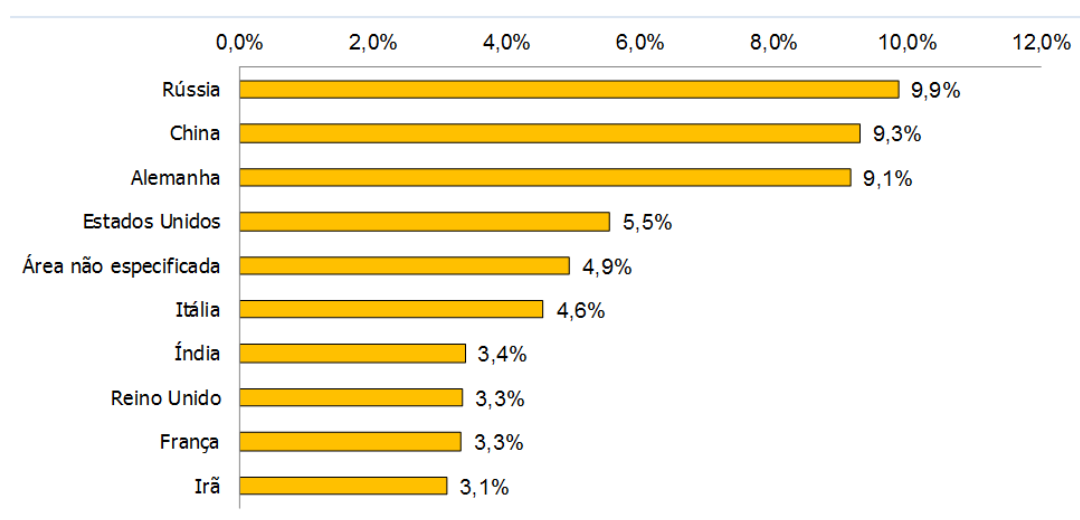


Principais origens das importações da Turquia
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Rússia	22,0	9,9%
China	20,7	9,3%
Alemanha	20,4	9,1%
Estados Unidos	12,4	5,5%
Área não especificada	11,0	4,9%
Itália	10,2	4,6%
Índia	7,5	3,4%
Reino Unido	7,4	3,3%
França	7,4	3,3%
Irã	6,9	3,1%
...		
Brasil (16º lugar)	3,3	1,5%
Subtotal	129,3	58,0%
Outros países	93,8	42,0%
Total	223,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais origens das importações

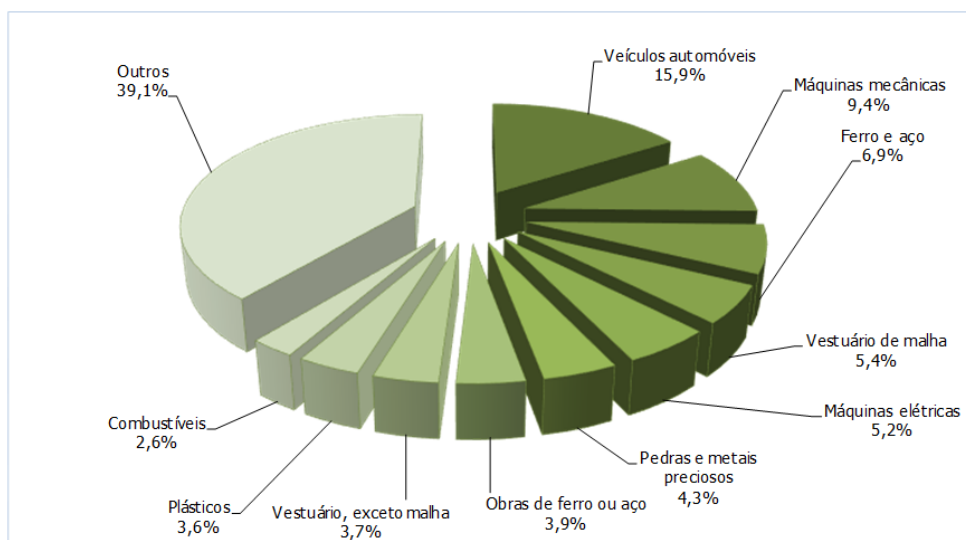


Composição das exportações da Turquia
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Veículos automóveis	26,8	15,9%
Máquinas mecânicas	15,8	9,4%
Ferro e aço	11,6	6,9%
Vestuário de malha	9,1	5,4%
Máquinas elétricas	8,7	5,2%
Pedras e metais preciosos	7,2	4,3%
Obras de ferro ou aço	6,5	3,9%
Vestuário, exceto malha	6,3	3,7%
Plásticos	6,0	3,6%
Combustíveis	4,4	2,6%
Subtotal	102,4	60,9%
Outros	65,6	39,1%
Total	168,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

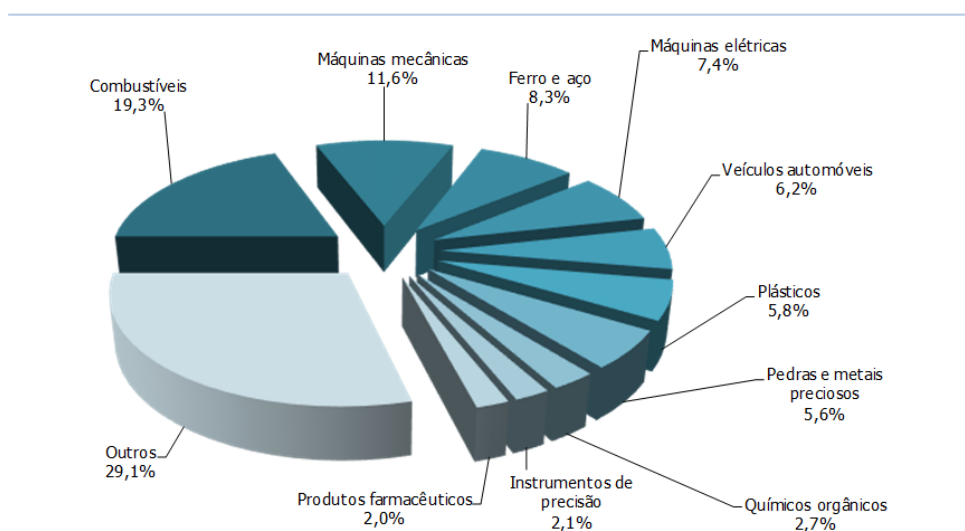


Composição das importações da Turquia
US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part. % no total
Combustíveis	43,0	19,3%
Máquinas mecânicas	25,8	11,6%
Ferro e aço	18,4	8,3%
Máquinas elétricas	16,6	7,4%
Veículos automóveis	13,9	6,2%
Plásticos	12,9	5,8%
Pedras e metais preciosos	12,6	5,6%
Químicos orgânicos	6,0	2,7%
Instrumentos de precisão	4,7	2,1%
Produtos farmacêuticos	4,4	2,0%
Subtotal	158,1	70,9%
Outros	64,9	29,1%
Total	223,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos importados



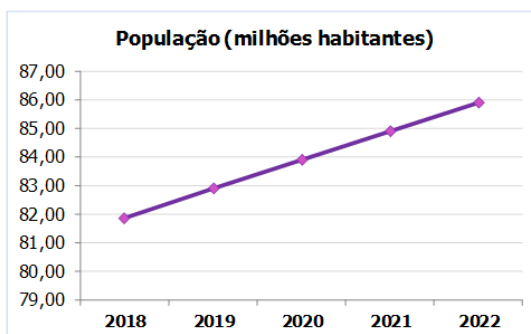
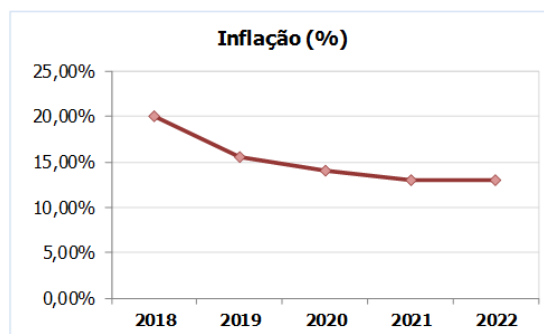
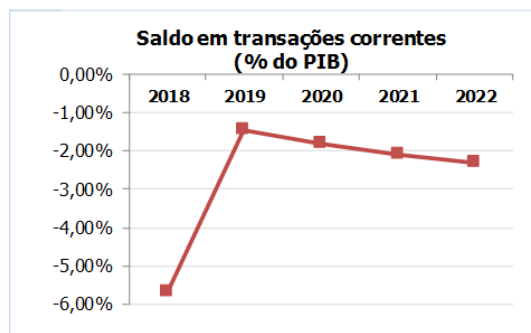
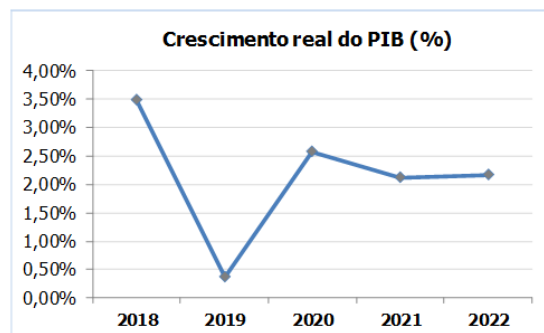
Principais indicadores socioeconômicos da Turquia

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	3,48%	0,37%	2,58%	2,11%	2,16%
PIB nominal (US\$ bilhões)	713,51	631,16	744,06	850,49	914,56
PIB nominal "per capita" (US\$)	8.715,5	7.615,0	8.868,4	10.016,8	10.645,5
PIB PPP (US\$ bilhões)	2.314,4	2.372,5	2.480,1	2.579,6	2.684,3
PIB PPP "per capita" (US\$)	28.270	28.624	29.560	30.381	31.245
População (milhões habitantes)	81,87	82,88	83,90	84,91	85,91
Desemprego (%)	10,97%	12,33%	10,61%	10,37%	10,37%
Inflação (%) ⁽²⁾	20,00%	15,50%	14,00%	13,00%	13,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-5,70%	-1,44%	-1,80%	-2,10%	-2,31%
Dívida externa (US\$ bilhões)	–	–	–	–	–
Câmbio (CFAfr\$ / US\$) ⁽²⁾	–	–	–	–	–
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	6,8%				
Indústria	32,3%				
Serviços	60,7%				

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



IDP - Quantidade de Investidores (≥ 10% capital acionário)		
	2010	2015
Investidor Imediato	6	7 (70%)
Controlador Final	5	6 (71%)

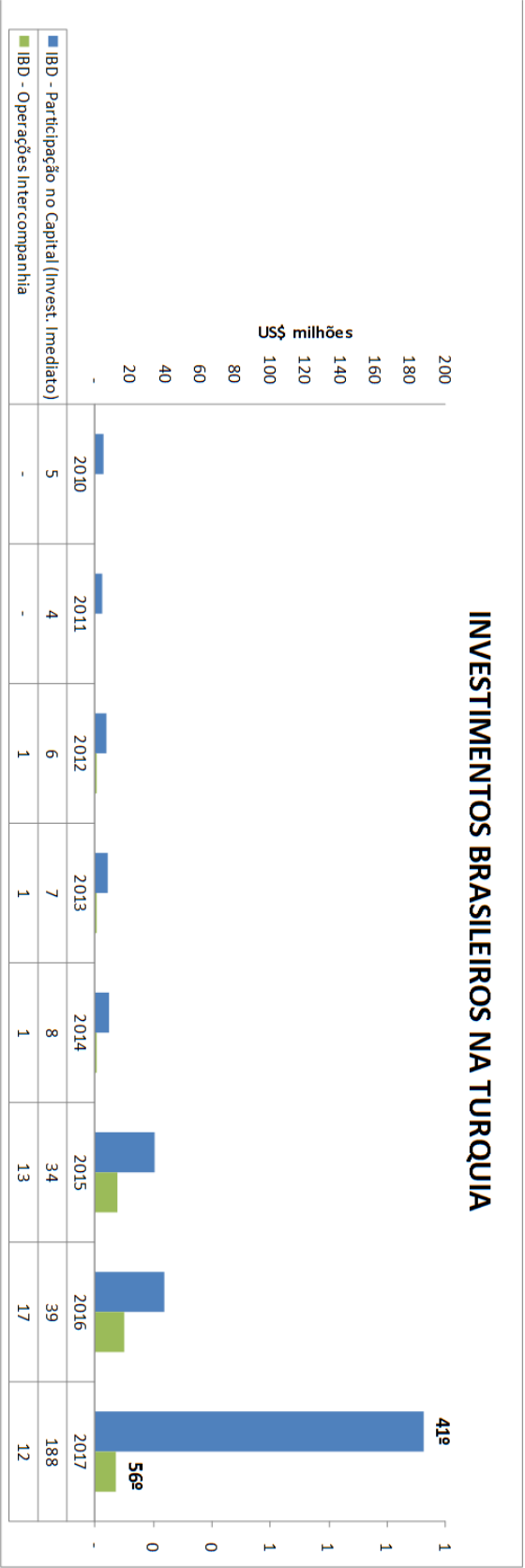
Fontes:

Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2017): Disponível em http://www.bcb.gov.br/Rec/CensoCE/porty/resultados_censos.asp?idpai=CANBIO;

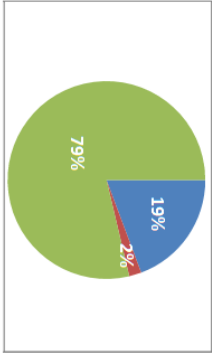
Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor: Disponível em <http://www.bcb.gov.br/itms/infcon/SeriestBalanca.asp?idpai=seriespex>;

Elaboração DNV/MARE

INVESTIMENTOS BRASILEIROS NA TURQUIA



IBD - Setor de atividade econômica (2017 - US\$ milhões)	
Indústrias de Transformação	36
Atividades Imobiliárias	4
Outros	147,63



IBD - Quantidade de Investidores (>= 10% capital acionário)	
2010	25
2017	16 (64%)

Fontes:
Banco Central do Brasil - CBE - Capitais Brasileiros no Exterior (Anos Base 2007 a 2017); Disponível em <https://www4.bcb.gov.br/rev/deqport/ResultadoCBE2017.asp?idpot=CBE>;
Banco Central do Brasil - Série histórica das fluxos de bolonpo de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/inficon/SerieHistoricaFluxos.asp?idpot=serieespex>;
Elaboração DIM/MRE

RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO 2016-2019
RESUMIDO CONFORME INSTRUÇÕES DO DESPTEL 116/18-07-2019
EMBAIXADOR EDUARDO GRADILONE
BRASEMB ANCARA – 19 de julho de 2019

INTRODUÇÃO

Cheguei ao posto em 24 de novembro de 2016 e apresentei credenciais em 5 de dezembro. Poucos meses antes, em 15 de julho, um frustrado golpe de estado deu início a um novo ciclo na história turca, com expurgos em massa para afastar implicados e opositores de um governo fortalecido com a sobrevivência heróica, controle praticamente integral da mídia, e investimentos além das capacidades em mega-projetos. Com os resultados das últimas eleições que enfraqueceram o governo e podem estar esfarelado sua base de apoio político, pode ser que esteja em início um novo ciclo.

2. Ao longo desse período confirmei o acerto das observações do meu predecessor no sentido de ser a Turquia, independentemente de quaisquer outras considerações, um país que pensa estrategicamente e tem um plano de futuro. A meta é estar entre as dez maiores economias do mundo em 2023 – centésimo aniversário da República fundada por Mustafá Kemal Atatürk -, consolidar-se como ator necessário e influente no maior número possível de tabuleiros do cenário internacional, e recuperar o prestígio e o alcance de um império otomano idealizado, em que hospitalidade, tolerância, solidariedade e justiça teriam sido traços marcantes.

3. Esses são pontos constantes da retórica de Erdogan e do seu partido AKP, de matiz islâmica, simpático à Irmandade Muçulmana, no poder desde 2002. O presidente os evoca reiteradamente nos palcos, câmeras e microfones que parece ocupar ininterruptamente, dentro e fora deste país, encarnando o homem forte, protetor e justiceiro tão ao gosto da parte da população – que ainda é maioria – menos letrada, mais conservadora, mais religiosa e em boa parte ressentida com o desprezo que lhes dispensavam antes governos ligados ao kemalismo, ao secularismo e ao mundo ocidental, com uma casta militar pronta a dar golpes quando as coisas pareciam fugir ao seu controle.

4. Erdogan sabe utilizar tais sentimentos, bem como o patriotismo quase neurótico dos turcos, para a consecução dos seus propósitos. Lembra em suas alocações o rico passado histórico do país, com Bizâncio, Constantinopla e depois Istambul centralizando vastos impérios sob o qual viveram muitos países e culturas sob, como sustenta, o equânime domínio turco-otomano; as incontáveis fortalezas testemunhando a índole guerreira e insubmissa do povo turco a poderes externos; os templos, as mesquitas, as igrejas e as cavernas espalhadas por todo o país, mostrando que foi berço das primeiras religiões, inclusive do cristianismo, e dos primeiros assentamentos humanos, como demonstraria Göbeklitepe, cujas intrigantes colunas em forma de “T” datam de 12 mil anos. Ajudam Erdogan e seu governo a disciplina islâmica como fator de ordem e produtividade.

5. Mesmo os mais críticos do presidente reconhecem que o país se transformou desde que assumiu o poder. Sua origem humilde, sua formação e treino como pregador islâmico, seu passado como jogador de futebol, sua firmeza, seu carisma e sua habilidade política, em conjugação com outros fatores, ajudaram-lhe a incutir nas massas a ideia de que sob seu

comando o país está em boas mãos e no rumo seguro do seu destino de grande potência, capaz de falar de igual para igual com quaisquer outras. Os conflitos com estas parecem fortalecê-lo perante a opinião pública.

6. Erdogan não hesita em afrontá-las, sabendo que governa um país de importância incontornável em termos geoestratégicos, onde numerosas empresas e instituições estrangeiras (sete mil alemãs, por exemplo) têm sede, operações e auferem altos lucros. Os jornais e as TVs, inclusive os impressos ou transmitidos em inglês, atualmente destinados a passar mensagens ao corpo diplomático e aos estrangeiros, hoje ecoam suas bravatas sobre o direito turco de comprar armamentos da Rússia, de fazer perfurações na costa de Chipre, de continuar a desenvolver operações militares na Síria etc.

7. Quem vê a Turquia de hoje se pergunta de onde vêm os recursos para tanta pujança. Pontilham o país ótimas estradas, trens-bala, viadutos modernos, tuneis rodoviários sob oceanos, ótima estrutura turística com resorts de primeira linha e constante aprimoramento, boas e bem equipadas universidades, hospitais modernos, portos e aeroportos sofisticados – quando concluído, o de Istambul será um dos maiores, se não o maior do mundo –, shopping centers grandiosos, belos estádios de futebol (uma paixão nacional, como no Brasil, atuando aqui mais de trinta jogadores do nosso país) e muitas outras coisas como os já citados sítios arqueológicos, museus, mesquitas, igrejas, parques e espaços para manifestações culturais e outras finalidades.

8. Na busca de respostas há que ter em conta a posição estratégica da Turquia entre a Europa e a Ásia, com grande mercado interno (população de 82 milhões) e à sua volta. Lembrar que seu governo tem capacidade de instituir e mudar leis com rapidez, graças – até aqui – a maiorias parlamentares ou à intimidação. Que consegue obter da burguesia pia que criou ao longo dos anos, bem como de instituições públicas e privadas islâmicas, além das que operam num mundo “subterrâneo” de conexões entre várias seitas, recursos para financiar mega projetos, indústrias de ponta e programas visando ao desenvolvimento e à autonomia econômica e tecnológica do país.

9. A Turquia têm muitos atributos de excelência que lhe geram renda. Depois da China, é o país com mais contratos de empreitada de obras pelo mundo. A projeção do país no mundo tem por trás planejamento estratégico constantemente avaliado e aprimorado, bem como sua diplomacia, uma das maiores do planeta, que se espalha por todos os continentes, havendo planos de abertura de embaixadas em todos os países africanos, além das mais de quarenta atuais. O país é considerado o maior prestador de assistência humanitária a outros (US\$ 8 bilhões por ano). A Turkish Airlines é a companhia aérea com maior número de destinos internacionais (mais de 300). Cerca de 40 milhões de turistas visitam a Turquia anualmente, projeta-se 50 no ano que vem e 70 milhões em 2023.

10. Depois dos USA, a Turquia é o segundo maior exportador mundial de telenovelas, projetando – inclusive no Brasil, mesmo que com exagero e em desconformidade com atuais tendências – a imagem de um país onde religião e modernidade convivem em harmonia, e que é voltado a causas justas, como a defesa dos direitos do povo palestino. O país tem a segunda maior força armada da OTAN, fabrica jatos, drones, helicópteros, navios e centenas de outros equipamentos avançados na busca de autosuficiência na área de defesa. Está desenvolvendo seu primeiro carro genuinamente nacional, movido a eletricidade, e tem a liderança ou primeiras colocações na exportação de vários serviços e bens, através das milhares de empresas

nacionais e estrangeiras aqui sediadas, inclusive as brasileiras Votorantim, Cutrale, Melalfrío, BRF e outras.

11. Trata-se portanto de um país de alta relevância internacional e para o Brasil. Estabelecemos parceria estratégica com a Turquia em 2010, que se desenvolveu satisfatoriamente até 2013, quando problemas em nossos países nos obrigaram a dar prioridade a questões domésticas e regionais. Mais recentemente nossos contatos bilaterais foram retomados nas áreas de defesa e agricultura. O mesmo pode ocorrer em outros setores. A balança comercial é amplamente superavitária ao Brasil. Somos imensamente amados aqui na Turquia. Mesmo que haja dessintonias entre os nossos países quanto a certos alinhamentos e posições, nossas afinidades e simpatias os têm colocado em segundo plano. Vários interlocutores turcos meus na chancelaria local e em outros órgãos no governo dizem que defendem o Brasil mesmo quando não concordam inteiramente com nossas posições. Temos com isso um capital de vantagem invejado por outros países, graças ao qual temos condições favoráveis para explorar o grande potencial do nosso relacionamento.

12. Faço a seguir, considerações sobre a Turquia e sobre as atividades da embaixada durante o período da minha gestão.

POLÍTICA EXTERNA

13. A ascensão do AKP em 2003 está vinculada a transformações da política externa apoiadas na maior projeção do país no cenário internacional, por meio de diplomacia ativa voltada à formação de alianças com atores cuja situação política e/ou geográfica os havia colocado em situação periférica em relação aos interesses primordiais do país após a Segunda Guerra Mundial, notadamente os Estados Unidos e a Europa. A aproximação com a América Latina, Ásia, África e Oriente Médio redefiniram o papel de Ancara como regional player e potência emergente.

14. Durante a Guerra Fria e no imediato pós-Guerra Fria, a Turquia foi aliada incondicional dos EUA. Como membro da OTAN, o país representa elemento fundamental do eixo transatlântico, tendo participado em diversas operações com aquela organização. A marcha em direção à autonomia induziu a tensões entre os tradicionais aliados. Atualmente, Ancara considera que os Estados Unidos têm faltado com os deveres de um leal aliado em razão de três fatores que o governo turco apresenta como portadores de ameaça existencial à sobrevivência da nação: a) a “proteção” (sic) concedida pelos EUA a Fetullah Gülen, exilado na Pensilvânia desde 1999. Ancara tem feito inúmeras tentativas ao longo dos anos para obter a extradição do imã que teria sido o mentor da tentativa de golpe de 2016 e continuaria a tramocar pela derrubada do governo turco; b) o apoio logístico e militar dado pelos EUA às milícias do YPG/PYD, compostas majoritariamente de curdos, que Ancara alega serem ligados ao PKK, grupo denominado terrorista. A retirada das tropas norte-americanas da Síria teria sido postergada em parte pela preocupação norte-americana com os militantes, que poderiam ser “dizimados” por tropas turcas; e, c) a compra de mísseis antiaéreos S-400 da Rússia. Os EUA e os aliados europeus alegam serem incompatíveis com o equipamento da OTAN e sugeriram que poderão aplicar sanções. Ancara alega que durante anos tentou adquirir os “Patriot” americanos, mas não teve sucesso durante a administração de Obama ou posteriormente.

15. O processo da mais antiga candidatura à acessão à União Europeia está bloqueado. O esforço desenvolvido pela Turquia para integrar o “acquis communautaire” trouxe-lhe enormes

vantagens em termos de modernização. Pode ser observado na elevação dos padrões educacionais e sobretudo universitários; na imposição do controle civil sobre o militar; nas reformas legislativas; na instituição de museus com financiamento europeu, nas reformas rodoviárias e no evidente progresso social e urbano. A UE reconhece os esforços realizados mas avalia que o país esteja aquém do esperado de um candidato em termos de respeito ao império da lei e aos direitos de expressão e associação. Numerosas advertências nos últimos anos têm servido para “desgastar” o relacionamento e bloquear questões como a eliminação de vistos para o bloco. A entrada de Chipre na UE e os conflitos recorrentes com a Grécia no Mar Egeu contribuem para a animosidade entre ambas as partes. Ancara considera que o processo foi politizado pela UE e censura a aceitação de Grécia e do Chipre, que se tornaram obstáculos às boas relações. As explorações de recursos energéticos empreendidas pela Turquia no leste do Mediterrâneo têm levado a aumento de tensões entre as partes e a censuras dos EUA e da UE.

16. Quanto à Rússia, os tradicionais inimigos envidaram esforços nas últimas décadas para superar as diferenças e encontrar formas de convivência que fossem além da coexistência para chegar à cooperação. Além de parceiro comercial, a Rússia tornou-se parceiro geopolítico e os dois são gestores do processo negociador de Astana para a paz na Síria. A Rússia é responsável pela construção da usina nuclear de Akkuyu e há vários projetos em discussão para o fornecimento de energia para este país ou usando o território para alcançar a Europa. A recente aquisição dos S-400 e a forte reação ocidental poderiam sugerir possibilidades de integração ainda maiores nos próximos anos.

17. Os primeiros anos do governo AKP foram marcados por tentativas de aproximação com os países do Oriente Médio em política que foi denominada “neo-otomanista”. Contemporaneamente, observa-se cenário de tensões. No que diz respeito a Israel, a forte retórica contra as ações daquele país na Palestina têm de ser contrastadas com as transações comerciais e outras manifestações de “camaradagem” recíproca. Ancara estreitou laços com o Qatar nos últimos anos, tendo apoiado o país quando do estabelecimento do bloqueio por parte de Arábia Saudita e Emirados Árabes e tendo sido “socorrida” por Doha em agosto de 2018, quando a lira ameaçava despencar a valores ainda mais baixos. As relações com o Egito deterioraram-se a partir da substituição do presidente Mohamed Morsi por al Sisi. O recente falecimento de Morsi evidenciou o apego de Erdogan à Irmandade Muçulmana. O presidente turco insinuou que Morsi teria sido “sacrificado” (ou assassinado).

18. Cabe menção especial aos conflitos na região, notadamente na Síria. A participação da Turquia nas chamadas “guerras sírias” deveu-se imperativamente à questão de segurança nacional, dada a presença das milícias ligadas ao PKK (PYD/YPG) na parte nordeste daquele país. Após anos de conflitos em que tentativas de resolução trazidas pela ONU e por países ocidentais revelaram-se infrutíferas, em janeiro de 2017 foi lançado o Processo de Astana, tendo de um lado o Irã e a Rússia, suportes de Assad, e do outro a Turquia, que apoiava os rebeldes contra o governo sírio. A intervenção militar fez oscilar o equilíbrio em favor de Damasco e acabou por permitir a criação de zonas de “desescalada” dos conflitos. O enorme território em mãos do Daesh foi paulatinamente reconquistado, restando a área de Idlib, onde Ancara acusa o regime sírio de bombardear civis com armas e apoio logístico russo. Há temores de que, caso a situação persista ou se agrave, possa sobrevir uma crise humanitária na qual grande número de refugiados buscará abrigo na Turquia, já sobrecarregada com 3.6 milhões de refugiados sírios. O recente assassinato de diplomata turco em Idlib possivelmente em retaliação a ofensiva turca nessa região agregam complicadores à situação.

19. A Turquia tem excelentes relações com países latino-americanos e na última década observou-se o estabelecimento de missões diplomáticas latinas aqui e turcas naquela região. A mais recente foi a do Paraguai. Note-se o apoio ao presidente venezuelano Nicolás Maduro e ao seu povo, em movimento percebido com Ancara como de apoio aos oprimidos. Também ali há convergência entre interesses turcos, russos e chineses. Em relação ao Brasil, o relacionamento se caracteriza por interesse de aprofundamento e pela percepção da convergência de diversas posições em foros internacionais em que os dois países frequentemente apoiam as respectivas candidaturas. Dois fatores merecem observação: a busca internacional por gulenistas efetuada pela Turquia e a luta travada pelo não reconhecimento do genocídio armênio. O Brasil tem explicado que qualquer decisão em relação a solicitações da Turquia sobre supostos fiéis a Gülen está sujeita à decisão soberana do Judiciário. Em segundo lugar, a moção pelo reconhecimento obrigatório do episódio não avançou nos foros parlamentares.

20. A parceria econômica e comercial com a China tem sido ativamente perseguida nos últimos anos. Pequim participa de empreendimentos da construção civil, do sistema financeiro turco e há discussões sobre a expansão da rede de transportes. As divergências entre ambos dizem respeito aos uighurs, grupo de etnia afim aos turcos que estariam sendo reenviados a campos de “reeducação” na China. A diáspora uighur na Turquia tem cobrado medidas contra as ações do governo chinês, mas a dependência econômico-comercial turca tem levado o presidente Erdogan a adotar discurso combativo internamente e posturas conciliadoras com sua contraparte.

21. Finalmente, cabe ressaltar o dinamismo das relações com o continente africano. A partir de janeiro de 2008, quando a Turquia foi declarada parceira estratégica do continente, o país desenvolve política abrangente e multilateral para a região e têm sido inúmeras as visitas de alto nível e os investimentos e ações de ajuda humanitária desenvolvidos com países daquela continente. Ancara tem procurado atuar tanto como defensora dos interesses africanos em foros multilaterais como “honest broker” na mediação de conflitos no continente. Empresas turcas têm empregado métodos agressivos para penetrar em mercados africanos, sobretudo na área da construção civil e dos grandes projetos de modo geral. Ancara tem ressaltado os laços culturais e históricos com o continente para realçar sua influência.

POLÍTICA INTERNA

22. Como assinalei, em 15 de julho de 2016 ocorreu uma tentativa de golpe atribuída pelo governo a militares subordinados à seita de Fetullah Gülen. Os principais campos de atuação das forças insurgentes foram em Ancara e em Istambul. A população ter-se-ia organizado para resistir aos golpistas com a consequência de que mais de duzentas pessoas morreram nesta empreitada. Encerrava-se ali uma das fases do então período de treze anos do governo AKP.

23. A partir de então intensificou-se a campanha do AKP para envolver o país em mentalidade de “fortaleza assediada”, que somente o presidente Recep Tayyip Erdogan seria capaz de proteger e conduzir em tempos de incerteza. O trinômio segurança-prosperidade-islamismo adquiriu configurações cada vez mais rígidas. O apoio oferecido pela burguesia comercial anatolia ao AKP consolidou-se em nome da sobrevivência do país; setores da população abraçaram conservadorismo que se manifestou, por exemplo, pela radicalização de grupos exigindo o retorno do museu Hagia Sofia à condição de mesquita voltada às orações; pelo número cada vez maior de mulheres cobertas, inclusive em cargos públicos (situação

inédita há uma década); e por número expressivo de eleitores de Erdogan manifestando seu apoio de forma cada vez mais intimidativa, entre outros exemplos.

24. O regime de exceção decretado imediatamente após a tentativa de golpe deu ao AKP os instrumentos para realizar expurgos, perseguir críticos, desorganizar a oposição e manter a população sob regime de terror praticado pelo estado. Com o argumento de infiltração de gulenistas em todos os âmbitos da sociedade e em todas as camadas da administração, o governo demitiu mais de 130 mil servidores públicos. Muitos foram objeto de processo judicial, estão presos ou foram libertados sem jamais terem sido exonerados de culpa, o que os deixa em limbo social, incapazes de encontrar emprego. A Turquia conta hoje com um dos maiores índices de jornalistas presos – mais de cem – o que tem levado a Freedom House, juntamente com outras organizações não governamentais, a elaborar relatórios contundentes sobre a falta de liberdade de expressão no país. Os órgãos de imprensa e veículos de comunicação de toda natureza foram colocados sob controle quase integral do governo.

25. No primeiro semestre de 2017 a população foi consultada sobre a transformação do sistema parlamentarista em “presidência executiva”, sob o comando de Erdogan. A campanha foi realizada em terreno “not free and not fair”. Com o país sob regime de exceção, a imprensa amordaçada e os oposicionistas sem espaço para se expressar, as nuvens de fraude e intimidação pairavam sobre todo o processo. O resultado final, com pequena margem de vitória para a proposta governista, foi contestado por observadores da sociedade civil. As denúncias de fraude se estenderam ao uso de cédulas inválidas, ao transporte de eleitores para outros distritos para “reforçar” as urnas e à intimidação de eleitores. Em 24 de junho 2018, os turcos compareceram às urnas novamente para dar a vitória a Erdogan nas eleições presidenciais. Novamente as acusações de fraude se multiplicaram. Cabe reconhecer, entretanto, que a oposição não fora capaz de oferecer frente unida para vencê-lo. O principal candidato oposicionista, Muharrem Ince, conseguiu desenvolver campanha sólida na parte ocidental e litoral do país, mas o centro permaneceu fiel ao AKP. Ademais, a antecipação da data eleitoral para o final de junho também repercutiu sobre os resultados, pois muitos turcos abandonam o distrito onde residem por motivo de férias no início de junho.

26. Dois temas merecem especial atenção. A questão curda continua de difícil resolução pois alas nacionalistas do poder, como o MHP, principal aliado do governo, não admitindo sequer que exista um problema. Nos primeiros tempos do governo, o AKP adotou medidas conciliatórias e mais liberais em relação a essa etnia. Mas a postergação de medidas de inclusão e o endurecimento de posturas do governo levando à destruição de várias comunidades do sudeste do país por meio de bombardeios induziram à recorrência periódica de ataques do PKK, geralmente com vítimas entre os soldados turcos.

27. Em segundo lugar, o número de refugiados sírios no país, chamados “hóspedes”, alcançam hoje 3.6 milhões. Ancara pode afirmar que tem o melhor programa para refugiados, reconhecido inclusive pelo UNCHR, pois os “hóspedes” têm assistência para estudar, ter acesso a serviços de saúde, obter licenças para trabalhar, entre outros benefícios. Mas o longo período de “hospitalidade”, somado à recente crise econômica, começa a mostrar as evidências de desgaste junto à opinião pública. Nas grandes cidades, especialmente em Istambul, nota-se o crescimento de mulheres e crianças pedindo esmolas e o aumento de denúncias de crimes contra a pessoa atribuídos aos refugiados. A impressão é de bomba-relógio que poderá vir a explodir com o agravamento da deterioração da economia.

28. Contra esse pano de fundo nacional foram realizadas as eleições municipais de 31 de março deste ano. O pleito foi avaliado, desde o início, como um “veredito” sobre o governo de Erdogan e a crise econômica. Os resultados causaram abalos sísmicos no governo e na sociedade: a oposição vencera nas cinco maiores cidades do país, inclusive em Istambul. Erdogan havia declarado ser a vitória em Istambul “uma questão de sobrevivência”. O AKP contestou o resultado e novo pleito foi marcado para 23 de junho. A campanha para o “re-match” foi marcada pelos habituais golpes baixos do AKP. Para grande surpresa, calúnias, difamações e agressões tiveram o efeito de reforçar a simpatia votada a Imamoglu. Especulase que a população tenha tomado como sua a injustiça da anulação do pleito, esteja cansada das táticas polarizadores ou, simplesmente, quisesse realmente mandar ao AKP a mensagem de seus temores e insatisfação com relação à economia. Imamoglu venceu de maneira incontestável, com diferença de 800 mil votos, e o governo foi obrigado a admitir a derrota. Busca agora reconquistar seus eleitores e cumprir as promessas feitas durante as numerosas campanhas eleitorais.

ECONOMIA

29. A Turquia é a 17ª maior economia do mundo e trabalha para estar entre as dez primeiras em 2023. Conta com mais de 82 milhões de habitantes e a mais jovem e numerosa força de trabalho da Europa. De suas cidades, 21 têm mais de um milhão de habitantes, e a maior, Istambul, com 15 milhões, pode ser considerada a maior do continente europeu. Ao longo dos últimos anos o país tem experimentado forte crescimento. Até recentemente o país vinha crescendo a taxas altas consistentes, muitas vezes superiores a 7%. Ademais, tem desenvolvido plano multibilionário de investimentos, com importantes incentivos e facilitação de negócios.

30. De acordo com dados do Banco Mundial, o PIB deste país cresceu 9,2% em 2010, 8,8% em 2011, 2,1% em 2012, 4,1% em 2013, 5,1 em 2014, 6,08 em 2015, 7,5% em 2016, 4,2% em 2017 e 2,6% em 2018. Esperava-se que, mesmo em consequência da forte e recente desvalorização da lira turca frente ao dólar norte-americano, a taxa de crescimento chegasse a 3,8% em 2018, o que não foi o caso. Mesmo com os novos números, que podem ser considerados modestos em relação ao fôlego da economia turca, a situação de forma alguma significa desaquecimento econômico ou decréscimo da produção industrial.

31. As exportações, carro-chefe do crescimento e da estabilização econômica, alcançaram resultados significativos em 2018, tendo totalizado USD 167 bilhões em 2018 (USD 156,9 bilhões em 2017 e USD 142,5 bilhões em 2016), de acordo com os números da Associação dos Exportadores Turcos (TIM). Nos primeiros cinco meses deste ano, o valor teria chegado a USD 72 bilhões. Por outro lado, têm sido registradas quedas – por motivos nocivos – significativas nas importações, de USD 263 bilhões em 2016, para USD 224 bilhões em 2017 e USD 223 bilhões em 2018. Nos primeiros nove meses de 2019, as importações alcançaram USD 84 bilhões. A corrente de comércio total saltou de USD 341 bilhões em 2016 para USD 390 bilhões em 2018. Os maiores parceiros comerciais da Turquia continuam a ser a Alemanha, a China, a Rússia, o Reino Unido e a França.

32. A boa performance da economia turca foi construída com base na estabilidade econômica alcançada, em 2001, ainda no Governo anterior, e posteriormente encampada e consolidada pelo atual governo do AKP, no poder desde 2002. O PIB da Turquia se aproxima, já há alguns anos, de um trilhão de dólares (já tendo alcançado USD 950 bilhões em 2013/2014). No entanto, variações cambiais levaram a aparente decréscimo dos números do

crescimento econômico em dólares, fazendo com que o PIB em 2018 ficasse por volta de USD 770 bilhões. Não houve recessão ou decréscimo do PIB em liras turcas.

33. O crescimento econômico veio acompanhado de investimentos externos que alcançaram, segundo o Banco Mundial, USD 18 bilhões em 2015, USD 13,3 bilhões em 2016, USD 10,9 bilhões em 2017 e USD 13,2 bilhões em 2018. Esperava-se que, no ano passado, o valor do investimento estrangeiro direto (IED/FDI) recebido pela Turquia alcançasse USD 12 bilhões, tendo em conta ter sido registrado, provisoriamente, influxo de USD 9,5 bilhões nos três primeiros trimestres daquele ano. O desempenho acima do esperado foi creditado pelo governo à sua própria eficiência, e pelos mercados à "operação de socorro" realizada pelo Catar quando da crise cambial do verão passado. Aquele país injetou, de várias formas, mais de USD 15 bilhões na economia turca. Os setores de indústria e de serviços, em especial as atividades ligadas a operações financeiras, construção civil, geração de energia e indústria de transformação recebem tradicionalmente, em conjunto, mais de 60% do IED na Turquia.

34. O êxito da política econômica contribuiu para a expansão do consumo, bem como das atividades de empresas turcas nos mercados doméstico e internacional. O sistema financeiro manteve sua posição consolidada, contando com a participação de diversas instituições transnacionais operando sob bandeira própria ou em parceria com congêneres deste país. O sistema bancário, seja ele oficialmente islâmico ou laico, estaria infiltrado por redes islamistas que iriam muito além do que se mostra à superfície e chega ao conhecimento público. Nesse sentido, julgo importante citar o caso da empresa brasileira 'Cristália', que teve transferência – legal – no valor de USD 40 milhões "desaparecido" de conta em banco no chamado "Chipre turco", remetida por banco local ilegalmente para contas nos Emirados Árabes Unidos, Suíça e Líbano, com a intermediação do estatal turco "Vakifbank".

35. Nesse sentido, o estabelecimento do sistema bancário islâmico neste país reflete, de certa forma, a aliança entre setores religiosamente conservadores mas economicamente liberais da sociedade turca e o AKP. Muitas vezes oriundos de cidades economicamente significativas na Anatólia, como Kayseri, empreendedores aqui conhecidos como "tigres da Anatólia" ou "novos turcos" representam a "burguesia pia", que se identifica com os ideais do partido "islamista moderado", e constitui sua base de governabilidade, tanto na esfera social quanto na econômico-financeira. Dessa forma, a iniciativa privada, em todos os setores, tem se coordenado de forma eficiente com contrapartes governamentais, seja na implantação da política econômica ou nas diversas parcerias que vão da descoberta de novos mercados para as exportações até obras de infraestrutura, principalmente nos setores de energia e de logística, necessárias para o desenvolvimento da Turquia.

PROMOÇÃO COMERCIAL

36. O Setor de Promoção Comercial (SECOM) tem envidado esforços na participação de feiras e eventos e na divulgação do produto brasileiro. Ademais, tem sido primordial na resolução de contenciosos e de contratempos relacionados a assuntos afetos à entrada neste país de produtos agrícolas e, em especial, do boi-em-pé, um dos carros-chefes da exportação brasileira para este país.

37. Segundo o Instituto de Estatísticas da Turquia (TUIK/TURKSTAT), as relações econômico-comerciais Brasil-Turquia registraram evolução sem precedentes nos últimos anos, mesmo tendo-se em conta as recentes dificuldades de diferentes naturezas por que passaram ambos os países. Não obstante o impacto que causaram, a corrente de comércio bilateral

cresceu entre 700% e 900% desde o início do século XXI, tendo saltado de cerca de USD 343 milhões, no ano 2000, para USD 2,9 bilhões em 2017 e USD 3,7 bilhões em 2018 (sendo USD 3,2 bilhões referentes a exportações brasileiras e USD 500 milhões a exportações turcas). De acordo com aquele instituto, existe tendência de, pelo menos, manutenção do bom desempenho para 2019. De janeiro a maio deste ano foram registradas importações turcas de produtos brasileiros no valor de USD 1,07 bilhão. As exportações turcas para o Brasil, por sua vez, alcançaram o valor de 211 milhões de dólares, perfazendo corrente de comércio no valor de USD 1,28 bilhão.

38. Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Turquia são, por ordem de grandeza: soja, boi-em-pé, semi-manufaturados de aço e ferro, laminados de aço e ferro, minério de ferro, grãos de café, algodão cru, celulose, folhas de tabaco, e partes e motores para veículos automotivos. Pode-se destacar, dentre os produtos listados, fortes aumentos das exportações de soja para a Turquia (de USD 104,7 milhões para mais de USD 520 milhões em 2018) e de boi-em-pé (de USD 70,88 milhões para mais de USD 300 milhões em 2018). As exportações turcas para o Brasil se concentram em autopeças, máquinas de fio-máquina para a indústria de ferro e aço, fios de fibras artificiais, motores a diesel, cimento portland, adubos, pneus fósforo, carbonatos e aveia. Segundo a consultoria Deloitte e a entidade turca "Foreign Economic Relations Board" (DEIK), parte do fraco desempenho das exportações turcas para o Brasil se deveria à falta de acordo de livre comércio (ALC) entre os dois países. AS empresas brasileiras Cutrale, Votorantim, MetalFrio e BRF realizam negócios de porte neste país e reportam boas perspectivas de crescimento futuro.

39. Pelo lado turco, o estoque de investimento direto no Brasil é estimado em cerca de 70 milhões de dólares. A Sabanci Holding, segundo maior conglomerado empresarial do país, mantém unidade de produção no estado da Bahia, denominada Kordsa (antiga Companhia Bahiana de Fibras-COBAFI), enquanto o Grupo Garipoglu estabeleceu, no mesmo pólo petroquímico de Camaçari onde está instalada a Kordsa, a Peroxy Bahia. Consta que o investimento dessa empresa no Brasil seja de 200 milhões de dólares, o que destoaria das estatísticas da Turquia sobre inversões no Brasil.

40. Outras 23 companhias turcas, sendo três delas "tradings", estão presentes no Brasil. Trata-se de pequenos negócios, que operam nos setores de segurança, de confecções (têxteis), habitação, alimentação e turismo. Segundo dados do consulado-geral da Turquia em São Paulo, empresas turcas de menor expressão fecharam - ou estariam em processo de fechamento - suas portas no Brasil, com algumas tendo iniciado operações em países como o Chile, para se manter no mercado latinoamericano. Além das já citadas, a Turkish Airlines também se encontra presente no mercado brasileiro, com vôos diretos entre São Paulo e Istambul. A conexão entre os dois países tem oferecido importante impulso para a ampliação do fluxo bilateral de comércio e investimentos, bem como para o movimento de turistas entre os dois países.

41. A Turquia já foi, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO), o sexto maior destino turístico mundial, atrás apenas da França, dos Estados Unidos, da China, da Espanha e da Itália. Hoje se encontra em oitavo lugar, atrás também de México e do Reino Unido. O país, que havia recebido 42 milhões de turistas em 2014, experimentou queda, em decorrência de problemas políticos e de segurança (terrorismo) para 36 milhões em 2015, e para 25 milhões em 2016. Desde então, o esfriamento das tensões levou à recuperação para cerca de 37 milhões de visitantes estrangeiros em 2018, segundo a UNWTO. O Ministério do Turismo turco anunciou esperar que cerca de 40 milhões de turistas visitem a Turquia até o fim de 2019. Permito-me lembrar que a Turquia é o único país que tem duas cidades na lista das

dez mais visitadas do mundo por estrangeiros: Antália e Istambul. Cabe também ressaltar que cerca de 4 milhões de turcos residem no exterior e, em sua grande maioria, voltam à pátria-mãe, pelo menos uma vez por ano.

42. Entre 90 e 120 mil brasileiros visitaram a Turquia em anos de fluxo mais intenso. Esse número teria caído para cerca de 60 mil, em parte a problemas de percepção sobre a Turquia – apesar da sensível melhora em termos de atentados terroristas no país – e em parte à situação econômica do Brasil. O interesse dos turistas brasileiros na Turquia se deve, em boa parte, ao já citado serviço direto oferecido pela Turkish Airlines na rota Istambul-São Paulo-Istambul. A maior parte dos visitantes do Brasil está no segmento "turismo de lazer". O "Grand Bazaar" em Istambul conta com lojas voltadas para o público brasileiro, com atendentes que falam português. Diversos hotéis, principalmente em Istambul mas também na Capadócia, mantêm "staff" destinado a atender turistas brasileiros. Espera-se que a agora frequente desvalorização da moeda turca e a melhora nas tensões internas neste país venham a refletir no influxo de visitantes brasileiros na Turquia, que já estaria hoje na casa dos 82 mil anuais.

43. Em comparação, o número de turistas turcos que visitam o Brasil é ínfimo, cerca de três mil. A maior parte dos visitantes turcos está no segmento "turismo de negócios". As cidades mais procuradas pelos turcos, além de São Paulo, são Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu.

44. Julgo que seria de todo útil manter e mesmo intensificar as iniciativas de ampliação das exportações dos produtos brasileiros para este mercado. Sublinhe-se a importância do apoio e incentivo ao estabelecimento de "joint ventures" turco-brasileiras, que podem vir a facilitar a integração dos dois mercados e impulsionar a corrente de comércio. Saliente-se ainda, em consonância com o entendimento da APEX e do área comercial do Itamaraty, a necessidade da vinda de missões empresariais à Turquia, no âmbito de entidades federais e estaduais de promoção do comércio, bem como de câmaras de comércio, de associações de classe e mesmo de empresas individuais, com o intuito de tornar visíveis os produtos e empresas brasileiras ao potencial importador turco e, em consequência, incrementar o intercâmbio bilateral.

45. O interesse turco pelo Brasil tem crescido nos últimos anos. Mesmo frente à desaceleração econômica, o Brasil sempre foi, historicamente, valorizado por meios empresariais, governamentais e jornalísticos. No entanto, apesar do interesse inicial demonstrado pelo empresariado turco, é palpável o desconhecimento na Turquia da realidade sócio-econômica do Brasil, em especial nas cidades fora do eixo Istambul-Izmir (que, não obstante, são economicamente ativas). Tal desconhecimento constitui uma barreira para tornar as oportunidades de comércio e investimentos que o Brasil oferece mais acessíveis ao empresário médio turco.

46. Nesse sentido, as associações empresariais turcas têm sido importantes aliadas da embaixada em ações de inteligência comercial, na divulgação de empresas e produtos brasileiros, bem como da diversidade das oportunidades comerciais e de investimentos no Brasil junto ao empresariado turco.

47. Vale lembrar, ainda, ser a Turquia também um país diverso economicamente, além de "powerhouse" regional, com planos de expansão de sua influência em nível global. Tal diversidade coloca o país atrás apenas da China em número de obras de empreitada internacionais e em segundo lugar como exportador de novelas (após os EUA), além de posicioná-lo como o maior exportador mundial de tapetes, ferro para construção civil, radiadores, ternos femininos, blusas e camisas. Ademais é o terceiro exportador de ônibus e

mini ônibus, quarto em máquinas de lavar pratos, quinto em máquinas de lavar roupas, sétimo em televisores, oitavo em ternos masculinos e refrigeradores, nono em couro, aquecedores elétricos e veículos comerciais e décimo em autopeças.

48. À luz do que precede, julgo ser necessário manter e aprofundar a cooperação com entidades empresariais turcas parceiras da Embaixada, bem como com setores governamentais deste país, inclusive por meio de encontros, conferências e visitas, sempre que possível no mais alto nível. Tais visitas foram consensualmente consideradas da maior importância pelos participantes da reunião de chefes de posto e Setor de Promoção Comercial e Investimentos da Eurásia, Oriente Médio e países do Golfo e do norte da África, realizada em Dubai entre 2 e 4 de setembro de 2018. Nesse encontro também se assinalou a importância do “olho no olho” para a concretização de negócios nesta região.

49. Penso também que devemos dispor de publicações objetivas e de qualidade para divulgação de nossos produtos e nossas potencialidades. A Turquia tem dois canais de TV em inglês, três jornais de grande circulação e várias revistas nessa língua, promovendo suas riquezas, suas belezas e suas capacidades para o público estrangeiro e agentes de ligação com mercados externos.

50. Caberia, por outro lado, dar mais atenção às zonas francas da Turquia, que são bem exploradas por outros países, como o Chile, para a venda de seus produtos no mercado local e países vizinhos, com a utilização de transportadores turcos. O Brasil também poderia se beneficiar desse tipo de vantagem, além de outros tipos de mecanismos instituídos pelo governo turco para ampliar a presença de companhias estrangeiras no país e de parcerias com empresas locais.

CONSULAR

51. A comunidade brasileira na Turquia é atendida pelo Setor Consular da Embaixada em Ancara - responsável por 63 das 81 províncias da Turquia – e pelo Consulado-Geral em Istambul, responsável pelas restantes 18 províncias. Ambas as repartições se envolveram intensamente na preparação e realização das eleições presidenciais de 2018 em suas sedes. É de grande valia o trabalho desenvolvido pelos nossos cônsules honorários na Turquia. Em 24 de maio de 2018, com a co-presidência do embaixador Paulo França, que chefiava Consbrás Istambul, realizamos com eles na embaixada importante reunião de coordenação para combinar estratégias de atuação e formas de colaboração.

52. Atualmente, há cerca de 600 brasileiros residentes na Turquia. Destes, mais de 450 se encontram na jurisdição do Consulado-Geral em Istambul. A maior parte é composta de mulheres casadas com turcos, seguida de executivos de multinacionais (e suas famílias) e de trabalhadores temporários, em especial nos setores esportivo e de entretenimento (jogadores de futebol e voleibol, dançarinas e capoeiristas). Há poucos imigrantes ilegais, porém número significativo de pessoas que ultrapassam o prazo de vistos de trabalho e são obrigados a deixar a Turquia e/ou pagar multa. Do número total de presos neste país, apenas 11 (seis homens, quatro mulheres e um LGBTI), se encontram oficialmente na jurisdição do setor Consular desta Embaixada - e os demais no Consulado-Geral em Istambul.

53. O número de brasileiros presos na Turquia cresceu exponencialmente, de zero para os cerca de 60 citados anteriormente, desde a abertura do voo direto na rota Istambul - São Paulo, pela Turkish Airlines, no final de 2010. O serviço foi inaugurado com voos três vezes por

semana e, desde 2012, tem frequência diária. Todos são acusados de tráfico internacional de entorpecentes e todos menos um – detido em Antália - foram presos no então aeroporto internacional Atatürk, em Istambul. Em sua grande maioria, os presos se utilizaram do voo diário São Paulo – Istambul. Aquela repartição consular disponibiliza gratuitamente (para os presos) os serviços do advogado Ali Kemal Atçeken.

54. Neste ano, finalmente, entrou em vigor o esperado Acordo Bilateral de Transferência de Presos, que permite o cumprimento de penas de brasileiros no Brasil. No entanto, os entraves burocráticos e as exigências – em especial por parte da Turquia – são tão grandes, que nenhuma transferência foi ainda realizada no âmbito do acordo. Quatro foram realizadas antes do acordo e demoraram quase dois anos para serem operacionalizadas. Em todos casos de transferências, o setor Consular desta embaixada tem que ser acionado e tramitar toda a documentação, além de “acalmar” detentos e parentes que telefonam diariamente – e o fazem também, com as mesmas perguntas e solicitações, a CG Istambul.

55. As relações consulares com a Turquia apresentam poucos contenciosos. Os existentes se devem a decisões turcas que violariam o bom senso e regras internacionais, como por exemplo:

- a) o tratamento dado aos policiais federais em trânsito para a Geórgia pelo novo aeroporto internacional de Istambul. Apesar de ter sido de amplo conhecimento e autorização das autoridades turcas, os agentes brasileiros - que efetuavam transferência de condenados de Tbilisi para São Paulo – tiveram suas algemas confiscadas e foram objeto de revistas minuciosas por diversas vezes, tendo um deles sido submetido “in loco” a teste de uso de drogas (vide tel 365);
- b) o impedimento ao consulado-geral em Istambul de contatar diretamente autoridades prisionais na sua jurisdição, como vem sendo feito desde a abertura daquela repartição consular. Tal postura acaba, efetivamente, com o atendimento de emergência a detentos brasileiros naquela jurisdição;
- c) a demora de mais de um ano para aprovação dos cônsules honorários em Gaziantep – jurisdição consular desta embaixada - e Bilecik – jurisdição consular de CG Istambul; e
- d) a pendência quanto à nomeação de candidato ao consulado honorário em Alanya, senhor Mustafa Sirri Akin, sob a alegação de que não seria residente naquela cidade – onde de fato mantém sua residência principal, comprovada por certidão emitida pelo ministério do Interior.

CULTURAL

56. Dentre as principais atividades culturais desenvolvidas durante a minha gestão destaco, em 2017, dois programas sobre música brasileira na rádio estatal TRT, com a participação do maestro turco Erol Erdinç e da pianista brasileira Lilian Tonella; a participação do Brasil no Festival de Cinema em Mersin como convidado de honra; a palestra sobre o tema “Palácio Itamaraty: 50 Anos de Arte e Arquitetura” na celebração do Dia do Diplomata; o batizado de Capoeira na Universidade Hacettepe comandado pelo Axé Capoeira; a “Grande noite brasileira” organizada por estudantes da Universidade Técnica do Oriente Médio (METU); a conferência de apresentação do livro e filme “Descobri que Estava Morto” de João Paulo

Cuenca, no Centro de Estudos Latino Americano da Universidade de Ancara; os vários eventos realizados a bordo das embarcações brasileiras que lideram a UNIFIL no Líbano, que vêm regularmente à cidade de Mersin para fins de reabastecimento; o apoio à realização do “Festival de Arte Acessível de Mersin”, com participação de artistas brasileiros; e a celebração da nossa data nacional no “Ankara Palas”, que contou com comidas e bebidas nacionais, recital da pianista também brasileira Lilian Tonella; e show de capoeira do grupo da Hacettepe University, com assistência de mais de 350 pessoas.

57. Destaco em 2018 a inauguração do espaço cultural da embaixada com apresentação do grupo musical brasileiro Qualea Trio; a exibição na embaixada do filme “José de Pilar”, em comemoração do Dia da Língua Portuguesa; o início de programa regular de “workshops” de “forró” na embaixada, inicialmente com mestres brasileiros e ultimamente com professores turcos vindos de Istambul; a exibição do filme “Veronika Decide Morrer” no contexto do projeto cultural “Movies at the Embassy”; a celebração pela primeira vez da data nacional do Brasil na sede renovada da embaixada, com presença de mais de 300 pessoas, comemorativa dos 160 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e Turquia; o 1º Festival Internacional de Cinema Latino-Americano e Caribenho, coordenado pela Brasil; a celebração dos 160 anos de relações diplomáticas Brasil-Turquia também na fragata Liberal, atracada no porto de Mersin; a realização, com apoio da embaixada, do “Brazilian Days at Armada”, em mega-shopping center de Ancara; e o recital de piano na embaixada com o Maestro Erol Erdinç tocando e explicando “bossa nova”, também em comemoração dos 160 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Turquia.

58. No corrente ano assinalo até aqui o concerto na embaixada em comemoração do Dia Internacional da Mulher que homenageou Chiquinha Gonzaga; minha participação no Dia Mundial da Poesia realizado na Universidade Bilkent; o concerto de Yamandu Costa no Festival Internacional de Música de Ancara, com apoio da embaixada; o “Festival de cinema de Mardin”, em que o Brasil foi o país convidado de honra; o Festival de Gastronomia de Afyon, com participação de chefe brasileiro; o festival comemorativo do “Dia da Língua Portuguesa”, em que a embaixada sediou duas das três exibições; e o batizado de capoeira deste ano do grupo Axé Capoeira, na Universidade Hacettepe.

VISITAS

59. Por várias razões (eleições, turbulências políticas, questões de agenda) foi reduzido o número de visitas de alto nível entre os dois países. Visitas programadas do Presidente Erdogan e do seu Ministro das Relações Exteriores Çavuşoğlu ao Brasil, em datas diferentes, foram adiadas pouco antes de suas realizações. O então Ministro da Agricultura Blairo Maggi esteve em Istambul em maio de 2018 e se encontrou com seu então homólogo turco. Em 7 de setembro do mesmo ano houve encontro entre o então Secretário Executivo do Ministério da Agricultura do Brasil e delegação com seu homólogo, Mehmet Hadi Tunç, cuja programada viagem ao nosso país foi adiada.

60. Em 4 de abril de 2018 estive em Ancara e participei de reuniões na embaixada o Senhor Onofre Filho, Diretor da Organização de Cooperativas Brasileiras. Em 19 de abril a embaixada recebeu e ofereceu almoço em homenagem Senhora Maria do Carmo Silveira, Secretária Executiva da CPLP. Em 20 de fevereiro deste ano fiz o mesmo em homenagem ao Senhor Antonio Fernandes Toninho Costa, Secretário Nacional para a Promoção e Defesa dos Direitos dos Idosos.

61. Houve, por outro lado, crescente número de missões de empresas brasileiras, como EMBRAER, BRF etc, com reuniões da embaixada geralmente seguidas de almoço ou jantar de trabalho.

62. A visita de mais alto nível ocorreu em 25 de maio de 2019, quando o Senhor Vice Presidente da República, Antonio Hamilton Martins Mourão, esteve em Ancara em escala técnica de voo procedente da China com destino à Itália. Foi então possível realizar produtiva reunião na sala VIP do aeroporto de Esenboga com a participação minha, do Diretor Geral de Américas e de representante do Cerimonial da Chancelaria turca, bem como do nosso adido de defesa.

CONCLUSÃO

63. Brasil e Turquia tiveram momentos de intensa colaboração, sobretudo a partir de 2010, quando foi estabelecida nossa “parceria estratégica”, e numerosos programas bilaterais foram desencadeados. Problemas nos dois países desde 2013 nos obrigaram a dar mais atenção a outras prioridades. Após eleições e vários eventos mencionados neste relatório, e toda a reconstrução de contatos que foi necessária após os expurgos pós tentativa de golpe de julho de 2016, que substituíram boa parte dos interlocutores turcos da embaixada e do governo brasileiro, observam-se sinais positivos de reaproximação.

64. Os números do comércio bilateral (amplamente superavitário ao Brasil) e dos investimentos bilaterais, dos turistas e das missões empresariais estão aumentando. As visitas de delegações militares para participação em feiras de defesa nos dois países também. Muitos contatos estão sendo feitos abrindo possibilidades de cooperação nessa área. Outras são também promissoras.

65. Os livros sobre as relações entre o Brasil e a Turquia publicados pela FUNAG em 2018 (“Do Rio de Janeiro a Istambul”, de Monique Sochaczewski, e “Brazil-Turkey: Two Emerging Powers Intensify Relations”, de Ekrem Güzeldere”) contribuem para o aumento do conhecimento e do interesse nas relações Brasil-Turquia. Os eventos de celebração dos 160 anos de relacionamento diplomático, no ano passado, foram também importantes nesse sentido.

66. Creio, ao analisar a Turquia lembrar que em muitos aspectos, inclusive quanto à proporção do espaço geográfico, se trata de um país mais asiático do que europeu. Os conceitos de democracia e outros valores e princípios em países como China, Rússia e Turquia parecem estar mais próximos entre si do que daqueles que vigoram em países ocidentais de democracia clássica. Brasil e Turquia têm vizinhanças muito diferentes, que requerem diferentes formas de agir. É preciso ter presente essas e outras peculiaridades de nossos países para adequadamente ajustarmos nossas percepções e melhor conduzirmos nosso relacionamento, que continua excelente e de enorme potencial.

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 60, de 2019 (Mensagem nº 159/2019, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.*



SF/19536.44291-54

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS é filho de Claudio Marinho Lins e Lucilia Raja Gabaglia Lins, e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 18 de maio de 1960.

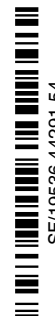
Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1983, e concluiu o Mestrado em Literatura na Universidade de Brasília, em 1991. Em 1994 concluiu o *Diplome D'Études Approfondies*, Literatura, Universidade de Paris IV, Sorbonne, Paris/França.

Depois de concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr), em 1985, foi aprovado também no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1994 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2007, do mesmo Instituto, quando apresentou a tese “Experiências de Coordenação. O Sistema Italiano de Apoio às Exportações: Comparação com o Brasil”.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1986. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1991 e a Primeiro-Secretário em 1999; a Conselheiro em 2004, a Ministro de Segunda Classe em 2008 e a Ministro de Primeira Classe, em 2017. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Assistente na Divisão da América Meridional II (1986-89) e na Divisão de Cooperação Intelectual (1990-92), Assessor no Departamento Cultural (1989-90) e na Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1998-2001). Foi Chefe da Divisão da Europa I (2008-10) e Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos II (2010-15).

No Exterior, exerceu, entre outras, as funções de Segundo-Secretário na Delegação do Brasil junto à UNESCO, Paris (1992-95) e na Embaixada em Assunção (1995-98); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Roma (2002-05); Conselheiro e Ministro-Conselheiro, comissionado, na Embaixada em Túnis (2005-08). Foi ainda Encarregado de Negócios na Embaixada em Tegucigalpa (2012) e na Embaixada em Roseau, Dominica (2013-14). Foi Embaixador em Islamabad (2015) e em



Dushanbe, Tadjiquistão, e Cabul, não-residente (2016 e 2018, respectivamente).

O diplomata em apreço fez jus aos seguintes prêmios e condecorações: Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, do Instituto Rio Branco, primeiro lugar (1986); Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil (1999); *Légion d'Honneur*, França, Oficial (2000); Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil (2010), entre outras.

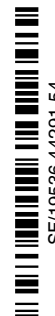
Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Comunidade das Bahamas, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão.

Com um território de 13.880 km² formado por uma cadeia de ilhas e uma população de cerca de 332.634 mil habitantes, as Bahamas tem como língua oficial o inglês e como sistema de governo a monarquia constitucional parlamentarista, sendo a Chefe de Estado a Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral, Marguerite Pindling. Seu PIB (Produto Interno Bruto) é de US\$ 9,172 bilhões e o PIB per capita é de US\$ 23,457, ambos em dados de 2017. O índice de alfabetização nas Bahamas é de 99,7% e o de desemprego está em 10,1%.

No que diz respeito às relações bilaterais com o Brasil, estas tiveram início em 1978 e em 2005 o Brasil abriu embaixada residente em Nassau. Já a disposição bahamense de abrir embaixada residente em Brasília não se concretizou até o momento.

Em 2015 as Bahamas foram o segundo principal destino de investimentos brasileiros no exterior - atrás apenas das Ilhas Cayman - com montante total de US\$ 2,78 bilhões (13,4% do total de investimentos brasileiros no exterior).

As exportações brasileiras para as Bahamas totalizaram US\$ 260 milhões em 2017 e sofreram recuo de mais de 50% em 2018, quando alcançaram US\$ 119,2 milhões. A pauta de exportações é composta de produtos básicos, com destaque para óleos brutos de petróleo. As



importações de produtos provenientes das Bahamas, por sua vez, constam como praticamente nulas na série histórica desde 2012.

Segundo informa o Itamaraty, o turismo apresenta boas perspectivas para o adensamento das relações bilaterais, com cerca de 8.000 turistas brasileiros visitando o país anualmente.

O documento informativo encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty dá conta da existência de Acordo sobre Serviços Aéreos, assinado entre o Brasil e as Bahamas, em Nassau em 2016. Aprovado na Câmara dos Deputados em 27/2/2019, o Projeto de Decreto Legislativo correspondente encontra-se nesta Comissão, onde aguarda parecer do relator.

O governo das Bahamas concordou em assinar Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com o Brasil. Tal acordo permitirá ao fisco brasileiro intensificar o combate à lavagem de dinheiro e a operações fraudulentas, por meio da utilização do sistema financeiro bahamense. Estão em exame, no governo brasileiro, medidas que viabilizarão a assinatura do referido instrumento.

A comunidade estimada de brasileiros nas Bahamas é de 90 pessoas. Tem havido apreensão ocasional de grupos de brasileiros que se dirigem ilegalmente aos Estados Unidos. Nesse contexto, segue sem explicação o desaparecimento, em novembro de 2016, de grupo de 12 brasileiros que fariam travessia de barco como imigrantes ilegais. O grupo teria embarcado clandestinamente rumo aos EUA na madrugada de 6/11/2016. A chancelaria local acredita na possibilidade de naufrágio, em vista da reincidência de casos que ocorrem nas águas profundas e turbulentas da região, principalmente em época de ventos fortes como os registrados na ocasião.

Entre os principais setores da economia das Bahamas figuram o turismo (60% do PIB), serviços financeiros (36% do PIB) e agricultura (2%) do PIB.

A passagem dos furacões Matthew, em outubro de 2016, e muito recentemente, do Dorian, pelas Bahamas, provocou severa destruição



SF/19536.44291-54

em diversas ilhas do arquipélago, sendo que a devastação resultante do Dorian resultou em 50 mortes.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19536.44291-54



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 60, DE 2019

(nº 159/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 159

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

Os méritos do Senhor Claudio Raja Gabaglia Lins que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de abril de 2019.

EM nº 00085/2019 MRE

Brasília, 9 de Abril de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.002148/2019-97

OFÍCIO Nº 104/2019/CC/PR

Brasília, 30 de abril de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002148/2019-97

nº 0000000

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala 426 - Telefone: 61-3411-1121

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS

CPF.: 709.001.597-15

ID.: 42412296 IFP - RJ

1960 Filho de Claudio Marinho Lins e Lucilia Raja Gabaglia Lins, nasce em 18 de maio, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1983	Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes/RJ
1985	CPCD - IRBR
1991	Mestrado em Literatura, Universidade de Brasília/DF
1994	Diplome D'Études Approfondies, Literatura, Université de Paris IV - Sorbonne, Paris/FR
1994	CAD – IRBR
2007	CAE - IRBR, Experiências de Coordenação. O Sistema Italiano de Apoio às Exportações: Comparação com o Brasil

Cargos:

1986	Terceiro-secretário
1991	Segundo-secretário
1999	Primeiro-secretário, por merecimento
2004	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de segunda classe, por merecimento
2017	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1986-89	Divisão de América Meridional II, Assistente
1989-90	Departamento Cultural, Assessor
1990-92	Divisão de Cooperação Intelectual, Assistente
1992-95	Delegação junto à UNESCO, Paris, Segundo-Secretário
1995-98	Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário

1998-2001	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Assessor
2002-05	Embaixada em Roma, Primeiro Secretário e Conselheiro
2005-08	Embaixada em Túnis, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado
2008-10	Divisão da Europa I, Chefe
2010-15	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos - II, Chefe do Gabinete
2012	Embaixada em Tegucigalpa, Encarregado de Negócios em missão transitória até 15/12/2012
2013-14	Embaixada em Roseau, Encarregado de Negócios em Missão Transitória até 20 de janeiro de 2014
2015	Embaixada em Islamabad, embaixador
2016	Embaixada em Dushanbe, embaixador, não-residente
2018	Embaixada em Cabul, embaixador, não-residente

Condecorações:

1986	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, primeiro lugar
1999	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
2000	Légion d'Honneur, França, Oficial
2009	Ordine della Stella della Solidarietà Italiana, Itália, Cavaleiro.
2009	Légion d'Honneur, França, Oficial.
2010	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COMUNIDADE DAS BAHAMAS



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MARÇO DE 2019**

NOME OFICIAL	Comunidade das Bahamas
GENTÍLICO	bahamense
CAPITAL	Nassau
ÁREA	13.880 km²
POPULAÇÃO	332.634 mil
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes 69,9%; Católicos 12%; Cristãos 13%; outros 0,6%; nenhuma 1,9%; não especificado 2,6%.
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento Bicameral
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral Marguerite Pindling

DADOS BÁSICOS SOBRE AS BAHAMAS

CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Hubert Minnis
CHANCELER	Darren Allan Henfield
PIB (2017)	US\$ 9,172 bilhões (Brasil: US\$ 2,141 trilhões)
PIB PPP (2017)	US\$ 9,374 bilhões (Brasil: US\$ 3,217 trilhões)
PIB per capita (2017)	US\$ 23.457 (Brasil: US\$ 10.309)
PIB PPP per capita (2017)	US\$ 25.173 (Brasil: US\$ 15.646)
VARIAÇÃO DO PIB	1,8% (2017); - 0,3% (2016); - 1,7% (2015);
IDH	0.790 / 55º lugar (Brasil: 0,754 / 79º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA	75,4 anos (Brasil: 74,5)
ALFABETIZAÇÃO	99,7 % (Brasil: 91,3%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	10,1%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar bahamense

INTERCÂMBIO BILATERAL EM US\$ BILHÕES – fonte: Ministério da Economia

Brasil → Bahamas	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Intercâmbio	0,06	0,08	0,13	0,12	0,21	0,01	0,06	0,06	0,03	0,26	0,121
Exportações	0,03	0,07	0,08	0,08	0,21	0,16	0,61	0,59	0,33	0,26	0,119
Importações	0,02	0,0..	0,05	0,04	0,0..	0,0..	0,0..	0,0..	0,0..	0,0..	0,0..
Saldo	0,01	0,07	0,02	0,03	0,21	0,16	0,61	0,59	0,33	0,25	0,11

PERFIL BIOGRÁFICO



Hubert Minnis – Primeiro-Ministro

Nascido em Bain Town, estudou medicina na Universidade das Índias Ocidentais. Foi chefe do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital *Princess Margaret*. Presidiu a Associação Médica e a Corporação de Hotéis das Bahamas. Foi eleito para o Parlamento pela primeira vez em 2007. Ocupou o cargo de ministro da Saúde. É líder do *Free National Movement*, eleito pela província de Killarney para seu atual mandato legislativo.



Marguerite Pinling – Governadora-Geral

Nasceu em South Andros, em 26 de junho de 1932. Mudou-se para Nassau em 1946 e estudou na *Western Senior School*. Foi assistente do fotógrafo Stanley Toogood. Foi esposa de Sir Lynden Pindling, falecido primeiro-ministro das Bahamas entre 1969-1992.

POLÍTICA INTERNA

Organização interna do país

A Comunidade das Bahamas possui pouco mais de 330 mil habitantes. Seu território é formado por uma cadeia de ilhas, 30 das quais habitáveis. A capital, Nassau, na ilha de New Providence, concentra aproximadamente 220 mil habitantes.

As Bahamas possuem modelo de democracia parlamentar sob uma monarquia constitucional. A rainha Elizabeth II é a chefe de estado. A rainha é representada por um governador-geral, cargo atualmente exercido pela senhora Marguerite Pindling. Após as eleições legislativas, o governador-geral nomeia como primeiro-ministro o líder do partido ou da coalizão majoritária.

O poder legislativo é bicameral. O Senado é composto por 16 membros, sendo 9 nomes indicados pelo primeiro-ministro, 4 pelo líder da oposição e os 3 restantes por decisão conjunta. A Câmara dos Deputados é composta por 39 deputados eleitos diretamente, para mandatos de 5 anos.

Os três principais partidos políticos das Bahamas são o "*Free National Movement*" (FNM), o "*Progressive Liberal Party*" (PLP) e a "*Democratic National Alliance*" (DNA).

Eleições gerais de 2017

O FNM teve expressiva vitória nas eleições de 2017. O novo primeiro-ministro Hubert Minnis tomou posse, substituindo o PM Perry Christie, do PLP.

Das 39 vagas disponíveis na Câmara dos Deputados, o FNM conquistou 35, contando com 57% dos votos. O PLP conquistou apenas 4 vagas, mesmo tendo alcançado 37% dos votos.

As eleições gerais de 2017 levaram a substantiva renovação do parlamento bahamense, com o FNM ganhando 26 novos assentos e o PLP perdendo 25 assentos.

2012 a 2017: governo do PLP

Nas eleições gerais imediatamente anteriores, realizadas em maio de 2012, o PLP havia saído vitorioso, obtendo ampla maioria das cadeiras do Parlamento.

O FNM, então, adotou postura crítica à administração do PLP. Para o FNM, a maior falha do governo teria sido não avançar na duplicação do investimento em educação e capacitação técnica, instrumentos de combate ao desemprego e à criminalidade.

Entre as promessas concretizadas no mandato do PLP destacam-se o plano de reforma urbana em Nassau; a criação do ministério das Grandes Bahamas; a redução

para 10% do imposto sobre transferência de imóveis; o estabelecimento de um teto para a tributação sobre propriedade; e a realização de referendo sobre a legalização do jogo.

Ocorrido em janeiro de 2013, o referendo sobre estabelecimento de loteria nacional e legalização de *web shops* (casas clandestinas de apostas) constava das promessas de campanha do PLP. Segundo o então primeiro-ministro Perry Christie, que se engajou na campanha "*Vote YES*", a legalização das *web shops* levaria ao aumento da arrecadação de impostos e à redução do desemprego. Ambas as propostas foram rejeitadas pela população, de modo que a legislação, atualmente, segue proibindo o mercado de apostas e jogos de azar.

POLÍTICA EXTERNA

Em linhas gerais, a política externa bahamense confere prioridade ao relacionamento com os Estados Unidos e à integração no âmbito da CARICOM. A ação diplomática bahamense também se pauta pela defesa de princípios democráticos e de seus interesses em matéria de desenvolvimento econômico, em especial no que se refere aos serviços turísticos e financeiros.

Nesse particular, o país é especialmente atento a iniciativas que buscam coibir o funcionamento dos chamados “paraísos fiscais” – questão que cresceu em importância no final da década passada, à luz da conjuntura de queda das receitas turísticas e das remessas de emigrantes ocasionadas pela crise econômica internacional.

Outra prioridade reside na busca de apoio para neutralizar a utilização do país como alvo e ponto de passagem de migrantes, de tráfico de drogas e de lavagem de ativos de origem ilegal.

A alternância tradicional entre os dois principais partidos (PLP e FNM) não tem resultado em mudanças de orientação na política externa bahamense, que mantém perfil discreto.

As cinco embaixadas residentes em Nassau são: Estados Unidos; República Popular da China; Cuba; Haiti; e Brasil. Por sua vez, as Bahamas têm missão no Canadá; na República Popular da China; em Cuba; no Haiti e no Reino Unido. As missões junto a organismos multilaterais encontram-se em Genebra, Nova York e Washington.

Estados Unidos

Os Estados Unidos são o principal parceiro político e econômico de Bahamas, bem como origem de 80% do fluxo de turismo, colaborando diretamente para reprimir a imigração ilegal e o trânsito de drogas.

O país conta com o auxílio dos Estados Unidos para preservar sua posição de “jurisdição *off-shore*”, bem como em matéria de ajuda emergencial na ocorrência de catástrofes naturais.

República Popular da China

As Bahamas também têm intensificado seu relacionamento com a República Popular da China, uma das principais fontes de financiamentos no setor de turismo.

O resort “*Baha Mar*”, orçado em US\$ 3,4 bilhões, conta com financiamento do *Eximbank* da China, e sua construção está a cargo de estatal chinesa.

Por ocasião da visita do vice-ministro de Negócios Estrangeiros da RPC, em dezembro de 2013, foi assinado acordo de isenção de vistos de turistas. Durante a visita, foi lembrada a doação do estádio esportivo pela RPC e a construção de novo sistema viário de acesso ao aeroporto local, financiado também pelo *Eximbank* chinês.

Destacam-se ainda, no relacionamento bilateral, as políticas de cooperação técnica, oferta de bolsas de estudos, concessão de empréstimos e investimentos.

Haiti

O então presidente do Haiti, Michel Martelly, realizou, em 2014, visita às Bahamas. A tônica da visita foi a questão da imigração haitiana. Estima-se que entre 10 mil e 20 mil haitianos indocumentados vivam nas Bahamas.

Na ocasião, Martelly sugeriu que parte dos recursos (US\$ 200 milhões/ano) para prevenção a desembarques clandestinos fosse aplicado em investimentos na região norte do Haiti, ajudando o país a combater as causas da emigração.

Ajuda e financiamento internacionais

No plano multilateral, as Bahamas, assim como os demais países da região caribenha, condenam o uso da renda *per capita* como critério para definição do grau de acesso a ajuda e financiamento internacionais, bem como para determinação da capacidade de pagamento dos estados.

Em geral, apesar de apresentarem renda per capita elevada, os países do Caribe apresentam também elevado endividamento em relação ao PIB, em consequência do porte reduzido de suas economias e da grande vulnerabilidade a desastres naturais, crises econômicas e flutuação de preços dos alimentos e combustíveis no mercado internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Comunidade das Bahamas estabeleceram relações diplomáticas em 1978 (Decreto 82.210, de 04.09.1978). Em 2005, o Brasil abriu embaixada residente em Nassau. Até então, a representação diplomática era cumulativa com a embaixada em Kingston.

As relações entre Brasil e Bahamas se caracterizam por diálogo cordial, nos planos bilateral e multilateral, e pela aproximação em matéria de comércio e investimentos.

A abertura de embaixada residente em Nassau e a intensificação das relações com os países da CARICOM trouxeram perspectivas novas para o relacionamento bilateral, em áreas como diálogo político e cooperação técnica, educacional e cultural.

A disposição bahamense de abrir embaixada residente em Brasília não se concretizou até o momento.

O mais recente encontro de altas autoridades dos dois países ocorreu em junho de 2017, à margem do XLVII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, quando o chanceler de Bahamas, Darren Henfield, reuniu-se com o então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Marcos Galvão. O chanceler Henfield mencionou na ocasião, entre outros temas, o interesse de Bahamas em receber cooperação na área agropecuária.

Relações econômico-comerciais

Em 2015, as Bahamas foram o segundo principal destino de investimentos brasileiros no exterior – atrás apenas das Ilhas Cayman –, com montante total de US\$ 2,78 bilhões (13,4% do total de investimentos brasileiros no exterior).

As exportações para as Bahamas totalizaram US\$ 260 milhões em 2017 e sofreram recuo de mais de 50% em 2018, quando alcançaram US\$ 119,2 milhões. A pauta de exportações é composta por produtos básicos, com destaque para óleos brutos de petróleo.

As importações de produtos provenientes das Bahamas, por sua vez, constam como praticamente nulas na série histórica desde 2012.

O turismo apresenta boas perspectivas para o adensamento das relações bilaterais. O número de visitantes brasileiros ao país encontra-se na casa de 8.000 por ano. As ligações da empresa aérea panamenha COPA entre as principais cidades brasileiras e Nassau, via Panamá, sem a necessidade de voos via Estados Unidos, constituem a principal causa do crescimento de turistas brasileiros às Bahamas.

Em 7/12/2016, durante o 9º Evento de Negociação de Serviços Aéreos da OACI (ICAN 2016) em Nassau, foi assinado o Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Bahamas. Aprovado na Câmara dos Deputados (27/2/2019), o projeto de Decreto Legislativo correspondente encontra-se na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, onde aguarda parecer do relator.

Visitas e encontros bilaterais

Em matéria de visitas oficiais bahamenses ao Brasil, registra-se a participação do então primeiro-ministro das Bahamas, Hubert Ingraham, na I Reunião da Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Costa do Sauípe, 2008). Em abril de 2010, o então vice-primeiro-ministro, Brent Symonette, participou da I Cúpula Brasil-CARICOM. Posteriormente, em junho de 2012, o então chanceler Frederick Mitchell chefiou a delegação à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Em setembro de 2013, o ministro dos Serviços Financeiros das Bahamas, Ryan Pinder, acompanhado por delegação de empresários bahamenses, realizou visita ao Brasil e manteve reunião com o então ministro das Relações Exteriores, embaixador Luiz Alberto Figueiredo. Em junho de 2014, o então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Eduardo dos Santos, manteve encontro com o então ministro de Assuntos Estrangeiros e Imigração da Comunidade das Bahamas, Frederick Mitchell, à margem da XLIV Assembleia Geral da OEA.

Como já mencionado, o último encontro de altas autoridades dos dois países deu-se à margem do XLVII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, em junho de 2017, entre o chanceler de Bahamas, Darren Henfield, e o secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Marcos Galvão.

Acordos bilaterais

Por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM (Brasília, abril de 2010), Brasil e Bahamas firmaram Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

O governo das Bahamas concordou em assinar Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com o Brasil. Tal acordo permitirá ao fisco brasileiro intensificar o combate à lavagem de dinheiro e a operações fraudulentas, por meio da utilização do sistema financeiro bahamense. Estão em exame, no governo brasileiro, medidas que viabilizarão a assinatura do referido instrumento.

Em 17.02.2014, o Brasil apresentou proposta de Acordo de Cooperação Técnica. Até o presente não houve manifestação pelo lado bahamense.

Como já referido, em 7/12/2016, em Nassau, foi assinado o Acordo sobre Serviços Aéreos (ASA) - entre Brasil e Bahamas, que se encontra sob exame no Congresso Nacional.

Comunidade brasileira e assuntos consulares

A comunidade estimada de brasileiros nas Bahamas é de 90 pessoas, e o Brasil não conta com consulados honorários no país.

Tem ocorrido apreensão ocasional de grupos de brasileiros que se dirigem ilegalmente aos Estados Unidos. Nos últimos anos, autoridades bahamenses passaram a adotar postura rigorosa, inclusive mediante nova política de imigração. A nova legislação, em vigor desde novembro de 2014, visa a combater a utilização do país como trampolim para ingresso nos Estados Unidos e, também, a entrada ilegal de estrangeiros que procuram radicar-se nas Bahamas em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Segue sem explicação definitiva o desaparecimento, em novembro de 2016, de grupo de 12 brasileiros, 4 dominicanos e 2 pilotos cubanos, que faziam travessia de barco como imigrantes ilegais. O grupo teria embarcado clandestinamente rumo aos EUA na madrugada de 6/11/2016. A chancelaria local acredita na possibilidade de naufrágio, em vista da reincidência de casos que ocorrem nas águas profundas e turbulentas da região, principalmente em época de ventos fortes, como os registrados na ocasião.

Apesar da falta de informações sobre os nacionais desaparecidos, prossegue a cooperação entre as guardas costeiras bahamense e americana e o acompanhamento da questão pela embaixada do Brasil em Nassau.

Em 18/10/2017, o consulado-geral do Brasil em Miami realizou teleconferência com os parlamentares membros da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que investiga o desaparecimento dos doze brasileiros nas Bahamas e o "*Immigration and Customs Enforcement*". A ocorrência de naufrágio se manteve como hipótese mais provável para o desaparecimento.

ECONOMIA

O país é um dos mais ricos de todo o Caribe, apresentando economia bastante dependente do turismo e de serviços bancários “*offshore*”. Segundo o FMI, o PIB per capita encontra-se em viés decrescente, em virtude de fatores relacionados à geografia insular e a deficiências do setor produtivo.

Principais setores da economia

O turismo, em conjunto com a construção e a produção relacionadas ao setor, responde por aproximadamente 60% do PIB e emprega, direta ou indiretamente, metade da força de trabalho do arquipélago. Nos próximos anos, o setor turístico deverá continuar a desempenhar papel preponderante na economia local, tanto na geração de empregos como na atração de capital e investimentos. Embora o governo procure atrair visitantes de outras regiões, os Estados Unidos devem manter-se como principal fonte de turistas, em razão, sobretudo, da proximidade geográfica.

Os serviços financeiros constituem o segundo setor mais importante da economia e, quando combinados com os serviços prestados às empresas, representam aproximadamente 36% do PIB. No entanto, o setor financeiro atualmente apresenta dimensão inferior àquela observada no passado, devido à adoção de regulamentação financeira mais rigorosa em 2000, que resultou na saída de diversas empresas internacionais.

A agricultura representa 2% do PIB. O setor é composto por pequenos agricultores, em comunidades isoladas dos principais mercados. Os custos logísticos e de estocagem são elevados e dificultam a produção. Outros desafios importantes são: elevação dos níveis dos oceanos, maior frequência de tempestades tropicais e isolamento geográfico das propriedades rurais.

Furacão Matthew

A passagem do furacão Matthew pelas Bahamas, em outubro de 2016, embora sem vítimas fatais, provocou severa destruição em diversas ilhas, com danos totais estimados em mais de US\$ 1 bilhão. A calamidade contribuiu para ampliar o déficit em conta corrente, estimado em 17,6% do PIB naquele ano. Espera-se que as remessas de emigrantes bahamenses, contudo, sigam trajetória de crescimento em 2018, por conta da recuperação dos níveis de emprego nos Estados Unidos (principal país de origem de tais remessas).

Classificação de risco

Em agosto de 2016, a Moody's fez rebaixamento do risco soberano de Bahamas (de Baa2 para Baa3), por conta da trajetória crescente da dívida pública e da perspectiva de crescimento econômico inferior à de países da mesma categoria. Em fevereiro de 2017, a mesma agência optou por manter a classificação então vigente.

Em dezembro de 2016, a agência Standard & Poor's rebaixou a classificação de risco de crédito das Bahamas em função do baixo crescimento da economia.

Acesso das Bahamas à OMC

O processo de acesso das Bahamas à OMC teve início em 2001, com o depósito do pedido formal de entrada na organização. Somente em 2009, contudo, o país apresentou seu Memorando sobre Regime de Comércio Exterior. Desde então, foi constituído um grupo de trabalho encarregado de negociar todo o processo de adesão.

O secretariado da OMC realizou missão às Bahamas em março de 2018 para revitalizar esse processo, que estava congelado. A oferta revisada de bens das Bahamas apresentou expressiva redução tarifária nos produtos solicitados pelo Brasil.

Nesse sentido, houve redução em todas as linhas tarifárias de interesse, com exceção de 8. As maiores reduções (40 pontos percentuais) foram verificadas em preparações de carnes de origem animal; extratos, essências e concentrados de café; e álcool etílico. Também houve redução (35 pontos percentuais) para algodão, pimenta e derivados de soja. Das 8 linhas que não apresentaram melhora, 7 referem-se a carne de frango, com retrocesso significativo na oferta das Bahamas.

Com referência à oferta de serviços, houve melhora no setor bancário e financeiro. Foram consolidados compromissos de acesso a mercados e tratamento nacional em praticamente todos os subsetores. Além disso, registra-se que esses compromissos preveem prestação no modo 3 (presença comercial), principal demanda brasileira no setor.

A 3ª reunião do grupo de trabalho, reativado, ocorreu em 21/09/2018. Foi apresentada a intenção de concluir o processo de acesso das Bahamas até o final de 2019. Com relação à oferta revisada de bens, foi sublinhado que o princípio geral foi de redução das tarifas para 15%. Nos casos das LTs em que existem sensibilidades para indústrias locais, as tarifas foram mantidas em níveis mais elevados. Especificamente no caso da carne de aves, a elevação da tarifa para até 90% deveu-se à "tarificação" das restrições quantitativas existentes para o produto. O lado brasileiro tem demonstrado alto grau de flexibilidade no processo negociador.

A delegação bahamense também destacou vantagens para instalação de empresas brasileiras no país, principalmente na Zona Franca de Freeport. Afirmou

que, por estarem localizadas a poucos quilômetros dos EUA, as indústrias ali instaladas contariam com grande facilidade para exportar ao mercado norte-americano.

DADOS COMERCIAIS

Ministério das Relações Exteriores - MRE

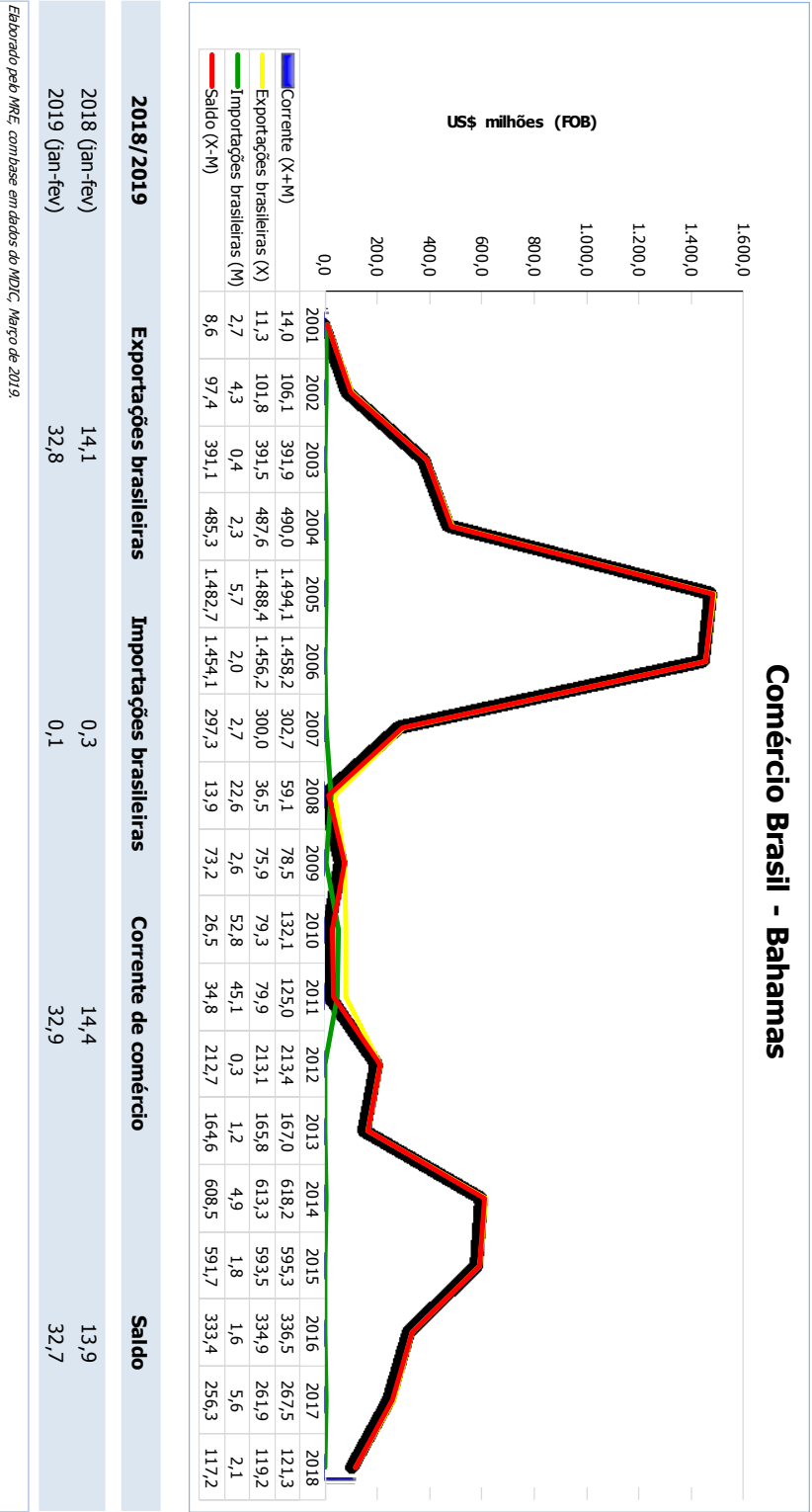
BAHAMAS

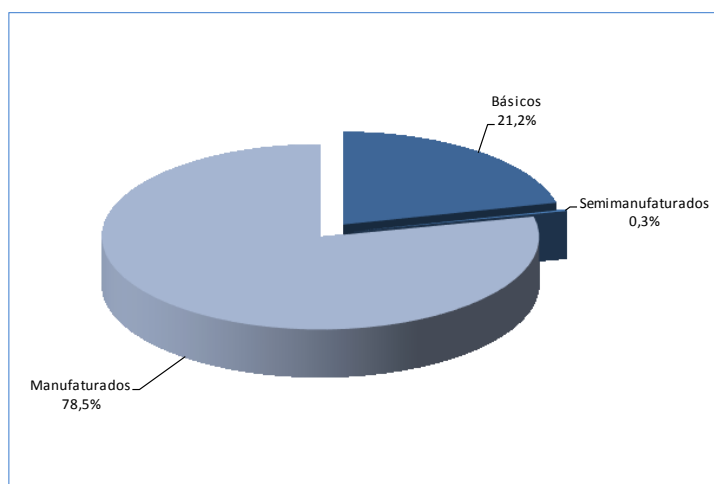
Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo

Investimentos bilaterais



Março 2019



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018****Exportações****Importações**

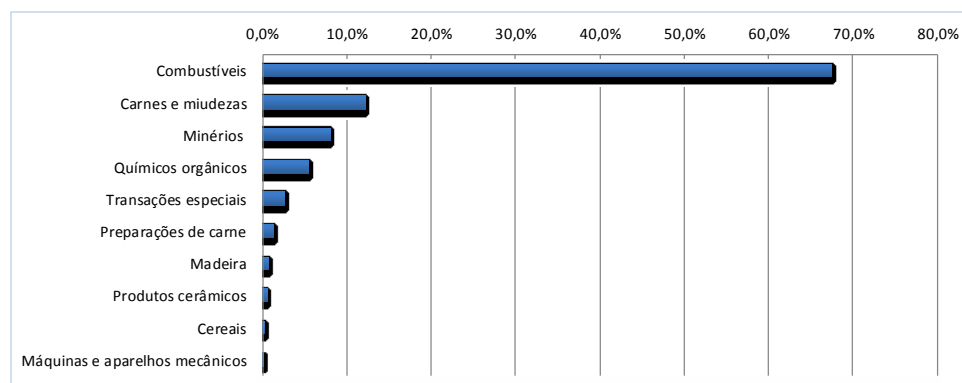
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

Composição das exportações brasileiras para Bahamas
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	290,8	86,8%	194,6	74,3%	80,4	67,4%
Carnes e miudezas	16,1	4,8%	16,0	6,1%	14,5	12,2%
Minérios	0,0	0,0%	0,0	0,0%	9,5	8,0%
Químicos orgânicos	12,0	3,6%	13,8	5,3%	6,5	5,5%
Transações especiais	6,0	1,8%	6,2	2,4%	3,2	2,7%
Preparações de carne	2,2	0,7%	1,2	0,5%	1,6	1,3%
Madeira	0,1	0,0%	0,1	0,0%	0,8	0,7%
Produtos cerâmicos	0,6	0,2%	0,8	0,3%	0,7	0,6%
Cereais	0,2	0,1%	0,3	0,1%	0,4	0,3%
Máquinas e aparelhos mecânicos	0,5	0,1%	0,3	0,1%	0,2	0,2%
Subtotal	328,5	98,1%	233,5	89,1%	117,9	98,9%
Outros	6,4	1,9%	28,4	10,9%	1,4	1,1%
Total	334,9	100,0%	261,9	100,0%	119,2	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

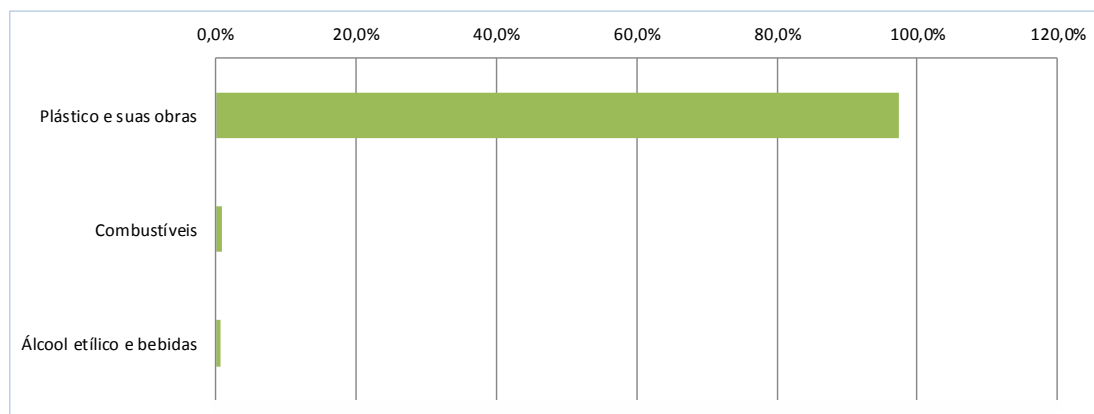


Composição das importações brasileiras originárias de Bahamas
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Plástico e suas obras	2	96,9%	2	35,1%	2	97,4%
Combustíveis	0	0,0%	4	63,1%	0	0,9%
Álcool etílico e bebidas	0	1,5%	0	1,7%	0	0,8%
Subtotal	2	98,3%	6	100,0%	2	99,8%
Outros	0	1,7%	0	0,0%	0	0,2%
Total	2	100,0%	6	100,0%	2	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

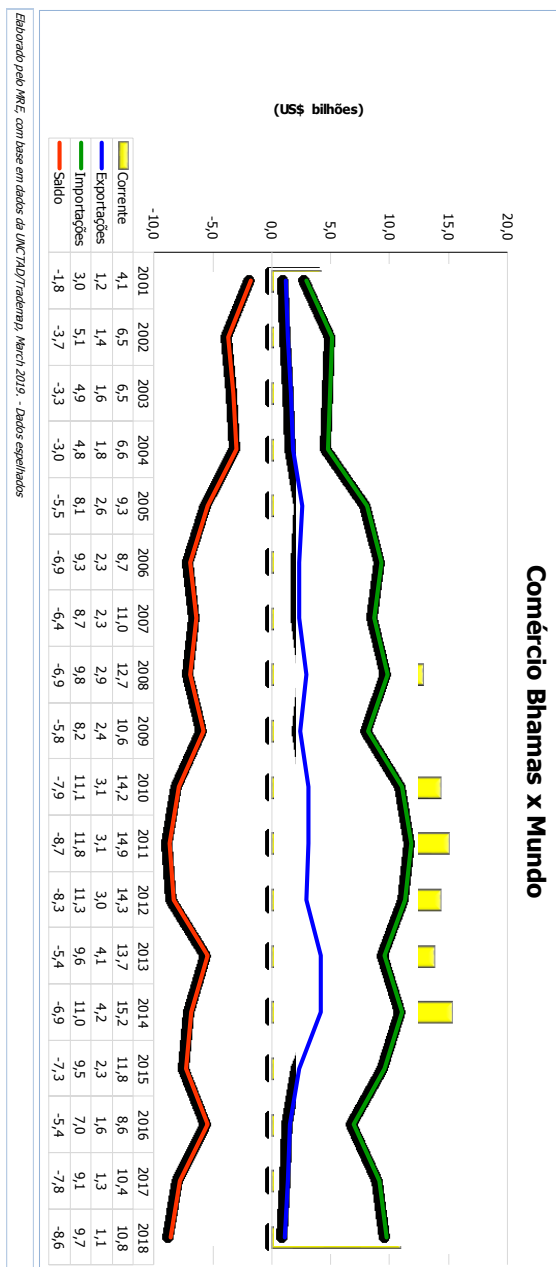
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Combustíveis	9,7	68,3%	25,2	76,7%	Combustíveis 76,7%
Químicos Orgânicos	0,0	0,0%	3,2	9,8%	Químicos Orgânicos 9,8%
Carnes e miudezas	3,2	22,5%	2,4	7,4%	Carnes e miudezas 7,4%
Embarcações	0,0	0,0%	1,0	3,1%	Embarcações 3,1%
Preparações de carnes	0,2	1,3%	0,2	0,6%	Preparações de carnes 0,6%
Madeira	0,0	0,0%	0,0	0,0%	Madeira 0,0%
Cereais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	Cereais 0,0%
Papel e cartão	0,0	0,3%	0,0	0,1%	Papel e cartão 0,1%
Produtos cerâmicos	0,0	0,2%	0,0	0,1%	Produtos cerâmicos 0,1%
Produtos hortícolas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	Produtos hortícolas 0,0%
Subtotal	13,1	92,6%	32,1	97,9%	
Outros	1,0	7,4%	0,7	2,1%	
Total	14,1	100,0%	32,8	100,0%	
Importações					
Plásticos e suas obras	0	97,6%	0	100,0%	Plásticos e suas obras 100,0%
Químicos orgânicos	0	1,6%	0	0,0%	Químicos orgânicos 0,0%
Álcool etílico e bebidas	0	0,4%	0	0,0%	Álcool etílico e bebidas 0,0%
Subtotal	0	99,6%	0	100,0%	
Outros produtos	0	0,4%	0	0,0%	
Total	0	100,0%	0	100,0%	

Elaborado pelo NRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

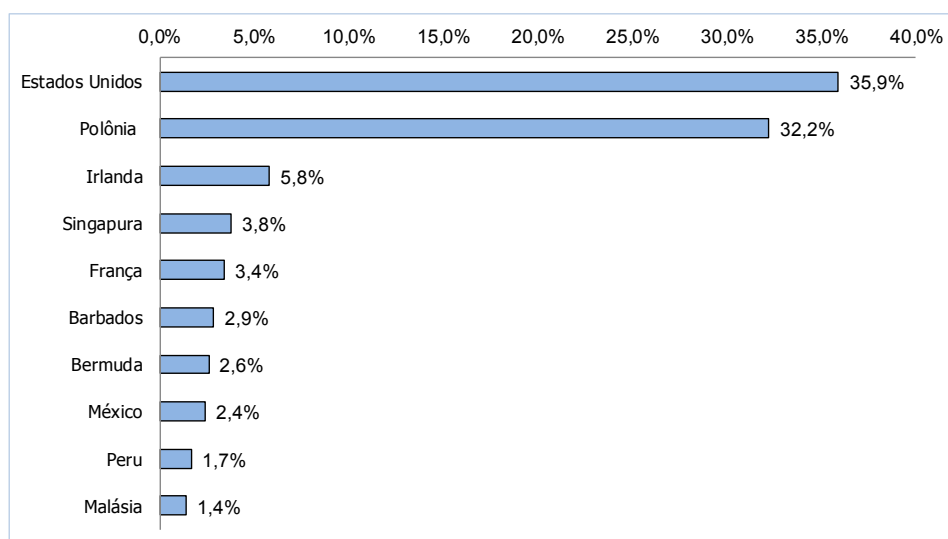


Principais destinos das exportações das Bahamas
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Estados Unidos	0,39	35,9%
Polônia	0,35	32,2%
Irlanda	0,06	5,8%
Singapura	0,04	3,8%
França	0,04	3,4%
Barbados	0,03	2,9%
Bermuda	0,03	2,6%
México	0,03	2,4%
Peru	0,02	1,7%
Malásia	0,02	1,4%
...		
Brasil (22º lugar)	0,00	0,2%
Subtotal	1,00	92,1%
Outros países	0,09	7,9%
Total	1,09	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019. - Dados espelhados

10 principais destinos das exportações

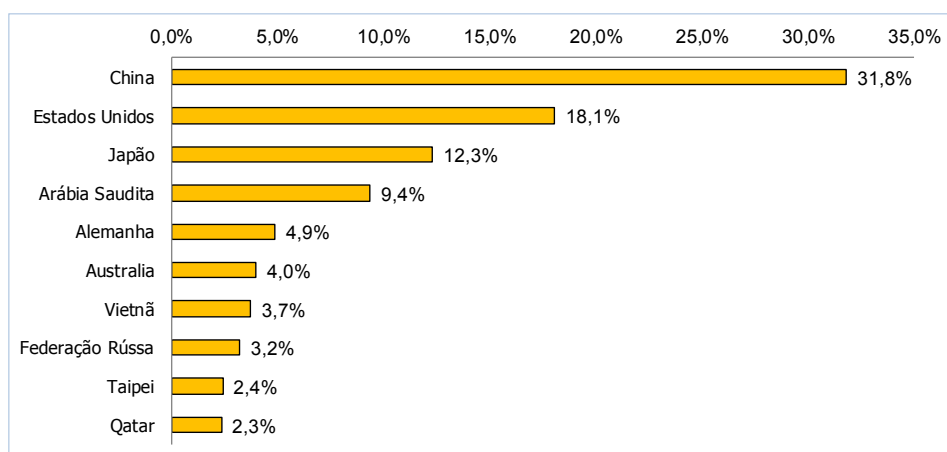


Principais origens das importações das Bahamas
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
China	3,09	31,8%
Estados Unidos	1,76	18,1%
Japão	1,20	12,3%
Arábia Saudita	0,91	9,4%
Alemanha	0,47	4,9%
Austrália	0,39	4,0%
Vietnã	0,36	3,7%
Federação Russa	0,31	3,2%
Taipei	0,23	2,4%
Qatar	0,23	2,3%
...		
Brasil (11º lugar)	0,12	1,2%
Subtotal	9,07	93,3%
Outros países	0,65	6,7%
Total	9,72	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019. - Dados espelhados

10 principais origens das importações



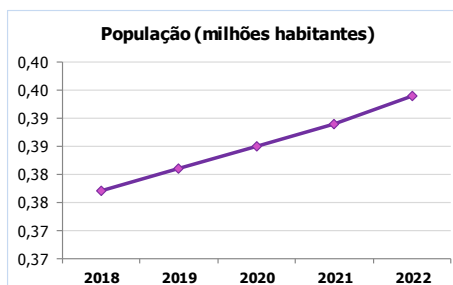
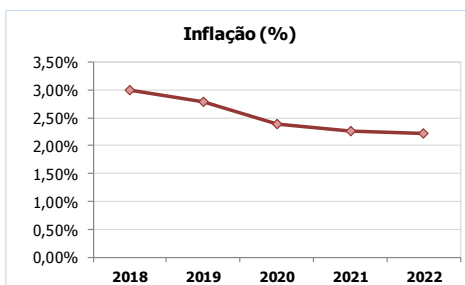
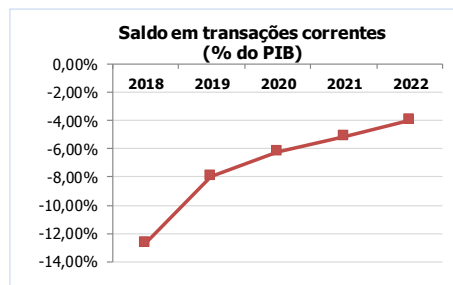
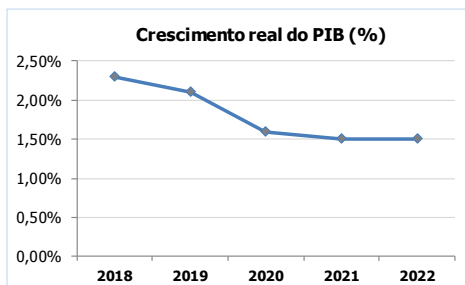
Principais indicadores socioeconômicos Das Bahamas

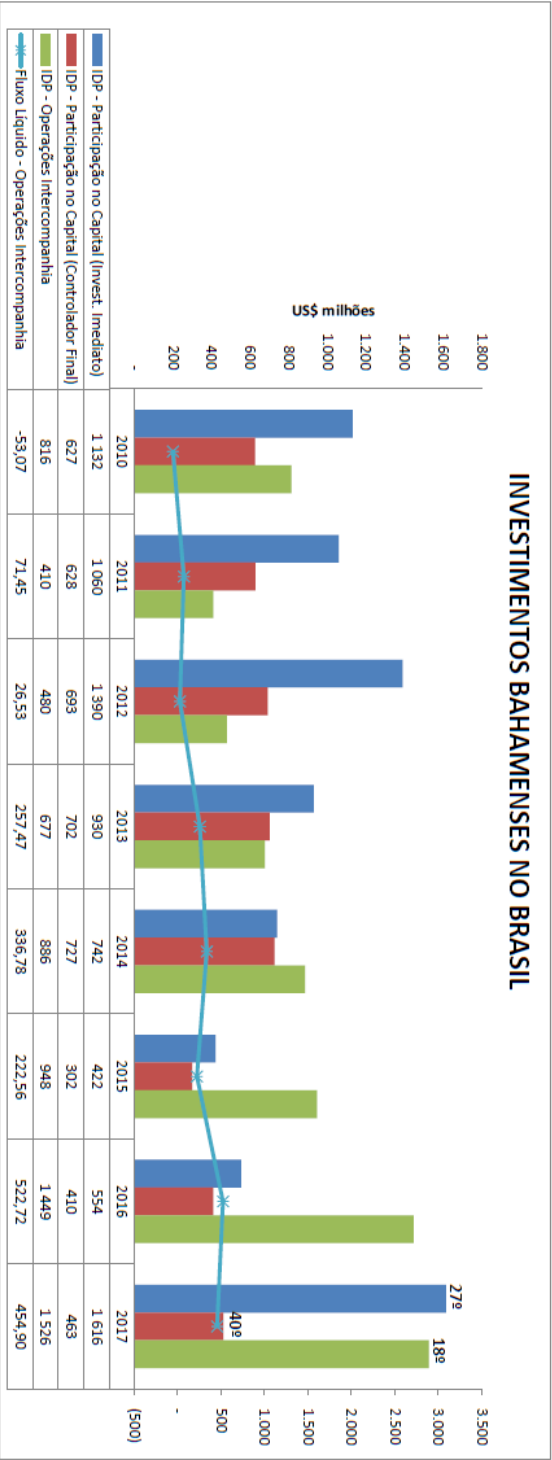
Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	2,30%	2,10%	1,60%	1,50%	1,50%
PIB nominal (US\$ bilhões)	12,93	13,65	14,11	14,53	14,98
PIB nominal "per capita" (US\$)	34.333,0	35.861,4	36.708,6	37.312,9	38.061,6
PIB PPP (US\$ bilhões)	12,62	13,16	13,63	14,09	14,56
PIB PPP "per capita" (US\$)	33.516,4	34.563,3	35.390,6	36.186,1	36.999,1
População (milhões habitantes)	0,38	0,38	0,39	0,39	0,39
Desemprego (%)	9,20%	6,47%	6,36%	6,06%	5,97%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,99%	2,79%	2,39%	2,26%	2,22%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-12,73%	-7,96%	-6,22%	-5,16%	-3,93%
Dívida externa (US\$ bilhões)	–	–	–	–	–
Câmbio (B\$ / US\$) ⁽²⁾	1,00	1,00	1,00	–	–
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	2,3%				
Indústria	7,7%				
Serviços	90,0%				

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

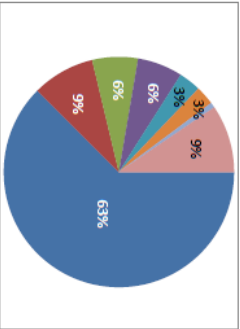
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



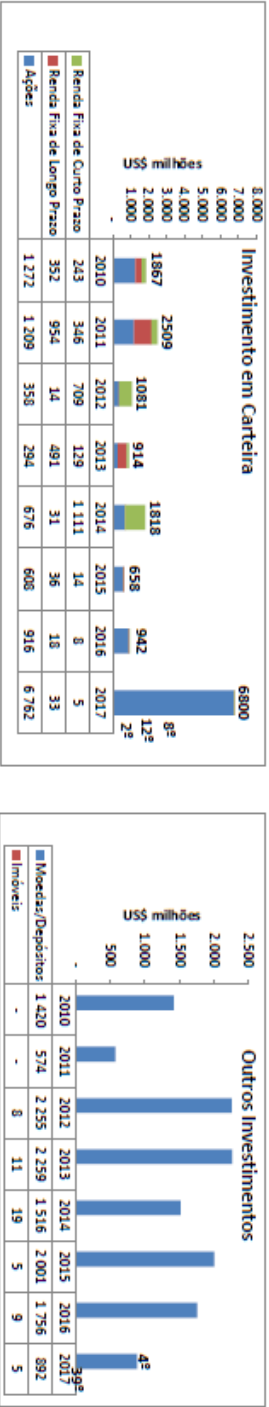
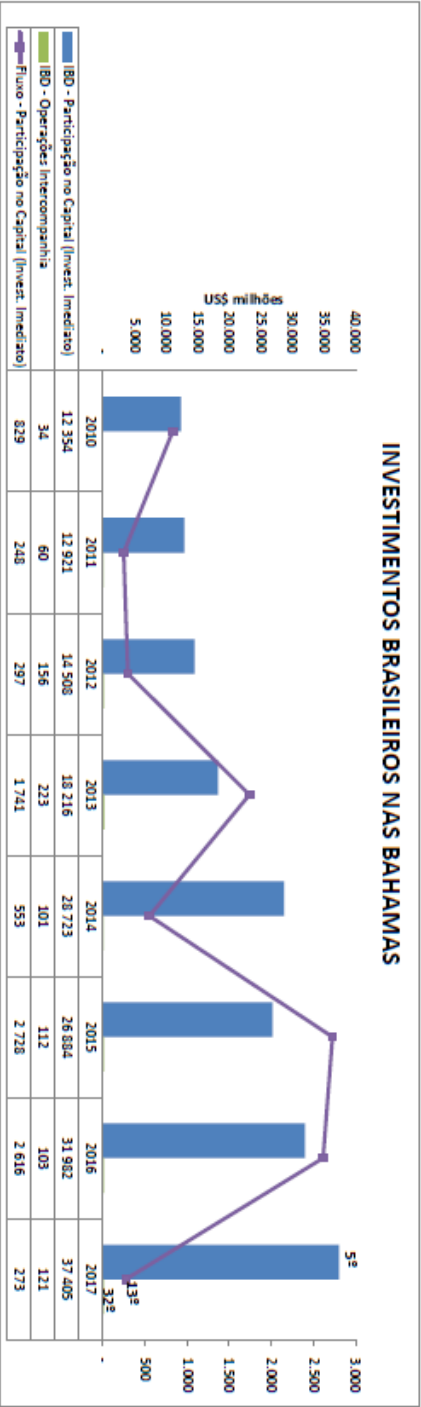


Setor de atividade econômica (estoque 2017 - US\$ milhões)		Invest. Imediato
Indústrias Extrativas		1.010
Atividades Imobiliárias		142
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados		104
Transporte, Armazenagem e Correio		102
Indústrias de Transformação		50
Construção		43
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas		12
Outros		153,27

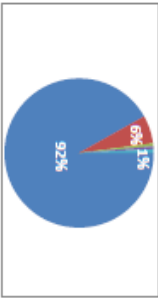


IDP - Quantidade de investidores (>= 10% capital acionário)		
	2010	2015
Investidor Imediato	130	122 (249)
Controlador Final	102	100 (269)

Fontes:
Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2016). Disponível em http://www.bcb.gov.br/rev/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO.
Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SerieHistBalanco.asp?idpai=serieispek>.
Elaboração DINV/MRE



IBO - Setor de atividade econômica (2017 - US\$ milhões)	
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	34 365
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	2 261
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	246
Outras Atividades de Serviços	226
Outros	306,69



IBO - Quantidade de investidores (>= 10% capital acionário)	
2010	2017
299	2410 (4s)

Fontes:
Banco Central do Brasil - CBE - Capitais Brasileiros no Exterior (Anos-Base 2007 a 2017). Disponível em <https://www.bcb.gov.br/rev/cbe/port/ResultadoCBE2017.asp?tipo=CBE>;
Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/tema/infcon/SerieHistoricaBalanço.asp?tipo=servicopar>;
Elaboração DINV/MRE

EMBAIXADA DO BRASIL EM NASSAU**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA**

1. A Comunidade das Bahamas, país do Caribe com 330 mil habitantes, é formado por uma cadeia de ilhas, sendo 30 habitáveis e com 220 mil habitantes em sua capital, Nassau, na ilha de New Providence. Desde seus primórdios convive com limitações e circunstâncias adversas e sempre procurou tenazmente obter o máximo possível no concerto das nações, utilizando-se de brechas do sistema ou de oportunidades advindas de sua localização e atrativos naturais.

2. No século XXI, no entanto, seu PIB per capita vem diminuindo a cada ano (2015-US\$ 32.800; 2016-US\$ 31.500; e 2017- US\$31.200), sinalizando que as fórmulas até aqui utilizadas não mais funcionam ou chegaram à maturidade. Por conseguinte, o atual governo fixou para dezembro de 2019 a ascensão do país a membro pleno da Organização Mundial do Comércio (OMC) e se encontra em negociações com a União Europeia, OCDE e EUA para adequar suas práticas financeiras às exigências hodiernas da comunidade financeira internacional.

3. Cabe mencionar que o PIB per capita bahamense classifica-o como país de desenvolvimento médio, classificação que não leva em conta as expressivas desigualdades sociais existentes, comprovadas por um índice de Gini de 0.57.

4. Na política interna, desde sua independência, em 10 de julho de 1973, as Bahamas praticam a alternância pacífica no poder entre os dois principais partidos, o Partido Liberal Progressista (PLP) e o Movimento Nacional Livre (FNM), tendo esse último retornado ao poder em maio de 2017. Ambos partidos têm uma visão muito similar de política externa, de caráter minimalista, mantendo Missões Diplomáticas apenas nos países onde os interesses são prementes.

5. Desde minha chegada ao Posto, em 30 de novembro de 2013, as cinco embaixadas residentes são:

- Embaixada dos EUA, em razão das históricas relações econômicas;
- Embaixada da China, pela política de cooperação técnica, oferta de bolsas de estudos, concessão de empréstimos e altos investimentos;
- Embaixada de Cuba, por sua proximidade, turismo, "turismo médico" e para se prevenir de eventual fuga em massa de cubanos. As Bahamas praticam sistematicamente o "refoulement" de todo cubano que entra ilegalmente em seu território;
- Embaixada do Haiti, principalmente pelo grande número de haitianos que vivem no país e pelo constante fluxo de chegada, em pequenas embarcações, de imigrantes ilegais; e
- Embaixada do Brasil, pelo interesse do Brasil em adensar o relacionamento bilateral.

6. No presente ano, o Reino Unido está em vias de reabrir sua missão (Alto Comissariado) em Nassau, um de seis novos postos que serão abertos em razão de sua saída da União Europeia.

7. A Comunidade das Bahamas tem Representações Diplomáticas no Canadá, na China, em Cuba, no Haiti e no Reino Unido. Suas Missões junto a organismos multilaterais estão na ONU (Nova York e Genebra) e na Organização dos Estados Americanos – OEA (Washington).

8. O final de 2018 e principalmente os três primeiros meses de 2019 foram de pressão externa sobre o governo das Bahamas, decorrente dos seguintes fatores: (i) ameaça da União Europeia de inserir o país em sua lista de “países não-cooperativos” quanto ao compartilhamento de dados financeiros; (ii) esforço governamental para chegar à adesão plena à OMC; (iii) encaminhamento da questão da imigração ilegal de haitianos; e (iv) a crise na Venezuela, que levou o país a tomar posição ao lado do Grupo de Lima e dos EUA, dividindo os membros da Comunidade do Caribe - CARICOM (tradicional esteio do país e via preferencial para lidar com países não-prioritários) e contrapondo-se a seu atual maior investidor externo, a China.

Relações bilaterais

9. Ao chegar em Nassau, em 30 de novembro de 2013, dediquei-me a impulsionar as negociações de acordos em curso. Tive êxito no Acordo Sobre Serviços Aéreos, assinado em 7 de dezembro de 2016, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro. Encontra-se certa dificuldade no adensamento das relações com o governo local, pois muitos dos temas da cooperação bilateral são, na prática, conduzidos pelo setor privado.

10. A comunidade brasileira é pequena, sendo atendida pelo setor consular sem maiores dificuldades. Recentemente, tem-se observado aumento do número de brasileiros que buscam entrar ilegalmente nos Estados Unidos a partir das Bahamas. O mesmo pode-se dizer dos brasileiros que aqui chegam nos vários navios de cruzeiro que aportam diariamente. Em relação aos brasileiros que aqui vivem, assinalo que sua grande parte é bastante abonada, por aqui ser paraíso fiscal.

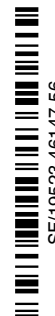
11. Ambições moderadas e a noção de que o relacionamento bilateral provavelmente não dará saltos qualitativos espetaculares, mas que é possível um adensamento cumulativo nas relações, aproveitando-se a boa disposição para com o Brasil já existente.

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 63, de 2019 (Mensagem nº 282, de 2019, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão.*



SF/19523.461-47-56

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor RUBEM ANTONIO CORREABARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado nasceu em 14 de janeiro de 1952, na cidade

do Rio de Janeiro-RJ, é filho de Rubem Duarte Corrêa Barbosa e Hylma Malcher Corrêa Barbosa.

Concluiu a graduação em Ciências Jurídicas pela Faculdade Cândido Mendes-RJ em 1974, mesmo ano em que frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco, também no Instituto conclui o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1982); e o Curso de Altos Estudos (1995), no qual defendeu a tese com o título de “O diferendo sobre a fronteira marítima entre a Colômbia e a Venezuela”.

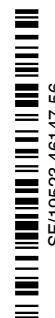
O diplomata indicado tornou-se terceiro-secretário em 1974 e segundo-secretário em 1978. Por merecimento, chegou a primeiro-secretário em 1983 e a conselheiro em 1991. Em 2000, passou a ministro de segunda classe e, em 2008, a ministro de primeira classe.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Primeiro-Secretário em Lisboa (1986-1989); Assessor da Divisão da Europa I (1989-1991); Chefe da Divisão do Oriente Próximo I (1991-1993); Conselheiro na Embaixada em Bogotá (1993-1996); Cônsul-Geral Adjunto em Los Angeles (1996-1999); Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Justiça (2003); Chefe da Divisão da América Meridional II (2003-2005); Assessor Especial do Ministério de Minas e Energia (2005-2010); Embaixador em Camberra (2010) e Embaixador em Jacarta (2016).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à Mensagem Presidencial sumário executivo sobre a República do Cazaquistão, a República Quirguiz e o Turcomenistão.

Independente da antiga União Soviética desde 1991, o Cazaquistão é uma República estável da Ásia Central, em parte devido: (i) à existência de significativas reservas de gás e petróleo que atraem dezenas de bilhões de dólares em investimento direto estrangeiro; e (ii) à maneira pragmática utilizada para adaptar as regras capitalistas no país, mantendo alto nível de coesão social.

Com 2.717.300 km², o Cazaquistão possui o maior território dos cinco países da Ásia Central e a nona superfície territorial do mundo. As



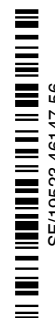
SF/19523.461-47-56

estepes ocupam aproximadamente 61% do território. Está entre os 15 países de menor densidade demográfica, com menos de seis habitantes por km². É o mais desenvolvido da Ásia Central. Com localização estratégica e longas fronteiras com Rússia e China, beneficia-se ainda da estabilidade político-social para consolidar-se como nação líder da região.

O país possui as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstênio e urânio; a segunda maior reserva de prata e de zinco; a terceira reserva de magnésio, além de depósitos significativos de cobre, ouro e minério de ferro. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola. O setor industrial cazaque se concentra na extração e processamento de petróleo, gás e metais. O governo busca implementar um programa de diversificação industrial de modo a reduzir a dependência do país em relação ao petróleo. A política industrial também gera maior intervencionismo estatal nos projetos de desenvolvimento do setor energético.

Por esses aspectos, o Cazaquistão constitui área prioritária da ação política externa brasileira na Ásia Central, situação que tende a se consolidar. Com a abertura da Embaixada residente em Astana, em 2006, multiplicaram-se os contatos dos dois países. O Presidente Nazarbayev visitou o Brasil em 2007, e o Presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou o Cazaquistão em junho de 2009. Em 2018, o Ministro da Justiça, Torquato Jardim, visitou Astana, firmando três instrumentos bilaterais, nomeadamente: Acordo sobre Extradução; Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas; e Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal. No mesmo ano, em visita do chanceler brasileiro Aloysio Nunes, foram identificados os seguintes pontos de interesse comum: cooperação em matéria agropecuária, conclusão de memorando de entendimento sobre turismo, elevação de fluxos de comércio bilateral, maior cooperação em usos pacíficos da energia nuclear, conclusão de acordo de cooperação técnica e aproximação entre APEX-Brasil e Kazakh Invest para promoção de investimentos mútuos.

O intercâmbio econômico apresentou um pico de 190,42 milhões de dólares em 2011, decaindo paulatinamente em seguida até o valor de 58,12 milhões de dólares em 2017, em razão da queda do preço do petróleo e da crise russo-ucraniana, mas recuperando o fôlego em 2018, no patamar de 116,05 milhões de dólares, com déficit de 44,57 milhões para o Brasil.



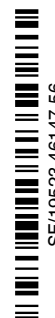
O Brasil exporta para o Cazaquistão, principalmente, aviões (76% do total), açúcar (6,1%), carne suína (5,5%), motores (2,2%) e aparelhos mecânicos (2%); e importa sobretudo enxofre (64% do total), materiais químicos (24%) e ligas de ferro (6,2%).

A República Quirguiz é a segunda menor em área e em população da Ásia Central (199.951 km² e 6,173 milhões de habitantes). Em comparação com seus vizinhos, possui recursos naturais mais limitados, embora seja detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. Entre as antigas repúblicas soviéticas, foi uma das que mais sofreram declínio econômico após a independência. A indústria local, criada para servir ao complexo industrial-militar soviético, sofreu pesadamente quando a demanda deixou de existir.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 6 de agosto de 1993, em Moscou. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 31 de agosto de 1991.

As relações políticas têm sido historicamente cordiais, embora incipientes. O comércio bilateral é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2017, o comércio totalizou US\$ 1,146 milhão, após um pico de US\$ 10,286 milhões em 2013, mas caiu vertiginosamente em 2018, passando a 98,1 milhões. O intercâmbio constitui-se quase inteiramente por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2018 foram máquinas mecânicas, sendo as nossas importações voltadas para máquinas elétricas e obras de ferro e aço.

Já o Turcomenistão tornou-se independente da antiga União Soviética em 1991. Com grande parte de seu território de 488 mil km² dominado pelo deserto de Karacorum, tem sua economia apoiada na riqueza em recursos energéticos e na agricultura irrigada intensiva do algodão. O país detém algumas das maiores reservas de gás natural do mundo, sendo a Rússia e a China os destinatários de praticamente toda a produção turcomena. O país não consegue beneficiar-se plenamente de suas imensas reservas de petróleo e gás pela falta de rotas adequadas de exportação.



O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 3 de abril de 1996, em Moscou.

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, mas teve seu ponto alto da série histórica em 2018, tendo totalizado US\$ 25,2, com saldo positivo ao Brasil de 13,8 milhões de dólares. Nos últimos dois anos, as exportações brasileiras têm-se concentrado em carnes, enquanto as importações foram principalmente de fertilizantes.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19523.461-47-56



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2019

(nº 282/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 282

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão.

Os méritos do Senhor Rubem Antonio Correa Barbosa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de julho de 2019.

EM nº 00195/2019 MRE

Brasília, 21 de Junho de 2019

Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.003776/2019-90

OFÍCIO Nº 238 /2019/CC/PR

Brasília, 4 de julho de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003776/2019-90 nº 0000000

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA

CPF.: 383.161.027-49

ID.: 5719 MRE

1952 Filho de Rubem Duarte Corrêa Barbosa e Hylma Malcher Corrêa Barbosa, nasce em 14 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1974 CPCD - IRBr
 1974 Ciências Jurídicas pela Faculdade Cândido Mendes/RJ
 1982 CAD - IRBr
 1995 CAE - IRBr, O diferendo sobre a fronteira marítima entre a Colômbia e a Venezuela

Cargos:

1974 Terceiro-Secretário
 1978 Segundo-Secretário
 1983 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1991 Conselheiro, por merecimento
 2000 Ministro de Segunda Classe
 2008 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1975-76 Serviço de Protocolo e Visitas, Assistente
 1976 Divisão da Europa I, Assistente
 1977-80 Embaixada em Ottawa, Terceiro e Segundo-Secretário
 1980-84 Embaixada em Lagos, Segundo e Primeiro-Secretário
 1984-85 Departamento de Cooperação e Divulgação Cultural, Assistente
 1985-86 Subsecretaria-Geral de Administração e Comunicações, Assessor
 1986-89 Embaixada em Lisboa, Primeiro-Secretário
 1989-91 Divisão da Europa I, assessor
 1991-93 Divisão do Oriente Próximo I, Chefe
 1993-96 Embaixada em Bogotá, Conselheiro
 1996-99 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto
 1999-2003 IRBr, Coordenador-Geral de Ensino
 2003 Ministério da Justiça, Chefe da Assessoria Internacional
 2003-05 Divisão da América Meridional II, Chefe
 2005-10 Ministério de Minas e Energia, Assessor Especial
 2010-15 Embaixada em Camberra, Embaixador
 2016 Embaixada em Jacarta, Embaixador

Condecorações:

1983	Ordem do Niger, Nigéria, Cavaleiro
2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2019

DADOS BÁSICOS SOBRE A REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO	
NOME OFICIAL:	República do Cazaquistão
GENTÍLICO:	cazaque
CAPITAL:	Nur-Sultan (chamada Astana até março de 2019)
ÁREA:	2.724.900 km ²
POPULAÇÃO (2018):	18.744.548
LÍNGUA OFICIAL:	cazaque (língua de Estado) e russo (língua interétnica)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	islamismo (70,2%); cristianismo ortodoxo (26,2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	parlamento bicameral composto por Senado e Câmara dos Deputados (<i>Majilis</i>)
CHEFE DE ESTADO:	Kasym-Zhomart Tokayev (desde 20 de março de 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Askar Mamin (desde 25 de fevereiro de 2019)
CHANCELER:	Beibut Atamkulov (desde 26 de dezembro de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US\$ 184,21 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US\$ 507,6 bilhões
PIB PER CAPITA (2018):	US\$ 9.827,6
PIB PPP PER CAPITA (2018):	US\$ 27.080
VARIAÇÃO DO PIB:	3,67% (2018); 3,3% (2017); 0,9% (2016); 1,2% (2015); 4,3% (2014); 6% (2013); 4,6% (2012); 7,2% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2018):	0,80 (58ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	70 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2018):	5,0% (fonte: The Global Economy)
UNIDADE MONETÁRIA:	tenge
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Emb. Kairat Sarzhanov
BRASILEIROS NO PAÍS:	há registro de 63 brasileiros residentes no Cazaquistão (2017)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CAZAQUISTÃO (Fonte: MDIC – US\$ milhão)											
Brasil → Cazaquistão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2016	2017	2018
Intercâmbio	4,61	10,57	40,44	52,64	37,32	190,42	171,03	147,24	48,32	58,12	116,05
Exportações	1,83	7,45	31,85	41,24	25,48	112,76	109,63	8,10	2,18	4,93	35,74
Importações	2,77	3,12	8,58	11,40	11,84	77,65	61,39	139,13	46,14	53,19	80,31
Saldo	-0,942	4,32	23,27	29,84	13,63	35,11	48,24	-131,02	-43,95	-48,26	-44,57

APRESENTAÇÃO

O Cazaquistão, dada sua posição geográfica e geopolítica, desempenhou papel vital na ocupação e no desenvolvimento da Ásia Central. Localizado no centro da Eurásia, esteve na encruzilhada das mais antigas civilizações e de suas respectivas rotas de comércio, de modo a constituir um espaço de intercâmbio social, econômico e cultural entre os inúmeros povos dessa região transcontinental. Foi um dos cinco países da Ásia Central a se tornarem independentes após a dissolução da União Soviética em 1991.

O Cazaquistão é o maior país da Ásia Central e o nono mais extenso do planeta. A norte e a oeste, faz fronteira com a Rússia, a qual constitui o maior perímetro fronteiriço terrestre contínuo do mundo, com 6.846 km. A leste, estabelece fronteira com a China e, ao sul, com Quirguistão, Uzbequistão e Turcomenistão.

O território cazaque estende-se do Mar Cáspio, a oeste, às montanhas Altai, a leste, e das planícies da Sibéria Ocidental, ao norte, aos oásis e desertos da Ásia Central, ao sul, além do Mar de Aral, a sudoeste. A estepe cazaque ocupa um terço do país e é a maior região de estepe seca do mundo, caracterizada por grandes prados e regiões arenosas. O país tem diversos rios e lagos importantes. Possui 18,7 milhões de habitantes, dos quais, etnicamente, 63% são cazaques e 23% são russos, seguidos por minorias de uzbeques, ucranianos, uígures, tártaros e mais 131 etnias. A religião predominante é o islã (70%), seguido pelo cristianismo ortodoxo (26%).

O Cazaquistão tem abundantes reservas de recursos minerais e de combustíveis fósseis. As estimativas são eloquentes: maior reserva mundial de zinco, tungstênio e barita; segunda maior de urânio, crômio, chumbo e prata; terceira maior de manganês e cobre; sexta maior de ouro; oitava maior de carvão; décima segunda maior de petróleo. O desenvolvimento da extração de petróleo e de gás natural, especialmente, tem atraído a maior parte dos investimentos estrangeiros feitos no país desde sua independência.

O Cazaquistão tem adotado uma política externa multivetorial, baseada na abertura para o Ocidente e na intensificação de sua presença em órgãos multilaterais. Assim como o Brasil, é um grande país em desenvolvimento, com vastos territórios e recursos minerais e energéticos abundantes.

PERFIS BIOGRÁFICOS

KASSYM-JOMART TOKAYEV

Presidente interino



Nascido em 1953, em Alma-Ata (atual Almaty). Graduou-se no Instituto Nacional de Relações Internacionais de Moscou, no Instituto de Língua Chinesa de Beijing e na Academia Diplomática do Ministério de Relações Exteriores da Rússia, além de possuir doutorado em Ciência Política. Serviu como ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão por dois períodos (1994 a 1999 e 2002 a 2007) e, no intervalo de 1999 e 2002, ocupou o posto de primeiro-ministro.

Entre 2007 e 2011, ocupou pela primeira vez a presidência do Senado. Em março de 2011, assumiu como Diretor Geral das Nações Unidas na unidade de Genebra e Representante Pessoal do Secretário Geral das Nações Unidas para a Conferência de Desarmamento, posto que ocupou até outubro de 2013, quando reassumiu a presidência do Senado. Em 2017, foi reeleito presidente da câmara alta com o voto de todos os senadores. Em 20 de março de 2019, tomou posse como presidente interino, na esteira da inesperada renúncia do ex-presidente Nazarbayev, comunicada por rede de televisão no dia anterior.

ASKAR MAMIN
Primeiro-Ministro



Nascido em 23 de outubro de 1965, em Tselinogrado (posteriormente renomeada como Astana, atual Nur-Sultan). É graduado em Engenharia Civil pelo Instituto de Engenharia Civil de Tselinogrado. Iniciou sua carreira profissional em cargo administrativo em empresa do ramo de construção civil.

Em agosto de 2005, foi nomeado vice-ministro de Comunicações e Transporte do Cazaquistão. Em setembro de 2006, iniciou seu mandato como prefeito de Astana, cargo que ocuparia até abril de 2008. Entre 2008 e 2016, foi presidente da Kazakhstan Temir Zholy, a companhia estatal de transportes ferroviários. Entre setembro de 2016 e fevereiro de 2019, ocupou o cargo de vice-primeiro-ministro. Em 21 de fevereiro de 2019, foi nomeado primeiro-ministro do Cazaquistão pelo então presidente Nursultan Nazarbayev.

NURSULTAN NAZARBAYEV

Primeiro Presidente da República do Cazaquistão – “Elbasy”



Nascido em 1940, na vila de Chemolgan, próxima a Almaty, no Cazaquistão. Graduiu-se na escola técnica do complexo industrial metalúrgico de Karaganda e é doutor em Ciências Econômicas.

Nazarbayev era o líder mais próximo de Mikhail Gorbachev, o então presidente da União Soviética, dentre todas as lideranças das repúblicas. Devido a essa estima, teve seu nome cotado ao cargo de vice-presidente da URSS, na fase final da União Soviética. Em 1984, tornou-se presidente do Conselho de Ministros da República Socialista Soviética do Cazaquistão. Em 1989, foi indicado primeiro-secretário do Partido Comunista da República Soviética do Cazaquistão.

Em 1990, assumiu a presidência do Soviete Supremo do Cazaquistão, e em 1991, após a independência, foi eleito presidente do Cazaquistão. Em 1995, teve o mandato presidencial estendido até 2000, por meio de referendo popular. Foi reeleito presidente em 1999, 2005, 2011 e 2015.

Por meio de sucessivas reformas institucionais, Nazarbayev logrou expandir suas funções. Em 2018, por exemplo, foi nomeado presidente vitalício do Conselho de Segurança do Cazaquistão, com poder de comando sobre as forças policiais e o Exército do país. Em 19 de março de 2019, Nazarbayev anunciou, por rede de televisão, sua renúncia ao governo cazaque. A despeito do inesperado fim de sua longa presidência, Nazarbayev ainda mantém considerável influência sobre a política cazaque.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Cazaquistão estabeleceram relações diplomáticas em 1993. O diálogo bilateral foi relançado pela inauguração, em 2006, da embaixada do Brasil em Astana (atual Nur-Sultan), a primeira representação diplomática residente de um país latino-americano na Ásia Central. A partir de então, sucederam-se contatos de alto nível, como a visita do então presidente Nursultan Nazarbayev ao Brasil em 2007, a realização da I reunião de consultas Brasil-Cazaquistão, em 2008, seguida pela visita do então presidente Lula ao Cazaquistão, em 2009, primeira viagem de um presidente latino-americano ao país.

No ano de 2012, foi realizada a II reunião de consultas Brasil-Cazaquistão, em Brasília. A relação bilateral recebeu novo impulso em 2013, quando, por ocasião da celebração dos 20 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, Erlan Idrissov, inaugurou a embaixada em Brasília.

Em 2015, por resolução do Senado Federal, foi instalado o "Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cazaquistão", que tem, atualmente, como presidente, o senador Chico Rodrigues (DEM/RR) e, como primeiro vice-presidente, o senador Ângelo Coronel (PSD/BA). No total, 16 senadores compõem o grupo.

Em maio de 2017, o vice-ministro para Américas e Organismos Internacionais da chancelaria do Cazaquistão, Yerzhan Ashikbayev, visitou o Brasil, ocasião em que manifestou a intenção do governo cazaque de fortalecer os laços bilaterais e buscar, conjuntamente com o Brasil, formas de promover a cooperação mútua. Afirmou que o relacionamento entre o Brasil e o Cazaquistão integra o eixo central da política externa cazaque.

Em outubro de 2017, o embaixador Ary Quintella, diretor do Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania (DACMO) do MRE, conduziu os trabalhos da III Reunião de Consultas Políticas, em Astana. Nessa ocasião, o Brasil entregou proposta formal de início de negociação de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). No mesmo mês, a parte brasileira também encaminhou ao governo cazaque proposta de Acordo de Cooperação Técnica (ACT).

Em 20 de junho de 2018, o Ministro da Justiça, Torquato Jardim, visitou Astana, ocasião em que firmou três instrumentos bilaterais de sua área de atuação: Acordo sobre Extradição; Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas; e Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal.

Em 22 de setembro de 2018, celebraram-se 25 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Cazaquistão. Por ocasião dessa efeméride, o então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, realizou, entre os dias 1º e 2 de novembro, visita de trabalho ao Cazaquistão, a primeira viagem de um chanceler brasileiro ao país centro-asiático. Naquela oportunidade, o então ministro de Estado manteve reuniões com o então chanceler cazaque, Kairat Abdrakmanov, e com o vice-primeiro ministro e ministro da Agricultura, Umirzak Shukkeyev. No decorrer dos trabalhos, foram identificados diversos temas bilaterais com potencial de avanço, dentre os quais: cooperação em matéria agropecuária, conclusão de memorando de entendimento sobre turismo, elevação de fluxos de comércio bilateral, maior cooperação em usos pacíficos da

energia nuclear, conclusão de acordo de cooperação técnica e aproximação entre APEX-Brasil e Kazakh Invest para promoção de investimentos mútuos.

Quanto ao desarmamento nuclear, a posição cazaque é, em linhas gerais, coerente com os preceitos da política externa brasileira. O Cazaquistão assinou, em 2 de março de 2018, o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, que o Brasil foi o primeiro país a assinar.

O Cazaquistão tem interesse em cooperar com o Brasil na área agrícola, especialmente no que concerne à expertise da Embrapa. O interesse cazaque remonta ao menos ao ano de 2007, quando o presidente Nazarbayev visitou a sede da Embrapa em Brasília e foi assinado protocolo de intenções sobre cooperação técnica em agricultura e pecuária, ainda em vigor. Em 2009, houve missão da Embrapa ao Cazaquistão para prospecção de áreas específicas para projetos de cooperação técnica entre os dois países. Em 2016, a embaixada em Astana organizou uma missão empresarial a Almaty, maior cidade do Cazaquistão, com apoio da Apex-Brasil. Mais recentemente, houve duas visitas ao Brasil de autoridades cazaques da área de agricultura: em setembro de 2018, o então vice-ministro da Agricultura cazaque, Berik Beisnegalieyev, visitou a Embrapa e o Ministério da Agricultura. Em março de 2019, a vice-ministra da Agricultura do Cazaquistão, Gulmina Isayeva, manteve em Brasília encontros com órgãos governamentais e com exportadores de gado. A visita resultou na assinatura de Certificado Zoossanitário, documento que viabilizará o comércio de bovinos vivos brasileiros ao país centro-asiático. Além disso, os cazaques demonstram interesse nas técnicas da Embrapa de incorporação de terras degradadas ou improdutivas no Cerrado, bem como em cooperação para expansão da capacidade de processamento de carne. No dia 13 de fevereiro de 2019, foi assinado Memorando de Entendimento entre a Embrapa e a National Agrarian Science and Educational Center (NASEC), do Cazaquistão.

Memorando de entendimento foi firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e sua contraparte cazaque, em dezembro de 2016. Na ocasião, foi iniciada negociação de acordo de serviços aéreos, cuja minuta está em análise pelo lado cazaque. No que concerne ao setor aéreo, destaca-se, ainda, a parceria entre a Embraer e a empresa Air Astana, que recebeu, em 2011, seu primeiro jato E-190. Atualmente, a companhia opera nove E-190 e incorporou dois novos E-190-E2, o primeiro deles em dezembro de 2018 e o segundo em março de 2019. Há previsão de entrega de mais três jatos E-190-E2 ao longo do ano de 2019. A Air Astana aderiu ao Programa de Pool da Embraer, que prevê cobertura total de manutenção para os aviões adquiridos.

Assuntos consulares

Na seção consular da Embaixada do Brasil em Astana, há 63 cidadãos brasileiros registrados. A comunidade é formada principalmente por funcionários de organismos internacionais, missionários religiosos e jogadores de futebol.

POLÍTICA INTERNA

Nursultan Nazarbayev foi o último líder soviético do Cazaquistão e, desde a independência do país, logrou sucessivas reeleições ao cargo máximo do país. Em abril de 2015, foi reeleito pela quarta vez.

Em pronunciamento televisivo no dia 19 de março de 2019, Nazarbayev anunciou que deixaria o posto que assumira em 24 de abril de 1990, ainda no período soviético, e que ocupou por toda a história independente do país. Já no dia seguinte, tomou posse seu sucessor – conforme determina a Constituição, o presidente do Senado, Kassym-Jomart Tokayev.

No dia 9 de abril de 2019, Tokayev anunciou a antecipação das eleições presidenciais para o próximo dia 9 de junho. Em 23 do mesmo mês, Tokayev foi indicado por Nazarbayev, durante a abertura do congresso do partido “Nur Otan” (“pátria luminosa”), como candidato da agremiação nas eleições vindouras. Algumas candidaturas da oposição também já foram anunciadas.

Na condição de “primeiro presidente”, Nazarbayev goza da prerrogativa constitucional de manter poder de veto sobre decisões de governo mesmo após o fim do mandato. Ademais, em seu anúncio, confirmou que se manterá à frente do partido “Nur Otan” e do Conselho de Segurança, conservando assim controle sobre uma das instâncias mais importantes e eficientes do aparato estatal.

Apesar de ter renunciado à Presidência, Nazarbayev mantém grande influência política. O partido “Nur Otan”, que fundou e preside, ocupa 93 dos 107 assentos da câmara baixa (“Majilis”). Nazarbayev mantém ainda seu assento no Conselho Constitucional do país, além do comando formal das forças policiais e de segurança. Em 2010, recebeu o título vitalício de “Primeiro Presidente da República do Cazaquistão – Elbasy” (“pai da nação”), que lhe confere prerrogativas como a de presidir a Assembleia do Povo do Cazaquistão.

Prova do respeito a Nazarbayev foi o conjunto de medidas em homenagem anunciadas por Tokayev em seu discurso de posse: a capital, antiga Astana, passou a chamar-se Nur-Sultan. Trata-se da quarta mudança de nome desta cidade em menos de sessenta anos. Conhecida anteriormente como Akmolinsk, foi renomeada Tselinograd (“terras virgens”, em russo) em 1961, denominação que deu origem à sigla de identificação aeroportuária internacional da cidade (TSE). Após a independência, em 1991, tornou-se Akmola (“sepulcro branco”, em cazaque), denominação trocada para Astana (“capital”, em cazaque), em 1997, quando da transferência do governo federal de Almaty para o norte do país. O conjunto proposto de homenagens a Nazarbayev inclui ainda renomear a principal via de cada cidade cazaque com o nome do ex-presidente.

Organização administrativa e sistema político

O Cazaquistão organiza-se em 14 regiões administrativas (oblasts), subdivididas em 177 distritos. Os governadores (akim) são designados diretamente pelo presidente; os akims distritais são apontados pelo governador regional. Almaty, capital até 1997, e Nur-Sultan, atual capital, têm status especial.

O Poder Legislativo é exercido por um parlamento bicameral, composto pelo Majilis, a Câmara Baixa, com 107 membros, 98 dos quais eleitos em sufrágio direto para mandato de cinco anos (outros nove são designados pela Assembleia do Povo, que representa as minorias étnicas do país), e pelo Senado, com 47 membros, 32 dos quais eleitos indiretamente pelas Assembleias regionais, e 15 outros nomeados pelo presidente, para mandato de seis anos. Tanto o Majilis quanto o Executivo gozam da prerrogativa de propor projetos de lei. O partido “Nur Otan” domina

o universo parlamentar. No Majilis, os partidos que fazem oposição ao “Nur Otan” lograram eleger, em 2016, 14 representantes dentre os 107 que compõem a casa.

O Poder Judiciário tem ao topo a Suprema Corte, composta por 44 juízes nomeados pelo presidente. Um Conselho Constitucional de sete membros, três dos quais de nomeação presidencial, delibera sobre a constitucionalidade das leis, interpreta a Constituição e dispõe sobre referendos e contestações eleitorais. Juizados locais e regionais completam o sistema judicial cazaque.

POLÍTICA EXTERNA

O Cazaquistão classifica sua política externa como "multivetorial". Esse termo refletiria a habilidade de sua liderança política de evitar a dependência externa de um único país ou bloco e diversificar comércio e investimentos entre múltiplos parceiros.

A Rússia continua a ser o relacionamento mais importante do Cazaquistão. Ambos são membros fundadores da Organização de Cooperação de Xangai, da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, da Comunidade dos Estados Independentes e da União Econômica Eurasiática. A Rússia é o mais importante parceiro comercial do Cazaquistão, sendo o segundo principal destino das exportações cazaques, atrás apenas da China. Por ocasião da V Cúpula do Cáspio, realizada na cidade cazaque de Aktau, em agosto de 2018, a Rússia adotou posição favorável ao país centro-asiático na questão dos futuros oleodutos e gasodutos que ligarão o Cáspio oriental ao Azerbaijão, cuja construção não dependerá mais da autorização dos cinco países cáspios, apenas dos atravessados pelas infraestruturas.

O relacionamento com os EUA, o primeiro país a reconhecer a independência do Cazaquistão, evolui em torno de cinco eixos, refletindo grandes interesses norte-americanos no mundo: o compromisso com a não proliferação nuclear, o combate à expansão do radicalismo islâmico, o enorme potencial econômico cazaque, sua riqueza em hidrocarbonetos e o interesse compartilhado na efetiva estabilização do Afeganistão.

A não proliferação é um dos principais pilares da política externa do Cazaquistão, país que sofreu diretamente com atividades nucleares em seu território: a URSS conduziu 456 testes nucleares na região, sendo 116 na atmosfera. O primeiro grande desafio internacional do Cazaquistão independente foi lidar com a "herança" nuclear da União Soviética: em 1991, o novo país tinha 1.410 ogivas estacionadas localmente, o quarto maior arsenal nuclear do mundo. Entre 1992 e 1995, todas as ogivas foram devolvidas à Rússia. Em 2000, com cooperação norte-americana, concluiu-se o desmantelamento da infraestrutura de testes em Semipalatinsk. O Cazaquistão desfruta de reconhecimento internacional por sua contribuição no repúdio ao armamento nuclear. O país é signatário do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares, e foi a principal força inspiradora da Zona Livre de Armas Nucleares da Ásia Central, criada em 2006. O tema foi uma das linhas mestras de sua atuação no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que ocupou uma das cadeiras reservadas aos membros não permanentes no biênio 2017-2018.

A contenção do extremismo islâmico é outra bandeira comum com os EUA. O Cazaquistão, a despeito da crescente observância dos preceitos do Islã entre a população mais

jovem, foi capaz de conter o avanço do islamismo radical, tornando-se parceiro natural dos EUA nesse tema.

Os EUA continuam a apostar no potencial de comércio e investimentos do país, do qual são parceiro importante: investidor relevante (aporte de mais de US\$ 33 bilhões entre 2005 e julho de 2018), com exportações para o mercado cazaque que totalizaram mais de US\$ 700 milhões em 2018.

A relação do Cazaquistão com a China caracteriza-se pela robustez dos laços econômicos. Os dois países experimentaram rápida expansão dos intercâmbios comerciais e de iniciativas de desenvolvimento vinculadas, sobretudo, à exploração dos vastos recursos naturais cazaques. Dada sua crescente necessidade de recursos energéticos, a China buscou papel de liderança no desenvolvimento da indústria energética do Cazaquistão independente, comprando empresas ou participações em petrolíferas locais e construindo um oleoduto para transportar petróleo a seu território. Essa presença expandiu-se para outros setores, como serviços de logística, obras de infraestrutura, comércio e finanças.

O Cazaquistão é participante entusiasta da iniciativa chinesa da "Belt and Road", que complementa os programas domésticos de desenvolvimento e já está trazendo resultados concretos ao país. Os dois países são também parceiros na Organização de Cooperação de Xangai, que fundaram em 2001 juntamente com a Rússia e os demais países centro-asiáticos (Índia e Paquistão ingressaram em 2017), para promover a segurança e o desenvolvimento regional.

A parceria econômica com os países europeus também é relevante: os Países Baixos, o Reino Unido e a Suíça estão entre os cinco maiores investidores no Cazaquistão.

Grande proponente da integração regional asiática, o Cazaquistão faz parte - com Rússia, Belarus, Armênia e República Quirguiz - da União Econômica Eurasiática, que entrou em vigor em janeiro de 2015, conformando um mercado único de 183 milhões de pessoas, inspirado na União Europeia. Prevê-se a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, bem como políticas comuns de transporte, energia, indústria e agricultura, comércio e investimento, mas a implementação dessas metas encontra-se ainda em estágio inicial.

O Cazaquistão tem papel importante nas negociações sobre o conflito sírio por meio do "Processo de Astana", reunindo o governo e as oposições sírias sob os auspícios da tróika Rússia-Irã-Turquia. Não participa diretamente das reuniões, mas oferece seus bons ofícios e a preparação logística dos encontros.

O Cazaquistão é ainda membro da Organização de Cooperação e Segurança Europeia e da Organização de Cooperação Islâmica; acedeu à OMC em 2015, após 19 anos de negociação. Com o objetivo de ampliar seu perfil internacional, tem participação ativa em todos os foros multilaterais e regionais de que é membro, e vem sediando dezenas de eventos internacionais de relevo. Em 2017 sediou a EXPO em Astana, dedicada ao tema das energias renováveis. Em 2018 abrigou notadamente a já referida Cúpula do Cáspio, em Aktau, a Cúpula do Mar de Aral, e as celebrações do 20º aniversário de sua capital.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Cazaquistão é a maior economia da Ásia Central, com um PIB nominal de US\$ 184 bilhões em 2018, ou US\$ 507,6 bilhões em PPP. O PIB per capita, de US\$ 27.494, é próximo ao da Rússia. É também a 42º maior economia do mundo, com o quarto maior PIB entre os ex-integrantes da URSS e da Europa do Leste, atrás apenas da Rússia, da Polônia e da Romênia. O país é riquíssimo em hidrocarbonetos, com a 12ª maior reserva de petróleo e de gás natural do mundo, e grande excedente para a exportação, sendo os principais destinos a Rússia, a União Europeia e a China. Sua posição geográfica e extensão territorial são estratégicas no que tange ao trânsito internacional de gás, sendo rota necessária para o gás originário do Turcomenistão e do Uzbequistão ao leste.

Também possui vastas jazidas de minérios, como urânio (maior exportador), cromo, chumbo, zinco, manganês, cobre, carvão, ferro e ouro. A base industrial, que responde por 34% do produto interno, inclui extração e processamento de recursos naturais, equipamentos pesados, de construção, maquinaria agrícola e artefatos bélicos; há iniciativas de diversificação para farmacêuticos, petroquímicos e alimentos processados. Com o desmantelamento da URSS, o mercado regional de eletricidade foi abandonado e países da Ásia Central priorizaram nova geração de capacidade. Nesse contexto, o governo do Cazaquistão fez pesados investimentos na infraestrutura de energia termoeleétrica, com o intuito de aumentar a demanda e promover segurança energética.

O Cazaquistão é um expoente de energia renovável na Ásia Central. O primeiro passo nesse sentido foi tomado em 2009, quando o governo cazaque adotou a lei de suporte ao desenvolvimento de projetos de energias renováveis. Competitivos subsídios tarifários foram introduzidos em 2013 e posteriormente potencializados, e a "Lei da Economia Verde" foi decretada em 2015. A topografia cazaque é adequada para o desenvolvimento de fontes de energia renováveis.

A economia cazaque conta ainda com o potencial de produção de grãos e pecuária na estepe - a agricultura responde por 5% do PIB - e com a infraestrutura espacial desenvolvida à época da União Soviética. A taxa de abertura da economia é elevada; exportação e importação correspondem a 33% e 30% do PIB, respectivamente. O Cazaquistão exporta sobretudo petróleo, gás, metais ferrosos, carvão, urânio, lã, trigo e carne, e importa maquinaria, equipamentos, produtos de metal e alimentos.

Depois de encolher 26% nos anos 90, a economia cazaque recuperou-se e cresceu aceleradamente na década de 2000 - 8% ao ano, em média, até 2013, puxada pelo "superciclo das commodities", por vultosos investimentos estrangeiros na exploração de recursos naturais, e pela dinamização crescente das relações econômicas com a Rússia, a China e o ocidente. A queda dos preços do petróleo e os efeitos da crise da Ucrânia fizeram o crescimento declinar entre 2014 e 2016, ano em que o PIB cresceu apenas 0,9%. Em 2017, a recuperação do preço do petróleo e o aumento da produção elevaram a taxa de expansão econômica a 3,3%. A tendência ascendente manteve-se em 2018, com um crescimento da ordem de 3,67%. O desemprego é baixo (5%) e a inflação, de 7,2% em 2017, caiu para 6% no ano passado.

Sucessivas reformas econômicas foram empreendidas para facilitar a abertura ao investimento estrangeiro, a convertibilidade cambial e a privatização de empresas estatais. Já em 2002 o Cazaquistão foi reconhecido como economia de mercado pelo Departamento de Comércio dos EUA. No mesmo ano, tornou-se o primeiro país da CEI a receber o "grau de investimento" de

uma agência internacional de rating. Nos últimos anos, o Cazaquistão tem figurado em boas posições em rankings internacionais, como o "Facilidade para Fazer Negócios" do Banco Mundial (35º entre 190 países), o "Indicadores de Competitividade Global" do Fórum Econômico Mundial (57º entre 144 países), além de integrar a lista dos 50 países mais inovadores do "Índice Bloomberg de Inovação". Por fim, o país ocupa a 38ª posição no ranking do *International Institute for Management Development* (IMD).

O déficit público é baixo, mas o governo tem recorrido aos recursos do fundo soberano de petróleo, criado em 2000, para socorrer o sistema financeiro diante do acúmulo de créditos podres em bancos locais, duramente afetados pela crise financeira em 2008-09 e pela maxidepreciação do tenge entre 2014-15.

O maior desafio continua a ser a diversificação econômica, para diminuir a dependência do petróleo e gás - que respondem por 30% do PIB e dos ingressos fiscais – e aumentar a inserção competitiva do país na economia regional e global. Diversas iniciativas foram lançadas com esse objetivo. Em 2014, o Presidente Nazarbayev lançou o ambicioso programa "Caminho brilhante" (Nurly Zhol), com o objetivo de colocar o Cazaquistão entre as 30 maiores economias desenvolvidas do mundo até 2050. Investimentos de US\$ 9 bilhões serão direcionados à modernização de seis infraestruturas: transporte/logística, industrial, energética, serviços públicos, moradia, assistência social, pequenas e médias empresas. Em fevereiro de 2018 foi instituído o Plano Estratégico 2025, focado em sete reformas sistêmicas tais como qualificação da força de trabalho, aposta na inovação tecnológica e digitalização e na promoção de um setor público mais eficiente.

O governo vem-se empenhando para estabelecer em Nur-Sultan o "Centro Financeiro do Cazaquistão" (CFC), com regime jurídico próprio, baseado na "common law", não operando, assim, sob a lei cazaque. O objetivo é atrair empresas financeiras mediante um regime tributário favorável e subsídios diversos como aluguel gratuito de escritórios. O foco principal do Centro orienta-se para instituições financeiras internacionais, como bancos comerciais, de investimento e de gestão de fortunas. O objetivo do CFC é tornar-se um centro financeiro para a Ásia Central, União Econômica Euroasiática, Cáucaso, Oeste Asiático, Mongólia e Leste Europeu. A iniciativa para atrair investimentos para infraestrutura tem a participação do Banco de Investimentos na Infraestrutura Asiática (cujo capital total oscila em torno de US\$ 100 bilhões) e do Fundo da Rota da Seda (que conta com recursos da ordem de US\$ 40 bilhões), além de outros bancos e instituições.

O governo do Cazaquistão tem procurado incentivar a entrada de investimento estrangeiro por meio de medidas como preferências fiscais, isenção de direitos alfandegários e zonas econômicas especiais. A implementação de programas de desburocratização vem reduzindo encargos burocráticos, administrativos e impostos. Esses esforços modernizantes apresentaram bons resultados no ranking "Doing Business", promovido pelo Banco Mundial. O país saiu do 64º lugar, em 2008, e atualmente ocupa a 36ª posição.

A localização do Cazaquistão no coração da Eurásia é estratégica para os planos chineses no contexto da "Belt and Road Initiative" (BRI). Além da extensa fronteira comum, não há, da perspectiva da interligação terrestre transcontinental, país que concorra com o Cazaquistão

em vantagens como estabilidade e segurança doméstica, fontes energéticas abundantes e facilidade de aproveitamento do território, majoritariamente plano e desocupado. Em razão disso, a BRI já está transformando o Cazaquistão num moderno "hub" de trânsito ferroviário: nada menos do que 70% do trânsito terrestre entre a China e a Europa atravessa hoje o país, em três rotas ferroviárias principais.

A nova rota da seda abre enormes oportunidades para o Cazaquistão. Uma das primeiras conquistas foi receber dos chineses, já em 2014, um porto no Pacífico: Lianyungang, na província de Jiangsu, no nordeste chinês. O moderno terminal conjunto ali construído permite a exportação de produtos cazaques (trigo, carne, minérios) para o Japão, Coreia do Sul, Vietnã e Singapura. O governo cazaque optou por investir capitais próprios nos projetos domésticos da BRI, adicionalmente aos montantes já canalizados em anos anteriores ao lançamento da iniciativa: mais de US\$ 30 bilhões foram destinados à infraestrutura nacional de transportes a partir de 2008, e outros US\$ 8,4 bilhões serão investidos até 2020.

Relações econômico-comerciais com o Brasil

Entre 2000 e 2018, o comércio Brasil-Cazaquistão intensificou-se rapidamente, chegando ao pico de US\$ 190 milhões em 2011, com superávit brasileiro de US\$ 35 milhões. A partir de então, o volume de trocas diminuiu significativamente em razão, sobretudo, das dificuldades no balanço de pagamentos enfrentadas pelo Cazaquistão, agravadas pela queda dos preços do petróleo e pela crise russo-ucraniana. Em 2018, a corrente de comércio entre os dois países foi da ordem de US\$ 116 milhões, com déficit para o Brasil de US\$ 44 milhões. O Brasil vendeu para o Cazaquistão, principalmente, aviões (76% do total), açúcar (6,1%), carne suína (5,5%), motores (2,2%) e aparelhos mecânicos (2%). O Brasil importou do Cazaquistão, sobretudo, enxofre (64% do total), materiais químicos (24%) e ligas de ferro (6,2%).

Os investimentos brasileiros no Cazaquistão são ainda incipientes, mas constata-se grande potencial de crescimento. As empresas Vale e Magnesita já tiveram presença no país centro-asiático, mas acabaram por abandonar as operações. No caso da Vale, houve aquisição, em 2007, de 85% das ações da Scarborough Minerals Plc no projeto de cobre Vostok, no Cazaquistão. À época, a empresa tinha planos de investir cerca de US\$ 4 milhões entre 2007 e 2009, de modo a realizar estudos de viabilidade do projeto. Em 2014, a Magnesita abriu escritório de representação no Cazaquistão, com o objetivo de produzir materiais refratários, a partir da constituição de nova subsidiária ou em iniciativa conjunta com parceiros locais, mas a ausência de avanços a levou a deixar o Cazaquistão em 2016. A WEG fornece ao Cazaquistão motores elétricos e tecnologia de automação. Recentemente, abriu centros de serviços e escritórios de distribuição em cooperação com parceiros locais em Almaty, Nur-Sultan e Ust-Kamenogorsk.

No que concerne aos investimentos cazaques no Brasil, cabe mencionar a participação da empresa cazaque Eurasian Resources Group em projetos de mineração no sudoeste da Bahia, onde adquiriu o controle de três empresas brasileiras na última década, em investimentos que somaram mais de US\$ 1 bilhão. Em setembro de 2017, foram anunciados novos investimentos da Eurasian no Brasil, em parceria com grupo de origem chinesa. O novo aporte, estimado em cerca

de US\$ 1 bilhão, seria direcionado ao setor de infraestrutura, especificamente à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). A Empresa Nacional de Energia Atômica do Cazaquistão (Kazatomprom) venceu licitação e enviou carregamento de urânio para o Brasil pela primeira vez no primeiro semestre de 2018.

Em outubro de 2017, foi proposta ao lado cazaque minuta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), que se encontra em análise no Ministério de Investimento e Desenvolvimento cazaque.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

500 a.C.	Nômades citas (ou sakas, como eram chamados pelos persas) ocupam a região sul do atual Cazaquistão.
200 a.C.	Os ancestrais dos hunos ocupam o leste do Cazaquistão.
Séc. VIII	Os árabes invadem a região e introduzem o Islã.
1219	Genghis Khan invade a Ásia Central.
Séc. XV	Os cazaques constituem um forte grupo étnico.
Séc. XVI	Formação do Canato Cazaque.
Séc. XVII	O Canato Cazaque fragmenta-se em três hordas, que têm dificuldade em enfrentar tribos invasoras.
1742	Os cazaques pedem proteção ao Império Russo.
1835	Akmolinsk, atual Nur-Sultan, é fundada.
1916	Os cazaques revoltam-se contra o Czar e são brutalmente reprimidos.
1919	Os bolcheviques derrotam os cazaques.
1920	O Cazaquistão torna-se uma república autônoma da URSS.
1926-1939	Parte da população sucumbe à fome extrema.
1936	Criada a República Socialista Soviética do Cazaquistão.
1940-1953	O país recebe centenas de milhares de deportados por ordem de Stalin.
1949	É realizado o primeiro teste nuclear em Semipalatinsk, principal área de testes da URSS.
1961	Primeiro lançamento tripulado realizado em Baikonur.
1986	Kazakh Dinmukhamed Kunaev, líder do Partido Comunista do Cazaquistão, é substituído por Gennady Kolbin, um russo, suscitando protestos na capital, Almaty.
1989	Nursultan Nazarbayev assume o lugar de Kolbin na liderança do partido.
1989	O Parlamento proclama o cazaque como língua de estado e o russo como língua interétnica.
1990	O Soviete Supremo elege Nursultan Nazarbayev presidente do Cazaquistão.
1991	O Cazaquistão declara independência da União Soviética e ingressa na Comunidade de Estados Independentes (CEI).
1991	Nursultan Nazarbayev é reeleito com apoio massivo da população.
1991	O Cazaquistão encerra as atividades da área de testes de Semipalatinsk.
1993	O Cazaquistão adota nova constituição, que aumenta os poderes do presidente.

1995	Nazarbayev estende seu mandato até dezembro de 2000.
1995	É adotada nova constituição.
1997	A capital é transferida de Almaty para Akmola, antiga Tselinograd, antiga Akmolinsk, que é renomeada como Astana.
1997	Emendas à constituição estendem o mandato presidencial de 5 para 7 anos e eliminam o limite de idade para exercício do mandato.
1999	Nursultan Nazarbayev é reeleito.
2000	Grandes reservas de petróleo são descobertas na costa norte do Mar Cáspio.
2000	A última instalação nuclear é destruída.
2001	O primeiro oleoduto ligando o Cazaquistão ao Porto de Novorossiysk, no Mar Negro, é inaugurado.
2001	Cazaquistão, China, Rússia, República Quirguiz, Uzbequistão e Tadjiquistão lançam a Organização para Cooperação de Xangai.
2004	Cazaquistão e China acordam a construção de oleoduto.
2005	Nursultan Nazarbayev é reeleito pela segunda vez.
2007	O parlamento aprova a possibilidade de reeleições ilimitadas somente para Nursultan Nazarbayev.
2010	Nazarbayev é nomeado "líder da nação", recebe maiores poderes, imunidade jurídica e o poder de vetar a política interna e externa após o fim do seu mandato.
2011	Nazarbayev é reeleito pela terceira vez.
2012	O Cazaquistão conecta-se à Nova Rota da Seda: o sistema ferroviário cazaque vincula-se ao sistema chinês, tornando operacional o porto seco de Khorgos.
2014	Rússia, Cazaquistão e Belarus firmam acordo de criação de uma união econômica.
2015	Nazarbayev é reeleito pela quarta vez.
2015	O Cazaquistão é aceito como membro da OMC.
2016	O primeiro trem saído da costa do Mar da China chega a Teerã, passando pelo Cazaquistão.
2019	Presidente Nazarbayev anuncia sua renúncia no dia 19/03/2019. Presidente do Senado, Kassym-Jomar Tokayev, assume como presidente interino. Como parte das medidas em homenagem ao ex-presidente, a capital Astana é renomeada Nur-Sultan.
2019	Tokayev anuncia a antecipação das eleições para o dia 09/06/2019, e é indicado como candidato do partido “Nur Otan”.

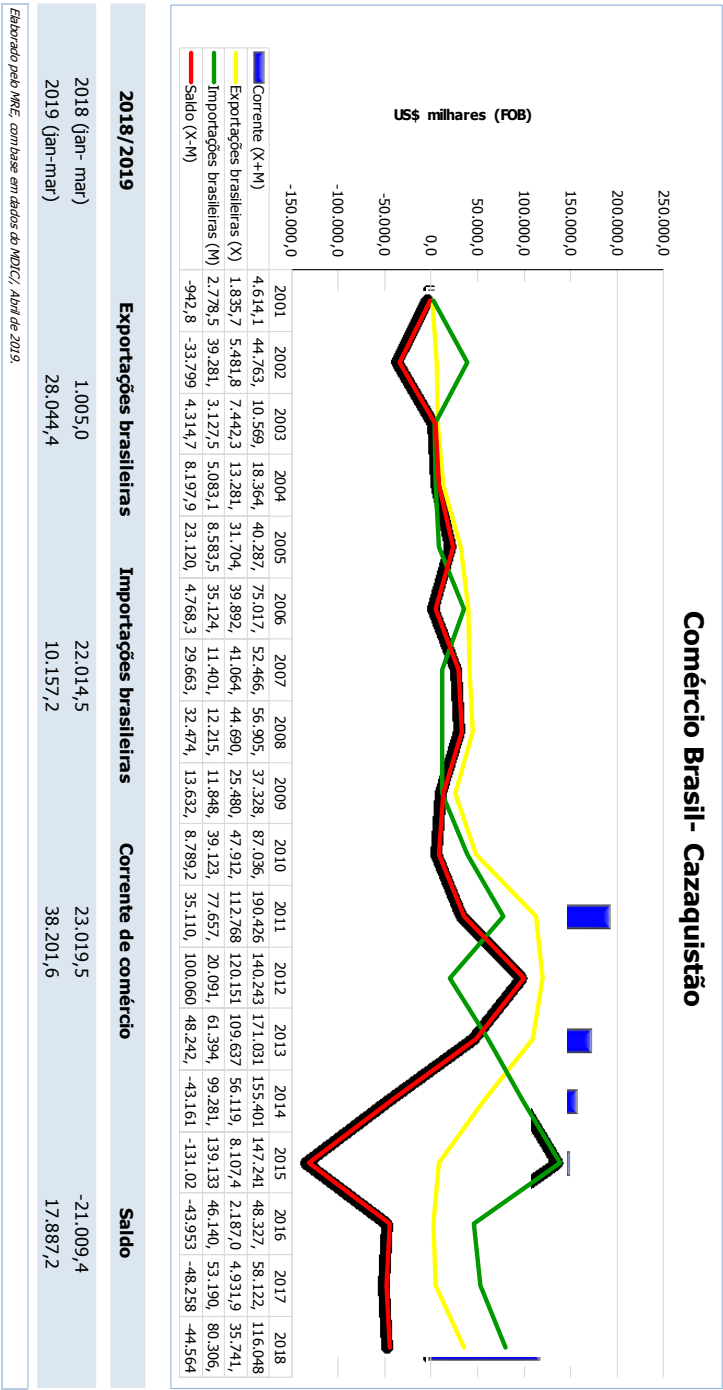
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991	O Brasil reconhece a independência da República do Cazaquistão.
1993	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Cazaquistão.
2006	Abertura da Embaixada do Brasil em Astana, a primeira de um país latino-americano na Ásia Central.
2007	Visita ao Brasil do presidente Nursultan Nazarbayev, primeira de um presidente cazaque à América Latina.
2008	Primeira Reunião de Consultas Políticas Brasil-Cazaquistão, em Astana.
2009	Visita do presidente Lula ao Cazaquistão, primeira de um presidente brasileiro à Ásia Central.
2012	Segunda Reunião de Consultas Políticas Brasil-Cazaquistão, em Brasília.
2013	Abertura da embaixada do Cazaquistão em Brasília, por ocasião da visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Erlan Idrissov.
2013	Brasil participa do VI Fórum Econômico de Astana.
2014	Visita do secretário de Estado da República do Cazaquistão ao Brasil.
2015	Visita de comitiva de deputados federais brasileiros a Astana.
2017	Visita do vice-ministro para Américas e Organismos Internacionais, Yerzhan Ashikbayev, ao Brasil e realização da III Reunião de Consultas Políticas, em Astana.
2018	Visita do ministro da Justiça, Torquato Jardim, a Astana.
2018	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, ao Cazaquistão.
2019	Visita da vice-ministra da Agricultura do Cazaquistão ao Brasil.

ACORDOS BILATERAIS

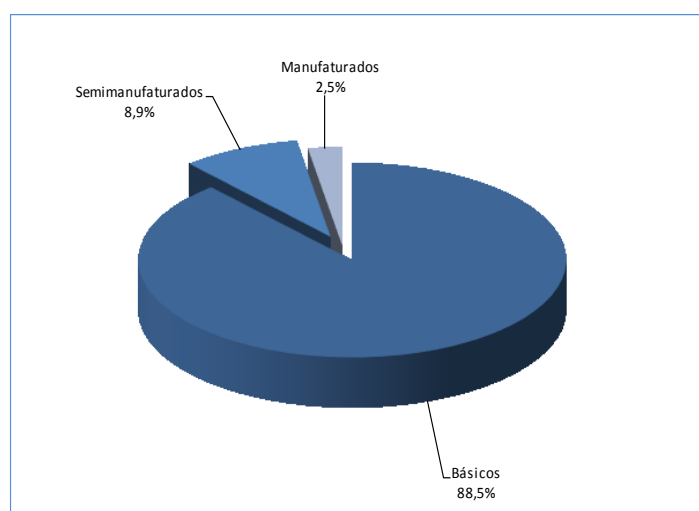
Título	Data	Situação
Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão	27/09/1993	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/09/2007	Em Vigor
Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão	27/09/2007	Em Vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão, para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	25/07/2016	Em Vigor
Acordo sobre Extradicação	20/06/2018	Em tramitação
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	20/06/2018	Em tramitação
Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	20/06/2018	Em tramitação

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

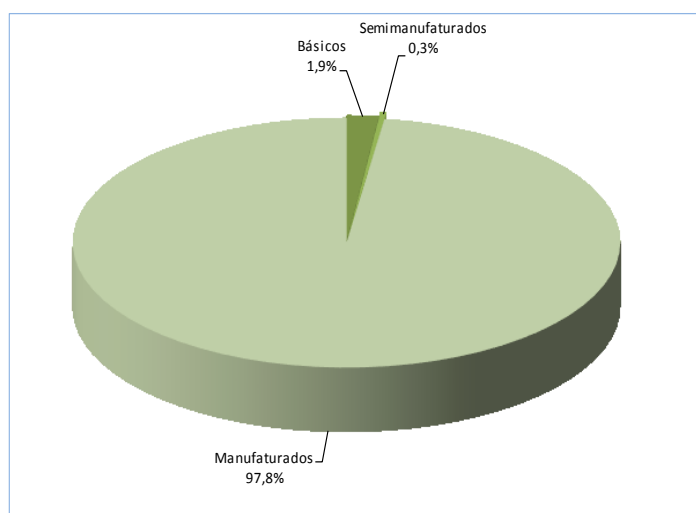


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018**

Exportações



Importações



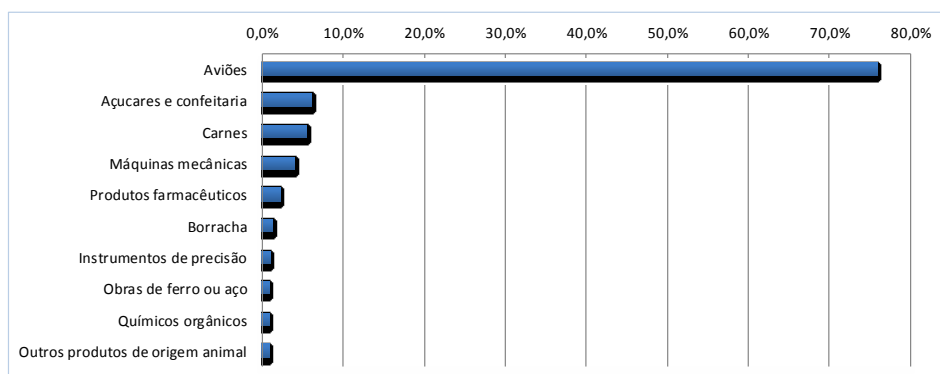
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril 2019.

Composição das exportações brasileiras para o Cazaquistão
US\$ milhares

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aviões	48,3	2,2%	36,0	0,7%	27.156,1	76,0%
Açúcares e confeitaria	53,3	2,4%	16,4	0,3%	2.166,7	6,1%
Carnes	216,1	9,9%	50,5	1,0%	1.981,2	5,5%
Máquinas mecânicas	747,0	34,2%	2.467,6	50,0%	1.402,9	3,9%
Produtos farmacêuticos	52,9	2,4%	18,1	0,4%	771,6	2,2%
Borracha	37,5	1,7%	252,2	5,1%	434,2	1,2%
Instrumentos de precisão	52,4	2,4%	19,5	0,4%	334,0	0,9%
Obras de ferro ou aço	40,0	1,8%	42,0	0,9%	319,9	0,9%
Químicos orgânicos	91,4	4,2%	570,4	11,6%	296,9	0,8%
Outros produtos de origem animal	114,2	5,2%	0,0	0,0%	284,4	0,8%
Subtotal	1.453,1	66,4%	3.472,7	70,4%	35.148,0	98,3%
Outros	733,9	33,6%	1.459,2	29,6%	593,9	1,7%
Total	2.187,0	100,0%	4.931,9	100,0%	35.741,9	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

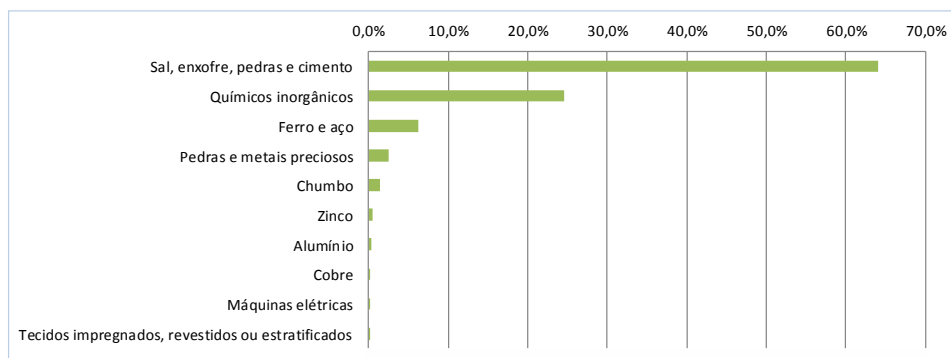


Composição das importações brasileiras originárias do Cazaquistão
US\$ milhares

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Sal, enxofre, pedras e cimento	29.435,1	63,8%	32.393,1	60,9%	51.476,0	64,1%
Químicos inorgânicos	4.058,2	8,8%	7.035,0	13,2%	19.751,9	24,6%
Ferro e aço	1.384,1	3,0%	2.756,3	5,2%	4.985,4	6,2%
Pedras e metais preciosos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	2.043,7	2,5%
Chumbo	6.699,9	14,5%	7.394,1	13,9%	1.175,7	1,5%
Zinco	296,9	0,6%	3.070,9	5,8%	446,0	0,6%
Alumínio	155,8	0,3%	207,2	0,4%	253,4	0,3%
Cobre	65,2	0,1%	214,4	0,4%	126,4	0,2%
Máquinas elétricas	15,3	0,0%	1,9	0,0%	35,2	0,0%
Tecidos impregnados, revestidos ou estratificados	0,0	0,0%	0,0	0,0%	9,3	0,0%
Subtotal	42.110,4	91,3%	53.073,0	99,8%	80.303,0	100,0%
Outros	4.030,0	8,7%	117,3	0,2%	3,3	0,0%
Total	46.140,4	100,0%	53.190,3	100,0%	80.306,3	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



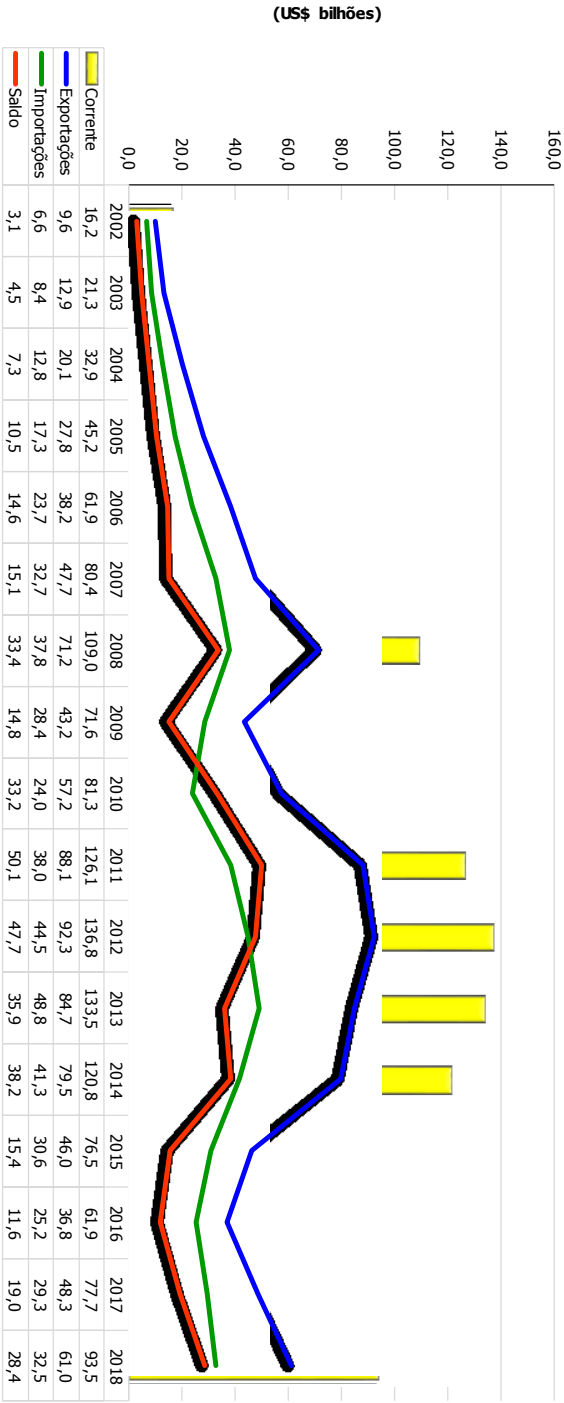
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhares

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Aviões	0,0	0,0%	27.335,1	97,5%	Aviões 97,5%
Máquinas mecânicas	369,5	36,8%	624,6	2,2%	Máquinas mecânicas 2,2%
Instrumentos de precisão	45,5	4,5%	36,6	0,1%	Instrumentos de precisão 0,1%
Obras de ferro ou aço	15,6	1,5%	16,3	0,1%	Obras de ferro ou aço 0,1%
Calçados	3,6	0,4%	8,7	0,0%	Calçados 0,0%
Vestuário, exceto malha	7,0	0,7%	6,4	0,0%	Vestuário, exceto malha 0,0%
Vestuário de malha	19,2	1,9%	3,9	0,0%	Vestuário de malha 0,0%
Produtos das indústrias gráficas	0,0	0,0%	3,6	0,0%	Produtos das indústrias gráficas 0,0%
Produtos farmacêuticos	376,3	37,4%	3,5	0,0%	Produtos farmacêuticos 0,0%
Obras de pedra, gesso, cimento	3,4	0,3%	2,1	0,0%	Obras de pedra, gesso, cimento 0,0%
Subtotal	840,0	83,6%	28.040,7	100,0%	
Outros	165,0	16,4%	3,7	0,0%	
Total	1.005,0	100,0%	28.044,4	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Sal, enxofre, pedras, cimento	12.808,4	58,2%	8.001,4	78,8%	Sal, enxofre, pedras, cimento 78,8%
Ferro e aço	495,4	2,3%	1.234,4	12,2%	Ferro e aço 12,2%
Químicos inorgânicos	7.596,1	34,5%	794,8	7,8%	Químicos inorgânicos 7,8%
Chumbo	43,2	0,2%	58,0	0,6%	Chumbo 0,6%
Alumínio	90,5	0,4%	56,6	0,6%	Alumínio 0,6%
Máquinas elétricas	28,0	0,1%	9,7	0,1%	Máquinas elétricas 0,1%
Máquinas mecânicas	0,0	0,0%	1,3	0,0%	Máquinas mecânicas 0,0%
Obras de ferro e aço	0,5	0,0%	0,8	0,0%	Obras de ferro e aço 0,0%
Plásticos	0,0	0,0%	0,3	0,0%	Plásticos 0,0%
Fios especiais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	Fios especiais 0,0%
Subtotal	21.062,1	95,7%	10.157,2	100,0%	
Outros produtos	952,4	4,3%	0,0	0,0%	
Total	22.014,5	100,0%	10.157,2	100,0%	

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Comércio Cazaquistão x Mundo



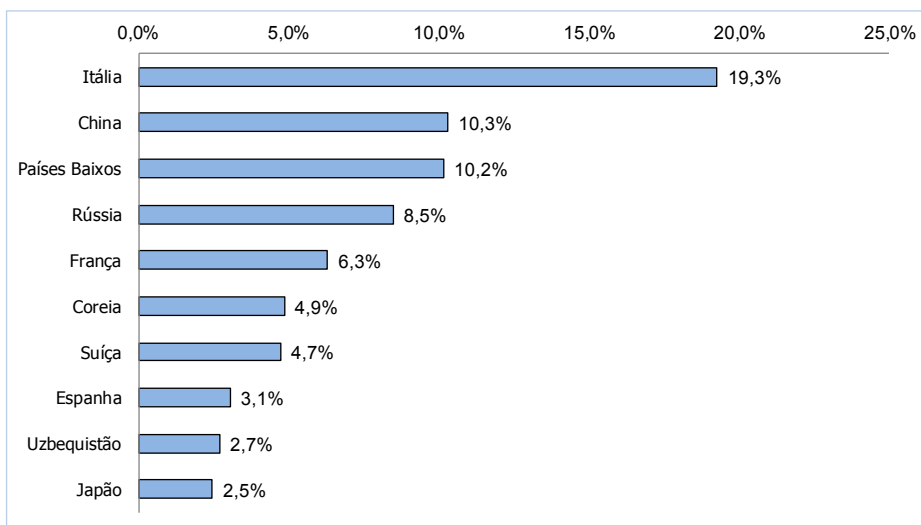
Elaborado pelo MRE/PPQ/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2019.

Principais destinos das exportações do Cazaquistão
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Itália	11,7	19,3%
China	6,3	10,3%
Países Baixos	6,2	10,2%
Rússia	5,2	8,5%
França	3,8	6,3%
Coreia	3,0	4,9%
Suíça	2,9	4,7%
Espanha	1,9	3,1%
Uzbequistão	1,6	2,7%
Japão	1,5	2,5%
...		
Brasil (47º lugar)	0,1	0,1%
Subtotal	44,1	72,3%
Outros países	16,9	27,7%
Total	61,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais destinos das exportações

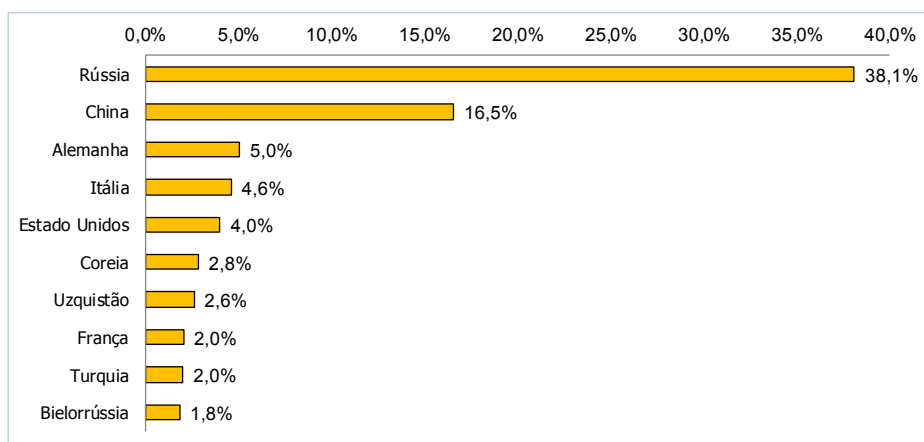


Principais origens das importações do Cazaquistão
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Rússia	12,4	38,1%
China	5,4	16,5%
Alemanha	1,6	5,0%
Itália	1,5	4,6%
Estado Unidos	1,3	4,0%
Coreia	0,9	2,8%
Uzquistão	0,8	2,6%
França	0,7	2,0%
Turquia	0,7	2,0%
Bielorrússia	0,6	1,8%
...		
Brasil (59º lugar)	0,1	0,3%
Subtotal	26,0	79,9%
Outros países	6,5	20,1%
Total	32,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais origens das importações

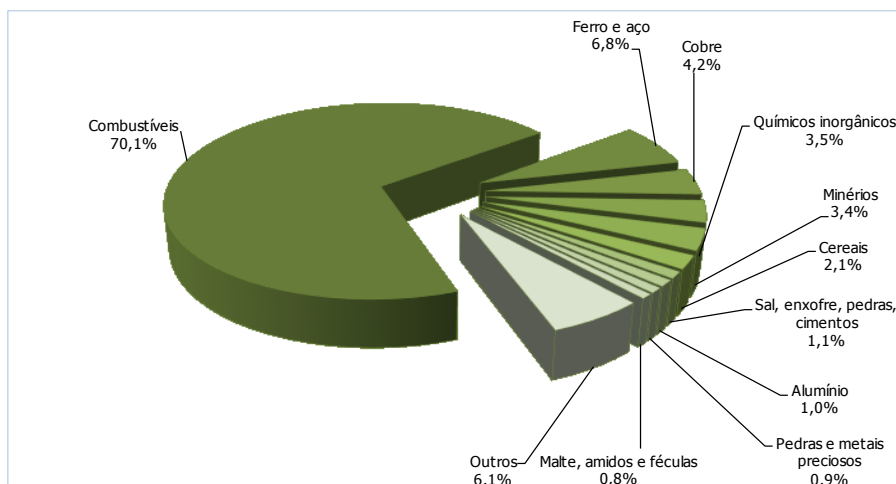


Composição das exportações do Cazaquistão
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	42,7	70,1%
Ferro e aço	4,2	6,8%
Cobre	2,5	4,2%
Químicos inorgânicos	2,1	3,5%
Minérios	2,1	3,4%
Cereais	1,3	2,1%
Sal, enxofre, pedras, cimentos	0,6	1,1%
Alumínio	0,6	1,0%
Pedras e metais preciosos	0,5	0,9%
Malte, amidos e féculas	0,5	0,8%
Subtotal	57,2	93,9%
Outros	3,7	6,1%
Total	61,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

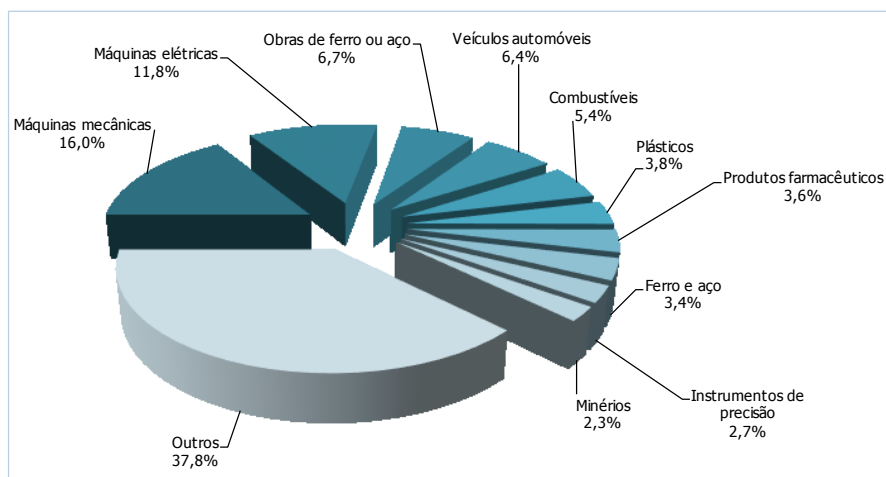


Composição das importações do Cazaquistão
US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas mecânicas	5,2	16,0%
Máquinas elétricas	3,8	11,8%
Obras de ferro ou aço	2,2	6,7%
Veículos automóveis	2,1	6,4%
Combustíveis	1,7	5,4%
Plásticos	1,2	3,8%
Produtos farmacêuticos	1,2	3,6%
Ferro e aço	1,1	3,4%
Instrumentos de precisão	0,9	2,7%
Minérios	0,8	2,3%
Subtotal	20,2	62,2%
Outros	12,3	37,8%
Total	32,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos importados



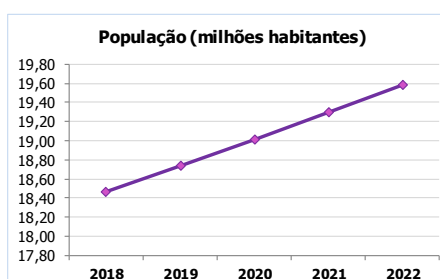
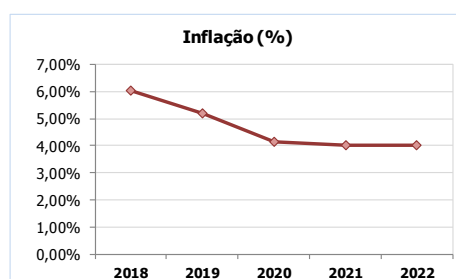
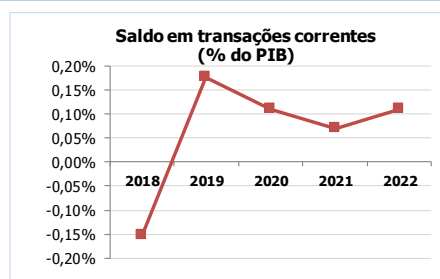
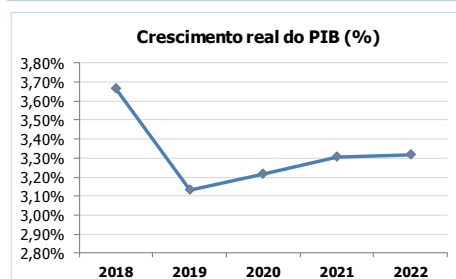
Principais indicadores socioeconômicos do Cazaquistão

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	3,67%	3,13%	3,22%	3,30%	3,32%
PIB nominal (US\$ bilhões)	184,21	195,74	209,13	223,93	241,20
PIB nominal "per capita" (US\$)	9.977,4	10.446,8	10.998,4	11.604,5	12.316,4
PIB PPP (US\$ bilhões)	507,6	534,7	562,4	591,8	622,8
PIB PPP "per capita" (US\$)	27.494	28.536	29.576	30.666	31.800
População (milhões habitantes)	18,46	18,74	19,02	19,30	19,58
Desemprego (%)	4,95%	4,95%	4,95%	4,95%	4,95%
Inflação (%) ⁽²⁾	6,03%	5,19%	4,14%	4,00%	4,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,15%	0,18%	0,11%	0,07%	0,11%
Dívida externa (US\$ bilhões)	—	—	—	—	—
Câmbio (CFAfr\$ / US\$) ⁽²⁾	—	—	—	—	—
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	4,7%				
Indústria	34,1%				
Serviços	61,2%				

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA QUIRGUIZ**

**Informação Ostensiva
Maio de 2019**

DADOS BÁSICOS SOBRE O QUIRGUISTÃO	
NOME OFICIAL:	República Quirguiz
GENTÍLICO:	quirguiz
CAPITAL:	Bishkek
ÁREA:	199 951 km ²
POPULAÇÃO (2018):	5 849 296
LÍNGUAS OFICIAIS:	quirguiz (língua de Estado) e russo (língua inter-étnica)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	islamismo (90%) e cristianismo (7%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	parlamento unicameral (Conselho Supremo)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Sooronbay Jeenbekov (desde 24 de novembro de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mukhammetkaly Abylgaziev (desde 20 de abril de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US\$ 8 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US\$ 24,40 bilhões
PIB PER CAPITA (2018)	US\$ 1 367
PIB PPP PER CAPITA (2018)	US\$ 4 171
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,81% (2018); 4,6% (2017); 3,8% (2016); 3,5% (2015); 4% (2014);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2017):	0,672 (122ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	71,1 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	99,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2018):	7,36% (fonte: The Global Economy)
UNIDADE MONETÁRIA:	som
EMBAIXADOR NO BRASIL:	a ser designado (não residente)
BRASILEIROS NO PAÍS:	há registro de 7 brasileiros residentes no Quirguistão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-QUIRGUISTÃO (US\$ mil - FOB / Fonte: MDIC)										
Brasil → Quirguistão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018
Intercâmbio	228,5	164,0	2.596	2.465	6.344	6.945	10.286	2.894	1.145	98,1
Exportações	204,4	153,4	2.278	2.146	6.323	6.721	10.284	2.889	1.071	97,6
Importações	24,1	10,6	318,3	318,4	21,3	224,7	2,1	4,6	75,0	0,4
Saldo	180,3	142,8	1.960	1.828	6.301	6.494	10.281	2.885	995,6	97,2

APRESENTAÇÃO

O Quirguistão ("terra das quarenta tribos") localiza-se na Ásia Central e faz fronteira com a China, Cazaquistão, Uzbequistão e Tajiquistão. Estima-se que o povo quirguiz chegou à região da Ásia central vindo da Sibéria. A narrativa histórica tradicional dá conta de que, no séc. IX, um guerreiro chamado Manas unificou 40 clãs na luta contra o povo uigur. Esses clãs dominaram o território, derrotando os uigures e fundando o Grande Canato Quirguiz, que estabeleceu intensos contatos comerciais com a China, a Ásia Central e a Pérsia. Essa poderosa união política dos clãs permaneceu até as invasões de Genghis Khan, no séc. XII.

Entre os séculos XVII e XIX, as tribos quirguizes estiveram sob o domínio dos mogóis Oirats, do império chinês e do canato uzbeque de Kokand. Em 1876, o atual território do Quirguistão foi incorporado ao Império Russo. Sob forte opressão, os quirguizes participaram de diversas revoltas contra o regime colonial russo (com destaque para a de 1916), cuja repressão gerou um grande fluxo migratório rumo à China. Com o advento da União Soviética, as políticas de demarcação territorial resultaram na formação da região autônoma de *Kara-Kyrgy* em 1924, transformada em República Socialista Soviética Quirguiz, em 1936. A independência viria apenas em 1991, após a dissolução da União Soviética.

O Quirguistão possui grande potencial hidrelétrico, além de reservas de ouro, carvão, petróleo, mercúrio e zinco. A cadeia montanhosa de Tien Shan ocupa mais de 80% do território do país, o que gera desafios para as atividades econômicas.

O quirguiz e o russo são idiomas oficiais, sendo o primeiro falado por cerca de 71% da população, seguido pelo uzbeque, com cerca de 14% da população. A composição étnica consiste em quirguizes (73%), uzbeques (15%), russos (5%) e outras etnias (7%). A maioria de sua população é muçulmana, herança da invasão árabe no século VIII.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SOORONBAY JEENBEKOV

presidente



Nascido em 1958, no distrito de Telman Kara Kuldja, região de Osh. Graduado em zootecnia pelo Instituto Agrícola Quirguiz, durante muitos anos trabalhou como criador de gado, até integrar a Comissão de Assuntos Agrários da Assembleia dos Representantes do Povo do Conselho Supremo, primeiramente como vice-presidente e posteriormente como presidente, em 1996.

Em 2005, assumiu a comissão do complexo agroindustrial e ecológico do Soviete Supremo da República Quirguiz, como vice-presidente. Em seguida, em maio de 2007, tornou-se ministro da Agricultura, Recursos Hídricos e da Indústria Transformadora.

Entre os anos de 2008 e 2010, Jeenbekov esteve afastado de cargos públicos, retornando à atividade política como governador da região de Osh. Em 2015, foi nomeado diretor do Serviço de Pessoal de Estado e, no mesmo ano, assumiu a vice-chefia da administração presidencial. Em abril de 2016, ascendeu ao cargo de primeiro-ministro.

Em outubro de 2017 foi eleito presidente com o apoio do então mandatário, Almazbek Atambayev. O pleito foi visto como um "teste de estabilidade" para o país.

MUKHAMMETKALY ABYLGAZIEV*primeiro-ministro*

Nascido em 1968, na região de Narin. Graduou-se em agricultura pelo Instituto Agrícola Konstantin Skryabin, em 1994. Em 1997, graduou-se em economia pela Universidade Internacional do Quirquístão. Abylgaziev tem extensa carreira no setor público quirguiz. Entre 1998 e 2003, atuou no Departamento de Emprego do Distrito de Bishkek. Entre 2003 e 2016, galgou postos na hierarquia do Instituto Previdenciário da República Quirguiz, até alcançar o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Entrou para a carreira política em 2016, como primeiro vice primeiro Ministro. Em 2017, tornou-se conselheiro do presidente. Em março de 2018, foi nomeado chefe da administração presidencial e, em abril do mesmo ano, tornou-se primeiro ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência quirguiz, em 1991, estabelecendo relações bilaterais com o país em 1993. As relações bilaterais muito se beneficiaram da abertura de embaixada brasileira no Cazaquistão, em 2006, que é também responsável pela representação brasileira junto ao Quirguistão. Em 2017, os dois países assinaram acordo para dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço.

Em 2010, o Brasil doou US\$ 300 mil como assistência humanitária em resposta a conflitos étnicos no país, e, em 2013, US\$ 50 mil para refugiados e deslocados internos.

O então vice-primeiro-ministro do Quirguistão, Djoomart Otorbaev, visitou o Brasil, em junho de 2012, representando o então presidente Almazbek Atambayev na Conferência Rio+20. Na ocasião, a autoridade quirguiz expressou interesse em obter maiores informações sobre a experiência brasileira na geração de energia hidrelétrica, incluindo a possibilidade de que empresas brasileiras venham a realizar investimentos nessa área em seu país. Referiu-se, ainda, ao potencial verificado no agronegócio e no turismo.

Em 2016, promoveu-se a "semana cultural do Brasil em Bishkek", iniciativa que incluiu a apresentação de mostra de cinema brasileiro, a qual contou com o apoio do Cônsul Honorário do Brasil naquela capital. Incluiu ainda apresentações de dança, capoeira, música e degustação de café brasileiro.

Em fevereiro de 2017, o embaixador do Brasil no Quirguistão, residente em Astana (Cazaquistão), realizou visita a Bishkek para dar seguimento a discussões sobre cooperação bilateral em áreas como pecuária e bioeletricidade. Foram submetidas à consideração da parte quirguiz propostas brasileiras de acordos de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, de Extradição e Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Cooperação Jurídica em Matéria Civil.

Assuntos consulares

Há registro de sete brasileiros residentes no Quirguistão, mas não há informações específicas sobre o perfil desses cidadãos. Em 2011, o empresário Salymbekov Askar Maatkabylovich foi nomeado cônsul honorário em Bishkek, subordinado à Embaixada do Brasil no Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

A flexibilização do ambiente político e econômico patrocinada pelo Secretário-Geral do Partido Comunista da URSS, Mikhail Gorbachev, a partir de 1985, facilitou a eleição do político reformista Askar Akayev como presidente da República Socialista Soviética Quirguiz, em 1990. Akayev introduziu novas estruturas políticas, formou um governo com jovens reformistas e manifestou seu apoio a Gorbachev, o que contrariou as forças russas mais tradicionais e reacionárias que, naquele momento histórico, tentavam destituir-lo. Como consequência, uma tentativa de golpe organizada pelos russos tentou retirar

Akayev do poder, episódio que levou à declaração de independência do Quirguistão, em 30 de agosto de 1991.

Com extenso apoio popular, Akayev venceu as eleições presidenciais de outubro do mesmo ano e iniciou o processo de elaboração da constituição quirguiz, aprovada pelo parlamento local em maio de 1993.

Em 2005, a vitória de Akayev nas eleições provocou uma série de protestos que contestavam a legitimidade de seu governo. Como consequência, Akayev deixou o país, e o parlamento indicou o líder da oposição, Kurmanbek Bakiyev, como presidente, concluindo processo que ficaria conhecido como “Revolução das Tulipas”. Com a promessa de diminuir os poderes presidenciais e de acabar com a corrupção e o nepotismo, Bakiyev venceu as eleições diretas, no mesmo ano, com 89% dos votos. Introduziu nova lei eleitoral e fundou seu próprio partido, o *Ak Zhol*.

Em 2010, protestos contra a corrupção e precárias condições de vida levaram à queda do presidente Bakiyev. No mesmo ano, um referendo aprovou uma nova constituição, que inaugurou a democracia parlamentar no país, ao transferir alguns poderes do presidente para o primeiro-ministro. Contudo, apesar da estrutura da proposta de transição, o país vivenciou um período de instabilidade política, devido a sucessivas mudanças de governo.

Em dezembro de 2010, Almazbek Atambayev foi aprovado pelo parlamento para o cargo de primeiro-ministro. Renunciou, porém, para concorrer às eleições presidenciais, nas quais se saiu vencedor. Desde então, diversos políticos sucederam-se no cargo de primeiro-ministro. Atambayev deixou a presidência em 2017, quando transmitiu o cargo ao atual mandatário, Sooronbay Jeenbekov.

Entre 2010 e 2012, ocorreram três processos eleitorais (eleições legislativas, presidenciais e locais), além de um referendo constitucional. Segundo os observadores da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a Comissão Eleitoral Central do país, não houve comprometimento dos resultados. Desde a mudança de regime, em 2010, o governo vem tentando melhorar a prestação de serviços públicos básicos à população.

Em 2016, referendo popular conferiu maiores poderes ao primeiro-ministro, em detrimento do presidente. Em outubro de 2017, foram realizadas eleições presidenciais, das quais saiu vitorioso o então primeiro-ministro Sooronbay Jeenbekov.

Organização administrativa e sistema político

O Quirguistão é uma república parlamentarista. A instituição que corresponde ao parlamento denomina-se Conselho Supremo, com 120 assentos. As eleições têm lugar a cada cinco anos. O sistema político multipartidário quirguiz conta com o presidente, como chefe de estado, e o primeiro-ministro, como chefe de governo. O presidente é eleito para um mandato de seis anos, sem possibilidade de reeleição.

A atual coalizão governista reúne 77 assentos do Conselho Supremo – 38 do Partido Social Democrata (do presidente Jeenbekov), 18 do Partido Quirguistão, 11 do Ata-Meken e 10 do Onuguu-Progress. As demais 43 cadeiras pertencem à oposição – 28 do Respublika-Ata Zhurt, 12 do Bir Bol e 3 independentes.

O Poder Judiciário quirguiz é composto por cortes de primeira instância, tribunais regionais de revisão e pela Suprema Corte, criada pela reforma de 2010. Há, ainda, uma instância informal, apartada da hierarquia do Poder Judiciário, composta por anciões denominados "aksakals". Em 2011, na esteira do processo de reformas iniciado no ano anterior, foi criado o Conselho para a Seleção de Juízes, instituição encarregada da nomeação de magistrados.

O Quirguistão subdivide-se em sete regiões administrativas (oblast). A capital, Bishkek, e a segunda maior cidade, Osh, são cidades administrativamente independentes e gozam de status equivalente ao de região.

POLÍTICA EXTERNA

O Quirguistão adota uma política externa que mescla o tradicional alinhamento com a Rússia com ensaios de aproximação com o Ocidente, bem como, de maneira crescente, com a China.

Seus laços regionais sofrem forte influência da herança soviética e da presença de minoria russa no país, bem como do fato de que há considerável número de trabalhadores quirguizes na Rússia. Moscou apoiou ativamente a entrada do país na União Econômica Euroasiática (UEE) e vem buscando ampliar o alcance geográfico do agrupamento, atraindo os países centro-asiáticos que não integram a iniciativa – Tajiquistão, Uzbequistão e Turcomenistão.

A Rússia conta com base militar no Quirguistão e tem interesse em certas instalações industriais no país. Procura, igualmente, colaboração com o Quirguistão para combater o tráfico de heroína proveniente do Afeganistão. Moscou coloca-se, hoje, como o garante da segurança do país.

Os Estados Unidos oferecem assistência humanitária e suporte na implementação de reformas políticas e econômicas. A entrada do Quirguistão na OMC, em 1998, foi assistida por Washington. De dezembro de 2001 até junho de 2014, os EUA mantiveram uma base no Aeroporto Internacional de Manas, nas redondezas de Bishkek, a fim de apoiar as operações no Afeganistão e no Iraque.

A Turquia também tem papel relevante nas relações exteriores do Quirguistão. Além de ter sido o primeiro país a reconhecer a independência do Quirguistão, os investimentos turcos são importantes para a economia do país centro-asiático.

No contexto da crescente aproximação da China com os países da Ásia Central, especialmente no âmbito do projeto “Belt and Road Initiative” (BRI), Pequim trabalha na construção de ferrovia que deverá conectar China, Quirguistão e Uzbequistão, além de planejar iniciativas para viabilizar a importação de energia hidrelétrica do Quirguistão.

O Quirguistão é membro da Organização para a Cooperação de Xangai, fundada em 2001 e da União Econômica Eurasiática, que entrou em vigor em janeiro de 2015, conformando um mercado único de 183 milhões de pessoas, inspirado na União Europeia. O país é ainda membro da Organização de Cooperação e Segurança Europeia e da Organização de Cooperação Islâmica.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Na década de 1990, o Quirguistão foi considerado exemplo entre as ex-repúblicas soviéticas quanto ao cumprimento das recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), devido à realização de reformas de mercado, especialmente na privatização do setor estatal. Além disso, foi o primeiro país da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a ingressar na Organização Mundial do Comércio. Outro marco foi o ingresso na União Econômica Euroasiática (UEE), em 2015. A UEE oferece oportunidades a Bishkek, como a regularização dos trabalhadores quirguizes na Rússia, o que propiciará estabilidade e aumento das remessas do exterior.

Houve expansão do PIB da ordem de 2,1% em 2018, o que representa sensível redução do ritmo de crescimento em relação a 2017, quando o país cresceu 4,6%. O setor agrícola é importante para a economia do país, havendo relevante produção de algodão, fumo, lã e carne. Os principais produtos de exportação quirguizes são ouro, pérolas, pedras preciosas, combustíveis e artigos de vestuário.

O país é carente em combustíveis fósseis e dependente da importação de petróleo e de gás natural. Por essa razão, o governo quirguiz busca atrair capitais externos para investimentos em energia hidrelétrica, por meio de parcerias público-privadas, aproveitando o fato de o país ser detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central.

O governo quirguiz também trabalha para estabelecer rotas de transportes que possibilitem a integração do país à economia mundial, especialmente por meio da proposta chinesa da “Belt and Road Initiative” (BRI). O Quirguistão se esforça para implementar reformas liberalizantes e superar problemas que vão do isolamento (advindo da geografia montanhosa) a limitadas opções de desenvolvimento econômico, além da herança de conflitos étnicos e instabilidade política na década passada.

Relações econômico-comerciais com o Brasil

O comércio bilateral com o Brasil é bastante reduzido, tendo alcançado, em 2018, pouco mais US\$ 98.000, cifra que corresponde, quase integralmente, a exportações brasileiras. Registra-se considerável queda no intercâmbio comercial entre Brasil e Quirguistão desde o ano de 2013, quando se atingiu o valor máximo de US\$ 10,29 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2018 foram máquinas mecânicas. As principais importações brasileiras do Quirguistão foram máquinas elétricas e obras de ferro e aço.

Em 2016, a embaixada brasileira em Astana realizou missão empresarial a Bishkek, ocasião em que foi organizada rodada de negócios. A missão empresarial, cujo foro contou com apoio financeiro da Apex-Brasil, constituiu iniciativa inédita, permitindo, pela primeira vez, oportunidade de familiarização, para empresas brasileiras, com o país e a região.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. II	Com a Rota da Seda, as cidades de Osh, Ungem e Jul se tornam grandes centros comerciais.
Séc. VIII	Os árabes invadem a Ásia Central, inclusive o atual Quirguistão, e iniciam a disseminação do Islamismo na região.
Séc. IX	Estabelecimento do Canato Quirguiz
1219	Genghis Khan conquista uma grande área da Ásia Central, inclusive onde se encontra hoje o Quirguistão.
Séc. XVIII-XIX	O atual território quirguiz é sucessivamente ocupado pelos Oirats mongóis, pelo Império Qing e pelo canato uzbeque de Kokand.
1876	O Canato de Kokand é incorporado à Rússia.
1917	Ocorre a revolução bolchevique na Rússia.
1921	O Quirguistão se torna parte das Repúblicas Socialistas Soviéticas Autônomas do Turcomenistão.
1924	É formada a Região Autônoma de Kara-Kyrgyz, que no ano seguinte tem seu nome alterado para Região Autônoma do Quirguistão.
1936	Criada a República Socialista Soviética Quirguiz.
1990	Askar Akayev é eleito o primeiro presidente do Quirguistão, ainda como uma república da União Soviética.
1991	O Quirguistão declara independência. Realiza-se uma nova eleição para a presidência, que mantém Askar Akayev no posto
1992	Inicia-se o programa de reestruturação econômica.
1995	Akayev é reeleito.
2000	Akayev vence as eleições mais uma vez, estendendo seu governo por mais 5 anos.
2001	O Quirguistão permite a instalação de tropas norte-americanas e de sete outros países em seu território, como forma de apoio ao combate às forças do Talibã e da Al-Qaeda, no Afeganistão.
2005	Na sequência de protestos populares (“Revolução das Tulipas”), Akayev viaja para a Rússia, de onde anuncia a sua renúncia à presidência do Quirguistão.

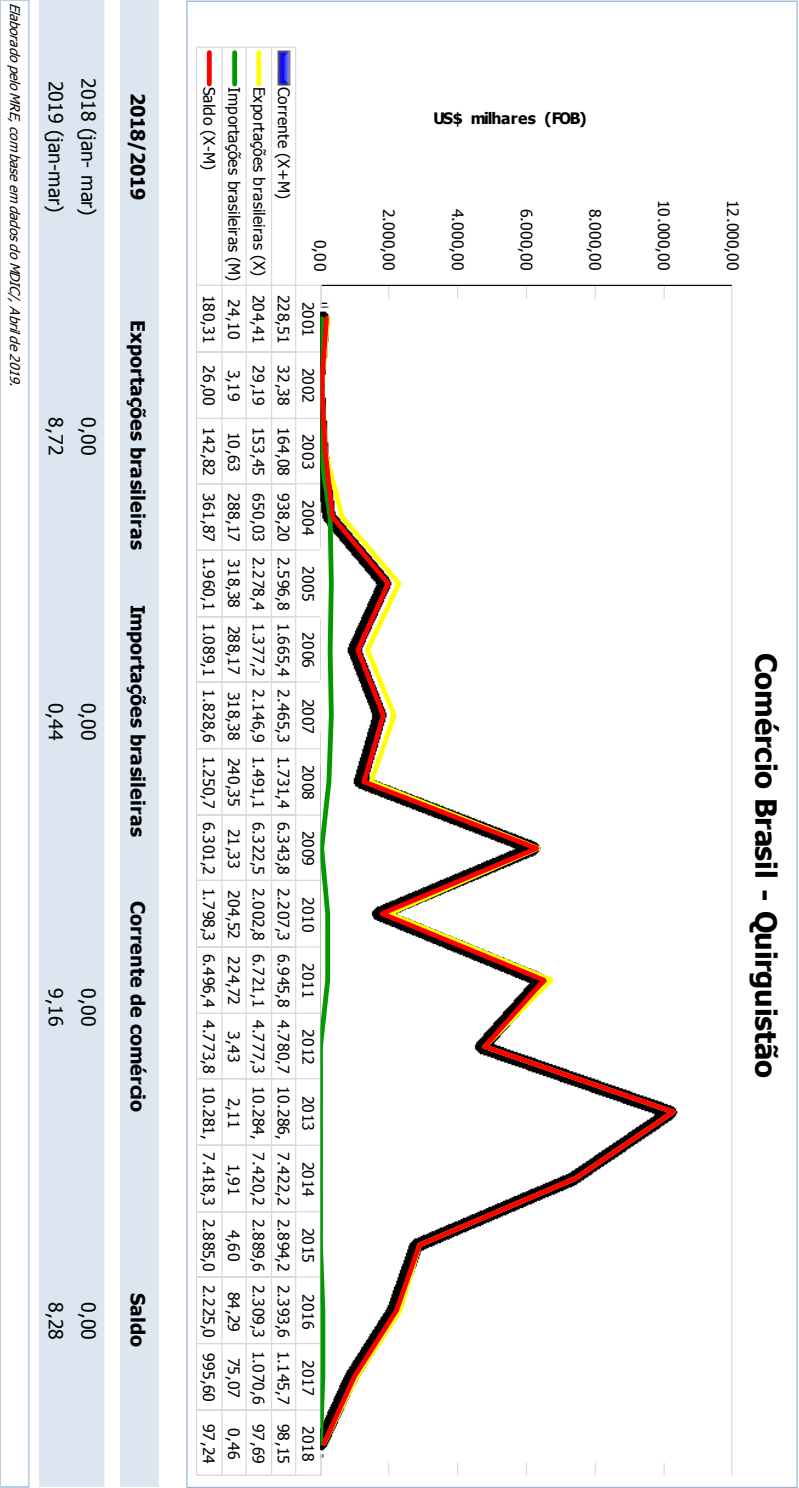
2005	Kurmanbek Bakiyev tem vitória esmagadora nas eleições para a presidência.
2006	O presidente Kurmanbek Bakiyev ameaça expulsar as tropas americanas, caso não aceitem pagar uma contribuição maior pela sua permanência no país. Os EUA deixam o país em 2014.
2009	O Bakiyev é reeleito.
2010	Após protestos populares, Bakiyev renuncia à presidência e foge para a Bielorrússia, onde recebe refúgio. Roza Otunbayeva torna-se presidente interina do Quirguistão. Mais de 90% dos eleitores aprovam as mudanças na constituição que reduzem o poder presidencial e transformam o Quirguistão em uma república parlamentarista.
2011	O primeiro-ministro Almazbek Atambayev é eleito presidente do Quirguistão.
2014	Os Estados Unidos entregam definitivamente a base militar em Manas às forças armadas quirguizes.
2016	Os eleitores aprovam mudanças na constituição, aumentando o poder do primeiro ministro.
2017	Sooronbay Jeenbekov é eleito presidente e Sapar Izakov é nomeado primeiro ministro.
2018	Izakov recebe voto de desconfiança e é substituído no cargo de Primeiro-Ministro por Muhammetkaly Abylgaziev

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993	Reconhecimento brasileiro da independência da República Quirguiz.
2012	Visita do vice-primeiro-ministro da República Quirguiz, no contexto da Conferência Rio+20.
2016	Missão empresarial brasileira ao Quirguistão
2017	Assinatura de acordo de isenção de vistos para portadores de passaporte diplomático e oficial.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Situação
Protocolo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Quirguiz	06/08/1993	06/08/1993	VIGENTE
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Quirguiz sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais/Serviço	26/04/2017	01/12/2017	VIGENTE

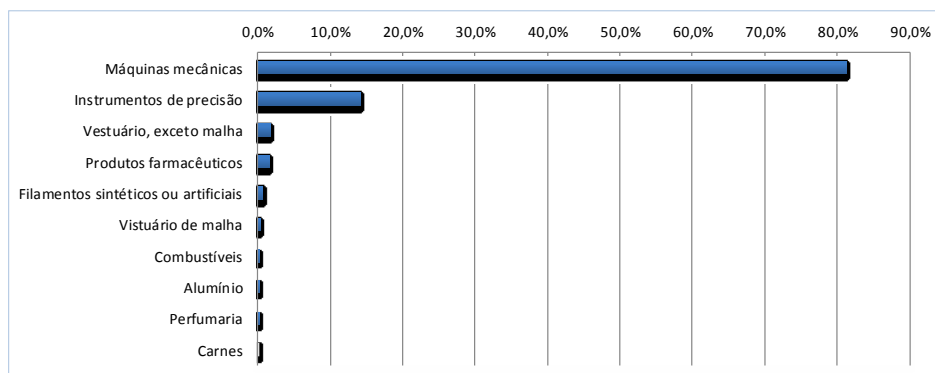


Composição das exportações brasileiras para o Quirguistão
US\$ milhares

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	37,83	1,6%	0,00	0,0%	79,42	81,3%
Instrumentos de precisão	0,00	0,0%	0,00	0,0%	13,80	14,1%
Vestuário, exceto malha	0,00	0,0%	1,67	0,2%	1,60	1,6%
Produtos farmacêuticos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1,58	1,6%
Filamentos sintéticos ou artificiais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,66	0,7%
Vestuário de malha	0,00	0,0%	20,30	1,9%	0,41	0,4%
Combustíveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,18	0,2%
Alumínio	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,04	0,0%
Perfumaria	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,01	0,0%
Carnes	1.985,29	86,0%	529,15	49,4%	0,00	0,0%
Subtotal	2.023,12	87,6%	551,12	51,5%	97,69	100,0%
Outros	286,27	12,4%	519,55	48,5%	0,00	0,0%
Total	2.309,38	100,0%	1.070,67	100,0%	97,69	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

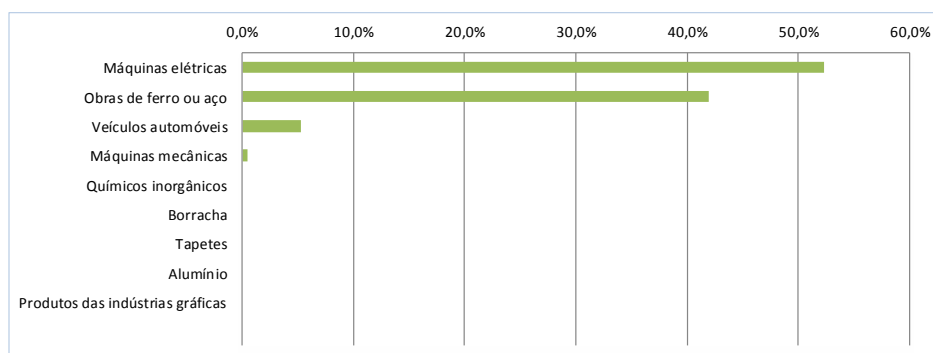


Composição das importações brasileiras originárias do Quirguistão
US\$ milhares

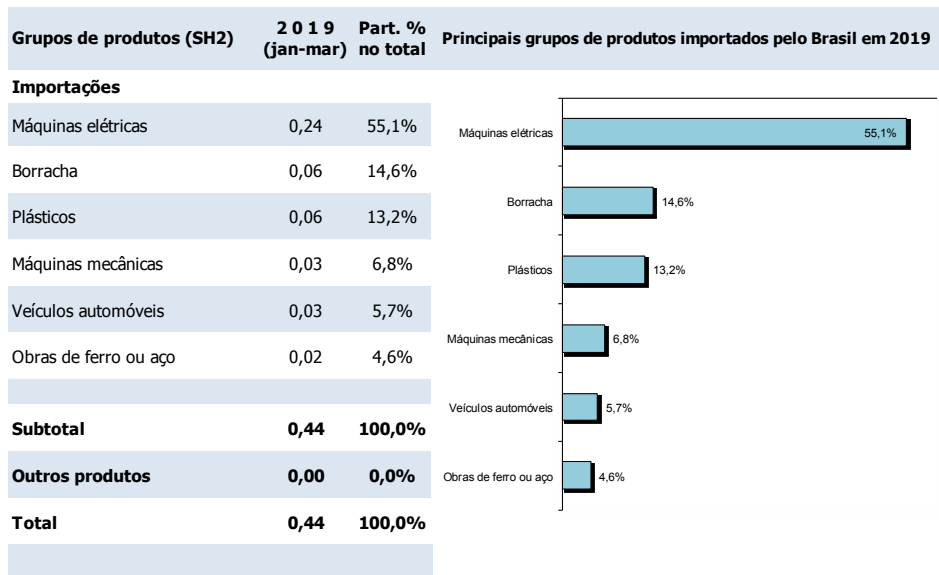
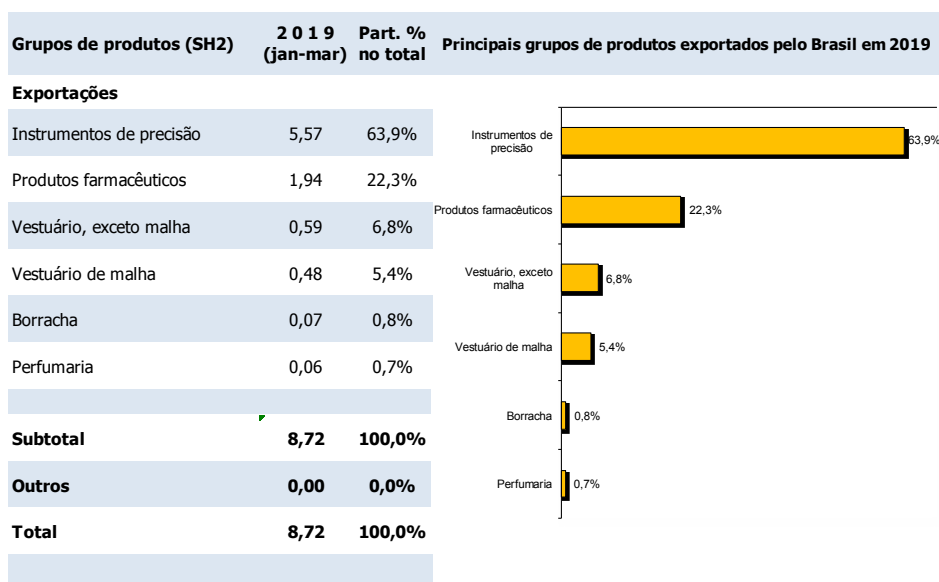
Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	82,75	98,2%	0,53	0,7%	0,24	52,3%
Obras de ferro ou aço	0,04	0,0%	0,00	0,0%	0,19	42,0%
Veículos automóveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,02	5,3%
Máquinas mecânicas	1,32	1,6%	0,34	0,5%	0,00	0,4%
Químicos inorgânicos	0,00	0,0%	71,98	95,9%	0,00	0,0%
Borracha	0,00	0,0%	1,33	1,8%	0,00	0,0%
Tapetes	0,00	0,0%	0,87	1,2%	0,00	0,0%
Alumínio	0,00	0,0%	0,01	0,0%	0,00	0,0%
Produtos das indústrias gráficas	0,19	0,2%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	84,29	100,0%	75,07	100,0%	0,46	100,0%
Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Total	84,29	100,0%	75,07	100,0%	0,46	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018

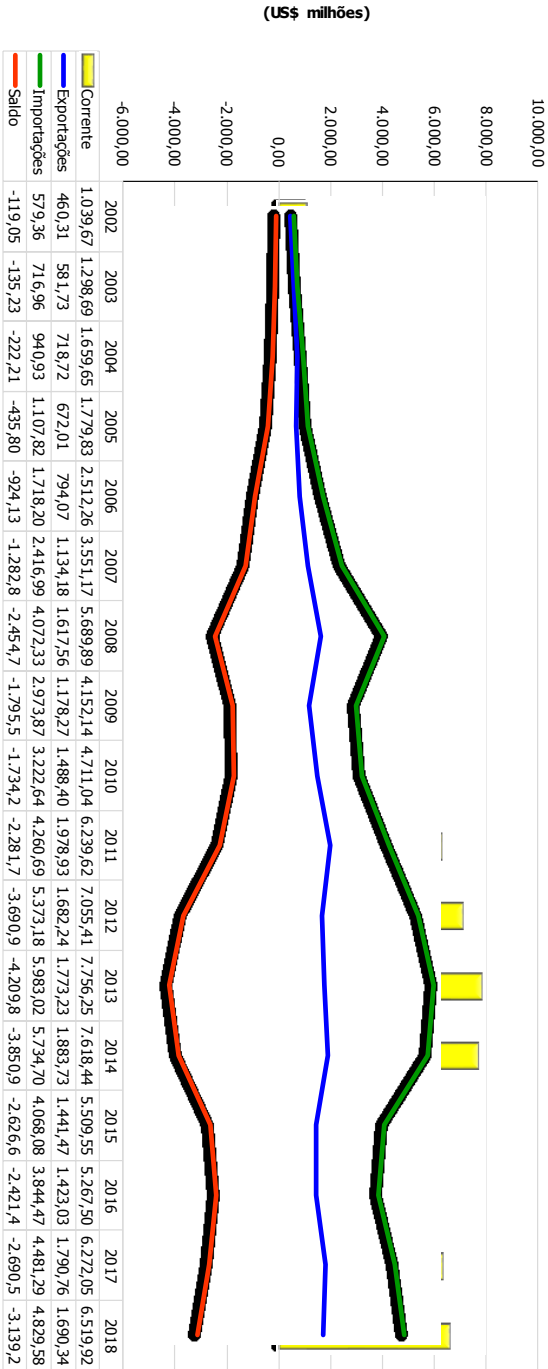


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhares



Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Comércio Quirguistão x Mundo



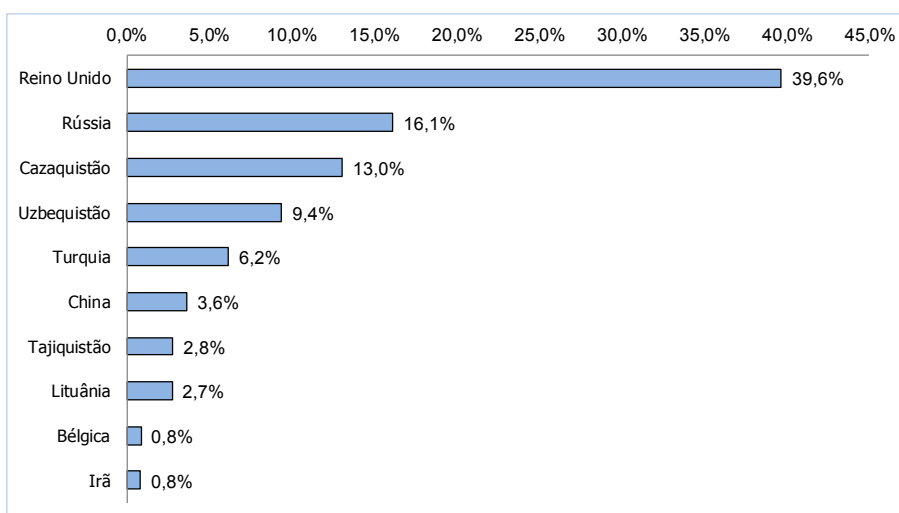
Elaborado pelo MNE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UMC/TAU/TradeMap, Abril/2019.

Principais destinos das exportações do Quirguistão
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Reino Unido	669,99	39,6%
Rússia	272,33	16,1%
Cazaquistão	220,36	13,0%
Uzbequistão	158,50	9,4%
Turquia	104,00	6,2%
China	61,24	3,6%
Tajiquistão	47,07	2,8%
Lituânia	46,01	2,7%
Bélgica	14,10	0,8%
Irã	13,89	0,8%
...		
Brasil (104º lugar)	0,46	0,0%
Subtotal	1.607,93	95,1%
Outros países	82,41	4,9%
Total	1.690,34	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais destinos das exportações

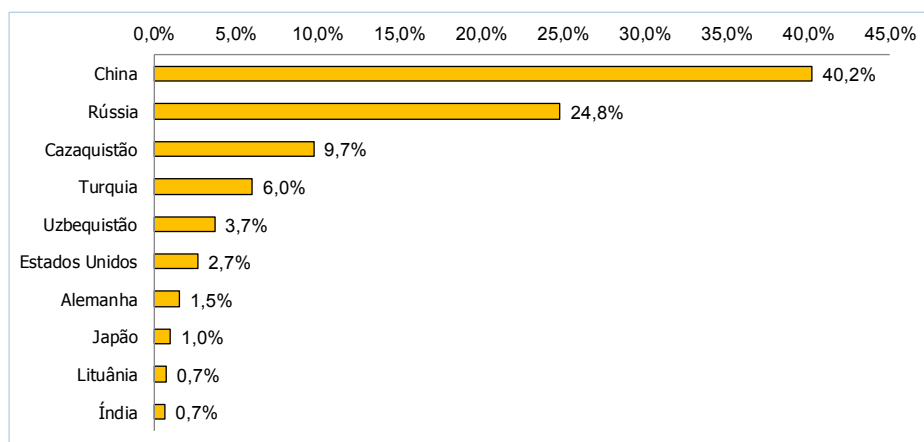


Principais origens das importações do Quirguistão
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
China	1.942,26	40,2%
Rússia	1.198,35	24,8%
Cazaquistão	470,49	9,7%
Turquia	290,18	6,0%
Uzbequistão	177,79	3,7%
Estados Unidos	128,45	2,7%
Alemanha	74,40	1,5%
Japão	48,25	1,0%
Lituânia	35,73	0,7%
Índia	31,45	0,7%
...		
Brasil (36º lugar)	5,20	0,1%
Subtotal	4.402,54	91,2%
Outros países	427,04	8,8%
Total	4.829,58	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais origens das importações

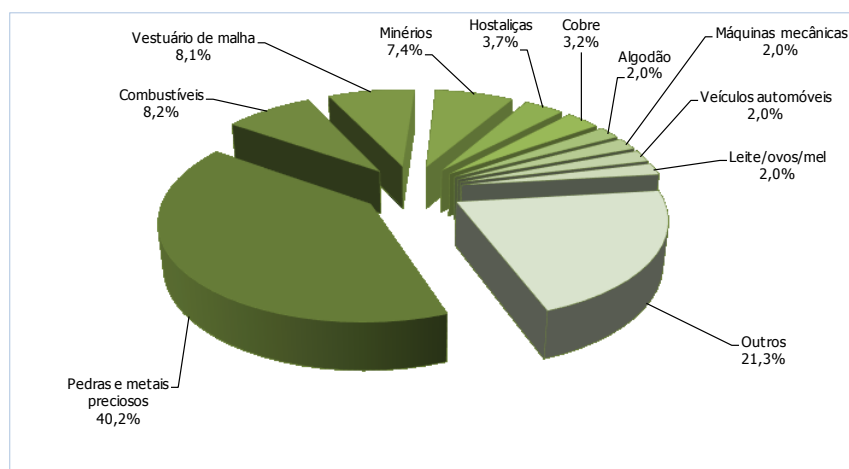


Composição das exportações do Quirguistão
US\$ milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Pedras e metais preciosos	679,81	40,2%
Combustíveis	139,26	8,2%
Vestuário de malha	137,22	8,1%
Minérios	124,57	7,4%
Hostaliças	61,93	3,7%
Cobre	53,68	3,2%
Algodão	34,25	2,0%
Máquinas mecânicas	33,98	2,0%
Veículos automóveis	33,19	2,0%
Leite/ovos/mel	33,03	2,0%
Subtotal	1.330,91	78,7%
Outros	359,43	21,3%
Total	1.690,34	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

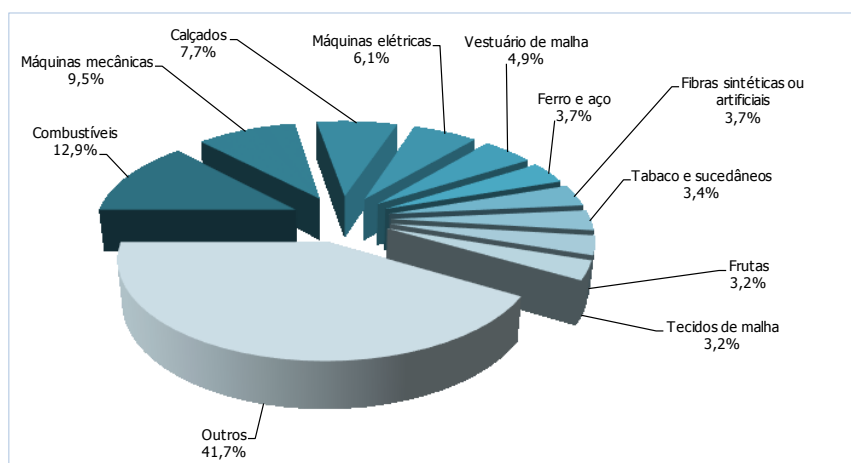


Composição das importações do Quirguistão
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	621,32	12,9%
Máquinas mecânicas	459,35	9,5%
Calçados	371,85	7,7%
Máquinas elétricas	296,44	6,1%
Vestuário de malha	235,06	4,9%
Ferro e aço	179,81	3,7%
Fibras sintéticas ou artificiais	177,71	3,7%
Tabaco e sucedâneos	165,29	3,4%
Frutas	156,59	3,2%
Tecidos de malha	154,62	3,2%
Subtotal	2.818,03	58,3%
Outros	2.011,55	41,7%
Total	4.829,58	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos importados



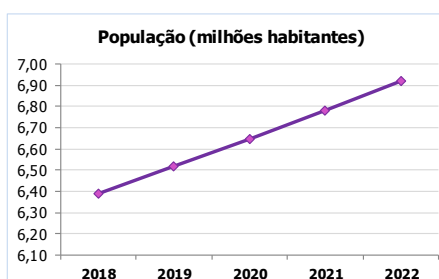
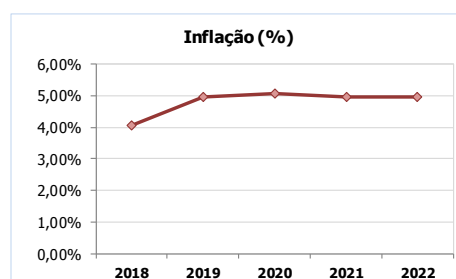
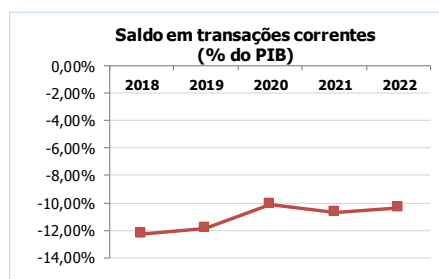
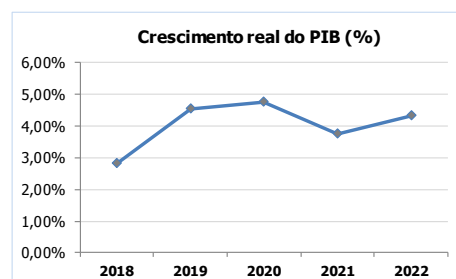
Principais indicadores socioeconômicos do Quirguistão

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	2,81%	4,53%	4,77%	3,73%	4,33%
PIB nominal (US\$ bilhões)	8,01	8,52	9,10	9,62	10,22
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.254,1	1.307,1	1.368,1	1.417,9	1.477,6
PIB PPP (US\$ bilhões)	24,4	26,0	27,8	29,3	31,2
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.812	3.990	4.175	4.325	4.506
População (milhões habitantes)	6,39	6,52	6,65	6,78	6,92
Desemprego (%)	7,03%	7,03%	7,03%	7,03%	7,03%
Inflação (%) ⁽²⁾	4,06%	4,95%	5,06%	4,95%	4,95%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-12,27%	-11,83%	-10,11%	-10,72%	-10,34%
Dívida externa (US\$ bilhões)	—	—	—	—	—
Câmbio (X \$ / US\$) ⁽²⁾	—	—	—	—	—
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	14,6%				
Indústria	31,2%				
Serviços	54,2%				

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO TURCOMENISTÃO**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maió de 2019

DADOS BASICOS SOBRE O TURCOMENISTAO	
NOME OFICIAL:	República do Turcomenistão
GENTÍLICO:	turcomeno
CAPITAL:	Ashgabat
ÁREA:	488 100 km²
POPULAÇÃO:	5,75 milhões (2017)
LÍNGUA OFICIAL:	turcomeno
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	islamismo (89%); cristianismo ortodoxo (9%)
SISTEMA DE GOVERNO:	república presidencial unitária
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (<i>Majilis</i>), composta por 125 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Gurbanguly Berdimuhamedov (desde 21 de dezembro de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US\$ 42,76 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US\$ 112,66 bilhões
PIB PER CAPITA (2018)	US\$ 7.412
PIB PPP PER CAPITA (2018)	US\$ 19.526
VARIAÇÃO DO PIB	6,2% (2018); 6,5% (2017); 6,2% (2016); 6,4% (2015); 10,29% (2014);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2018):	0,706 (108ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	68,0 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	99,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	3,34% (Fonte: The Global Economy).
UNIDADE MONETÁRIA:	manat turcomeno
EMBAIXADOR NO BRASIL:	embaixadora Aksoltan Atayeva (não residente)
BRASILEIROS NO PAÍS:	não há dados referentes a brasileiros residentes no Turcomenistão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TURCOMENISTÃO (Fonte: MDIC – US\$ milhões)										
Brasil → Turcomenistão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018
Intercâmbio	0,81	15,1	6,9	13,2	5,6	7,5	1,8	2,7	7,7	25,2
Exportações	0,03	7,4	3,5	12,6	5,1	7,2	1,8	2,7	1,8	19,5
Importações	0,78	7,7	3,4	0,7	0,5	0,3	0,1	0,0	5,9	5,7
Saldo	-0,75	-0,3	0,1	11,9	4,5	6,8	1,7	2,7	-4,1	13,8

APRESENTAÇÃO

O Turcomenistão (“terra dos turcomenos”) localiza-se em área da Ásia Central que abrigou importantes pontos da antiga Rota da Seda, como Merv e Nisa. O país faz fronteira com Afeganistão, Cazaquistão, Irã e Uzbequistão. Não possui costa litorânea com nenhum mar aberto, mas é banhado pelo Mar Cáspio.

Na antiguidade, o atual território do Turcomenistão foi parte do Primeiro Império Persa. Após a conquista de Alexandre, o Grande, a região foi dominada sucessivamente por selêucidas, partos e sassânidas, bem como por diversas confederações de povos nômades. A região foi conquistada militarmente por árabes muçulmanos entre os séculos VII e VIII, o que propiciou a conversão de seus habitantes ao Islã. Por volta do século X, a população local, que até então falava principalmente línguas de origem iraniana, foi transformada étnica e linguisticamente com a intensificação da presença dos oguzes, povos túrquicos originários das estepes do Leste, considerados ancestrais dos turcomenos atuais. Entre os séculos XIV e XV, a região foi disputada por Tamerlão e por tribos uzbeques. O Império Russo conquistou a região no final do século XIX.

Em 1925, o Turcomenistão tornou-se uma república soviética, com as fronteiras que mantém até hoje. Durante o início do período soviético, o país experimentou forte processo de crescimento, mediante melhorias agrícolas e a instalação de indústrias.

Em 27 de outubro de 1991, o país proclamou sua independência, em meio ao processo de dissolução da URSS. O antigo líder do Partido Comunista do Turcomenistão, Saparmurad Niyazov, foi eleito presidente em 1992. Posteriormente, Niyazov adotou o título de “Turkmenbashi” (“pai dos turcomenos”). O atual mandatário, Gurbanguly Berdimuhamedov, assumiu como presidente em exercício após o falecimento de Niyazov, em 2006, vencendo o pleito presidencial do ano seguinte e sendo reconduzido ao cargo nas eleições de 2012 e 2017.

O Turcomenistão conheceu um período de grande crescimento econômico a partir do final da década de 90, em muito devido à exportação de hidrocarbonetos e minerais. O país abriga uma das maiores reservas de gás do mundo, além de importantes reservatórios de petróleo, enxofre, potássio e sal.

Atualmente, o Turcomenistão é lar de mais de 5,75 milhões de habitantes, dos quais cerca de 85% turcomenos e o restante composto de uzbeques, russos e outros. A língua oficial, o turcomeno, é falada por 72% da população, sendo o russo o segundo idioma mais utilizado. Cerca de 90% da população é muçulmana.

PERFIS BIOGRÁFICOS
GURBANGULY BERDIMUHAMEDOV
presidente



Nascido em 29 de junho de 1957, em Babarab, província de Ahal. Licenciou-se pelo Instituto Médico Estatal do Turcomenistão e iniciou carreira de dentista. Em 1992, passou a fazer parte do corpo docente da faculdade de odontologia onde se formou.

Em 1995, tornou-se responsável pelo centro de medicina dentária do Ministério da Saúde e da Indústria Médica. Em 1997, foi nomeado ministro da Saúde, e, em 2001, vice-primeiro-ministro.

Assumiu como presidente em exercício quando do falecimento de Saparmurad Niyazov, em dezembro de 2006. Posteriormente, venceu o pleito presidencial de fevereiro de 2007, tendo sido reeleito em 2012 e em 2017.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas do Brasil com o Turcomenistão foram estabelecidas em abril de 1996, mediante protocolo assinado em Moscou. Atualmente, a representação do Brasil junto ao governo do Turcomenistão está a cargo da embaixada no Cazaquistão. A representante permanente do Turcomenistão junto à ONU atua como embaixadora não-residente no Brasil.

A presença do presidente Gurbanguly Berdimuhamedov como chefe da delegação de seu país na Conferência Rio+20, em 2012, constituiu a primeira visita de autoridade turcomena de alto nível ao Brasil.

Em outubro de 2015, o então embaixador do Brasil visitou Ashgabat para encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Turcomenistão, Raşit Meredov. O chanceler turcomeno salientou o interesse em elevar de forma estruturada o relacionamento com o Brasil e em formas concretas de interação, salientando a conveniência de se realizar, com mais frequência, visitas bilaterais. Na ocasião, houve mesa redonda empresarial realizada no contexto de missão comercial de empresas brasileiras, que permitiu a identificação de oportunidades concretas de negócios no Turcomenistão.

Em novembro de 2015, por ocasião da entrega de cartas credenciais, a embaixadora não-residente do Turcomenistão, Aksoltan Atayeva, aproveitou sua passagem por Brasília para manter diversos encontros bilaterais, com foco em temas energéticos, tanto no Itamaraty quanto no Ministério da Indústria e Comércio. Em janeiro de 2016, a chancelaria turcomena enviou ao Brasil proposta de estabelecimento de mecanismo bilateral de consultas e cooperação.

Em 2017, o então embaixador do Brasil visitou Ashgabat, ocasião em que avistou-se com o primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros. A autoridade elogiou a iniciativa brasileira de realizar, na ocasião, missão comercial ao país. Manifestou o interesse do governo turcomeno em enviar jovens para "treinar" em escolas de futebol no Brasil. Destacou também a atuação da Representante Permanente do Turcomenistão junto às Nações Unidas, que exerce cumulatividade com Brasília, em favor de uma maior aproximação bilateral e cooperação na área multilateral, como em candidaturas, nas quais Ashgabat tem frequentemente apoiado pleitos brasileiros.

Já em 2018, a então embaixadora do Brasil foi também recebida pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros em Ashgabat, ocasião em que as partes debateram a possibilidade de organização de missões empresariais e de estabelecimento de cooperação em áreas como tecnologia agrícola, comércio de aeronaves, cultura e esportes.

Assuntos consulares

Não há registro de cidadãos brasileiros no Turcomenistão.

POLÍTICA INTERNA

A constituição turcomena, adotada em 1992, estabeleceu o regime presidencialista no Turcomenistão. O presidente é o chefe de estado e de governo, eleito pelo voto popular. Desde a reforma constitucional de 2016, o mandato presidencial passou a ser de sete anos, sem limites para reeleições.

O primeiro presidente do Turcomenistão, Saparmurat Niyazov, que já ocupava posto análogo ao de presidente no período soviético, assumiu interinamente após a declaração de independência e elegeu-se pelo voto popular em 1992. Por referendo de janeiro de 1994, seu mandato foi prolongado até junho de 2002. Em 1999, Niyazov foi nomeado presidente vitalício pelo órgão representativo de todos os poderes, o “Khalk Maslahaty” (“Conselho do Povo”). Em fevereiro de 2000, Niyazov anunciou que iria se afastar do poder em 2010, quando tivesse completado 70 anos, mas veio a falecer em dezembro de 2006.

Em fevereiro de 2007, o então vice-primeiro ministro Gurbanguly Berdimuhamedov, após exercício interino da presidência, foi eleito presidente, iniciando um processo de reformas. Berdimuhamedov foi reconduzido ao posto nos pleitos de fevereiro de 2012 e fevereiro de 2017.

Organização administrativa e sistema político

O Turcomenistão é dividido em cinco províncias, além do distrito que abriga a capital federal, Ashgabat.

O poder legislativo é unicameral, formado pelo “Majilis”, a assembleia nacional, com 125 assentos. Atualmente, o Partido Democrático do Turcomenistão compõe a maior bancada, com 55 cadeiras, seguido do Partido dos Industrialistas e Empreendedores e do Partido Agrário, ambos com 11, tendo os 48 parlamentares restantes sido eleitos sem filiação partidária. Outrora membro do Partido Democrático do Turcomenistão, o presidente Berdimuhamedov renunciou à filiação em 2013 pelo período de sua presidência.

O poder judiciário é constituído pela corte suprema – cujos juízes são nomeados pelo presidente, para mandatos de 5 anos –, e por cortes temáticas, distritais e municipais.

POLÍTICA EXTERNA

O pilar central da política externa do Turcomenistão é o princípio da “neutralidade permanente”, reconhecido pela ONU em 1995. Dessa maneira, o país não faz parte de diversos mecanismos regionais de segurança coletiva, como a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) e a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX).

O país tornou-se membro das Nações Unidas em 1992. Faz parte também do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da Organização de Cooperação Econômica (OCE), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), do Banco Islâmico de Desenvolvimento e da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

Em 2007, Berdimuhamedov compareceu pela primeira vez à Assembleia Geral das Nações Unidas, buscando demonstrar que seu país desejava romper com o isolamento e, desse modo, avaliar as oportunidades para o diálogo político e para a prospecção de negócios. Naquele mesmo ano, por iniciativa do Turcomenistão, foi aberto, em Ashgabat, o Centro Regional de Diplomacia Preventiva para a Ásia Central, da ONU, com o apoio de todas as repúblicas centro-asiáticas.

As relações entre o Turcomenistão e a Rússia caracterizaram-se, nos anos posteriores à proclamação da independência do estado turcomeno, pela cautela do novo país em relação à antiga metrópole. Apesar da proximidade e dos laços históricos com a Rússia, é com a China que o Turcomenistão mantém sua mais importante relação comercial e econômica. Estima-se que mais de 80% das exportações turcomenas (sobretudo gás) em 2017 tenham tido a China por destino. Ademais, o Turcomenistão tem relevante papel no projeto chinês “Belt and Road Initiative”.

É oportuno elencar os grandes gasodutos que constituem as linhas de exportação do país: o “Centro-Ásia Central” (CAC), que chega à Rússia passando pelo Cazaquistão; o “Korpezhe-Kurt Kui” e o “Dauletabad-Saraks-Kargan”, que ligam o país ao Irã; e o “China-Ásia Central”, que provê boa parte da demanda chinesa.

Em 2010, foi assinado o acordo do gasoduto “Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia” (TAPI), que fornecerá gás turcomeno ao Afeganistão, Paquistão e Índia. Em 2014, foi criada uma empresa multinacional para administrar os 1.800 km do gasoduto. O projeto inicial teve orçamento de US\$ 10 bilhões, a serem financiados pelo Banco de Desenvolvimento da Ásia (ABD). A expectativa quanto ao volume de exportação é de, aproximadamente, 33 bilhões de m³ de gás natural, que será dividido entre Paquistão (14 bilhões m³), Índia (14 bilhões de m³) e Afeganistão (5 bilhões de m³).

O país também deseja aumentar suas exportações de gás para a União Europeia. Há projeto de estabelecer conexão entre o país e o gasoduto transanatoliano, o que ligaria a Ásia Central à Europa.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Turcomenistão apresentou crescimento vigoroso a partir de 2000. O PIB chegou a crescer 14% em 2011, mas desacelerou a partir de 2015, com a queda dos preços internacionais do petróleo e do gás. Nos últimos quatro anos, a expansão do produto interno bruto esteve na casa dos 6% ao ano.

Detentor da quarta maior reserva de gás do mundo, o país tem aumentado significativamente as vendas do produto, como resultado dos esforços que vem empreendendo para a diversificação de mercados. O país integra a Organização de Cooperação Econômica (OCE) e a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), porém não faz parte da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A venda de gás para a China, por meio de gasoduto que conecta os dois países (passando por Uzbequistão e Cazaquistão), contribuiu para alimentar a forte expansão econômica. A associação com os chineses torna possível a Ashgabat assegurar a necessária demanda para ampliar a exploração de novas e grandes reservas.

Baseado em três pilares — gasodutos, extração de hidrocarbonetos e geração de eletricidade —, o Turcomenistão tem buscado introduzir reformas seletivas, na esteira dos processos a que se sujeitaram seus vizinhos anos atrás.

O governo turcomeno tem tomado algumas medidas para modernizar a legislação e beneficiar a transparência, tendo adotado procedimentos a fim de dar conta do crescente aumento do comércio exterior. Está empenhado em efetuar transição gradual para economia de mercado, conforme preceito constitucional. Iniciou processo de privatização de pequenas e médias empresas e passou a dar importância à atração de investimentos estrangeiros.

Em 2017, o Turcomenistão exportou bens no valor de US\$ 7,1 bilhões, com ampla predominância de gás natural (83% do total). A China foi o principal destino das vendas (83%), seguida de Turquia, Itália, Geórgia e Azerbaijão. No mesmo ano, o país dispendeu US\$ 3,35 bilhões em bens importados, sobretudo máquinas e manufaturados. Turquia (30%), Alemanha, China e Rússia foram os principais abastecedores do mercado turcomeno.

Relações econômico-comerciais com o Brasil

Em junho de 2017, foi realizada missão comercial brasileira a Ashgabat, promovida pela embaixada em Astana, com apoio da Apex-Brasil. Participaram as empresas brasileiras WEG, BRF, Oderich, Embraer, Embraer Segurança e Defesa e Novaprom. Pelo lado turcomeno participaram, entre outras, as empresas Turkmenistan Airlines, Turkmengas (companhia estatal líder na exploração e produção de gás natural, representada por seu vice-presidente) e o chefe do departamento de agricultura e agroindústria da União dos Industriais e Empresários, a principal entidade empresarial do país.

A missão empresarial proporcionou às empresas brasileiras raro contato direto com o mercado turcomeno, inclusive em tópicos como a obtenção de visto de entrada no país. As empresas brasileiras têm-se sentido atraídas por oportunidades inexploradas, em uma economia com altas taxas de crescimento, graças à grande riqueza energética, que vem sendo progressivamente explorada. Permitiu, ademais, familiarização com um país que ganha

importância estratégica com a abertura da ferrovia Cazaquistão-Turcomenistão-Irã (que permitirá, pelo porto iraniano de Bandar Abbas, acesso da Ásia Central aos mercados mundiais), além de projetos ligados à “Belt and Road Initiative”.

O intercâmbio comercial com o Turcomenistão tem apresentado oscilações. Em 2018, a tendência de queda foi revertida com um novo recorde de exportações brasileiras, no valor de US\$ 19,5 milhões, concentradas em produtos cárneos. Com a compra de US\$ 5,7 milhões em fertilizantes do Turcomenistão (terceiro maior valor histórico), o volume de trocas atingiu o inédito total de US\$ 25,2 milhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

2300 a.C.	A civilização Bactria Margiana habita a região onde hoje se encontra o Turcomenistão.
Séc. VI a.C.	Ciro, o Grande incorpora o território ao Império Persa.
Séc. IV a.C.	Alexandre, o Grande, conquista a Ásia Central.
200 a.C.	A Rota da Seda é formada e parte dela passa pelo território turcomeno.
Séc. VII	Os árabes invadem a Ásia Central e convertem os habitantes ao islamismo.
900 a 1200	O imperador mongol Genghis Khan conquista a região, causando a migração das tribos Ohjuz Seljuk.
1400 a 1600	O território do Turcomenistão fica sob domínio dos Canatos de Khiva e Bukhara.
1881	Após a guerra de Gok Tepe, o Turcomenistão é incorporado ao Turquistão russo.
1916	Os turcomenos juntam-se aos centro-asiáticos contra o império russo.
1921	O Turcomenistão se torna parte das Repúblicas Turcomenas Socialistas Soviéticas.
1925	O Turcomenistão torna-se uma república constituinte da URSS.
1920 a 1930	Há uma série de protestos contra o programa da União Soviética de coletivização da agricultura.
1960 a 1967	Após a conclusão do canal de Karakum, há uma expansão enorme na produção de algodão.
1985	Saparmyrat Niyazov torna-se líder do Pardo Comunista Turcomeno.
1991	Saparmyrat Niyazov apoia a tentativa de golpe contra Mikhail Gorbachev, líder da URSS.
1991	A independência do Turcomenistão é declarada logo após a queda da União Soviética.
1992	Uma nova Constituição é adotada e Saparmyrat Niyazov é reeleito para a presidência.
1993	Inicia-se uma reforma econômica. O manat se torna a moeda oficial do país, e há incentivo para o investimento externo nas reservas de gás e petróleo.
1994	O mandato de Saparmyrat Niyazov é estendido até 2002, através de um referendo.
1997	A propriedade privada da terra é legalizada.
1998	Primeiro gasoduto de gás natural entre Turcomenistão e Irã é aberto.

1999	O parlamento declara Saparmyrat Niyazov como presidente vitalício do Turcomenistão.
1999	A pena de morte é abolida.
2003	O acordo de dupla nacionalidade assinado em 1993 com a Rússia é cancelado, abalando as relações com Moscou.
2004	Os presidentes do Turcomenistão e do Uzbequistão assinam uma declaração de amizade e um acordo sobre recursos hídricos.
2006	Acordo é assinado com Pequim para a construção de um gasoduto entre China e Turcomenistão. O gasoduto começou a operar em 2009.
2006	O presidente Niyazov falece após um ataque cardíaco. Gurbanguly Berdimuhamedov assume como presidente em exercício.
2007	Gurbanguly Berdimuhamedov é eleito presidente do Turcomenistão.
2007	Rússia, Cazaquistão e Turcomenistão concordam em construir um gasoduto ao norte do Mar Cáspio.
2010	Segundo gasoduto entre Turcomenistão e Irã é inaugurado.
2010	O Turcomenistão junta-se ao acordo TAPI para construir um gasoduto passando pelo Afeganistão para a Índia e Paquistão.
2011	O parlamento confere o título de "herói da nação" ao presidente Berdimuhamedov.
2012	Berdimuhamedov é reeleito presidente
2013	Assinado um acordo de 30 anos entre o Afeganistão e o Turcomenistão de fornecimento de gás.
2014	Criada uma empresa multinacional para administrar os 1.800 km do gasoduto TAPI (Turcomenistão, Afeganistão, Paquistão e Índia)
2015	Primeira desvalorização da moeda turcomena em 7 anos. Inicia-se a construção do gasoduto TAPI, no valor de 10 bilhões de dólares.
2016	Mudanças constitucionais estendem o mandato presidencial de 5 para 7 anos.
2017	Berdimuhamedov é eleito pela terceira vez como presidente do Turcomenistão.

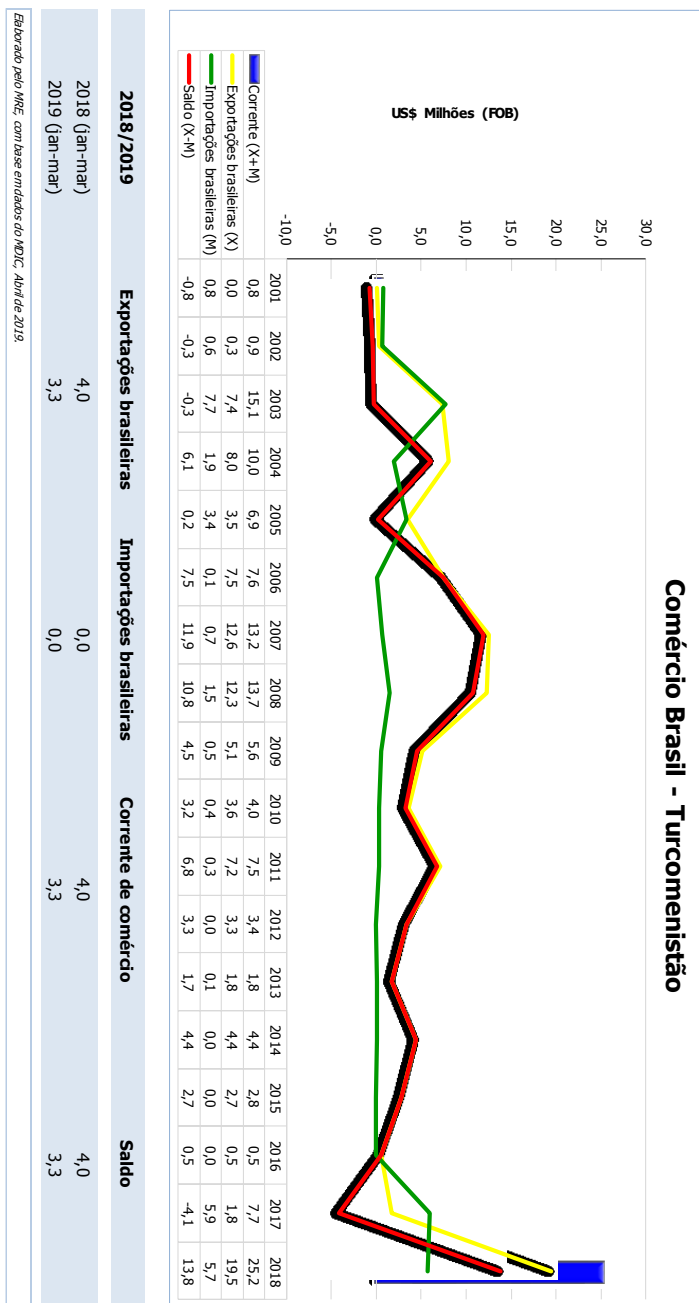
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Turcomenistão; responsabilidade de representar o Brasil no país atribuída à Embaixada em Moscou.
2006	Abertura da Embaixada do Brasil em Astana (Cazaquistão), que se tornou cumulativamente responsável por representar o Brasil junto ao Turcomenistão.
2012	Visita ao Brasil do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov, por ocasião da Conferência Rio+20.
2017	Missão empresarial brasileira ao Turcomenistão.

ACORDOS BILATERAIS

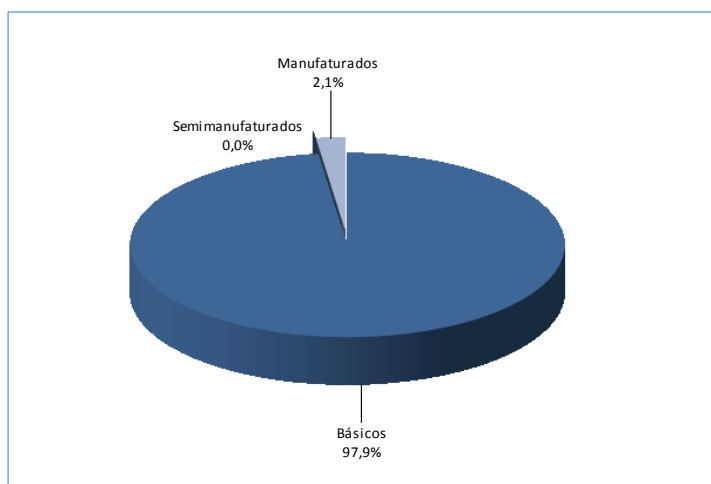
Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Situação
Protocolo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas	03/04/1996	03/04/1996	VIGENTE

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

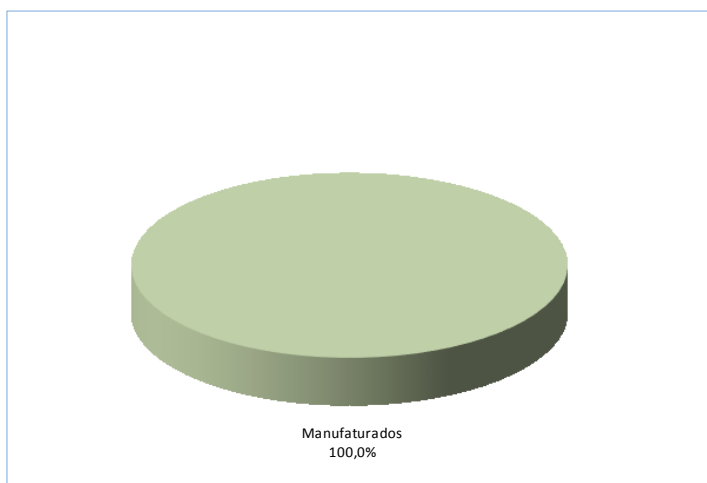


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018**

Exportações



Importações



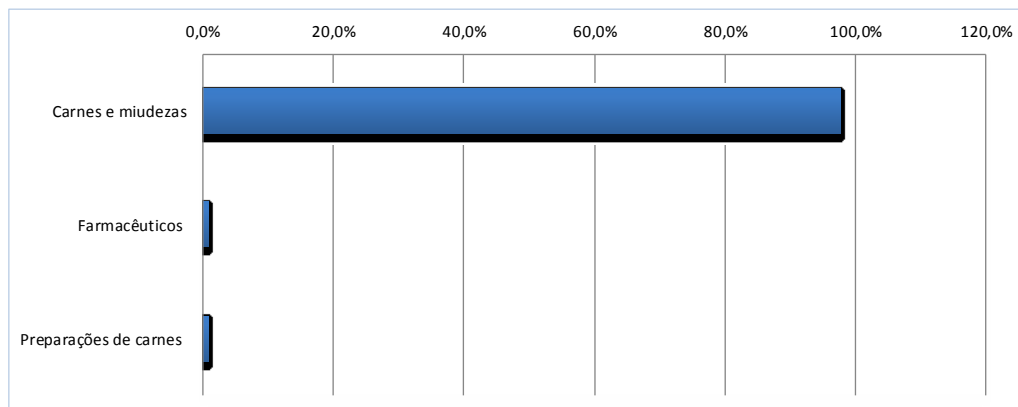
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Composição das exportações brasileiras para o Turcomenistão
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes e miudezas	0,4	81,5%	1,7	96,9%	19,0	97,7%
Farmacêuticos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,2	0,9%
Preparações de carnes	0,0	0,0%	0,0	1,7%	0,2	0,9%
Subtotal	0,5	96,5%	1,8	99,9%	19,5	100,0%
Outros	0,0	3,5%	0,0	0,1%	0,0	0,0%
Total	0,5	100,0%	1,8	100,0%	19,5	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

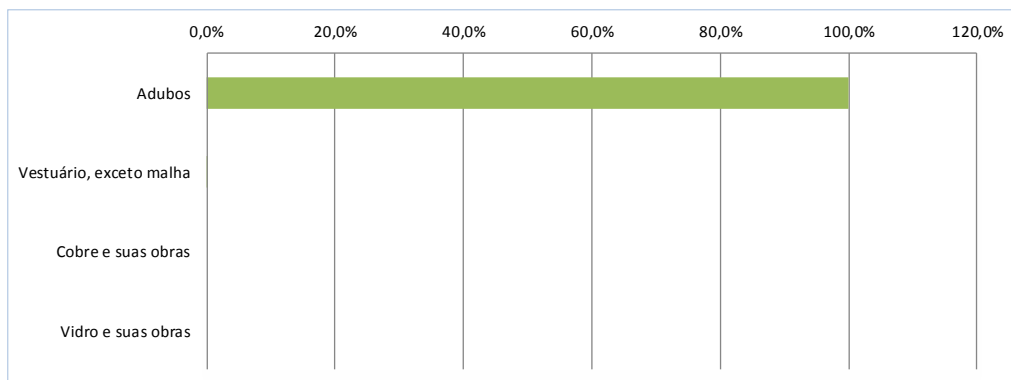


Composição das importações brasileiras originárias do Turcomenistão
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adubos	0,0	0,0%	5,9	99,6%	5,7	100,0%
Vestuário, exceto malha	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Cobre e suas obras	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Vidro e suas obras	0,0	0,0%	0,0	0,4%	0,0	0,0%
Subtotal	0,0	0,0%	5,9	100,0%	5,7	100,0%
Outros	0,0	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	0,0	100,0%	5,9	100,0%	5,7	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Carnes e miudezas	4,0	99,4%	3,1	96,1%	Carnes e miudezas 96,1%
Instrumentos de precisão	0,0	0,0%	0,1	3,8%	Instrumentos de precisão 3,8%
Obras de ferro ou aço	0,0	0,0%	0,0	0,0%	Obras de ferro ou aço 0,0%
Subtotal	4,0	99,4%	3,3	99,9%	
Outros	0,0	0,6%	0,0	0,1%	
Total	4,0	100,0%	3,3	100,0%	

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Comércio Turcomenistão x Mundo



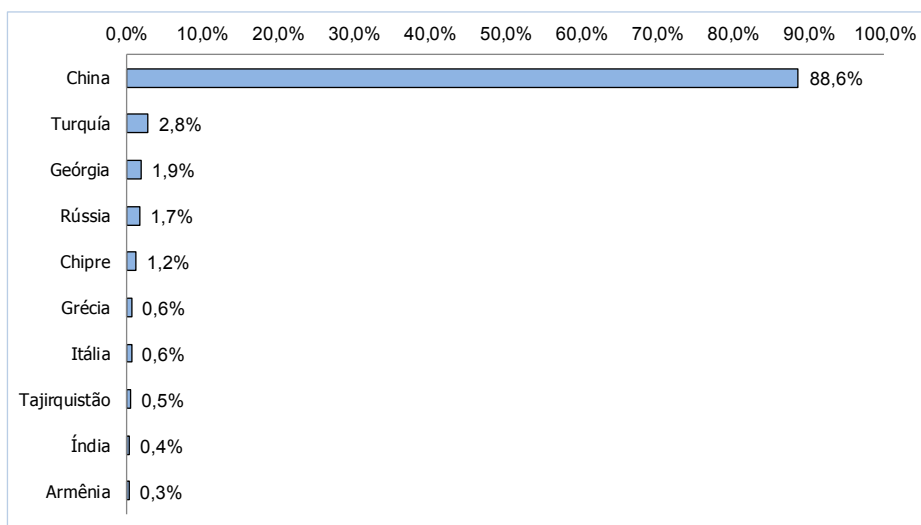
Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2019.

Principais destinos das exportações do Turcomenistão
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
China	8,12	88,6%
Turquia	0,26	2,8%
Geórgia	0,17	1,9%
Rússia	0,16	1,7%
Chipre	0,11	1,2%
Grécia	0,06	0,6%
Itália	0,05	0,6%
Tajirquistão	0,05	0,5%
Índia	0,03	0,4%
Armênia	0,03	0,3%
...		
Brasil (16º lugar)	0,01	0,1%
Subtotal	9,04	98,7%
Outros países	0,12	1,3%
Total	9,16	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais destinos das exportações

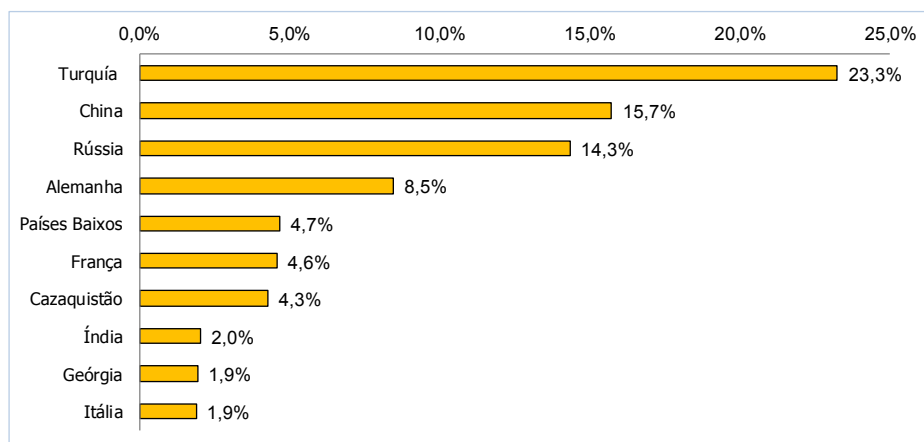


Principais origens das importações do Turcomenistão
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Turquia	0,47	23,3%
China	0,32	15,7%
Rússia	0,29	14,3%
Alemanha	0,17	8,5%
Países Baixos	0,09	4,7%
França	0,09	4,6%
Cazaquistão	0,09	4,3%
Índia	0,04	2,0%
Geórgia	0,04	1,9%
Itália	0,04	1,9%
...		
Brasil (18º lugar)	0,02	0,9%
Subtotal	1,65	82,2%
Outros países	0,36	17,8%
Total	2,01	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais origens das importações

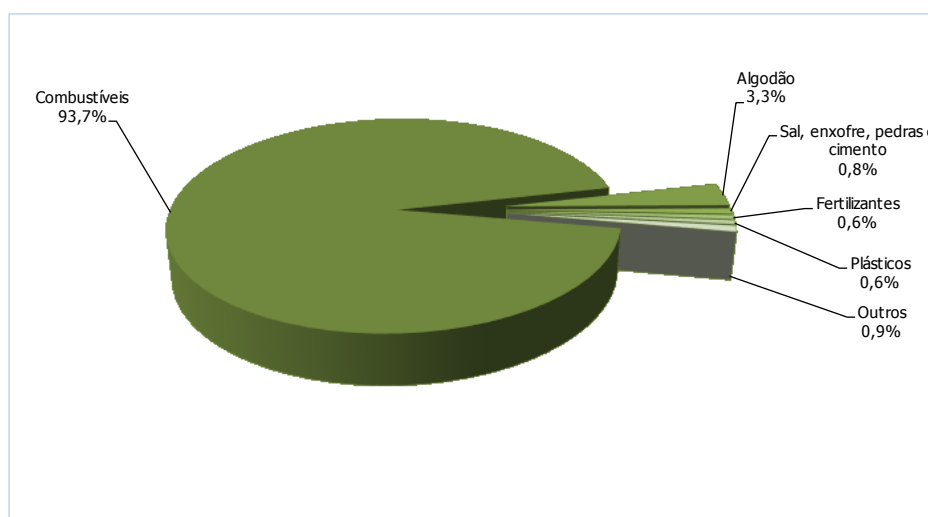


Composição das exportações do Turcomenistão
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	8,50	92,7%
Algodão	0,30	3,3%
Sal, enxofre, pedras e cimento	0,08	0,8%
Fertilizantes	0,06	0,6%
Plásticos	0,06	0,6%
Subtotal	9,08	99,1%
Outros	0,08	0,9%
Total	9,16	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

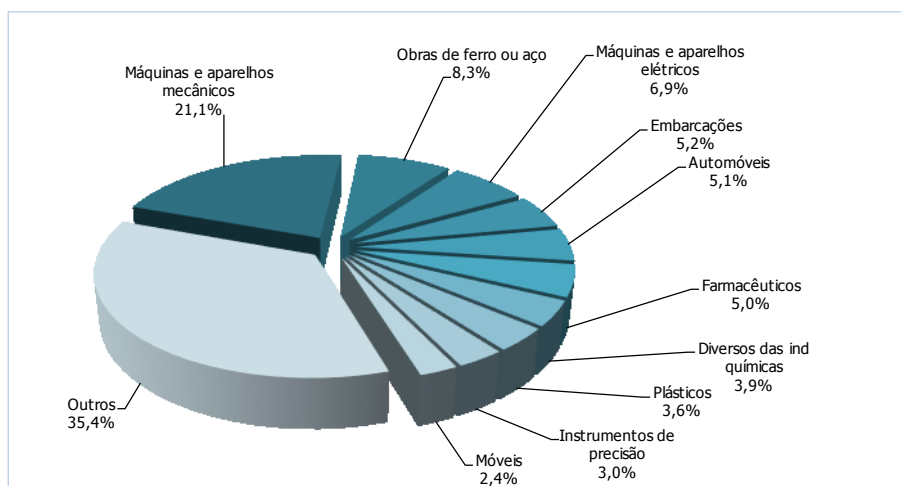


Composição das importações do Turcomenistão
US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas e aparelhos mecânicos	0,42	21,1%
Obras de ferro ou aço	0,17	8,3%
Máquinas e aparelhos elétricos	0,14	6,9%
Embarcações	0,11	5,2%
Automóveis	0,10	5,1%
Farmacêuticos	0,10	5,0%
Diversos das ind químicas	0,08	3,9%
Plásticos	0,07	3,6%
Instrumentos de precisão	0,06	3,0%
Móveis	0,05	2,4%
Subtotal	1,30	64,6%
Outros	0,71	35,4%
Total	2,01	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Turcomenistão

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	6,16%	5,64%	5,08%	5,81%	5,69%
PIB nominal (US\$ bilhões)	42,76	47,04	51,34	56,38	61,99
PIB nominal "per capita" (US\$)	7.412	8.073	8.724	9.484	10.325
PIB PPP (US\$ bilhões)	112,66	121,54	130,15	140,27	151,00
PIB PPP "per capita" (US\$)	19.526	20.858	22.115	23.597	25.150
População (milhões habitantes)	5,77	5,83	5,89	5,94	6,04
Desemprego (%)	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Inflação (%) ⁽²⁾	9,40%	8,24%	6,00%	6,00%	6,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-8,18%	-6,35%	-6,35%	-6,12%	-6,11%
Dívida externa (US\$ bilhões)	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Câmbio (Manat / US\$) ⁽²⁾	3,50	3,50	3,50	n.d	n.d

Origem do PIB (2017 Estimativa)

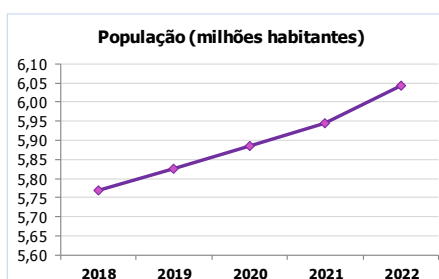
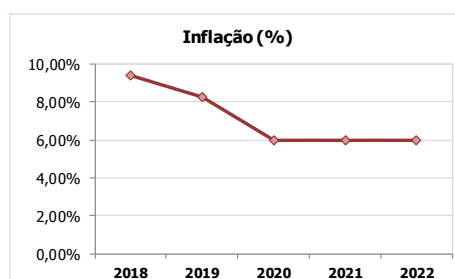
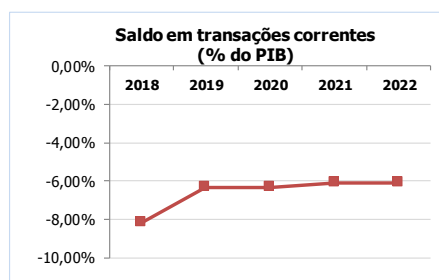
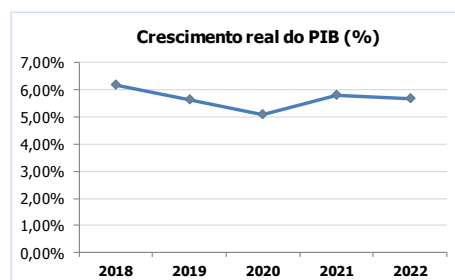
Agricultura	7,5%
Indústria	44,9%
Serviços	47,7%

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



RELATÓRIO DE GESTÃO SIMPLIFICADO
EMBAIXADA DO BRASIL EM NUR-SULTAN (ASTANA)
EMBAIXADORA MÁRCIA DONNER ABREU

RELATÓRIO DE GESTÃO - CAZAQUISTÃO, REPÚBLICA QUIRGUIZ E TURCOMENISTÃO

Os cinco meses e seis dias em que estive à frente da Embaixada do Brasil em Astana e das cumulativilidades junto a Bishkek e Ashgabat, entre 24 de julho e 30 de dezembro de 2018, foram marcados por uma série de iniciativas que permitiram aprofundar o trabalho iniciado por meus predecessores na construção de pontes entre o Brasil e o Cazaquistão, sobretudo, sem descuidar dos laços com a República Quirguiz e o Turcomenistão. Ao mesmo tempo, as dezenas de contatos de alto nível que mantive nesse período permitiram-me aquilatar a importância crescente da Ásia Central no complexo tabuleiro estratégico da Eurásia, bem como o papel central desempenhado pelo Cazaquistão na região - e mesmo além dela - papel esse que tenderá, mantidas as premissas de estabilidade hoje vigentes, a aprofundar-se nos próximos anos.

2. Região historicamente nevrálgica, ocupada e influenciada sucessivamente por grandes impérios do passado - por ali passaram os persas, o califado otomano, o império mongol de Genghis Khan e, mais recentemente, o império czarista russo e a União Soviética - a Ásia Central situa-se na intersecção de grandes eixos geopolíticos e geoeconômicos da atualidade, entre Rússia, China, Europa e Irã, e na proximidade imediata de Índia, Paquistão, Afeganistão, Turquia e Oriente Médio.

3. Praticamente todos os grandes temas da economia e política internacional repercutem na região: a disponibilidade e disputa por recursos energéticos e minerais estratégicos; o desarmamento e a não-proliferação nuclear; a conectividade da Nova Rota da Seda, cujas ferrovias atravessam o Cazaquistão, ligando o leste da China à Europa, Cáucaso, Turquia e Irã; o desafio de superar grandes desastres ambientais como o quase desaparecimento do Mar de Aral e a contaminação nuclear do antigo sítio de testes de Semipalatinsk; ondas de migrantes em busca de melhores condições de vida (em particular rumo ao Cazaquistão, Uzbequistão e Rússia); o tráfico de drogas, heroína principalmente, e de pessoas, em menor escala, pelos territórios tajique e quirguiz; o potencial, até aqui contido, de expansão do extremismo e terrorismo islâmico em

uma população majoritariamente muçulmana, a partir dos "retornados" dos conflitos da Síria e do Afeganistão - e até o número indefinido de cazaques étnicos que migraram ao Xinjiang à época de Stalin. Não por acaso, os EUA, a Rússia, a China e a União Europeia, bem como vários "players" regionais importantes, mantêm forte presença econômica, diplomática e de segurança na região.

4. A embaixada em Astana, capital cazaque desde dezembro de 1997, é a única representação diplomática brasileira na Ásia Central, aberta em 2006. Brasília, em contrapartida, abriga também a única embaixada da Ásia Central, a cazaque, em toda a latino-américa. Foi-me relatado o interesse do Turcomenistão em também instalar uma presença diplomática em nossa região.

5. Astana oferece um posto de observação de singular interesse para a obtenção de informações e análises estratégicas sobre as posições do triângulo China-EUA-Rússia, e em menor escala da União Europeia, nos grandes temas globais e regionais. A comunidade diplomática, de alto nível e singularmente aberta ao diálogo, talvez pelo relativo isolamento do posto, conta com 70 embaixadores residentes.

6. Um dos pontos altos de minha curtíssima gestão foi a celebração dos 25 anos das relações bilaterais, no final de setembro de 2018. A data foi marcada pela visita a Astana, um mês depois, do então Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira. Essa primeira visita de um chanceler brasileiro ao Cazaquistão, reciprocando a missão do ministro Erlan Idrissov a Brasília em 2013, ofereceu oportunidade ideal para definir iniciativas conjuntas voltadas a ampliar o relacionamento bilateral, construindo espécie de "mapa do caminho" que, idealmente, nos guiaria nos anos seguintes.

7. O processo de preparação e a visita propriamente dita, em 1-2 de novembro de 2018, permitiram estabelecer contatos com autoridades cazaques em diversos níveis e áreas temáticas que normalmente seriam de mais difícil concretização em contexto diverso. Destaco, neste sentido os encontros que mantive com o presidente do Senado cazaque, Kassym-Jomart Tokayev (segundo homem na hierarquia cazaque) e com o ministério da Agricultura.

8. A preparação da visita ministerial ensejou, ainda, a elaboração de diversos documentos temáticos em temas como economia e política interna do Cazaquistão, política externa, agricultura, participação cazaque na iniciativa chinesa "Belt and Road", comércio exterior e investimento direto estrangeiro.

9. Em minha avaliação, o plano de trabalho bilateral formalizado por Brasília ao lado cazaque na sequência da visita oferece boa base, com os ajustes e as ênfases julgadas cabíveis pela nova administração, para o desenvolvimento das relações Brasil-Cazaquistão nos próximos anos.

10. Enfatizo, em particular, a conveniência de organizar a próxima rodada de consultas políticas bilaterais em Brasília (a última edição ocorreu em Astana, em outubro de 2017). Entre os temas mais relevantes, destaco: (a) questões de paz e segurança globais, inclusive Síria/Oriente Médio, em que o Cazaquistão desempenha papel singular por ter lançado e hospedado o "Processo de Astana"; (b) a próxima conferência ministerial da OMC (MC-12), que se realizará em Astana em junho de 2020, ocasião em que o Cazaquistão almeja ver concluído o processo de reforma da Organização; e (c) o processo brasileiro de adesão à OCDE, de grande interesse para o lado cazaque por tratar-se de aspiração futura do país: o objetivo central do programa de desenvolvimento "Estratégia 2050" é transformar o Cazaquistão em um país desenvolvido até aquela data. Seria também de interesse favorecer o intercâmbio parlamentar, visivelmente desejado pelo lado cazaque.

11. Há espaço para dinamizar a hoje modesta relação comercial e econômica. Ênfase poderá ser dada ao comércio não-tradicional (alimentos preparados, maquinaria agrícola, cosmética, calçados), aproveitando-se a sinergia entre o Escritório para a Eurásia da APEX, sediado em Moscou, e o setor de promoção comercial do posto, cuja criação foi autorizada em minha gestão. O Cazaquistão também exprime interesse em aprofundar seu conhecimento sobre a experiência brasileira em energias renováveis e explorar potencial cooperação em matéria aeroespacial, inclusive com a EMBRAER, de quem a companhia aérea de bandeira, a Air Astana, é cliente: 9 jatos E190 E-1 e um primeiro E-2, entregue em dezembro de 2018, já ostentam as cores da empresa cazaque. Outros quatro E190 E-2 se incorporarão à frota até o final de 2020.

12. Também existe potencial a ser desenvolvido em cooperação na indústria de defesa, em cibersegurança e na concretização do diálogo interregional União Econômica Eurasiática e MERCOSUL. Cultura desperta igualmente considerável interesse cazaque. Além da demanda já formalizada por criação de um curso de português em universidade local (iniciativa também do interesse de Portugal e que poderia avançar trilateralmente, uma ideia

seria explorar projetos culturais que possam itinerar pela região Cáucaso-Ásia Central-países da UEE.

13. A cooperação entre as academias diplomáticas de nossos dois países teve desdobramentos positivos em meu período no posto, com proveitosa visita de diplomata coordenador de planejamento diplomático e professor do Instituto Rio Branco, para ciclo de uma semana de palestras e encontros em Astana. Outra iniciativa, o intercâmbio de diplomatas-estudantes, em curso, foi mantido no ano-letivo de 2019: depois de enviar um primeiro aluno ao IRBr no ano passado, uma segunda candidata, intérprete da chancelaria cazaque, integra o curso de formação do IRBr deste ano. Há ainda convite cazaque para que diplomata brasileiro curse a academia diplomática local, subordinada à Academia de Administração Pública do Cazaquistão (instituição ligada diretamente à Presidência da República e não à chancelaria).

14. Permito-me destacar o grande interesse cazaque em estabelecer cooperação mais estreita em agricultura com o Brasil. Em setembro passado, o vice-ministro de Agricultura Berik Beinsegaliyev visitou o Brasil, tendo posteriormente expressado grande interesse em conhecer os modelos de promoção e gestão agropecuária e tecnológica do Brasil, de forma a avançar em vários objetivos domésticos, como o desenvolvimento da pecuária e a maior qualificação das três universidades agrícolas do país. O lado cazaque manifestou ainda o desejo de contar com o auxílio da ABC para orientação da cooperação agrícola.

15. A assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Brasil e o Cazaquistão se afigura o instrumento mais adequado para facilitar o estabelecimento, em acordos complementares, das diversas iniciativas relacionadas à cooperação bilateral, inclusive da cooperação agrícola de grande porte desejada por Astana. Os benefícios do ACT seriam sobretudo oferecer cobertura legal e facilitação das seguintes atividades de cooperação: i) envio de missões de cooperação; ii) internalização de materiais e equipamentos necessários à cooperação; e iii) pagamentos associados a projetos. Ainda na esfera de cooperação bilateral, o lado cazaque propôs acordo de cooperação entre a APEX-Brasil e a Kazakh Invest, ideia que não prosperou até o presente momento. Em dezembro de 2018, foi assinado, em Brasília, memorando de entendimento bilateral em matéria de Turismo.

16. O posto apoiou diversas delegações brasileiras em missão a Astana, para eventos sobre desarmamento e não-proliferação nuclear, comércio exterior e a reunião da OMS sobre cuidados

básicos de saúde. A Embaixada prestou apoio ainda a atividades de empresas brasileiras com interesses comerciais na jurisdição do posto, em especial a EMBRAER, no Cazaquistão e no Turcomenistão - entrega de aeronaves à Air Astana, contatos com governos do Cazaquistão e do Turcomenistão. A empresa de cosméticos Embelezze também realizou missão a Astana, recebendo apoio da embaixada para dar início ao desenvolvimento do mercado local, que parece promissor na área.

17. Sob minha orientação, o posto acompanhou temas de política interna cazaque. Também buscou-se relatar a evolução da economia doméstica em contexto de recuperação econômica do país, após a desaceleração acentuada do PIB (em cenário de forte queda dos preços de petróleo) em 2014 e 2015. A convite do governo local, visitei investimentos em infraestrutura do país, como o porto seco de Khorgos, principal ponto de conexão logística do Cazaquistão ao projeto chinês da "nova rota da seda comercial", localizado na fronteira entre os dois países.

18. A Embaixada também se engajou em iniciativas culturais e educacionais da cidade de Astana durante minha gestão. O Brasil, representado por diplomatas do posto, teve uma das participações mais apreciadas no programa de palestras e eventos "Jovem Diplomata" ("JAS Diplomat"), lançado pela chancelaria em outubro de 2018 em cooperação com escolas públicas cazaques. A contribuição da Embaixada ao programa focou na apresentação da realidade brasileira e de nossa política em matéria de energias renováveis, e motivou um agradecimento pessoal do Chanceler Abdrakhmanov. No início de dezembro, a Embaixada voltou a participar do tradicional bazar de caridade organizado pelas embaixadas em Astana, um dos pontos altos da agenda cultural local. O Brasil foi o quarto maior arrecadador do evento.

19. Em 14 de novembro apresentei minhas credenciais à Presidente do Parlamento do Turcomenistão, Gülsat Sakhyevna Mämmedowa, em Ashgabat. Reuni-me também com o vice-ministro das Relações Exteriores, Vepa Kadzhiev, que apresentou proposta de "Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas em Temas de Interesse Comum", com expectativa de que possa ser assinado durante a missão turcomena ao Brasil. Kadzhiev indicou o interesse de seu país em estabelecer cooperação com o Brasil nas vertentes econômica, empresarial, de tecnologia agrícola, em comércio de aeronaves da EMBRAER, cultural, esportiva e no recebimento de cooperação técnica. Mantive ainda encontros nos ministérios de Economia e da Defesa turcomenos.

20. Não cheguei a apresentar credenciais em Bishkek: a República Quirguiz chegou a aventar datas em novembro, depois em dezembro de 2018, mas desmarcou os compromissos em três ocasiões. Tenho, por conseguinte, pouco a relatar sobre relações com o país, à parte a proposta de criar diálogo político bilateral que encaminhei a Bishkek e, segundo estou informada, foi aceita.

ATIVIDADES NO ANO DE 2019

21. Em 2019, as relações bilaterais com o Cazaquistão seguiram rota de adensamento, com a assinatura de acordos, realização de visitas, participação em eventos e intercâmbio de impressões e de apoios em foros multilaterais. Na política interna cazaque, importantes acontecimentos tiveram lugar neste ano, sobretudo derivados da primeira sucessão presidencial na história do Cazaquistão independente e de seus desdobramentos, na esteira da súbita renúncia do ex-presidente Nursultan Nazarbayev, em 19 de março do corrente. Apresento a seguir breves comentários sobre os principais acontecimentos neste ano, nas relações bilaterais e na política interna cazaque.

POLÍTICA INTERNA

Cazaquistão

22. Na política interna, alterações marcantes ocorreram neste ano. Em 19 de março, o primeiro presidente do Cazaquistão independente, Nursultan Nazarbayev, há quase trinta anos no poder renunciou à Presidência da República. O anúncio, a pouco menos de dois anos do fim de seu mandato, ocorreu sem aviso prévio, ainda que fosse objeto de crescente especulação há algum tempo – sobretudo decorrentes da idade avançada do ex-presidente, de 78 anos. Em seu lugar, seguindo o texto constitucional, assumiu o presidente do Senado, Kassym-Jomart Tokayev, inicialmente para completar o período restante de mandato até 2020. Entretanto, após menos de um mês, foi anunciada a realização de eleição presidencial extraordinária em menos de dois meses, em 9 de junho, determinação que surpreendeu a política local. O pleito que foi vencido por ampla margem pelo presidente interino Tokayev (mais de 70% dos votos). Observadores eleitorais internacionais, como os da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), condenaram a lisura das eleições, classificadas como “não livremente competitivas”.

23. Na esteira da primeira sucessão presidencial da história cazaque, diversas homenagens foram idealizadas ao ex-presidente Nursultan Nazarbayev, sendo a principal a mudança no nome da capital cazaque, de Astana para

"Nur-Sultan". A despeito de sua renúncia à presidência, Nazarbayev conserva inúmeras atribuições políticas, muitas delas vitalícias, que lhe asseguram conservar indisputada preponderância política no Cazaquistão.

República Quirguiz

24. Na República Quirguiz, cumulatividade do posto, o ex-presidente Almazbek Atambayev foi preso preventivamente em 8 de agosto passado, na esteira de múltiplas acusações, como corrupção, enriquecimento ilícito, desobediência judicial, resistência à prisão, incitação à violência e até mesmo assassinato. O ex-presidente deverá aguardar julgamento em detenção. Atambayev nega todas as acusações, que atribui a perseguição política por seu sucessor, Sooronaby Jeenbekov, que concorreu à Presidência com seu apoio, mas suspendeu-lhe contatos imediatamente após a posse do atual mandatário, em dezembro de 2017.

RELAÇÕES BILATERAIS

Cazaquistão

25. Em 12 de fevereiro deste ano, foi assinado, em Brasília, Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e sua congênere cazaque, NASEC ("National Agrarian Science and Educational Center"), para auxiliar o processo de reforma institucional desta agência, que pretende seguir os moldes da empresa brasileira. Nesse contexto, o governo cazaque convidou representante da EMBRAPA para visita ao Cazaquistão, missão que até o presente momento ainda não se realizou.

26. Igualmente na área agropecuária, foi assinado Certificado Zoossanitário para exportação de bovinos vivos, durante visita de delegação do Ministério da Agricultura do Cazaquistão, chefiada pela vice-ministra Gulmira Issayeva, a Brasília no final de março deste ano. A missão cazaque, integrada ainda por representantes da "Meat Union of Kazakhstan", entidade que representa os produtores de carne cazaques cumpriram, encontrou-se com órgãos governamentais e com exportadores de gado e potenciais parceiros no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A adoção do certificado viabilizará o comércio de bovinos vivos brasileiros ao país centro-asiático, que pretende duplicar seu rebanho de modo a atender mercados domésticos e externos.

27. Em sua visita a Brasília, a vice-ministra da Agricultura reuniu-se também com o presidente da Embrapa e manifestou interesse de aprofundar a cooperação bilateral na área de agricultura e pecuária. Referiu-se ao memorando de entendimento assinado entre a Embrapa e a NASEC como base para avançar no tema e para o recebimento de transferência

de tecnologia brasileira. No retorno à Nur-Sultan, seguindo instruções, foi mantida reunião da Embaixada com a vice-ministra Issayeva para entregar-lhe pessoalmente cópias dos certificados zoossanitários acordados durante sua missão ao Brasil. No encontro, Issayeva reiterou o grande interesse cazaque em adensar a cooperação com o Brasil para transferência de tecnologia, na prestação de consultoria para reforma da NASEC, para a modernização da regulação e das modalidades de financiamento à atividade agropecuária, assim como no comércio de produtos de base, com destaque à proteína animal.

28. Em 9 de junho do corrente, durante as eleições presidenciais, realizou-se missão do Senado Federal a Nur-Sultan, composta pelos senadores Chico Rodrigues e Jaques Wagner, membros titulares da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CREDN). A missão, organizada pela Embaixada cazaque em Brasília, permitiu aos Senadores adensarem contatos com parlamentares e contrapartes cazaques, além de observar "in loco" as eleições presidenciais no país.

29. Em 21 de junho, foi mantida reunião com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Roman Vassilenko, para lhe apresentar, juntamente com o encarregado de negócios da Embaixada de Portugal em Nur-Sultan, proposta conjunta de Memorando de Entendimento trilateral para a Promoção da Língua Portuguesa no Cazaquistão. A proposta dá seguimento ao interesse inicialmente apresentado pelo lado cazaque às duas Embaixadas. O posto organizou ainda, em conjunto com a Embaixada de Portugal, as celebrações do Dia da Língua Portuguesa na CPLP nesta capital.

30. Diplomatas do posto participaram, no ano corrente, de diversos eventos e conferências de alcance regional ou internacional, realizados na circunscrição do posto, como o "Eurasian Media Forum", "Astana Economic Forum", ou "briefing" acerca dos preparativos para a 12^a Conferência Ministerial da OMC - que será realizada nesta capital em junho de 2020. Destaca-se, ainda, o "Seminário de Zonas Livres de Armas Nucleares", entre 28 e 29 de agosto corrente, que contará com a participação de diplomata do posto.

Turcomenistão e República Quirguiz

31. Os governos turcomeno e quirguiz aceitaram proposta de firmar Memorandos bilaterais de Entendimento sobre consultas políticas com o Brasil. Ambos as propostas encontram-se ora em análise no governo brasileiro.

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2019 (PDC nº 859/2017), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.*



Relator: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Chega ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2019, o qual *aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.*

O citado Protocolo Adicional foi remetido para exame das casas legislativas pela Mensagem Presidencial nº 406, de 17 de outubro de 2017, acompanhada da Exposição de Motivos nº 159, de 5 de julho de 2017, do Ministro de Estado de Relações Exteriores, na qual se destaca que o Prêmio a ser por ele instituído:

(...) terá por objetivo prestigiar, a cada dois anos, autores e ilustradores de livros infantis e juvenis que contribuíram para engrandecer o patrimônio literário da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, da qual o Brasil atualmente ocupa a Presidência Pro Tempore. O Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Cultura e a Fundação Biblioteca Nacional atuaram conjuntamente na confecção do Protocolo Adicional, com apoio da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

O Protocolo Adicional conta com 12 artigos. O valor do prêmio será líquido, cabendo a cada parte o recolhimento de impostos, taxas e tributos que sobre ele incidirem (Artigo 2º).

Ao Secretariado – que será integrado pela Fundação Biblioteca Nacional, do lado brasileiro, e pela Direção Geral do Livro, do lado português – caberá promover e divulgar o Prêmio Monteiro Lobato (Artigo 4º).

O Júri, com mandato para duas edições do Prêmio, será composto por dois representantes do Brasil, dois representantes de Portugal e um representante dos demais Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Artigo 5º). Os Artigos 6º e 7º trazem dispositivos sobre reunião e deliberação do Júri e atribuição e entrega do Prêmio.

Sobre as despesas com a atribuição do Prêmio, o Artigo 8º deixa claro que: i) as despesas de estada e alojamento decorrentes da reunião do Júri são da responsabilidade do Estado de acolhimento; ii) as despesas resultantes do deslocamento dos três jurados visitantes são da responsabilidade da parte visitante; iii) as despesas decorrentes do deslocamento de premiados nacionais de Estados parte, quando da sessão solene de entrega do prêmio, são da responsabilidade do Estado da sua nacionalidade; iv) se o premiado for nacional de Estado terceiro e não residir no Estado que organiza a sessão solene de atribuição do Prêmio, são por este Estado suportadas as despesas decorrentes do deslocamento internacional.

Os demais Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, mediante consentimento prévio das Partes, e desde que se sujeitem aos direitos e obrigações previstos no Protocolo Adicional, poderão aderir ao Prêmio (Artigo 9º).

A entrada em vigor do Protocolo se dará com a recepção da segunda notificação recebida por escrito e por via diplomática com notícia de cumprimento dos requisitos internos necessários. Pela mesma via serão admitidas emendas a seu texto (Artigo 10). Controvérsias que porventura surgirem deverão ser solucionadas por meio de negociação (Artigo 11). Também por meio de notificação por escrito e pela via diplomática, as Partes poderão denunciar o Protocolo Adicional (Artigo 12).

A matéria foi recebida em 7 de março nesta Casa e despachada a esta Comissão, na qual fui designado relator no dia 18 de março.



SF/19139.75647-02

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto de decreto legislativo.

II – ANÁLISE

Cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não se verificam vícios quanto à juridicidade da proposição. Tampouco vícios sobre sua constitucionalidade: ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF). Além disso, o Protocolo Adicional em exame conforma-se ao disposto no art. 4º, IX, da CF, que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Nas palavras de Monteiro Lobato, “um país se faz com homens e livros”. Assim, o Prêmio a ser instituído por meio deste Protocolo Adicional tem o inegável mérito de agraciar aqueles que trabalham para que nasça, ainda durante a infância, fase crucial do desenvolvimento humano, o gosto pela leitura.

Vale o registro de que a jurisdição territorial do Protocolo Adicional poderá alcançar todos os países membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, os quais, em sua maioria, assim como o Brasil, vivem a necessidade de aprimorar sua educação infantil.

Desse modo, é muito bem-vinda a aprovação do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2019.

Sala da Comissão,

4

, Presidente

, Relator



SF/19139.75647-02



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2019

(nº 859/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1627799&filename=PDC-859-2017



[Página da matéria](#)

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em alteração ou revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de fevereiro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente

Mensagem nº 406

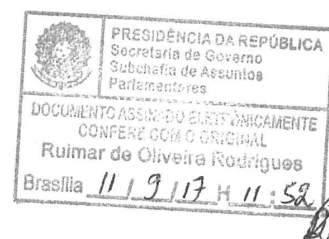
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que cria o Prémio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.

Brasília, 17 de outubro de 2017.



EM nº 00159/2017 MRE



Brasília, 5 de Julho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

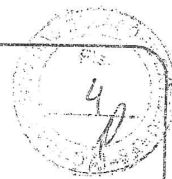
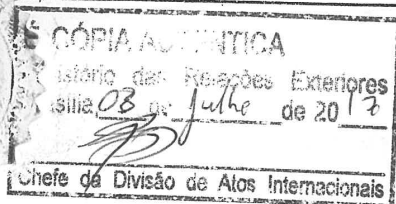
Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 05 de maio de 2017.

2. O Prêmio Monteiro Lobato, que será criado por meio do referido Protocolo Adicional, terá por objetivo prestigiar, a cada dois anos, autores e ilustradores de livros infantis e juvenis que contribuíram para engrandecer o patrimônio literário da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, da qual o Brasil atualmente ocupa a Presidência Pro Tempore. O Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Cultura e a Fundação Biblioteca Nacional atuaram conjuntamente na confecção do Protocolo Adicional, com apoio da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

3. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autênticas do Protocolo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



**PROTOCOLO ADICIONAL AO TRATADO DE AMIZADE, COOPERAÇÃO E
CONSULTA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
A REPÚBLICA PORTUGUESA, QUE CRIA O PRÊMIO
MONTEIRO LOBATO DE LITERATURA PARA
A INFÂNCIA E A JUVENTUDE**

A República Federativa do Brasil

e

A República Portuguesa
(doravante denominados "as Partes"),

Conscientes das profundas afinidades culturais entre os dois povos;

Empenhadas em intensificar a cooperação estabelecida pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000;

Interessadas no enriquecimento e prestígio da língua comum e do respectivo patrimônio cultural;

Motivadas pela originalidade e riqueza da obra do escritor José Bento Monteiro Lobato, o pai da literatura infantil e juvenil brasileira, criador do Sítio do Picapau Amarelo, referência para o imaginário e a fantasia de crianças e jovens;

Desejosas de manifestar publicamente o apreço e a homenagem a escritores e ilustradores de livros para a infância e a juventude que, pela sua obra, tenham contribuído para a preservação e a disseminação da Língua Portuguesa e da cultura dos países lusófonos; e

Procurando, deste modo, prestigiar solenemente e dar público testemunho de reconhecimento àqueles que, pelo seu talento e dedicação à vida intelectual, engrandecerem o patrimônio literário e artístico das culturas que encontram expressão na Língua Portuguesa,

Acordam o seguinte:



Artigo 1.º
Finalidade

Com o objetivo de consagrar bienalmente um escritor e um ilustrador de livros de língua portuguesa para a infância e a juventude que, pelo valor intrínseco de suas obras, tenham contribuído para o enriquecimento do patrimônio literário e artístico da língua comum, é instituído, por Brasil e Portugal, o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, que se regerá pelas artigos do presente Protocolo Adicional.

Artigo 2.º
Prêmio

1. O Prêmio será concedido a escritores e a ilustradores de livros para crianças e jovens nacionais dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
2. O Prêmio será atribuído para as categorias de escritor e de ilustrador e, dentro de cada categoria, não poderá deixar de ser atribuído, nem ser dividido.
3. O valor do Prêmio será correspondente à soma das contribuições de cada uma das Partes do presente Protocolo Adicional para a sua dotação.
4. O valor acordado pelas Partes para o Prêmio será líquido, cabendo a cada Parte a responsabilidade pelo pagamento de impostos, taxas e tributos incidentes sobre o Prêmio.
5. A contribuição bienal será fixada, para cada Parte, por seu respectivo Governo.

Artigo 3.º
Candidaturas

1. Quaisquer instituições de natureza e vocação cultural dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderão apresentar candidaturas ao Prêmio, até o final do ano anterior ao de sua atribuição, remetendo-as ao Secretariado do Prêmio.
2. O Júri não ficará vinculado a essas candidaturas na sua escolha.

Artigo 4.º
Secretariado do Prêmio

1. O Secretariado do Prêmio será integrado, pela parte brasileira, pela Fundação Biblioteca Nacional, e, pela parte portuguesa, pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, em articulação com o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais.
2. Até 31 de dezembro do ano anterior àquele em que o Prêmio será atribuído, o Secretariado nomeará os membros do Júri das duas edições seguintes.

3. Cabe ao Secretariado promover e divulgar o Prêmio Monteiro Lobato.
4. Compete igualmente ao Secretariado preparar as reuniões do Júri, apoiar os trabalhos logística e administrativamente, bem como organizar o anúncio público do vencedor e a entrega do Prêmio.

Artigo 5.º
Constituição do Júri

1. O Júri será composto por dois representantes do Brasil, dois representantes de Portugal e um representante dos demais Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
2. O mandato do Júri terá a duração de duas edições.
3. Os jurados serão designados pelo Secretariado do Prêmio entre personalidades de reconhecido mérito cultural, artístico e literário.
4. A cada edição do Prêmio, o Júri elegerá seu Presidente dentre os jurados visitantes.

Artigo 6.º
Reunião e deliberações do Júri

1. A reunião do Júri para a atribuição do Prêmio terá lugar, alternadamente a cada edição, em território português e brasileiro.
2. A referida reunião deverá ocorrer preferencialmente em abril, mês em que se comemora o Dia Internacional do Livro Infantil.
3. A primeira reunião realizar-se-á no Rio de Janeiro, em abril do ano seguinte à entrada em vigor do presente Protocolo.
4. As deliberações do Júri serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente do Júri exercer voto de qualidade em caso de empate.

Artigo 7.º
Atribuição e entrega do Prêmio

1. A divulgação pública do vencedor será feita imediatamente após a reunião do Júri.
2. O Prêmio será entregue, em sessão solene, na Parte onde não se realiza a reunião do Júri, de preferência no respetivo dia nacional, ou em data que o Secretariado julgar conveniente.



Artigo 8.º
Despesas com a atribuição do Prêmio

1. As despesas de estada e alojamento decorrentes da reunião do Júri são da responsabilidade do Estado de acolhimento.
2. As despesas resultantes da deslocação dos três jurados visitantes são da responsabilidade da Parte visitante.
3. As despesas decorrentes do deslocamento de premiados nacionais de Estados Parte deste protocolo, quando da Sessão Solene de entrega do Prêmio, são da responsabilidade do Estado da sua nacionalidade.
4. Sendo o premiado nacional de Estado terceiro e não residindo no Estado que organiza a sessão solene de atribuição do Prêmio, são por este Estado suportadas as despesas decorrentes do deslocamento internacional.

Artigo 9.º
Adesão

O Prêmio estará aberto à adesão dos demais Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, mediante consentimento prévio das Partes, ficando sujeitos aos direitos e obrigações previstos no presente Protocolo Adicional.

Artigo 10
Entrada em vigor

1. O presente Protocolo Adicional entrará em vigor, por tempo indeterminado, trinta dias após a recepção da segunda notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos internos necessários para tanto.
2. Este Protocolo Adicional poderá ser emendado por meio do consentimento mútuo das Partes. As emendas entrarão em vigor conforme o procedimento disposto no parágrafo 1 deste Artigo.

Artigo 11
Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Protocolo Adicional será solucionada através de negociação, por via diplomática.



Artigo 12
Denúncia

1. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, mediante notificação por escrito e por via diplomática, denunciar o presente Protocolo Adicional.
2. A denúncia produzirá efeito seis meses após a data da recepção da respectiva notificação.

Feito em Salvador, aos 5 dias de maio de 2017, em dois originais na língua portuguesa, fazendo ambos os textos igual fé.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

PELA REPÚBLICA PORTUGUESA

PRIMEIRA-SECRETARIA
RECEBIDO nesta Secretaria

Em 18/10/17 às 17:31 horas

[Assinatura] 4.766
Assinatura Ponto

Aviso nº 474 - C. Civil.

Em 17 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado GIACOBINO
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Texto de acordo.

MSC. 406/2017

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.

Atenciosamente,

[Assinatura]
ELISEU PADILHA

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

PRIMEIRA-SECRETARIA
Em 19/10/2017.
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.
<i>[Assinatura]</i>
Sandra Costa Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa SEPNO 19/Out/2017 10:19
Ponto: 4.124 Ass.: 0
Origen:

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49

2ª PARTE - DELIBERATIVA

4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2019 (PDC nº 1020/2018), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016.*



Relator: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2019, cuja ementa está acima transcrita. O Acordo tem por objetivo instituir a Fundação Internacional UE-ALC ou “Fundação EULAC”. Seu texto foi assinado em São Domingos, na República Dominicana, em 25 de outubro de 2016, no contexto da realização da Reunião de Ministros das Relações Exteriores da União Europeia (UE) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

O texto do citado Acordo foi remetido ao crivo do Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 48, de 16 de janeiro de 2018. Acompanha a mensagem a Exposição de Motivos nº 75, de 17 de abril de 2017, do Ministro de Estado de Relações Exteriores, na qual se destaca que:

A Fundação EULAC tem sede em Hamburgo, na República Federal da Alemanha, e iniciou suas atividades em 2012. Até a entrada em vigor de seu acordo constitutivo, a Fundação continuará a funcionar transitóriamente como uma entidade que atua sob o direito interno alemão, de acordo com os termos de referência provisórios adotados em 2010, em Madri, por ocasião da VI Cúpula ALC-UE. Sua missão é ajudar a fortalecer e promover a associação



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

estratégica birregional, melhorando sua visibilidade, incentivando a elaboração de estudos e fomentando a participação do setor acadêmico e das respectivas sociedades civis.

O ato internacional em exame tem 30 artigos.

Nos termos do Artigo 2º, a Fundação EULAC é uma organização internacional de caráter intergovernamental, instituída ao abrigo do direito internacional público. Portanto, detém personalidade jurídica internacional e capacidade jurídica necessária para a concretização dos seus objetivos e atividades (Artigo 4º). São membros da Fundação os Estados da América Latina e Caribe, os Estados-Membros da União Europeia (UE) e a UE, desde que tenham manifestado o seu consentimento em se vincular ao Acordo, em conformidade com os respectivos procedimentos jurídicos internos. Ela está aberta à participação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) (Artigo 3º).

A Fundação EULAC conta em sua estrutura com o Conselho de Governadores, o Presidente e o Diretor Executivo, conforme disposto no Artigo 8º do Acordo. As competências, composição e funcionamento desses órgãos encontram-se descritos nos dispositivos seguintes (Artigos 9º ao 15).

Sobre o financiamento da Fundação, as contribuições serão efetuadas em base voluntária, sendo essencialmente financiada por seus membros. Outras modalidades de financiamento poderão ser consideradas pelo Conselho de Governadores, desde que seja respeitado o equilíbrio regional (Artigo 16).

Há previsão de auditoria e prestação de contas, bem como de avaliação da Fundação, na forma dos Artigos 17 e 18. O estatuto, os privilégios e imunidades são regulados pelo acordo sede celebrado entre a Fundação e o Governo da República Federal da Alemanha (Artigo 20).

A resolução de litígios se dará pela via das negociações diretas entre as partes. Não havendo sucesso, o litígio será submetido ao Conselho de Governadores para decisão (Artigo 22).



SF/19985.68119-85



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Os dispositivos finais (Artigos 23 a 30) tratam de emendas; ratificação e adesão; vigência e denúncia; dissolução e liquidação; depositário; reservas e disposições transitórias.

A matéria foi recebida em 15 de março por esta Casa. Nesta Comissão, fui designado relator no dia 26 de março.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto de decreto legislativo.

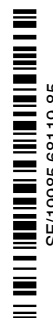
II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Inexistem vícios de juridicidade na proposição. No que diz respeito a sua constitucionalidade, ela atende o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

Ademais, o Acordo vem concretizar o disposto no art. 4º, IX, da CF, que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. É o que se depreende da leitura dos objetivos da Fundação, enumerados no Artigo 5º do Acordo, segundo o qual ela deverá, entre outros: i) contribuir para o fortalecimento do processo de parceria birregional CELAC-UE, com a participação da sociedade civil e de outros atores sociais; ii) promover o conhecimento e entendimento mútuos entre as duas regiões; iii) promover intercâmbios profícuos e novas oportunidades de contato entre representantes da sociedade civil e outros atores sociais.

Ainda nessa linha, nos termos de seu Artigo 19, vale destacar que o Acordo cria uma rede de parcerias ditas estratégicas com organizações intergovernamentais, Estados e instituições públicas, que deverão observar o princípio do equilíbrio birregional. Assim, a Fundação contará com quatro parceiros iniciais, a saber: o Instituto das Américas, na França, e a Região da Lombardia, na Itália, do lado da UE; e a Fundação



SF/19985.68119-85



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Global para a Democracia e Desenvolvimento (FUNGLODE), na República Dominicana, e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPALC), do lado da América Latina e Caribe.

Estamos certos de que a implementação deste Acordo levará a uma profícua troca de experiências entre as partes.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2019

(nº 1.020/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1679954&filename=PDC-1020-2018



[Página da matéria](#)

Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente

Mensagem nº 48

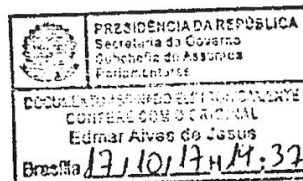
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, em 25 de outubro de 2016.

Brasília, 16 de janeiro de 2018.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'M' followed by a large, sweeping flourish that ends in a hook.

09064.000016/2017-07.



EM nº 00075/2017 MRE

Brasília, 17 de Abril de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o acordo que institui a Fundação Internacional UE-ALC, também designada "Fundação EULAC", assinado em São Domingos, na República Dominicana, em 25 de outubro de 2016, no contexto da realização da Reunião de Ministros das Relações Exteriores da União Europeia (UE) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

2. A Fundação EULAC tem sede em Hamburgo, na República Federal da Alemanha, e iniciou suas atividades em 2012. Até a entrada em vigor de seu acordo constitutivo, a Fundação continuará a funcionar transitoriamente como uma entidade que atua sob o direito interno alemão, de acordo com os termos de referência provisórios adotados em 2010, em Madri, por ocasião da VI Cúpula ALC-UE. Sua missão é ajudar a fortalecer e promover a associação estratégica birregional, melhorando sua visibilidade, incentivando a elaboração de estudos e fomentando a participação do setor acadêmico e das respectivas sociedades civis.

3. A Fundação EULAC mantém atualmente um plano de trabalho estruturado em quatro programas. O programa "Explora" busca promover e executar atividades relacionadas à pesquisa e análise de temas relevantes para a associação birregional, por meio da oferta de financiamento para projetos de pesquisa. O programa "Emprende" funciona como plataforma de observação da relação econômica birregional, recolhendo e divulgando informações sobre polos de competitividade, inovação, comércio, financiamento e capacitação de recursos humanos. O programa "Conecta", por sua vez, tem a responsabilidade de promover canais de participação com a sociedade civil, buscando atores sociais que possam contribuir para os objetivos dos Planos de Ação birregional e da Fundação. O programa "Comunica", por fim, visa a dar maior visibilidade à associação estratégica birregional e aos trabalhos da Fundação, a revitalizar a agenda birregional por meio da difusão de informações e a fomentar o conhecimento mútuo entre as regiões.

4. Aprovados os termos de referência provisórios da Fundação, em 2010, iniciou-se a fase de negociação do documento definitivo de sua organização, à luz do direito internacional público. Após rubricada a minuta do acordo constitutivo durante a II cúpula CELAC-UE (Bruxelas, 10-11/6/2015), a parte europeia informou ter feito revisão legal do texto, em que contemplou, sobretudo, modificações de forma e de estilo. Em outubro de 2016, deu-se por concluído o trabalho de revisão, com a assinatura do texto durante a reunião de Ministros das Relações Exteriores da CELAC e da UE.

5. Conforme estipulado pelo acordo constitutivo, a Fundação EULAC é uma organização internacional de caráter intergovernamental, que gozará de personalidade jurídica e capacidade para

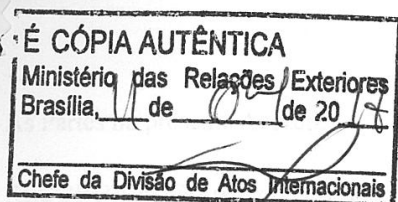
concretizar seus objetivos e suas atividades, no território de cada um de seus membros. Os estados da CELAC, os estados membros da UE e a própria UE são membros do Conselho de Governadores, instância de decisão da Fundação. Ademais de estabelecer as diretrizes gerais para o trabalho da Fundação, o Conselho de Governadores tem como competência a nomeação do Presidente e do Diretor Executivo da instituição, cargos exercidos alternadamente por nacionais das duas regiões. Cabe, entre outras tarefas, ao Presidente a representação da Fundação em suas relações externas. A Presidência da Fundação EULAC é ocupada atualmente por Leonel Fernández Reyna, que exerceu a Presidência da República Dominicana por duas vezes, de 1996 a 2000 e de 2004 a 2012. A direção executiva da Fundação está a cargo da italiana Paola Amadei, que previamente serviu a União Europeia como embaixadora junto a países do Caribe. Os mandatos do atual presidente e da atual diretora executiva tiveram início em novembro de 2015 e têm duração de quatro anos.

6. As contribuições dos membros da Fundação EULAC são efetuadas exclusivamente em bases voluntárias, sem prejuízo da participação no Conselho de Governadores.

7. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autênticas do acordo que institui a Fundação EULAC.

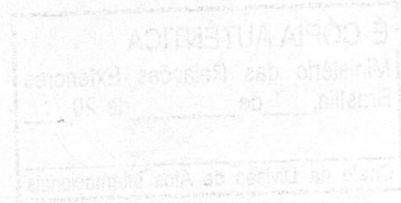
Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



ACORDO QUE INSTITUI
A FUNDAÇÃO INTERNACIONAL UE-ALC

EU-LAC/pt 1



EU-LAC/pt 2

As Partes no presente Acordo,

RECORDANDO a parceria estratégica estabelecida entre a América Latina e Caraíbas (ALC) e a União Europeia (UE) no âmbito da primeira Cimeira UE-ALC do Rio de Janeiro, em junho de 1999;

TENDO EM CONTA a iniciativa adotada pelos Chefes de Estado e de Governo da ALC e da UE, no decurso da quinta Cimeira UE-ALC, realizada em Lima, Peru, em 16 de maio de 2008;

RECORDANDO a decisão relativa à criação da Fundação UE-ALC, adotada pelos Chefes de Estado e de Governo da UE e da ALC, o Presidente do Conselho Europeu e o Presidente da Comissão, aquando da sexta Cimeira UE-ALC, realizada em Madrid, Espanha, em 18 de maio de 2010;

RECORDANDO a criação, em 2011, de uma fundação transitória na República Federal da Alemanha, que terminará as suas atividades e será dissolvida quando o Acordo internacional constitutivo da Fundação UE-ALC entrar em vigor;

REITERANDO a necessidade de criar uma organização internacional de caráter intergovernamental regida pelo direito internacional público através de um "Acordo internacional constitutivo da Fundação UE-ALC com base no mandato adotado numa reunião ministerial à margem da sexta Cimeira UE-ALC de Madrid", que contribua para o reforço dos laços existentes entre os Estados da América Latina e Caraíbas, a UE e os Estados-Membros da UE;

ACORDARAM no seguinte:

ARTIGO 1.º

Objeto

1. O presente Acordo institui a Fundação internacional UE-ALC (a seguir designada "Fundação" ou "Fundação UE-ALC").
2. O presente Acordo estabelece os objetivos da Fundação, bem como as regras e diretrizes gerais que regem as suas atividades, estrutura e funcionamento.

ARTIGO 2.º

Natureza e sede

1. A Fundação UE-ALC é uma organização internacional de carácter intergovernamental, instituída ao abrigo do direito internacional público. Centra-se no fortalecimento da parceria birregional entre a UE e os seus Estados-Membros, e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).
2. A Fundação UE-ALC tem a sua sede na Cidade Livre e Hanseática de Hamburgo, na República Federal da Alemanha.

ARTIGO 3.º

Membros da Fundação

1. Os Estados da América Latina e Caraíbas, os Estados-Membros da UE e a UE, tendo manifestado o seu consentimento em ficarem vinculados pelo presente Acordo, em conformidade com os respetivos procedimentos jurídicos internos, são os únicos membros da Fundação UE-ALC.
2. A Fundação UE-ALC está igualmente aberta à participação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

ARTIGO 4.º

Personalidade jurídica

1. A Fundação UE-ALC gozará de personalidade jurídica internacional e da capacidade jurídica necessária para a concretização dos seus objetivos e atividades, no território de cada um dos seus membros, em conformidade com o respetivo direito interno.
2. A Fundação disporá de capacidade para celebrar contratos, adquirir e alienar bens móveis e imóveis, bem como de capacidade para intentar ações judiciais.

ARTIGO 5.º

Objetivos da Fundação

1. A Fundação UE-ALC:
 - a) Contribuirá para o fortalecimento do processo de parceria birregional CELAC-UE, com a participação e os contributos da sociedade civil e de outros atores sociais;
 - b) Promoverá o conhecimento e entendimento mútuos entre as duas regiões;
 - c) Conferirá maior visibilidade mútua a ambas as regiões, bem como à própria parceria birregional.
2. Em especial, a Fundação UE-ALC:
 - a) Promoverá e coordenará atividades orientadas para a obtenção de resultados em apoio das relações birregionais e centradas na concretização das prioridades estabelecidas nas cimeiras CELAC-UE;
 - b) Incentivará o debate sobre estratégias comuns com vista à concretização das prioridades supramencionadas, estimulando a investigação e os estudos;
 - c) Promoverá intercâmbios profícuos e novas oportunidades de contacto entre representantes da sociedade civil e outros atores sociais.

ARTIGO 6.º

Critérios para as atividades

1. A fim de alcançar os objetivos definidos no artigo 5.º do presente Acordo, as atividades da Fundação UE-ALC devem:

- a) Ter por base as prioridades e os temas abordados a nível de Chefes de Estado e de Governo aquando das cimeiras, centrando-se nas necessidades identificadas no âmbito da promoção da relação birregional;
 - b) Implicar, na medida do possível e no quadro das atividades da Fundação, os atores da sociedade civil e outros atores sociais, tais como instituições académicas, e ter em conta as suas contribuições numa base não vinculativa. Para o efeito, cada membro poderá identificar as instituições e organizações que, a nível nacional, se esforçam por fortalecer o diálogo birregional;
 - c) Acrescentar valor às iniciativas existentes;
 - d) Conferir visibilidade à parceria, dando especial atenção a ações com efeito multiplicador.
2. Quando lançar ou participar em atividades, a Fundação UE-ALC deverá ter uma atuação baseada na ação, dinamismo e obtenção de resultados.

ARTIGO 7.º

Atividades da Fundação

1. Para alcançar os objetivos definidos no artigo 5.º, a Fundação UE-ALC deverá desenvolver, entre outras, as seguintes atividades:
 - a) Incentivar o debate, através de seminários, conferências, grupos de reflexão, cursos, exposições, publicações, apresentações, formação profissional, intercâmbio de boas práticas e conhecimentos especializados;
 - b) Promover e apoiar eventos relacionados com temas abordados nas cimeiras CELAC-UE, bem como com as prioridades das reuniões de altos funcionários CELAC-UE;
 - c) Lançar programas e iniciativas birregionais de sensibilização, incluindo intercâmbios nos domínios prioritários identificados;
 - d) Promover estudos sobre questões identificadas por ambas as regiões;
 - e) Conseguir e oferecer novas possibilidades de contacto tendo especialmente em conta as pessoas ou instituições que não estão familiarizadas com a parceria birregional CELAC-UE;
 - f) Criar uma plataforma na Internet e/ou uma publicação eletrónica.
2. A fundação UE-ALC pode lançar iniciativas em associação com instituições públicas e privadas, com as instituições da UE, com instituições internacionais e regionais, bem como com os Estados da América Latina e Caraíbas e os Estados-Membros da UE.

ARTIGO 8.º

Estrutura da Fundação

A Fundação UE-ALC será constituída por:

- a) Conselho de Governadores;
- b) O Presidente; e
- c) Diretor Executivo.

ARTIGO 9.º

Conselho de Governadores

1. O Conselho de Governadores é composto por representantes dos membros da Fundação UE-ALC. Reunir-se-á a nível de altos funcionários e, se for caso disso, a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros por ocasião das cimeiras CELAC-UE.
2. A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) estará representada no Conselho de Governadores pela presidência *pro tempore* sem prejuízo da participação do país em causa na sua qualidade de membro.

3. A Mesa Diretiva da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat) será convidada a designar um representante de cada região como observadores no Conselho de Governadores.

4. A Assembleia Parlamentar Paritária ACP (países de África, das Caraíbas e do Pacífico)-UE será convidada a designar um representante da UE e um representante dos países das Caraíbas como observadores no Conselho de Governadores.

ARTIGO 10.º

Presidência do Conselho de Governadores

O Conselho de Governadores terá dois presidentes, representando um a UE e o outro os Estados da América Latina e Caraíbas.

ARTIGO 11.º

Competências do Conselho de Governadores

Compete ao Conselho de Governadores da Fundação UE-ALC:

- a) Nomear o Presidente e o Diretor Executivo da Fundação;
- b) Adotar as diretrizes gerais para o trabalho da Fundação e estabelecer as suas prioridades operacionais e o regulamento interno, bem como definir as medidas necessárias para garantir a transparência e a prestação de contas no que respeita, nomeadamente, ao financiamento externo;

- c) Aprovar a celebração do Acordo de Sede, bem como de qualquer outro acordo ou convénio que a Fundação possa celebrar com os Estados da América Latina e Caraíbas e os Estados-Membros da UE em matéria de privilégios e imunidades;
- d) Adotar o orçamento e o estatuto do pessoal, com base numa proposta do Diretor Executivo;
- e) Aprovar alterações à estrutura organizativa da Fundação, com base numa proposta do Diretor Executivo;
- f) Adotar um programa de trabalho plurianual, incluindo uma estimativa de orçamento plurianual, em princípio numa perspetiva de quatro anos, com base num projeto apresentado pelo Diretor Executivo;
- g) Adotar o programa de trabalho anual, incluindo os projetos e atividades para o ano seguinte, com base num projeto apresentado pelo Diretor Executivo e no âmbito do programa plurianual;
- h) Adotar o orçamento anual para o exercício seguinte;
- i) Aprovar os critérios de controlo e auditoria, bem como de apresentação de relatórios relativamente aos projetos da Fundação;
- j) Adotar o relatório anual e as demonstrações financeiras da Fundação relativos ao exercício anterior;
- k) Orientar e aconselhar o Presidente e o Diretor Executivo;
- l) Propor às Partes emendas ao presente Acordo;

- m) Avaliar a evolução das atividades da Fundação e tomar medidas com base nos relatórios apresentados pelo Diretor Executivo;
- n) Resolver os litígios que possam eventualmente surgir entre as Partes sobre a interpretação ou aplicação do presente Acordo e das suas emendas;
- o) Destituir o Presidente e/ou o Diretor Executivo;
- p) Aprovar a constituição de parcerias estratégicas;
- q) Aprovar a celebração de qualquer acordo ou instrumento jurídico negociado em conformidade com o artigo 15.º, n.º4, alínea (i).

ARTIGO 12.º

Reuniões do Conselho de Governadores

1. O Conselho de Governadores reúne-se pelo menos duas vezes por ano em sessão ordinária, devendo estas reuniões coincidir com reuniões de altos funcionários CELAC-UE.
2. O Conselho de Governadores reunir-se-á a título extraordinário por iniciativa de um Presidente, do Diretor Executivo ou a pedido de, pelo menos, um terço dos seus membros.
3. As funções de secretariado do Conselho de Governadores são exercidas sob a autoridade do Diretor Executivo da Fundação.

ARTIGO 13.º

Decisões do Conselho de Governadores

O Conselho de Governadores delibera na presença de mais de metade dos membros de cada região. As decisões são adotadas por consenso dos membros presentes.

ARTIGO 14.º

Presidente da Fundação

1. O Conselho de Governadores escolhe o Presidente de entre os candidatos apresentados pelos membros da Fundação UE-ALC. O Presidente é nomeado para um mandato de 4 anos, renovável uma vez.
2. O Presidente deve ser uma personalidade bem conhecida e altamente respeitada tanto na América Latina e Caraíbas como na UE. O Presidente exerce as suas funções a título voluntário, mas tem direito ao reembolso de despesas necessárias e devidamente justificadas.
3. A presidência é exercida alternadamente por um nacional de um Estado-Membro da UE e um nacional de um Estado da América Latina e Caraíbas. Se o Presidente for oriundo de um Estado-Membro da UE, o Diretor Executivo deve ser nacional de um país da América Latina e Caraíbas, e vice-versa.

4. Incumbe ao Presidente:

- a) Representar a Fundação nas suas relações externas, garantindo uma representação visível através de contactos de alto nível com as autoridades dos Estados da América Latina e Caraíbas, da UE e dos seus Estados-Membros, bem como com outros parceiros;
- b) Comunicar informações nas reuniões dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, outras reuniões ministeriais, ao Conselho de Governadores e noutras reuniões importantes, na medida do necessário;
- c) Aconselhar o Diretor Executivo na elaboração do projeto de programa de trabalho anual e plurianual e do projeto de orçamento a submeter à aprovação do Conselho de Governadores;
- d) Realizar outras tarefas acordadas pelo Conselho de Governadores.

ARTIGO 15.º

Diretor Executivo da Fundação

- 1. A Fundação é gerida por um Diretor Executivo, nomeado pelo Conselho de Governadores por um período de quatro anos, renovável uma vez, e selecionado de entre os candidatos apresentados pelos membros da Fundação UE-ALC.
- 2. Sem prejuízo das competências do Conselho de Governadores, o Diretor Executivo não solicita nem aceita instruções de qualquer governo ou de qualquer outro organismo.

3. O cargo de Diretor Executivo é remunerado e exercido alternadamente por um nacional de um Estado-Membro da UE e um nacional de um Estado da América Latina e Caraíbas. Se o Diretor Executivo for oriundo de um Estado-Membro da UE, o Presidente deve ser nacional de um país da América Latina e Caraíbas, e vice-versa.

4. O Diretor Executivo é o representante legal da Fundação e exerce as seguintes funções:

- a) Preparar o programa de trabalho plurianual e anual da Fundação e o seu orçamento, em consulta com o Presidente;
- b) Nomear e dirigir o pessoal da Fundação, assegurando o respeito pelos objetivos da Fundação;
- c) Executar o orçamento;
- d) Apresentar relatórios de atividade periódicos e anuais, assim como contas financeiras, ao Conselho de Governadores para adoção, garantindo procedimentos transparentes e uma circulação correta das informações relativas a todas as atividades realizadas ou apoiadas pela Fundação, incluindo uma lista atualizada das instituições e organizações identificadas a nível nacional, bem como das que participam nas atividades da Fundação;
- e) Apresentar o relatório referido no artigo 18.º;
- f) Preparar as reuniões e assistir o Conselho de Governadores;

- g) Consultar, sempre que necessário, os representantes da sociedade civil e outros atores sociais, nomeadamente as instituições que possam ter sido identificadas pelos membros da Fundação UE-ALC, em função do assunto em causa e das necessidades concretas, mantendo o Conselho de Governadores informado dos resultados destes contactos para posterior análise;
- h) Conduzir consultas e negociações com o país de acolhimento da Fundação e as outras Partes no presente Acordo relativamente às facilidades de que beneficiará a Fundação nesses Estados;
- i) Conduzir as negociações de eventuais acordos ou instrumentos jurídicos com efeitos a nível internacional com organizações internacionais, Estados e instituições públicas ou privadas sobre questões que ultrapassem o funcionamento administrativo corrente da Fundação, após consulta e notificação do Conselho de Governadores sobre o início e a conclusão prevista dessas negociações, bem como consultas periódicas sobre o seu conteúdo, âmbito e resultado provável;
- j) Informar o Conselho de Governadores sobre quaisquer procedimentos legais que envolvam a Fundação.

ARTIGO 16.º

Financiamento da Fundação

1. As contribuições são efetuadas numa base voluntária, sem prejuízo da participação no Conselho de Governadores.
2. A Fundação será essencialmente financiada pelos seus membros. O Conselho de Governadores pode, respeitando o equilíbrio birregional, considerar outras modalidades de financiamento das atividades da Fundação.

3. Em casos específicos, e após notificação e consulta do Conselho de Governadores para aprovação, a Fundação está autorizada a gerar recursos suplementares através de financiamento externo por parte de instituições públicas e privadas, nomeadamente através da elaboração de relatórios e análises mediante pedido. Estes recursos serão exclusivamente utilizados para as atividades da Fundação.

4. A República Federal da Alemanha deve proporcionar, a expensas suas e no quadro da sua contribuição financeira para a Fundação, instalações adequadas, devidamente mobiladas, para utilização pela Fundação, assegurando igualmente a manutenção, o fornecimento de serviços de base e a segurança das instalações.

ARTIGO 17.º

Auditoria e publicação das contas

1. O Conselho de Governadores nomeará auditores independentes para auditar as contas da Fundação.
2. No final de cada exercício, e o mais tardar seis meses após essa data, devem ser facultadas aos membros demonstrações financeiras, verificadas por auditores independentes, do ativo, do passivo, das receitas e das despesas da Fundação, que serão submetidas à aprovação do Conselho de Governadores na sua reunião seguinte.
3. É publicada uma versão sintética das contas e do balanço auditados.

ARTIGO 18.º**Avaliação da Fundação**

A partir da data de entrada em vigor do presente Acordo, o Diretor Executivo deve apresentar ao Conselho de Governadores, de quatro em quatro anos, um relatório sobre as atividades da Fundação. Incumbe ao Conselho de Governadores proceder a uma avaliação global das atividades e adotar as decisões relativas às futuras atividades da Fundação.

ARTIGO 19.º**Parcerias estratégicas**

1. A Fundação terá quatro parceiros estratégicos iniciais: "L'Institut des Amériques", em França, e a "Regione Lombardia", em Itália, do lado da UE, e a Fundación Global Democracia y Desarrollo (FUNGLODE), na República Dominicana, e a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas das Nações Unidas (CEPALC), do lado da América Latina e Caraíbas.
2. A fim de cumprir os seus objetivos, a Fundação UE-ALC pode estabelecer no futuro parcerias estratégicas com organizações intergovernamentais, Estados e instituições públicas ou privadas de ambas as regiões, respeitando sempre o princípio do equilíbrio birregional.

ARTIGO 20.º

Privilégios e imunidades

1. A natureza e a personalidade jurídica da fundação são definidas nos artigos 2.º e 4.º.
2. O estatuto, privilégios e imunidades da Fundação, do Conselho de Governadores, do Presidente, do Diretor Executivo, dos membros do pessoal e dos representantes dos membros presentes no território da República Federal da Alemanha para o exercício das suas funções são regulados pelo Acordo de Sede celebrado entre o Governo da República Federal da Alemanha e a Fundação.
3. O Acordo de Sede mencionado no n.º 2 é independente do presente Acordo.
4. A Fundação pode celebrar com um ou mais Estados da América Latina e Caraíbas, bem como com Estados-Membros da UE, outros acordos relativos aos privilégios e imunidades que possam revelar-se necessários para o bom funcionamento da Fundação nos respetivos territórios, devendo tais acordos ser aprovados pelo Conselho de Governadores.
5. No âmbito das suas atividades oficiais, a Fundação, os seus haveres, rendimentos e outros bens estão isentos de quaisquer impostos diretos. A Fundação não está isenta do pagamento dos serviços prestados.
6. O Diretor Executivo e o pessoal da Fundação estão isentos de impostos nacionais sobre os vencimentos e emolumentos pagos pela Fundação.

7. Por membros do pessoal da Fundação entende-se todos os membros do pessoal nomeados pelo Diretor Executivo, com exceção dos que são recrutados localmente e remunerados com base numa tarifa horária.

ARTIGO 21.º

Línguas da Fundação

As línguas de trabalho da Fundação são as utilizadas pela parceria estratégica entre a América Latina e Caraíbas e a União Europeia desde a sua criação em junho de 1999.

ARTIGO 22.º

Resolução de litígios

Qualquer litígio que surja entre as Partes quanto à aplicação ou interpretação do presente Acordo e das suas emendas deve ser objeto de negociações diretas entre as Partes com vista à sua rápida resolução. Se o litígio não for resolvido por estes meios, deve ser submetido ao Conselho de Governadores para decisão.

ARTIGO 23.º

Emendas

1. O presente Acordo pode ser alterado por iniciativa do Conselho de Governadores da Fundação UE-ALC, ou a pedido de qualquer das Partes. As propostas de emenda são enviadas ao depositário, que as comunica a todas as Partes, para análise e negociação.
2. As emendas são adotadas por consenso e entram em vigor trinta dias após a data de receção, pelo depositário, da última notificação do cumprimento de todas as formalidades necessárias para o efeito.
3. O depositário deve notificar a todas as Partes da entrada em vigor das emendas.

ARTIGO 24.º

Ratificação e adesão

1. O presente Acordo está aberto à assinatura de todos os Estados da América Latina e Caraíbas, dos Estados-Membros da UE e da UE, de 25 de outubro de 2016... até à data da sua entrada em vigor e está sujeito a ratificação. Os instrumentos de adesão devem ser depositados junto do depositário.
2. O presente Acordo ficará aberto à adesão pela UE e pelos Estados da América Latina e Caraíbas e Estados-Membros da UE que ainda não o assinaram. Os instrumentos de adesão correspondentes são depositados junto do depositário.

ARTIGO 25.º

Entrada em vigor

1. O presente Acordo entra em vigor trinta dias depois de oito Partes de cada região, incluindo a República Federal da Alemanha e a UE, terem depositado os respetivos instrumentos de ratificação ou adesão junto do depositário. Relativamente aos outros Estados da América Latina e Caraíbas e aos Estados-Membros da UE, se depositarem os seus instrumentos de ratificação ou de adesão após a data de entrada em vigor, o presente Acordo entra em vigor trinta dias após a data do depósito, por esses Estados da América Latina e Caraíbas e pelos Estados-Membros da UE, dos respetivos instrumentos de ratificação ou de adesão.
2. O depositário deve notificar todas as Partes da receção dos instrumentos de ratificação ou de adesão, bem como da data de entrada em vigor do presente acordo, em conformidade com o disposto no n.º 1.

ARTIGO 26.º

Vigência e denúncia

1. O presente Acordo tem uma duração indeterminada.
2. Qualquer das Partes pode denunciar o presente Acordo mediante notificação escrita endereçada ao depositário por via diplomática. A denúncia produzirá efeitos doze meses após a receção da notificação.

ARTIGO 27.º

Dissolução e liquidação

1. A Fundação será dissolvida:
 - a) Se todos os membros da Fundação, ou todos os membros da Fundação exceto um, denunciarem o Acordo; ou
 - b) Se os membros da Fundação decidirem pôr-lhe termo.
2. Em caso de extinção, a Fundação só continuará a existir para efeitos da sua liquidação. O seu património será liquidado por liquidatários que devem proceder à venda dos ativos da Fundação e à extinção das dívidas. O saldo deve ser repartido entre os membros proporcionalmente às respetivas contribuições.

ARTIGO 28.º

Depositário

O Secretário-Geral do Conselho da União Europeia é o depositário do presente Acordo.

ARTIGO 29.º

Reservas

1. No momento da assinatura ou da ratificação do presente Acordo, ou de adesão ao mesmo, as Partes podem formular reservas e/ou declarações relativas ao seu texto, desde que estas não sejam incompatíveis com o objeto e a finalidade do Acordo.
2. As reservas e declarações devem ser comunicadas ao depositário, que notifica as restantes Partes no Acordo.

ARTIGO 30.º

Disposições transitórias

A partir da data de entrada em vigor do presente Acordo, a fundação transitória criada em 2011 ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha concluirá as suas atividades e será dissolvida. O ativo e passivo, recursos, fundos e outras obrigações contratuais da fundação transitória serão transferidos para a Fundação UE-ALC estabelecida pelo presente Acordo. Para o efeito, a Fundação UE-ALC e a fundação transitória devem celebrar com a República Federal da Alemanha os instrumentos jurídicos necessários e satisfazer os requisitos jurídicos pertinentes.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Acordo, redigido em exemplar único nas línguas búlgara, croata, checa, dinamarquesa, neerlandesa, inglesa, estónia, finlandesa, francesa, alemã, grega, húngara, italiana, letã, lituana, maltesa, neerlandesa, polaca, portuguesa, romena, eslovaca, eslovena, espanhola e sueca, fazendo fé qualquer dos textos, que será depositado nos arquivos do Conselho da União Europeia, que remeterá uma cópia autenticada a todas as Partes.

EU-LAC/pt 25

MSC 48/2017

PRIMEIRA-SECRETARIA
 RECEBIDO nesta Secretaria
 Em 17/01/18 às 16:35 horas
 Assinatura Ponto

Aviso nº 47 - C. Civil.

Em 16 de janeiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
 Deputado GIACOBINO
 Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

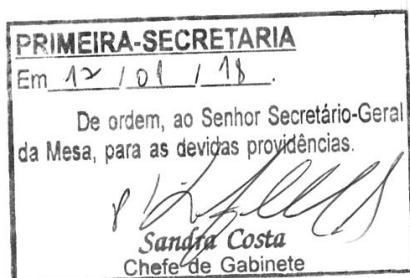
Assunto: Texto de acordo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, em 25 de outubro de 2016.

Atenciosamente,

GUSTAVO DO VALE ROCHA
 Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
 da Presidência da República, Substituto



P-8261

Secretaria-Geral da Mesa SFPO 17/Jan/2018 12:17
 Ponto: 1124 Ass.:
 Orisem: 45 SEC

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49

2ª PARTE - DELIBERATIVA

5



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Major Olimpio

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2019 (PDC nº 782/2017), da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CD), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.*



SF/19497.13503-01

I – RELATÓRIO

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou às casas legislativas a Mensagem nº 78, de 22 de março de 2017, solicitando a apreciação do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em Plenário no dia 11 de abril de 2019, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, após confirmação das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e Cidadania.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde cumpriu os prazos regimentais de emendas, sendo em seguida distribuída para este Relator.

Cuida-se de um acordo internacional bilateral sobre aviação, com foco principalmente na concessão de direitos de tráfego de quinta liberdade (artigo 2, alínea c), na livre determinação de capacidade (artigo 12), na liberdade tarifária (artigo 13) e em quadro de rotas aberto (anexo ao Acordo).

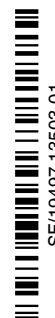
Tal acordo foi assinado em 08/06/2016 e sua aprovação substituirá o Acordo de 1951 permitindo a atualização do marco regulatório das relações aerocomerciais bilaterais, em linha com a atual Política Nacional de Aviação Civil - PNAC (Decreto 6780/2009), que estabelece regime mais aberto e concorrencial para o setor, sem restrições de oferta.

Os dispositivos do Acordo de 1951, ora em vigor, estabelecem limites para atuação das empresas aéreas. O novo Acordo proporcionará segurança jurídica para operações aerocomerciais bilaterais, contribuindo para a conformação de espaço regional integrado para a aviação civil e colaborando para o planejamento de mais longo prazo das empresas aéreas.

O Acordo oferece grande flexibilidade para que as empresas brasileiras e paraguaias realizem operações internacionais que envolvam principalmente o tráfego entre os dois países e também contempla a possibilidade de combinação com outros mercados, através do chamado tráfego acessório.

O instrumento também contribui para o estímulo de outras oportunidades comerciais para as empresas aéreas, ao prever a possibilidade de operações de código compartilhado. Esse tipo de acordo vem apresentando crescimento considerável, principalmente em função das alianças firmadas entre empresas aéreas.

Entre as determinações do novo Acordo, encontram-se: livre determinação de capacidade pelas companhias, direitos de tráfego de até 6ª liberdade, para operações mistas e exclusivamente cargueiras; livre determinação de preços; possibilidade de operações de código compartilhado, inclusive com empresas de terceiros países. Em linha com as diretrizes da PNAC, não está previsto, no Acordo, o direito das empresas de realizar serviço aéreo entre dois pontos no território da outra parte, conhecido como “cabotagem”. Essa restrição garante a exploração do mercado doméstico de transporte aéreo às empresas constituídas sob as leis brasileiras.



II – ANÁLISE

O exame dessa matéria insere-se no âmbito de competência deste colegiado, com amparo no art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não se verificam vícios atinentes à constitucionalidade da proposição, a qual observa, inclusive, o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Tampouco há vícios relativos à sua juridicidade. Aliás, cumpre registrar que o Acordo submete a implementação de seus termos à observância das normas internas das Partes respectivas.

O tratado em tela, ao promover um melhor ordenamento dos serviços de transporte aéreo entre os dois países, favorece um maior intercâmbio e estreita nossos laços bilaterais. O objetivo de acordos desse tipo tem sido, em múltiplas frentes, ordenar os serviços de transportes aéreos, de forma a trazer efeitos benéficos nos campos do comércio e turismo. A conclusão do Acordo, segundo o Itamaraty, deverá contribuir para a intensificação dos fluxos comerciais de cargas e passageiros na América do Sul, representando um passo adicional no esforço de adensamento das relações entre Brasil e Paraguai.

Nas tratativas foi possível lograr a inclusão de dispositivos de particular interesse para o país, à luz da política aerocomercial exterior traçada pelas autoridades aeronáuticas ao longo dos últimos anos.

Especificamente, além do regime de liberdade adotado, destacam-se os seguintes pontos no Acordo:

- a) Artigo 3º: institui o princípio da multidesignação de empresas pelas Partes, normalmente difícil de ser negociado, dado o receio existente quanto ao surgimento de quadro de desvantagem no tráfego multilateral;
- b) Artigo 7º: incorpora o tema da segurança da aviação civil no Acordo conforme prescrição recorrente da OACI a todos seus Estados integrantes.



- c) Artigo 10: referente a direitos alfandegários, reflete os recentes entendimentos da Secretaria da Receita Federal a respeito do tratamento da questão fiscal em acordos aéreos;

e

- d) Artigo 15: sobre conversão e remessas de receitas, também em linha com as recomendações do Banco Central para acordos do gênero.

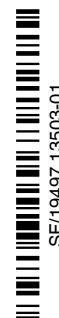
O tratado em apreço estabelece que, respeitado o princípio da reciprocidade, os pactuantes isentarão as empresas aéreas de direitos aduaneiros, emolumentos de inspeção e outros direitos ou impostos sobre aeronaves, combustíveis, e outros itens da atividade aeroviária, incluindo provisões de bordo.

No ato internacional são prescritas, por igual, as condições de conversão e remessa de lucros para o exterior pelas empresas aéreas, com isenção de encargos administrativos e cambiais, exceto os normalmente cobrados pelos bancos para sua execução.

O Acordo não implica concessão de benefícios fiscais ou tratamento tributário privilegiado em relação às concessões normais às demais empresas de transporte aéreo nacionais e internacionais, motivo pelo qual não conflita com as normas de finanças públicas em vigor.

Não obstante a previsão da múltipla designação de empresas áreas, as Partes não se olvidaram de assegurar igualdade de oportunidade e justiça para que as empresas aéreas designadas operem seus serviços nas rotas especificadas em igualdade de condições.

O Acordo apresenta boa solução técnica, dentro dos cânones do direito internacional. É de se salientar que o ato internacional em apreço pode contribuir para maior integração em nosso continente e multiplicar o intercâmbio comercial e de passageiros entre Brasil e Paraguai e terceiros países, o que, ao cabo, favorece nossos interesses de integração no hemisfério.



III – VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Senador Relator Major Olimpio



SF/19497.13503-01



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2019

(nº 782/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1603056&filename=PDC-782-2017



[Página da matéria](#)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de abril de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente

Mensagem nº 78

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o texto do Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

Brasília, 22 de março de 2017.



EMI nº 00255/2016 MRE MTPA

Brasília, 27 de Dezembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 08 de junho de 2016, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Serra, e pelo Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Eladio Loizaga.

2. O referido Acordo, em cuja confecção atuaram conjuntamente o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), visa a incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários, consequências esperadas da atualização do marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e Paraguai, e para além desses, que certamente contribuirão para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação. Em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil estabelecida pelo Decreto nº 6.780/2009, o Acordo contempla concessão de direitos de tráfego de quinta liberdade (artigo 2, alínea c), livre determinação de capacidade (artigo 12), liberdade tarifária (artigo 13) e quadro de rotas aberto (anexo ao Acordo).

3. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do ato à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra, Maurício Quintella Malta Lessa



**ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai, doravante referidos como Partes;

Sendo Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944;

Desejando contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional;

Desejando concluir um acordo com o propósito de estabelecer e explorar serviços aéreos entre seus respectivos territórios e além;

Acordam o que se segue:

ARTIGO 1
Definições

Para aplicação do presente Acordo, salvo disposição em contrário, o termo:

- a) “autoridades aeronáuticas” significa, no caso da República Federativa do Brasil, a autoridade de aviação civil, constituída pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e no caso da República do Paraguai, a autoridade de aviação civil constituída pela Direção Nacional de Aviação Civil, ou em ambos os casos, qualquer outra autoridade ou pessoa autorizada a executar as funções atualmente exercidas pelas autoridades acima mencionadas;
- b) “Acordo” significa este Acordo, seu Anexo e quaisquer emendas que venham a ser feitas;
- c) “capacidade” significa o total de serviços estabelecidos pelo acordo, medida normalmente pelo número de voos (frequências) ou de assentos, ou toneladas de carga oferecidas em um mercado (par de cidades ou país a país) ou em uma rota, durante um determinado período, tal como diariamente, semanalmente, por temporada ou anualmente;
- d) “Convenção” significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui os Anexos adotados de acordo com o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, de acordo com os Artigos 90 e 94, desde que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes;
- e) “empresa aérea designada” significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada em conformidade com o Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo;
- f) “tarifa” significa qualquer dos seguintes:



- i) O preço cobrado por uma empresa aérea para o transporte de passageiros e suas bagagens nos serviços aéreos e as condições aplicáveis aos serviços relacionados com tal transporte.
 - ii) O frete cobrado por uma empresa aérea para o transporte de carga (exceto mala postal) nos serviços aéreos.
 - iii) As condições que regulam a disponibilidade e a aplicabilidade de tal tarifa, incluindo qualquer vantagem vinculada à mesma e a comissão paga por uma empresa aérea a um agente pelos bilhetes emitidos e por outros serviços auxiliares vendidos pelos referidos agentes relacionados com tal transporte.
- g) “território”, em relação a um Estado tem o significado a ele atribuído no Artigo 2 da Convenção;
- h) “tarifa aeronáutica” significa o valor cobrado às empresas aéreas, pelas autoridades competentes, ou por estas autorizado a ser cobrado, pelo uso do aeroporto, ou de suas instalações e serviços, ou de instalações de navegação aérea, ou de instalações de segurança da aviação, incluindo as instalações e os serviços relacionados, por aeronaves, suas tripulações, passageiros e carga;
- i) “serviço aéreo”, “serviço aéreo internacional”, “empresa aérea” e “escala para fins não comerciais”, têm os significados a eles atribuídos no Artigo 96 da Convenção; e
- j) “OACI” significa a Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO 2

Concessão de Direitos

1. Cada Parte concede à outra Parte os direitos especificados neste Acordo, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais regulares nas rotas especificadas no Quadro de Rotas.
2. Sujeito às disposições deste Acordo, as empresas aéreas designadas por cada uma das Partes gozarão dos seguintes direitos:
 - a) o direito de sobrevoar o território da outra Parte sem pousar;
 - b) o direito de fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais;
 - c) o direito de fazer escalas nos pontos das rotas especificadas no Quadro de Rotas do presente Acordo para embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagem, carga ou mala postal separadamente ou em combinação; e
 - d) os demais direitos especificados no presente Acordo.
3. As empresas aéreas de cada Parte que não as designadas com base no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo também gozarão dos direitos especificados nas letras a) e b) do parágrafo 2 deste Artigo.
4. Nenhum dispositivo do parágrafo 2 será considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte do direito de embarcar, no território da outra Parte, passageiros, bagagem, carga e mala postal, mediante remuneração e destinados a outro ponto no território dessa outra Parte.

ARTIGO 3

Designação e Autorização



1. Cada Parte terá o direito de designar por escrito à outra Parte uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados e de revogar ou alterar tal designação, pela via diplomática.

2. Ao receber tal designação e o pedido de autorização de operação da empresa aérea designada, na forma e no modo prescritos, cada Parte concederá a autorização de operação apropriada com a mínima demora de trâmites, desde que:

- a) a empresa aérea seja estabelecida no território da Parte que a designa;
- b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada seja exercido e mantido pela Parte que a designa;
- c) a Parte que designa a empresa aérea cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8 (Segurança da Aviação); e
- d) a empresa aérea designada esteja qualificada para satisfazer as condições prescritas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

3. Ao receber a autorização de operação constante do parágrafo 2, uma empresa aérea designada pode, a qualquer tempo, começar a operar os serviços acordados para os quais tenha sido designada, desde que ela cumpra as disposições aplicáveis deste Acordo.

ARTIGO 4

Negação, Revogação e Limitação de Autorização

1. As autoridades aeronáuticas de cada Parte terão o direito de negar as autorizações mencionadas no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo à empresa aérea designada pela outra Parte e de revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente nos casos em que:

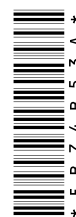
- a) elas não estejam convencidas de que a empresa aérea seja estabelecida no território da Parte que a designou; ou
- b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada não seja exercido e mantido pela Parte que a designa; ou
- c) a Parte que designa a empresa aérea não cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8 (Segurança da Aviação); ou
- d) a empresa aérea designada não esteja qualificada para atender outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

2. A menos que a imediata revogação, suspensão ou imposição das condições previstas no parágrafo 1 do presente Artigo seja essencial para impedir novas infrações a leis e regulamentos, ou às disposições deste Acordo, esse direito somente será exercido após a realização de reunião de consulta entre as Partes. Tal consulta deverá ocorrer antes de expirar o prazo de trinta (30) dias a partir da data da solicitação por uma Parte, salvo entendimento diverso entre ambas as Partes.

ARTIGO 5

Aplicação de Leis

1. As leis e regulamentos de uma Parte relativos à entrada ou saída de seu território de aeronaves engajadas em serviços aéreos internacionais, ou a operação e navegação de tais aeronaves, serão aplicadas às aeronaves das empresas aéreas da outra Parte.



2. As leis e regulamentos de uma Parte, relativos à entrada, permanência e saída de seu território, de passageiros, tripulantes e carga, incluindo mala postal, tais como os relativos à imigração, alfândega, moeda, saúde e quarentena serão aplicados aos passageiros, tripulantes, carga e mala postal transportados por aeronaves das empresas aéreas da outra Parte enquanto permanecerem no referido território.

3. Nenhuma Parte dará preferência às suas próprias empresas aéreas ou a qualquer outra empresa aérea em relação às empresas aéreas da outra Parte engajadas em transporte aéreo internacional similar, na aplicação de seus regulamentos de imigração, alfândega, quarentena e regulamentos similares.

4. Passageiros, bagagem, carga e mala postal em trânsito direto serão sujeitos apenas a um controle simplificado. Bagagem e carga em trânsito direto estarão isentas de taxas alfandegárias e de outros impostos similares.

ARTIGO 6

Reconhecimento de Certificados e Licenças

1. Certificados de aeronavegabilidade, certificados de habilitação e licenças, emitidos ou convalidados por uma Parte e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte para o objetivo de operar os serviços acordados, desde que os requisitos sob os quais tais certificados e licenças foram emitidos ou convalidados sejam iguais ou superiores aos padrões mínimos estabelecidos segundo a Convenção.

2. Se os privilégios ou as condições das licenças ou certificados mencionados no parágrafo 1 anterior, emitidos pelas autoridades aeronáuticas de uma Parte para qualquer pessoa ou empresa aérea designada, ou relativos a uma aeronave utilizada na operação dos serviços acordados, permitirem uma diferença dos padrões mínimos estabelecidos pela Convenção, e que tal diferença tenha sido notificada à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a outra Parte pode pedir que se realizem consultas entre as autoridades aeronáuticas a fim de esclarecer a prática em questão.

3. Cada Parte, todavia, reserva-se o direito de recusar-se a reconhecer, para o objetivo de sobrevoos ou pouso em seu próprio território, as licenças concedidas aos seus próprios nacionais pela outra Parte.

ARTIGO 7

Segurança Operacional

1. Cada Parte poderá solicitar a qualquer momento a realização de consultas sobre as normas de segurança operacional aplicadas pela outra Parte nos aspectos relacionados com as instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves. Tais consultas serão realizadas dentro dos 30 (trinta) dias após a apresentação da referida solicitação.

2. Se, depois de realizadas tais consultas, uma Parte chega à conclusão de que a outra não mantém e administra de maneira efetiva os padrões de segurança, nos aspectos mencionados no parágrafo 1, que tratam das normas de segurança operacional, que satisfaçam as normas em vigor de conformidade com a Convenção, a outra Parte será informada de tais conclusões e das medidas que se considerem necessárias para cumprir as normas da OACI. A outra Parte deverá, então, tomar as medidas corretivas para o caso, dentro de um prazo acordado.

3. De acordo com o Artigo 16 da Convenção, fica também acordado que qualquer aeronave operada por ou em nome de uma empresa aérea de uma Parte, que preste serviço para ou do território da outra Parte poderá, quando se encontrar no território desta última, ser objeto de uma inspeção pelos representantes autorizados da outra Parte, desde que esta não cause demoras desnecessárias à operação da aeronave. Não obstante as obrigações mencionadas no Artigo 33 da Convenção, o objetivo desta inspeção é verificar a validade da documentação pertinente da aeronave, as licenças de sua tripulação e se o equipamento da aeronave e a condição da mesma estão conformes com as normas em vigor estabelecidas com base na Convenção.



4. Quando uma ação urgente for essencial para assegurar a segurança da operação de uma empresa aérea, cada Parte reserva-se o direito de suspender ou modificar imediatamente a autorização de operação de uma ou mais empresas aéreas da outra Parte.

5. Qualquer medida tomada por uma Parte de acordo com o parágrafo 4 acima será suspensa assim que deixem de existir os motivos que levaram à adoção de tal medida.

6. Com referência ao parágrafo 2, se for constatado que uma Parte continua a não cumprir as normas da OACI, depois de transcorrido o prazo acordado, o Secretário Geral da OACI será disto notificado. O Secretário Geral da OACI também será notificado após a solução satisfatória de tal situação.

ARTIGO 8

Segurança da Aviação

1. Em conformidade com seus direitos e obrigações segundo o Direito Internacional, as Partes reafirmam que sua obrigação mútua de proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita constitui parte integrante do presente Acordo. Sem limitar a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes atuarão, em particular, segundo as disposições da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio em 14 de setembro de 1963, da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinada em Haia em 16 de dezembro de 1970 e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de setembro de 1971, e seu Protocolo Suplementar para Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos Utilizados pela Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal em 24 de fevereiro de 1988, da Convenção para a Marcação de Explosivos Plásticos para o Propósito de Detecção, assinada em Montreal em 1 de março de 1991, bem como qualquer outra convenção ou protocolo sobre segurança da aviação civil, aos quais ambas as Partes venham a aderir.

2. As Partes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

3. As Partes agirão, em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela OACI e designadas como Anexos à Convenção; exigirão que operadores de aeronaves por elas registradas, ou operadores de aeronaves que tenham sua sede comercial principal ou residência permanente em seu território e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação. Cada Parte notificará a outra Parte de toda diferença entre seus regulamentos e métodos nacionais e as normas de segurança da aviação dos Anexos. Qualquer das Partes poderá solicitar a qualquer momento a imediata realização de consultas com a outra Parte sobre tais diferenças.

4. Cada Parte concorda que a tais operadores de aeronaves pode ser exigido que observem as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo 3 deste Artigo e exigidas pela outra Parte para a entrada, saída, ou permanência no território da outra Parte. Cada Parte assegurará que medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas em seu território para proteger a aeronave e para inspecionar passageiros, tripulações, bagagens de mão, bagagens, carga e provisões de bordo, antes e durante o embarque ou carregamento. Cada Parte, também, considerará de modo favorável toda solicitação da outra Parte, com vistas a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica. Em tal caso essas medidas serão discutidas em detalhes e seu custo deverá ser considerado e ser compartilhado por ambas as Partes.

5. Quando ocorrer um incidente, ou ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronaves civis, ou outros atos ilícitos contra a segurança de tais aeronaves, de seus passageiros e tripulações, de aeroportos ou instalações e serviços de navegação aérea, as Partes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, destinadas a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.



6. Cada Parte terá o direito, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes à notificação, de que suas autoridades aeronáuticas efetuem uma avaliação no território da outra Parte das medidas de segurança sendo aplicadas ou que planejam aplicar, pelos operadores de aeronaves, com respeito aos voos que chegam procedentes do território da primeira Parte ou que sigam para o mesmo. Os entendimentos administrativos para a realização de tais avaliações serão feitos entre as autoridades aeronáuticas e implementados sem demora a fim de se assegurar que as avaliações se realizem de maneira expedita.

7. Quando uma Parte tiver motivos razoáveis para acreditar que a outra Parte não cumpre as disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá solicitar a realização de consultas. Tais consultas começarão dentro dos 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento de tal solicitação de qualquer das Partes. No caso de não se chegar a um acordo satisfatório dentro dos 15 (quinze) dias a partir do começo das consultas, isto constituirá motivo para negar, revogar, suspender ou impor condições sobre as autorizações da empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte. Quando justificada por uma emergência ou para impedir que continue o descumprimento das disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá adotar medidas temporárias a qualquer momento.

ARTIGO 9

Tarifas Aeronáuticas

1. Nenhuma Parte cobrará ou permitirá que sejam cobradas das empresas aéreas designadas da outra Parte tarifas aeronáuticas superiores às cobradas às suas próprias empresas aéreas que operem serviços aéreos internacionais semelhantes.

2. Cada Parte encorajará a realização de consultas sobre tarifas aeronáuticas entre suas autoridades competentes e as empresas aéreas que utilizem as instalações e os serviços proporcionados, quando for factível por meio das organizações representativas de tais empresas aéreas. Propostas de modificação das tarifas aeronáuticas deverão ser comunicadas a tais usuários com razoável antecedência, a fim de permitir-lhes expressar seus pontos de vista antes que as alterações sejam feitas. Adicionalmente, cada Parte encorajará suas autoridades competentes e tais usuários a trocarem informações apropriadas relativas às tarifas aeronáuticas.

ARTIGO 10

Direitos Alfandegários

1. Cada Parte, com base na reciprocidade, isentará uma empresa aérea designada da outra Parte, no maior grau possível em conformidade com sua legislação nacional, de restrições sobre importações, direitos alfandegários, impostos indiretos, taxas de inspeção e outras taxas e gravames nacionais que não se baseiem no custo dos serviços proporcionados na chegada, sobre aeronaves, combustíveis, lubrificantes, suprimentos técnicos de consumo, peças sobressalentes incluindo motores, equipamento de uso normal dessas aeronaves, provisões de bordo e outros itens, tais como bilhetes, conhecimentos aéreos, material impresso com o símbolo da empresa aérea e material publicitário comum distribuído gratuitamente pela empresa aérea designada, destinados ou usados exclusivamente na operação ou manutenção das aeronaves da empresa aérea designada da Parte que esteja operando os serviços acordados.

2. As isenções previstas neste Artigo serão aplicadas aos produtos referidos no parágrafo 1:

- a) introduzidos no território de uma Parte por ou sob a responsabilidade da empresa aérea designada pela outra Parte;
 - b) mantidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte, na chegada ou na saída do território da outra Parte; ou
 - c) levados a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte ao território da outra Parte e com o objetivo de serem usados na operação dos serviços acordados;
- sejam ou não tais produtos utilizados ou consumidos totalmente dentro do território da Parte que outorga a isenção, sob a condição de que sua propriedade não seja transferida no território de tal Parte.



3. O equipamento de bordo de uso regular, bem como os materiais e suprimentos normalmente mantidos a bordo das aeronaves de uma empresa aérea designada de qualquer das Partes, somente poderão ser descarregados no território da outra Parte com a autorização das autoridades alfandegárias de tal território. Nesse caso, tais itens poderão ser colocados sob a supervisão das mencionadas autoridades até que sejam reexportados ou se lhes dê outro destino, conforme os regulamentos alfandegários.

ARTIGO 11

Tributos

1. O capital representado pelas aeronaves operadas nos serviços aéreos internacionais por uma empresa aérea designada será tributado unicamente no território da Parte em que está situada a sede da empresa aérea.

2. Os lucros resultantes da operação das aeronaves de uma empresa aérea designada nos serviços aéreos internacionais, bem como os bens e serviços que lhe sejam fornecidos, serão tributados de acordo com a legislação de cada Parte, devendo as duas Partes procurar concluir um acordo especial para evitar a dupla tributação.

ARTIGO 12

Capacidade

1. Cada Parte permitirá que cada empresa aérea designada determine a frequência e a capacidade dos serviços de transporte aéreo internacional a ser ofertada, baseando-se em considerações comerciais próprias do mercado.

2. Nenhuma Parte limitará unilateralmente o volume de tráfego, frequência ou regularidade dos serviços, ou o tipo ou tipos de aeronaves operadas pelas empresas aéreas designadas da outra Parte.

ARTIGO 13

Tarifas

1. As tarifas cobradas pelos serviços operados com base neste Acordo poderão ser estabelecidas livremente pelas empresas aéreas, sem estar sujeitas a aprovação.

2. Cada Parte pode requerer notificação ou registro junto às autoridades, pelas empresas aéreas designadas, das tarifas do transporte para e desde seu território.

ARTIGO 14

Salvaguardas

1. As Partes concordam que as seguintes práticas das empresas aéreas podem considerar-se como possíveis práticas competitivas desleais que podem justificar um exame mais minucioso:

- a) cobrança de tarifas de passageiros e carga em níveis que são, no conjunto, insuficientes para cobrir os custos de proporcionar os serviços correspondentes, na rota;
- b) as práticas em questão sejam continuadas em lugar de temporárias;
- c) as práticas em questão afetem seriamente a economia de outra empresa aérea ou causem-lhe significativo prejuízo;
- d) as práticas em questão reflitam uma aparente intenção ou tenham o provável efeito de prejudicar, excluir ou tirar outra empresa aérea do mercado; e
- e) comportamento indicando um abuso de posição dominante na rota.

2. Se as autoridades aeronáuticas de uma Parte consideram que uma ou várias operações pretendidas ou realizadas pelas empresas aéreas designadas da outra Parte podem constituir um



comportamento competitivo desleal, de acordo com as práticas relacionadas no parágrafo 1, podem solicitar que se realizem consultas de acordo com o Artigo 21 (Consultas) a fim de resolver o problema. Em tal solicitação devem ser indicados os motivos correspondentes e as consultas deverão ser iniciadas até 30 (trinta) dias após a solicitação.

3. Se as Partes não conseguirem resolver o problema mediante consultas, qualquer das Partes poderá invocar o mecanismo de solução de controvérsias, conforme o Artigo 22 (Solução de Controvérsias), para solucioná-lo.

ARTIGO 15

Conversão de Divisas e Remessa de Receitas

1. Cada Parte permitirá às empresas aéreas designadas da outra Parte converter e remeter para o exterior, a pedido, todas as receitas locais provenientes da venda de serviços de transporte aéreo e de atividades conexas diretamente vinculadas ao transporte aéreo que excedam as somas localmente desembolsadas, permitindo-se sua rápida conversão e remessa sem restrições, discriminação nem cobrança de impostos sobre as mesmas, à taxa de câmbio do dia do pedido para a conversão e remessa.

2. A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas em conformidade com a legislação vigente, e não estarão sujeitas a quaisquer encargos administrativos ou cambiais, exceto aqueles normalmente cobrados pelos bancos para a sua execução.

3. O disposto neste Artigo não desobriga as empresas aéreas de ambas as Partes do pagamento dos impostos, taxas e contribuições a que estejam sujeitas.

4. Caso exista um acordo especial entre as Partes para evitar a dupla tributação, ou caso um acordo especial regule a transferência de fundos entre as Partes, tais acordos prevalecerão.

ARTIGO 16

Atividades Comerciais

1. Cada Parte concederá às empresas aéreas da outra Parte o direito de vender e comercializar em seu território, serviços de transporte aéreo internacional, diretamente ou por meio de agentes ou outros intermediários, à escolha da empresa aérea, incluindo o direito de estabelecer seus próprios escritórios, tanto como empresa operadora como não operadora.

2. Cada empresa aérea terá o direito de vender serviços de transporte na moeda desse território ou, sujeito às leis e regulamentos nacionais, em moedas livremente conversíveis de outros países, e qualquer pessoa poderá adquirir tais serviços de transporte em moedas aceitas por essa empresa aérea.

3. As empresas aéreas designadas de uma Parte poderão, com base na reciprocidade, trazer e manter no território da outra Parte seus representantes e o pessoal comercial, operacional e técnico necessário à operação dos serviços acordados.

4. Essas necessidades de pessoal podem, a critério das empresas aéreas designadas de uma Parte, ser satisfeitas com pessoal próprio ou usando os serviços de qualquer outra organização, companhia ou empresa aérea que opere no território da outra Parte, autorizadas a prestar esses serviços para outras empresas aéreas.

5. Os representantes e os auxiliares estarão sujeitos às leis e regulamentos em vigor da outra Parte e de acordo com tais leis e regulamentos:

a) cada Parte concederá, com base na reciprocidade e com o mínimo de demora, as autorizações de emprego, os vistos de visitantes ou outros documentos similares necessários para os representantes e os auxiliares mencionados no parágrafo 3 deste Artigo;
e



b) ambas as Partes facilitarão e acelerarão as autorizações de emprego necessárias ao pessoal que desempenhe certos serviços temporários que não excedam 90 (noventa) dias.

ARTIGO 17 Código Compartilhado

1. Ao operar ou oferecer serviços nas rotas acordadas, qualquer empresa aérea designada de uma Parte poderá celebrar acordos de cooperação comercial, incluindo bloqueio de assentos ou código compartilhado, com:

- a) empresa(s) aérea(s) da mesma Parte;
- b) empresa(s) aérea(s) da outra Parte;
- c) empresa(s) aérea(s) de terceiros países, na condição de que esses terceiros países autorizem ou permitam tais acordos entre as empresas aéreas da outra Parte e outras empresas aéreas em serviços para, desde e via tais terceiros países; desde que todas as empresas aéreas nos referidos acordos:
 - i) possuam a autorização apropriada;
 - ii) cumpram os requisitos normalmente aplicáveis a esses acordos, como a proteção ao passageiro e a responsabilidade de informação.

2. Todas as empresas aéreas que participam em tais acordos deverão informar no ponto de venda qual é a empresa aérea operadora.

3. Todos os acordos de código compartilhado devem ter a aprovação prévia das autoridades aeronáuticas antes de sua implementação.

4. Tais acordos não garantirão o exercício de direitos adicionais de tráfego acessório.

ARTIGO 18 Voos Não Regulares

Cada Parte concederá, em regime de reciprocidade e de acordo com a legislação nacional de cada Parte, autorização para a realização de operações não regulares das empresas aéreas que estejam devidamente autorizadas pela outra Parte, com direitos de tráfego de 3ª, 4ª, 5ª e 6ª liberdades, sem limitação de número de voos não regulares de passageiros e de carga.

ARTIGO 19 Estatísticas

As autoridades aeronáuticas de cada Parte proporcionarão ou farão com que suas empresas aéreas designadas proporcionem às autoridades aeronáuticas da outra Parte, a pedido, as estatísticas periódicas ou eventuais, que possam ser razoavelmente requisitadas.

ARTIGO 20 Aprovação de Horários

1. As empresas aéreas designadas de cada Parte submeterão sua previsão de horários de voos à aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte, pelo menos 30 (trinta) dias antes de operação dos serviços acordados. O mesmo procedimento será aplicado para qualquer modificação dos horários.



2. Para os voos de reforço que a empresa aérea designada de uma Parte deseje operar nos serviços acordados, fora do quadro horário aprovado, essa empresa aérea solicitará autorização prévia das autoridades aeronáuticas da outra Parte. Tais solicitações serão submetidas pelo menos 15 (quinze) dias antes da operação de tais voos.

ARTIGO 21

Consultas

Em um espírito de estreita cooperação, as autoridades aeronáuticas das Partes realizarão consultas periódicas, com o objetivo de garantir a aplicação e o cumprimento satisfatório das disposições do presente Acordo ou para discutir qualquer problema relacionado com ele. Tais consultas serão iniciadas dentro de um período de 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento de tal pedido, a menos que de outra forma acordado entre as Partes.

ARTIGO 22

Solução de Controvérsias

1. No caso de qualquer controvérsia que possa surgir entre as Partes, relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo, com exceção das que possam surgir decorrentes dos Artigos 7 (Segurança Operacional), 8 (Segurança da Aviação) e 13 (Tarifas), as autoridades aeronáuticas buscarão, em primeiro lugar, resolvê-las por meio de consultas e negociações.
2. Caso as Partes não cheguem a um acordo por meio de negociações, a controvérsia será solucionada pela via diplomática.

ARTIGO 23

Emendas

1. Qualquer das Partes pode a qualquer tempo solicitar a realização de consultas com a outra Parte para emendar o presente Acordo ou seu Anexo. Tais consultas serão iniciadas dentro dos 60 (sessenta) dias da data de recebimento da solicitação.
2. Qualquer emenda deste Acordo entrará em vigor na data a ser determinada por troca de notas diplomáticas, indicando que todos os procedimentos internos necessários foram completados pelas Partes.
3. Qualquer emenda ao Anexo a este Acordo poderá ser acertada entre as autoridades aeronáuticas das Partes e entrará em vigor quando confirmada por troca de notas diplomáticas.

ARTIGO 24

Acordos Multilaterais

Se um acordo multilateral relativo ao transporte aéreo entrar em vigor em relação a ambas as Partes, o presente Acordo será emendado para conformar-se às disposições de tal acordo multilateral.

ARTIGO 25

Denúncia

Qualquer das Partes pode, a qualquer tempo, notificar à outra Parte por escrito, por via diplomática, sua decisão de denunciar este Acordo. Tal notificação será feita simultaneamente à OACI. Este Acordo expirará à meia-noite, hora local da Parte notificada, imediatamente antes do primeiro aniversário da data de recebimento da notificação pela outra Parte, a menos que se retire tal notificação mediante acordo, antes de concluído tal prazo. Se a outra Parte não acusar recebimento, será considerado que a notificação foi recebida 14 (quatorze) dias depois de seu recebimento pela OACI.



ARTIGO 26
Registro na OACI

Este Acordo e qualquer emenda ao mesmo serão registrados na OACI, depois de assinados, pela Parte em cujo território hajam sido assinados, ou conforme o acertado entre as Partes.

ARTIGO 27
Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação por meio da qual as Partes tenham comunicado, por escrito e pela via diplomática, o cumprimento dos procedimentos constitucionais internos necessários para este fim.
No momento da entrada em vigor deste Acordo, se dará por terminado o Acordo de Transporte Aéreo firmado em 26 de junho de 1951.

Em testemunho do que os abaixo assinados, estando devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Brasília, no dia 8 do mês de junho do ano de 2016, em dois textos originais, nos idiomas Português e Espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO
PARAGUAI

José Serra
Ministro das Relações Exteriores

Eladio Loizaga
Ministro de Relações Exteriores



Anexo I

ROTAS AUTORIZADAS E DIREITOS DE TRÁFEGO

ROTAS

1. Rotas Brasileiras

De pontos no Brasil- Via qualquer ponto(s) intermediário(s) para qualquer ponto(s) no Paraguai e deste(s) ponto(s) para qualquer ponto(s) além.

2. Rotas Paraguaias

De pontos no Paraguai- Via qualquer ponto(s) intermediário(s) para qualquer ponto(s) no Brasil e deste(s) ponto(s) para qualquer ponto(s) além.

NOTAS

(a)- as empresas aéreas designadas por qualquer das Partes poderão operar as escalas das suas rotas em qualquer ou todos os voos, na ordem desejada.

(b)- as empresas aéreas designadas por qualquer das partes poderão omitir escalas em suas respectivas rotas em qualquer ou todos os voos, desde que os serviços comecem ou terminem em um ponto no território da Parte que designa a empresa.

DIREITOS DE TRÁFEGO

Os serviços podem ser operados com direitos de tráfego de 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Liberdades para embarcar e desembarcar tráfego de passageiros, bagagem, carga e correio, em voos mistos ou exclusivamente cargueiros regulares, nos pontos das rotas acordadas.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49

2ª PARTE - DELIBERATIVA

6



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 64, DE 2019

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Países árabes e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2019

Institui o Grupo Parlamentar Brasil–Países árabes e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo de Amizade Brasil–Países árabes, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – intercâmbio de experiências parlamentares;

IV – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou de seu regulamento interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional e dos Regimentos Internos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nesta ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



SF/19632.85793-01

JUSTIFICAÇÃO

O povo árabe deixou como legado um leque de habilidades que passa pela agricultura, arquitetura, indústria, ciência e artes. O ocidente aprendeu com eles muitas práticas, situação que terminou por aproximar as civilizações islâmica e cristã.

Atualmente, os países árabes são importantes parceiros comerciais do Brasil. No período de janeiro a abril deste ano, nossas exportações para eles cresceram 20%, se comparado ao igual período de 2018. Somaram mais de US\$ 4 bilhões. Os dados foram divulgados no final de maio pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Por outro lado, nossas importações também cresceram, para US\$ 2,2 bilhões. Alta de 3,4%.

Desse modo, com a criação deste Grupo Parlamentar, almejamos estreitar os laços de amizade e culturais com os nossos irmãos árabes. Também pretendemos ampliar as relações comerciais, sobretudo debatendo uma pauta legislativa que desburocratize os negócios, aumente a nossa competitividade e reverbere a importância, inclusive para os acordos comerciais, de respeitar as tradições sociais e culturais de parceiros tão fundamentais.

SENADOR JEAN PAUL PRATES



SF/19632.85793-01

PARECER Nº , DE 2019

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2019, do Senador Jean Paul Prates que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes e dá outras providências*.

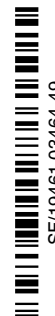
Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame da Comissão Diretora do Senado Federal o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 64, de 2019, do Senador Jean Paul Prates, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes*.

O art. 1º do PRS estabelece que se cuida de *serviço de cooperação interparlamentar*, o qual tem a finalidade de *incentivar e desenvolver as relações entre seus Poderes Legislativos*. Já o art. 2º prescreve que *o Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem*. O art. 3º, por sua vez, indica os meios pelos quais a cooperação interparlamentar há de se dar. Os demais artigos cuidam de aspectos procedimentais da atuação do Grupo.

Na justificção, o autor destaca que almeja, por meio da proposição em análise, *estreitar os laços de amizade e culturais com os nossos irmãos árabes*. Ressalta, ainda, que o projeto de resolução pretende



ampliar as relações comerciais, sobretudo debatendo uma pauta legislativa que desburocratize os negócios, aumente a nossa competitividade e reverbere a importância, inclusive para os acordos comerciais, de respeitar as tradições sociais e culturais de parceiros tão fundamentais.

A proposição foi despachada para exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nessa Comissão, fui designado relator no dia 14 de agosto.

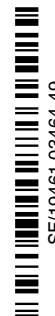
II – ANÁLISE

Os chamados grupos parlamentares constituem expressivo instrumento de diplomacia parlamentar e propiciam intercâmbio de experiências entre os legislativos nacionais. Eles trazem, por igual, importantes contribuições para as relações entre os países envolvidos.

Cuida-se de prática entendida como própria do mandato e da atividade senatorial. Ela, contudo, não encontra amparo, tampouco vedação regimental. Assim, tendo em vista que é livre a organização política no âmbito do Poder Legislativo, sua prática foi endossada pelos usos e costumes da Casa. Convém, entretanto, registrar que, a partir da Resolução nº 14, de 2015, os grupos e frentes políticas internacionais ganharam disciplina de maneira a evidenciar sua regimentalidade.

Referida resolução dispõe, de forma específica, sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos. No entanto, ela adicionou dispositivo que deverá ser aplicado aos grupos parlamentares em geral, como este que se pretende criar por meio do PRS nº 64, de 2019. Confira-se:

Art. 6º Além das normas específicas de cada resolução que estabeleça grupos interparlamentares, grupos internacionais de amizade e frentes parlamentares internacionais, aplica-se o disposto neste artigo.



§ 1º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar.

§ 2º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais serão constituídos por parlamentares que a eles aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal e nas demais normas aplicáveis.

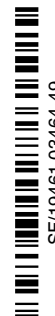
§ 3º Após a criação dos grupos ou frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, será realizada reunião de instalação para eleger a diretoria e elaborar o estatuto, que, juntamente com a ata de instalação e os subsequentes registros de reuniões, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no Diário do Senado Federal.

§ 4º No início de cada legislatura, cada grupo ou frente parlamentar internacional referido no *caput* realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo ou frente, dispensado requerimento ao Plenário do Senado Federal com essa finalidade.

§ 5º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput* não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.

§ 6º Compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que os integram.

Essas as circunstâncias, a proposição merece ser aprovada. Ela, de um lado, não destoa da nossa prática; de outro, fortalece os sólidos vínculos de amizade entre o Brasil e os países árabes.



SF/19461.03464-49

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2019.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



2ª PARTE - DELIBERATIVA

7

REQ
00055/2019



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

REQUERIMENTO Nº DE - CRE



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de debater o Desmatamento Ilegal Zero.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Ministério das Relações Exteriores – MRE;
2. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
3. Ministério do Meio Ambiente – MMA; e
4. Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

JUSTIFICAÇÃO

O governo brasileiro até os dias de hoje não dispõe de ferramentas de monitoramento sobre o que é desmatamento garantido pela legislação (legal) e o ilegal, aquele que é considerado crime contra nosso maior patrimônio, nossos

biomas. Diante desse cenário em que as estatísticas oficiais divulgadas não separam o legal do ilegal, nem quanto do desmatamento ocorreu efetivamente em imóveis rurais, os produtores rurais são criminalizados e confundidos com grileiros e outros detratores do meio ambiente.

O setor agropecuário é contra qualquer crime cometido contra o meio ambiente e defende a punição de quem o faz. A ilegalidade é desleal com a maioria dos produtores rurais e defendemos a imediata aplicação do Código Florestal.

Cabe resgatar os dados apresentados pela Embrapa Territorial de que as áreas protegidas no Brasil representam cerca de 30% do território nacional, enquanto países como Estados Unidos, China, Canadá e outros de grande dimensão preservam 10%. A ONU, em seu relatório *Protected Planet Report 2016*, atesta: o Brasil possui a maior área terrestre protegida do mundo (“*largest national terrestrial protected area network in the world*”).

As propriedades de agricultores brasileiros têm, em média, o maior índice de preservação de vegetação nativa, com 48%, segundo os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 5,6 milhões de imóveis rurais, totalizando uma área de 515 milhões hectares.

Mesmo nos estados mais densamente ocupados, esse índice é sempre superior a 20%. Por meio do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), monitorado pelo Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, é possível verificar que em abril de 2019, agricultores, pecuaristas, silvicultores e extrativistas destinaram à preservação da vegetação nativa mais de 219 milhões de hectares, o equivalente a mais de $\frac{1}{4}$ do território nacional (26%).

O Poder Legislativo já trabalha nesta frequência de unir o meio ambiente e a agropecuária em uma sinergia arrebatadora tanto para a proteção de biomas como, ao mesmo tempo, para fazer do Brasil o principal abastecedor mundial de alimentos. Essa união será imbatível para que retomemos os trilhos



do crescimento, da geração de emprego e renda, da garantia de economia estável, do alimento mais barato, com preservação e leis que efetivamente trabalhem pelo desenvolvimento sustentável brasileiro, livre de ideologias e de burocracia.

O debate deste tema, nesta Casa, é de extrema importância e urgência, por isso, estou convicto do apoio dos meus pares para a realização desse importante debate.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2019.

Senador Marcio Bittar
(MDB - AC)



2ª PARTE - DELIBERATIVA

8

REQ
00059/2019



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CRE



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2019 - CRE, sejam alterados os convidados conforme relação a seguir.

1. Senhor **JORGE ANTÔNIO DE OLIVEIRA FRANCISCO** – Secretaria-Geral da Presidência da República ou seu representante;
2. Senhor General de Exército **FERNANDO AZEVEDO E SILVA** – Ministério da Defesa ou seu representante; e o
3. Senhor General de Exército **PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA** – Comando Militar do Norte ou seu representante.

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal vem buscando contribuir para articular um novo plano de desenvolvimento nacional, entrelaçando, sistematizando e dotando de coerência estratégica temas transversais e estruturais. Nesse sentido, destaca-se o PROGRAMA BARÃO DO RIO BRANCO (PBRB), o qual é constituído por ações que objetivam a integração da Calha Norte do rio Amazonas ao restante do País, propiciando o desenvolvimento econômico e socioambiental da região. A população beneficiada com estes Projetos é de cerca de 800 mil habitantes,

abrangendo os municípios de: Almerim, Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Porto de Moz, Placa, Prainha, Óbidos, Oriximiná, Santarém e Terra Santa.

No bojo do PBRB, quatro ações são previstas, todas com finalidade sinérgica:

1. a construção da ponte sobre o rio Amazonas (região de Óbidos)

, a fim de viabilizar o terminal intermodal do porto de Óbidos, reduzindo o frete hidroviário dos grãos do Centro-Oeste. Além disso, vai viabilizar a ligação da BR-163 com o trecho leste da rodovia Perimetral Norte (BR-210), permitindo integrar o Amapá. A ponte também dará condições de Óbidos ser um ponto de integração dos modais hidro-rodo-ferroviário, tornando-se um ponto estratégico da infraestrutura nacional, pois seu porto terá destaque no Arco Norte, por oferecer um calado de 14 m no pico da vazante, permitindo a atracação de embarcações de 30 mil toneladas, o que contribuirá para reduzir o frete hidroviário do transporte de grãos produzidos acima do Paralelo 16º S;

2. a extensão da BR-163 , a extensão dessa rodovia para a margem esquerda do rio Amazonas facilitará o crescimento do polo de desenvolvimento econômico e social de Oriximiná e de Óbidos, promovendo na região crescimento econômico, melhoria da qualidade de vida, geração de empregos diretos e indiretos, exploração de riquezas, redução de desigualdades sociais, redução do êxodo rural. A extensão dessa rodovia promoverá a ligação terrestre com o estado do Amapá, ampliando em mais de 751.000 habitantes beneficiados (população do Amapá). Após o prolongamento da BR-163 até a BR-210, estabelecendo ligação terrestre com o estado de Roraima, mais 497.000 habitantes (população de Roraima) serão beneficiados, totalizando 2.048.000 de pessoas favorecidas;

3. a construção da hidrelétrica do rio Trombetas (Cachoeira Porteira) , com capacidade de cerca de 3000 megawatt (MW), permitirá aumentar



a oferta de energia elétrica para a região Norte, além de substituir a fonte geradora de energia termoelétrica da Mineração Rio do Norte, maior produtor de bauxita do Brasil e a terceira do mundo. Destaca-se, também, que essa hidrelétrica agregará para o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) uma vantagem estratégica, estabilizando o balanço de carga em razão do aproveitamento da variação anual do regime de águas. Ou seja, quando a Calha Norte está na vazante a Calha Sul está na cheia e vice-versa, por conta dos regimes diferenciados de períodos de chuvas. Com a incorporação dessa hidrelétrica ao ONS, o estado de Roraima deixará de depender de cerca de 150 MW de energia comprada da Venezuela, gerando uma economia para o Brasil de aproximadamente R\$ 24.000.000,00 por mês. Recentemente, com a interrupção do fornecimento dessa energia por parte da Venezuela, o ONS foi obrigado a acionar as termoelétricas, gerando um prejuízo de R\$ 100.000.000,00 por mês. Com a interligação ao ONS, os estados do Amazonas, Roraima e Amapá também serão beneficiados, evitando o acionamento das termelétricas e permitindo reduzir os custos com esse tipo de fonte de geração de energia; e

4. a implantação do polo de desenvolvimento regional na área de Óbidos-Oriximiná, a fim de reduzir custos de produção e comercialização, criar oportunidades de negócios e estimular o desenvolvimento econômico da região, principalmente, do Baixo Amazonas (Pará) que pode ser facilitado pela realização de pequenas obras de infraestrutura, contempladas por Emendas Parlamentares, em virtude de uma possível adesão desses municípios ao Programa Calha Norte do Ministério da Defesa. O Projeto tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da região do Baixo Amazonas, com destaque, inicialmente, para Oriximiná e Óbidos.

Considerando sua importância estratégica para a soberania nacional, o Programa Barão do Rio Branco tem como principais objetivos: aumentar a presença do Estado na região de modo a fomentar desenvolvimento nacional erradicando



o maior anecúmeno do país; proteger nossas riquezas naturais e minerais, em sua maioria ainda inexploradas, da cobiça internacional e reforçar a soberania nacional na área.

Para esclarecimento do referido Programa, proponho essa Audiência Pública.

Sala da Comissão, 1º de outubro de 2019.

Senador Zequinha Marinho
(PSC - PA)



SF/19776.68442-33 (LexEdit)

2ª PARTE - DELIBERATIVA

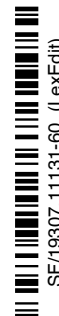
9

**REQ
00061/2019**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

REQUERIMENTO Nº DE - CRE



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 57/2019 - CRE, seja incluído o seguinte convidado:

1. O Embaixador Ernesto Henrique Fraga Araújo - Ministro de Estado das Relações Exteriores

JUSTIFICAÇÃO

O debate ambiental, cada vez mais, toma contornos que extrapolam o cientificismo e se espalha pela geopolítica. A defesa das pautas ambientalistas se utiliza, muitas vezes, de argumentos falaciosos, de falsificações e de extrapolações para defender teses que tem como único objetivo a promoção dos objetivos de grupos de interesse globais.

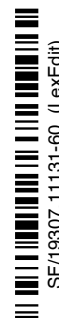
Recentemente, com a questão das queimadas na Amazônia, que são um fenômeno natural e acontecem anualmente, o Brasil se viu sob ataque de diversas entidades ligadas a agenda ambientalista e, inclusive, de alguns governos que chegaram a ameaçar um dos mais elementares valores da nação, a soberania. Toda

essa movimentação, fica claro, é motivada não pelo interesse puro e simples de preservar a natureza, mas por interesses econômicos e políticos.

É importante que seja dado espaço para estudiosos sérios e respeitados que tenham coragem de contrapor o discurso hegemônico e autoritário que domina a área, o debate não seria completo sem a presença Ministro de Estado das Relações Exteriores, por essa razão, pedimos a provação do presente aditamento.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2019.

Senador Marcio Bittar
(MDB - AC)



SF/19307.11131-60 (LexEdit)